



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – JOÃO PESSOA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SAMUEL ANDRÉ SPELLMANN CAVALCANTI DE FARIAS**

**O CAPITAL CHINÊS E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI:  
O PAPEL DO BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA  
NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO  
(2013 – 2019)**

**JOÃO PESSOA  
2020**

SAMUEL ANDRÉ SPELLMANN CAVALCANTI DE FARIAS

**O CAPITAL CHINÊS E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI:  
O PAPEL DO BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA  
NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO  
(2013 – 2019)**

Texto de Dissertação apresentado ao Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

**Área de Concentração:** Política Internacional.

**Orientador:** Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

JOÃO PESSOA  
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224c Farias, Samuel André Spellmann Cavalcanti de.

O Capital chinês e o imperialismo no século XXI [manuscrito] : o papel do Banco Asiático de investimentos em Infraestrutura na internacionalização do capital chinês no sudeste asiático (2013-2019) / Samuel André Spellmann Cavalcanti de Farias. - 2020.

263 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Imperialismo. 2. China. 3. Capital chinês. 4. Banco Asiático de Investimento em infraestrutura. 5. Nova rota da seda. 6. Sudeste asiático. I. Título

21. ed. CDD 330

SAMUEL ANDRÉ SPELLMANN CAVALCANTI DE FARIAS

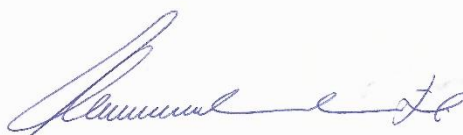
**O CAPITAL CHINÊS E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI:  
O PAPEL DO BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA  
NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO  
(2013 – 2019)**

Texto de Dissertação apresentado ao Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

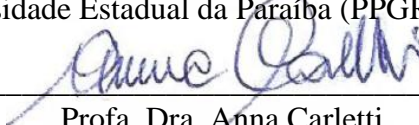
**Área de Concentração:** Política Internacional.

Aprovada em: 25/05/2020.

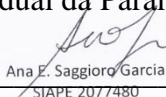
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite  
Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB)

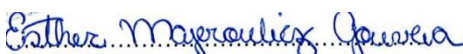


Profa. Dra. Anna Carletti  
Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB)



Ana E. Saggiore Garcia  
SIAPE 2077480

Profa. Dra. Ana Elisa Saggiore Garcia  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ)



Profa. Dra. Esther Majerowicz Gouveia  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN)

## DEDICATÓRIA

À Albanisa, minha mãe, por todo o inigualável  
apoio e amor, e, sobretudo, por me ensinar  
a delicada arte da perseverança.

## AGRADECIMENTOS

Foram vários os momentos, ao longo destes últimos dois anos e meio, nos quais pensei em escrever estas palavras. Meses atrás, conversando com Paloma e com colegas mais experientes do que eu, descobri o quão catártico é a sensação de escrever os *Agradecimentos*. Estas palavras simplesmente vêm de dentro, em diversos momentos ao longo do processo de escrita do texto principal. Parece que o sentimento vem da vontade que empresta o nome à seção. Agradecer acaba se ligando ao tempo em que este desejo se impõe, ao presente de quem tem o dever de delinear aquilo que lhe foi interpretado como digno de nota.

Este texto também é ligado umbilicalmente ao seu tempo presente. Caso eu tivesse colocado estas palavras no papel meses atrás, toda uma série de sensações teria ficado de fora destes *Agradecimentos*. Sabendo disto, decidi adiar sua escrita, consciente de que novos momentos importantes ocorreriam, e com eles, novas pessoas surgiriam para contribuir com o trabalho, ocasionando novas vontades de agradecer.

Infelizmente, coube-me escrever estas linhas em momento coletivamente tão infeliz como o agora. Indico, claro, o início de maio de 2020, mês em que todos temos diante de nós a distinguível feição do desastre que se descobre, e ao qual não me referirei neste texto. Para este texto escolho este tom, carregado de tristeza, para talvez não colaborar com o apagamento desta crise, da qual tantos, a todo momento, prefeririam enterrar suas memórias em canto ermo.

Não é um momento fácil. O isolamento individual, que poderia remeter ao ócio, é, em verdade, clausura coletiva. A concentração se esvai – ao menos foi assim nas primeiras semanas, entre março e abril. O sentimento passou a ser substituído talvez por uma leve vontade de controle, de modo que realizar tarefas de curta duração – com começo, meio e fim – tornaram-se um passatempo para aqueles que evitam pensar na quantidade de informações que se detém sobre o que está lá fora.

Pego-me lembrando da vez anterior em que tive de escrever agradecimentos. Em tom cômico, agradei a longa greve pela qual a Universidade Estadual da Paraíba atravessou o final de 2015. Aqueles meses de êxtase, nos quais não estive incumbido de maiores atribuições que não a feitura do meu Trabalho de Conclusão de Curso, proporcionaram-me o ócio necessário a criatividade, de modo que pude convertê-los num ânimo para a pesquisa – ânimo este que eu não havia experimentado anteriormente na graduação. A reclusão me proporcionou desenvolver sozinho ferramentas próprias de pesquisa, e, de modo assumidamente tacanho, consegui devolver uma boa argumentação, da qual tenho orgulho – não só por sua eficiência, mas pela transformação que ela expressava. A pesquisa passara a me interessar mais do que qualquer outra área acadêmica, de modo que passei a buscar a continuidade da mesma numa etapa seguinte.

Mas a pesquisa, este interlúdio entre dúvidas, exige método e metodologia. Ter conseguido minimamente realizar pesquisa sozinho não implicava que isto poderia ser repetido depois. E no que diz respeito à dúvida, cabe dizer que a curiosidade é fugidia, e fluindo, ela escorre para novos campos, novos vales. Foi uma série de dúvidas que me levaram à pesquisa sobre a China, e uma série de ótimas coincidências, às quais por vezes me apego, conduziram-me à Pós-graduação de Relações Internacionais na UEPB. Tenho a felicidade de ter desenvolvido esta pesquisa numa sub-região que está se tornando um dos polos de pesquisa sobre a China no Brasil, num programa pertencente à minha querida Universidade Estadual da Paraíba.

Foi, pela via deste mestrado, que toda uma série de habilidades puderam ser descobertas, ao passo que eu mesmo experimentava meus limites. Isto não foi feito sem que eu me desse conta do tipo de confusão em que eu me metia, nem sem ter consciência da infeliz realidade

que começava a apertar o cerco, já em 2018. Durante o mestrado, pude realizar toda uma série de experiências únicas, as quais recomendo a todo pós-graduando. Saí do país e consegui apresentar em outra língua – um texto muito recente, sobre um aprendizado muito recente, vindo de alguém cuja experiência com falas acadêmicas em público era inexistente. Poderia ter sido um desastre, mas não foi. Também consegui repetir o feito mais algumas vezes ao longo do mestrado. Pude ajudar a compor a organização de um evento acadêmico. Pude publicar e pude vir a participar da editoria de um periódico. Pude também aprender a lecionar. E certamente mais do que tudo isso, pude conversar com várias pessoas incríveis, aos quais devo uma grande dose de crescimento pessoal e intelectual. É para todos estes que dirijo estes agradecimentos, aos quais me remeto agora.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família. Minha família, pequena, não somos nem vinte pessoas se contarmos todos os tios e primos de todos os lados, ajudou-me diversas vezes, seja com apoio moral, seja com apoio financeiro, seja com a abertura de seus recintos para que eu pudesse com eles residir alguns meses, enquanto cursava as primeiras disciplinas deste mestrado. Agradeço aos meus pais, Albanisa e Sérgio, cujo amor e apoio tomaram tanto as formas mais singelas como as mais vultuosas. Agradeço a minha irmã, Samille, aos meus tios e tias, Afrânio, Albeísa, Alberto e Ana Clara, bem como a suas famílias. Agradeço imensamente a Maria do Socorro, minha avó, bem como a Maria José, Maio, Mônica e Laís, com os quais residi alternadamente entre fevereiro e novembro de 2018.

Gostaria de agradecer imensamente a Paloma. Paloma é a mulher que eu amo. É uma pessoa verdadeiramente incrível, que tive a sorte de conhecer, que tem me reerguido em meus desamparos e dividido comigo minhas felicidades. Além de tudo, como vários já sabem, Paloma é quem descobriu o mestrado do PPGRI/UEPB e sugeriu minha inscrição na seleção de 2017/2018, e foi a quem eu primeiro comentei sobre estudar a China e o Imperialismo. Sem ela, a dúvida teria permanecido lá, sem ser esculpida. Paloma também tem me incentivado e aconselhado durante todo o percurso do mestrado, e espero que eu tenha devolvido até aqui parte do novo mundo ao qual ela me presenteou.

Gostaria também de agradecer todo o apoio e afeto da família de Paloma. Ao seu pai, Paulo, e a suas irmãs, Paula e Patrízia, que já há muitos anos fazem parte da minha vida e do meu cotidiano, e dos quais me encontro distante pelas condições atuais.

Academicamente, agradeço em especial a Alexandre César Cunha Leite. Não é por acaso que o Alexandre inspira uma lealdade gigantesca entre aqueles que orienta e aconselha. Alexandre é um orientador excelente, um pesquisador monumental, um revisor implacável, e um cruzeirense verdadeiramente incrível, de riso fácil, com o qual pude repartir várias felicidades, cervejas e aflições ao longo destes dois anos e meio. Foi um imenso prazer ser orientado pelo Alexandre.

Agradeço imensamente também a minha banca. Tive a sorte que poucos têm de vê-la composta por três docentes dos quais tenho declarada admiração.

Ao longo do mestrado, tive o prazer de ser aluno de docentes excelentes, dos quais tentei reter o máximo, para que um dia possa também eu merecer estes elogios. Agradeço em especial a Anna Carletti, Ana Paula Maielo, Andrea Pacífico, Carlos Enrique Ruiz, Cristina Pacheco, Filipe Reis, Paulo Kuhlmann. Guardo comigo memoráveis elogios e críticas sopesadas, sinceras e abertas, comentários que me fizeram perseverar durante o caminhar do mestrado.

Dentre os docentes da Faculdade de Direito da UEPB na qual me graduei, agradeço em especial a Raymundo Juliano do Rêgo Feitosa. Tenho o orgulho de ter sido aluno de Juliano em Direito Tributário e Direito Financeiro, e a afinidade por política e economia nos tornou amigos. Juliano é dos raros e escassos sábios que conhecem o Brasil de cima a baixo, e detém um poder bastante singular de perceber o espírito do tempo. Eu o agradeço por todo o apoio prestado esses anos todos. Na Faculdade de Direito, agradeço aos docentes do CCJ nas figuras de Fábio

Araújo, Glauber Salomão, Hugo César Gusmão, Rosimeire Ventura e Sérgio Cabral dos Reis o excelente magistério, lições que guardo ainda hoje.

Durante o mestrado, tive a oportunidade de conhecer diversos acadêmicos, e entre docentes e pós-graduandos, pude conversar e crescer enquanto pesquisador. Três foram os grandes eventos que me marcaram nesse período: a conferência da Iniciativa Internacional para a Promoção da Economia Política, o IIPPE (2018); o Seminário Sino-Brasileiro (2018-2019) e o Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China (2019). Em especial, agradeço a: Arindam Das, Chong Ma, Esther Majerowicz, Fernando Leite, Flávio Miranda, Karen Helveg Petersen, Rodrigo Salgado, Rubens Sawaya e Salimah Valiani, Sam-kee Cheng (IIPPE); João Cumarú, Marcos Costa Lima, Pedro Fonseca, e Renan Holanda (SSB, Recife); Alberto Nogueira, Caio Wolf, João Victor Guimarães, Lucas Coutinho, Lucas Gualberto, Marcel Jaroski; Marcelo Introini, Thais Lacerda Mattos, Thiago Batista e novamente ao Pedro (RBChina).

Agradeço imensamente aos meus colegas de sala, com os quais compartilhei estes anos de diálogo e aprendizado: Ana Beatriz Arantes, Artur Mastroiani, Bráulio Dutra Borges, Edith Souza, Eduarda Martins, Gabriela Galindo, Larissa Rodrigues, Laryssa Figueirêdo Rique, Livia Guedes Bias, Livia Picchi, Luan do Nascimento Silva, Maria Eduarda Dourado, Monique Martins, Thiago da Paixão Abreu e Wagner Tavares.

Agradeço mais do que especialmente aos meus hoje velhos amigos, Arthur Leano, Gabriel Fernandez e Marcelo Italiano, com os quais tive o prazer de por diversas vezes ficar ébrio e matracar sobre geopolítica noite adentro. Agradeço imensamente a Vinícius de Sousa Cabral e a Gabrielly Lopes Barbosa por todo o apoio estes anos todos. Aos meus grandes amigos: Brenna Alves, Pedro Henrique Gaudêncio, Rodolpho Barbosa Freire de Araújo e Roberto Matheus.

Este rol conta também com a participação especial de amigos completamente desalojados de outros grupos, mas não menos importantes, como Gabriel de Lemos Licht, Pedro Henrique Barreto, Saulo Vicente de Melo e Tito Lívio Cabral. Por fim, agradeço aos amigos da faculdade de Direito: Anielle Monteiro, Camilo Diniz Lélis, Artur Andrade Costa, Caio César Barbosa, Cássio Lira Braga, Felipe Augusto Lopes Carvalho, Lucas Ferdinand Oliveira, Maria Luísa Torres, Raquel Torres, Rayane Tavares, Yago Grisi; aos amigos de mesa de bar Espedito Neto e Rodeildo Clemente de Azevedo; e aos amigos da Escola Virgem de Lourdes: Antônio Costa Júnior, Erick John Silva, Felipe Silva Lima, Igor Furtado Targino, José Régis Neto, Kelven Claudino, Matheus Souza, Wesley Rafael Cruz dos Reis.

Enfim, a pluralidade de nomes neste texto demonstra a verdade das famosas palavras de John Donne. Embora provisoriamente distantes, nenhum homem é uma ilha. Agora afastados, dá pra ver que se trata de um continente, que se vê inteiramente prejudicado sempre que um pequeno pedaço de solo se esvai. Por isto, digo: esta crise tem responsáveis, e é passada a hora de pedir compaixão. Não devemos fazer escusas quando nossa hora chegar.



**Um adendo:**

No que viria a ser o esvaziamento do recinto, pretérito ao apagar das luzes da Administração Temer, e já compactuando com a vindoura pesada atmosfera dos anos seguintes, o Ministério da Educação elaborou a Portaria MEC nº 206, segundo a qual nós, bolsistas, amparados pelo financiamento público devido a nossas pesquisas, deveríamos, com toda a obrigatoriedade própria do supramencionado ato administrativo, agradecer expressamente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas prestações mensais percebidas. Uma vez colocada a ameaçante consideração de que a falta do cumprimento deste ditame pode ocasionar em deméritos aos Programas de Pós-graduação desavisados ou a estudantes desatentos ao devido apego a forma, deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos.

Tive a sorte de receber minha bolsa de pesquisa em abril de 2019, um mês antes do fatídico sequestro orçamentário de por volta de 30% dos recursos relativos às universidades públicas federais, que também afetou Institutos Federais e toda a completa rede de ensino e pesquisa ao redor do Executivo nacional. Foi também em maio de 2019 que milhares de bolsas CAPES foram abruptamente julgadas ociosas, mesmo se sabendo que costuma haver uma demora administrativa de cerca de quatro semanas entre a devolução de bolsa por mestrandos e doutorandos e o posterior recebimento pela recém-chegada prole de pesquisadores nacionais. Claro, uma vez que o “contingenciamento” se tornou moeda política de pressão e barganha, nada mais justo do que sublinharmos trata-se de sequestro. Milhares de vidas foram postas desde então num limbo, no qual eu não caí por pura sorte, e pela concomitante celeridade de vários funcionários técnico-administrativos, espalhados por diversos órgãos governamentais, aos quais agradeço.

Portanto, fica aqui meu sincero agradecimento a CAPES. Deveríamos todos ter agradecido à mesma bem mais, muito mais, antes do cometimento da série de crimes praticados pela atual Administração Federal contra a ciência pátria. Entretanto, ainda o ataque a Educação seja crime contra o futuro, estes não são sequer os menores crimes praticados contra o povo deste país durante os anos em que fiz o mestrado.

## EPÍGRAFE

“Dull is the eye that will not weep to see  
Thy walls defaced, thy mouldering shrines removed  
By British hands, which it had best behoved  
To guard those relics ne'er to be restored.  
Curst be the hour when from their isle they roved,  
And once again thy hapless bosom gored,  
And snatch'd thy shrinking gods to northern climes  
abhorred!”

Lord Byron, *Childe Harold*.

I sleep all day and all night, barely disturbed by the chop-chop of picks behind the wall at my head or the faraway rumble of barrows and shouts of labourers. In my dreams I am again in the desert, plodding through endless space towards an obscure goal. I sigh and wet my lips. “What is that noise?” I ask when the guard brings my food. They are tearing down the houses built against the south wall of the barracks, he tells me: they are going to extend the barracks and build proper cells. “Ah yes,” I say: “time for the black flower of civilization to bloom.” He does not understand.

J. M. Coetzee, *Waiting for the Barbarians*.

## RESUMO

Esta Dissertação discute a atualidade da Teoria Marxista do Imperialismo e suas relações com o processo de exportação de capital por parte do Capital Chinês para o Sudeste Asiático. Este processo é impulsionado pela atuação de Bancos Públicos Transnacionais da China. Na particularidade analisada, foi escolhido o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB), dada a sua aproximação com a Nova Rota da Seda (NRS), política pública internacional voltada ao crescimento econômico chinês e ao fortalecimento das ligações entre polos produtivos globais em países de capitalismo dependente com mercados consumidores em países de capitalismo central. O processo de Exportação do Capital realizado pelo Capital Chinês é compreendido como necessário para a manutenção do processo de reprodução ampliada deste capital. O Estado Chinês torna-se, portanto, o financiador da expansão de seu Capital doméstico. Isto também possibilita transformações na dinâmica do espaço geográfico global. Utiliza-se, ao longo desta pesquisa, o materialismo sócio-histórico dialético como método, de modo a relacionar fenômenos e categorias de análise ao objeto. Objetivando demonstrar a pertinência do marco teórico da Teoria Marxista do Imperialismo, esta Dissertação dedica seu primeiro capítulo à sua atualidade, revisando a bibliografia relacionada ao tema, desde suas origens até sua discussão contemporânea. O segundo capítulo versa sobre a particularidade contemporânea do processo de acumulação de capital na República Popular da China (RPC). São revisadas as condições de acumulação e reprodução capitalista no país e a sua integração ao capitalismo mundial. Serão discutidos os vetores contemporâneos do processo de acumulação de capital chinês, permeados pela necessidade de exportação de capital. Dentre estes vetores encontra-se a criação e atuação de Bancos Públicos Estatais, através dos quais vastos aportes financeiros são obtidos por Empresas Estatais Chinesas (SOEs), visando sua internacionalização. O terceiro capítulo desta dissertação versa sobre a particularidade do AIIB, o Banco Multilateral de Desenvolvimento criado para suprir empréstimos para empresas envolvidas na criação da Nova Rota da Seda. Nossa abordagem deste objeto seguirá a vinculação do capital investido pela RPC no AIIB de modo a alimentar a expansão internacional do Capital Chinês para países designados como pertencentes à Nova Rota da Seda. Este processo é demonstrado na segunda metade do capítulo, que seleciona a sub-região geográfica do Sudeste Asiático. Este processo é demonstrado na segunda metade do capítulo, que seleciona a sub-região geográfica do Sudeste Asiático. No que diz respeito ao Sudeste Asiático, foram analisados todos os nove projetos aprovados entre 2016 e 2019 pelo AIIB localizados nesta região. Ao final, discutimos, a luz da Teoria Marxista do Imperialismo, a atuação do AIIB na internacionalização do capital chinês no Sudeste Asiático, contribuindo para a atualização da categoria do Imperialismo frente ao processo sócio-histórico atual desencadeado pela internacionalização do capital chinês.

**Palavras-chave:** Imperialismo; Capital Chinês; Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura; China; Nova Rota da Seda; Sudeste Asiático.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the present-day significance of the Marxist Theory of Imperialism and its relations to the process of exportation of capital by Chinese Capital to Southeast Asia. This process is stimulated by the actions of Transnational Public Banks of China. By analyzing the chosen particularity, this research selected the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), given its connection to the Belt and Road Initiative (BRI), the international public policy focused on sustaining the Chinese economic growth and the strengthening of global productive centers in dependent capitalist countries to consumer markets in core capitalist countries. The process of exportation of capital put forward by Chinese Capital is understood as necessary to the upkeep of the process of expanded reproduction of such Capital. Therefore, the Chinese State becomes the financial supporter necessary for the expansion of its domestic Capital. That also enables the transformation of the current global geographic space dynamic. Throughout this research, socio-historical dialectic materialism is used as a research method, connecting phenomena and categories of analysis to the object. Aiming to demonstrate the pertinence of the theoretical framework of the Marxist Theory of Imperialism, this Dissertation dedicates its first chapter to the present-day significance of this theory, reviewing the bibliography related to this theme, from its origins to its contemporary discussions. The second chapter focuses on the contemporary particularity of the process of capital accumulation in the People's Republic of China (PRC). The conditions for accumulation and reproduction in this country and its integration to world capitalism are reviewed. The contemporary vectors of the Chinese capital accumulation process are reviewed, permeated by the necessity for capital exportation. Within these vectors lies the need for the creation and ulterior functioning of Public-Owned Banks, through which vast financial sums are obtained by State-Owned Enterprises (SOEs), aiming its multinationalization. The third chapter of this Dissertation focuses on the particularity of the AIIB, the Multilateral Development Bank created to supply loans to companies involved in the creation of the Belt and Road Initiative. Our approach to this object follows the linkage between PRC invested capital through AIIB in a wait to sustain the international expansion of Chinese Capital to through Belt and Road Initiative designated countries. This process is demonstrated in the second half of this chapter, which selects the geographical region of Southeast Asia. In what concerns Southeast Asia, all the nine AIIB approved projects between 2016 and 2019 were analyzed. Finally, through Marxist Theory of Imperialism, we discuss the acting of the AIIB and its role in Chinese Capital internationalization in Southeast Asia, contributing to the actualization of the category of Imperialism facing the socio-historical process started by the internationalization of Chinese Capital.

**Keywords:** Imperialism; Chinese Capital; Asian Infrastructure Investment Bank; China; Belt and Road Initiative; Southeast Asia.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01:</b> <i>Treaty Ports</i> na China durante o Império Qing (1889).....	83
<b>FIGURA 02:</b> Expansão do Império Japonês no Leste Asiático (1885-1933) .....	86
<b>FIGURA 03:</b> Composição Industrial do Produto Industrial durante o Período Maoísta, Indústria Leve e Pesada (% do Total).....	100
<b>FIGURA 04:</b> Presidentes do PCCh, Primeiros-Ministros da China, Chefes de Estado (Presidente e Posições Equivalentes e <i>Chairman</i> da CMC (1950-2019) .....	104
<b>FIGURA 05:</b> Percentual Proporcional dos Salários Manufatureiros do Leste Asiático por hora em relação ao Salário Manufatureiro Americano por hora (1950-2009) .....	108
<b>FIGURA 06:</b> Transferências totais de Zonas Rurais para Zonas Urbanas e do Setor Agrícola para o Industrial na China (1980-2000).....	109
<b>FIGURA 07:</b> Proporção do Total das Exportações Chinesas por Tipo de Empresa (SOEs, FIEs e POEs) (1995-2016).....	113
<b>FIGURA 08:</b> Proporção do Total das Exportações Chinesas com Materiais Importados por Tipo de Empresa (JFVs, FOEs, SOEs, POEs) (1995-2016).....	114
<b>FIGURA 09:</b> Média Anual do Salário Nominal, Renda Operativa dos Domicílios Rurais e Renda Total dos Domicílios Rurais por Trabalhador (1995-2015).....	115
<b>FIGURA 10:</b> Proporção de Títulos Públicos dos EUA de Longa Duração detidos pela República Popular da China e por Países do Leste Asiático (1978-2008) .....	122
<b>FIGURA 11:</b> Dinâmica Econômica Global Centrada na China.....	124
<b>FIGURA 12:</b> Taxa de Mais-valor na China (1956-2015) .....	138
<b>FIGURA 13:</b> Cadência da Taxa de Lucro Global (1955-2010) .....	139
<b>FIGURA 14:</b> AIIB: Membros Fundadores (57), mês a mês (outubro, 2014 – abril, 2015)..	152
<b>FIGURA 15:</b> AIIB: Estados-membros (2019) .....	153
<b>FIGURA 16:</b> Países Pertencentes à Nova Rota da Seda vs. Membros Regionais do AIIB vs. Estados-membros do AIIB pertencentes a Nova Rota da Seda (2019) .....	156
<b>FIGURA 17:</b> China Continental e o Sudeste Asiático (2019).....	177
<b>FIGURA 18:</b> Indonesia National Slum Upgrading Program .....	182
<b>FIGURA 19:</b> Myingyan 225 MW Combined Cycle Gas Turbine (CCGT) Power Plant Project.....	185
<b>FIGURA 20:</b> Componentes do M-CCGT, Mianmar.....	187
<b>FIGURA 21:</b> Metro Manila Flood Management Project .....	196
<b>FIGURA 22:</b> Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project, Mapa da DI Pamakkulu (4.133 m <sup>2</sup> ) .....	200
<b>FIGURA 23:</b> Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project, Mapa da DI Jatiluhur (183.229 m <sup>2</sup> ) .....	203
<b>FIGURA 24:</b> Indonesia Mandalika Urban and Tourism Infrastructure .....	205
<b>FIGURA 25:</b> Plano de Uso da Terra, I-MUTI .....	207
<b>FIGURA 26:</b> Mapa da Vegetação Marinha Nativa, Mandalika .....	209
<b>FIGURA 27:</b> Laos National Road 13 Project.....	212
<b>FIGURA 28:</b> Componentes do LNR13IMP, Road 13, Laos.....	213
<b>FIGURA 29:</b> Estrutura de Cabeamento de Fibra Ótica Instalada no Camboja.....	217
<b>FIGURA 30:</b> Proposta Completa do Cabeamento de Fibra Ótica feita pela CFOCN-Ltd....	218
<b>FIGURA 31:</b> O Projeto AAE-1 .....	219

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01:</b> PIB, População e PIB per Capita, variação anual (1820-1952).....	89
<b>TABELA 02:</b> Produto Interno Bruto por Setor de Origem, China (1890-1952).....	94
<b>TABELA 03:</b> Transferências de Excedente Rural-Urbano durante o Período Maoísta (1952-1978).....	97
<b>TABELA 04:</b> Top 10 Empresas que Exportam a partir da China, em valores totais (2015) comparadas ao Ranking Forbes Global 2000 (2016) .....	121
<b>TABELA 05:</b> Estrutura do IED da China: Fluxos e Estoque (2013-2017) .....	134
<b>TABELA 07:</b> Índice de Gini e Percentual do PIB Distribuído por Renda.....	140
<b>TABELA 08:</b> Tipos de voto e proporções de votos no AIIB (2019) .....	155
<b>TABELA 09:</b> Divisão Geográfica, Capital Subscrito e Poder de Voto dos Estados-membros do AIIB (2019) .....	155
<b>TABELA 10:</b> Conselho de Diretores do AIIB (fevereiro de 2020).....	158
<b>TABELA 11:</b> Ano de Associação, Capital Subscrito e Poder de Voto da China em BMDs	162
<b>TABELA 12:</b> Evolução Anual do AIIB (2015-2019) .....	165
<b>TABELA 13:</b> Novos Projetos, Investimentos Totais Estimados; Investimentos Estimados Exclusivos do AIIB (2016-2019) .....	166
<b>TABELA 14:</b> Comparação entre AIIB, ADB e WB/IBRD.....	166
<b>TABELA 15:</b> Setores Econômicos dos Projetos Aprovados pelo AIIB: definição do AIIB e Definição Alternativa Proposta .....	169
<b>TABELA 16:</b> Participação de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) em Projetos Aprovados do AIIB (2016-2019) .....	175
<b>TABELA 17:</b> AIIB: Projetos Aprovados no Sudeste Asiático (2016-2019).....	178
<b>TABELA 18:</b> Custo e Financiador por Componente do I-NSUP.....	184
<b>TABELA 19:</b> I-NSUP: Empresas Vencedoras de Contratações pelo WB/IBRD (2017-2019) .....	184
<b>TABELA 20:</b> I-NSUP: Desembolsos Esperados e Realizados pelo AIIB (2017-2022) .....	185
<b>TABELA 21:</b> Custo e Financiador por Componente do I-RIDF.....	192
<b>TABELA 22:</b> Projetos Aprovados pelo RIDF.....	193
<b>TABELA 23:</b> Custo e Financiador por Componente do I-DOISP (US\$ Mi.).....	195
<b>TABELA 24:</b> Custo e Financiador por Componente do MMFMP .....	199
<b>TABELA 25:</b> I-SIMURP: Esquemas de Irrigação, Área Total (m <sup>2</sup> ) .....	202
<b>TABELA 26:</b> Custo e Financiador por Componente do I-SIMURP .....	204
<b>TABELA 27:</b> Custo e Financiador por Componente do I-MUTI.....	210
<b>TABELA 28:</b> Estimativa Anual de Desembolsos, I-MUTI (US\$ Mi.) (2019-2024) .....	211
<b>TABELA 29:</b> Distribuição dos Domicílios Afetados pelo LNR13IMP .....	215
<b>TABELA 30:</b> Custo e Financiador por Componente do LNR13IMP .....	215
<b>TABELA 31:</b> Projetos Aprovados pelo AIIB no Sudeste Asiático, Desembolsos (2016-2019) .....	223

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 01:</b> Produção Interna Chinesa por Setor Econômico e Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto da República Popular da China (1952-1982) .....	96
<b>GRÁFICO 02:</b> Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) enquanto Percentual do PIB nacional (1960-2018) .....	99
<b>GRÁFICO 03:</b> Proporção da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do Consumo Privado em relação ao PIB da China (1978-2018) .....	118
<b>GRÁFICO 04:</b> PIB nominal da China e PIB Global subtraído o PIB da China (US\$ Bi) vs. Taxa de Crescimento do PIB da China e PIB Global (%) (1998-2018).....	123
<b>GRÁFICO 05:</b> Crescimento Médio do PIB Trimestral (%) (2007-2018) .....	128
<b>GRÁFICO 06:</b> IED Total da China e para a China, IED total dos EUA e para os EUA (2002-2018).....	135
<b>GRÁFICO 07:</b> Percentual Estrangeiro nos Ativos, Vendas e Emprego em MNCs Não-Bancos (2008-2017).....	141
<b>GRÁFICO 08:</b> A Multinacionalização de Empresas Chinesas no Top 100 Global NF-MNCs (2008-2018).....	142
<b>GRÁFICO 09:</b> AIIB: Evolução Anual dos Membros Não-regionais, Regionais, Totais e Prospectivos (2015-2019).....	154
<b>GRÁFICO 10:</b> AIIB - Capital Subscrito <sup>1</sup> , ano a ano (2015-2019) vs. Regional e Não-regional	
<b>GRÁFICO 11:</b> Comparação entre o Capital Autorizado de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o Fundo da Rota da Seda (2018) .....	161
<b>GRÁFICO 12:</b> Comparação entre o Capital Subscrito de BMDs (2015-2019) .....	167
<b>GRÁFICO 13:</b> Financiamento do AIIB por país, por Região Geográfica vs. Preço Estimado de Realização dos Projetos com Atuação do AIIB, ano a ano (2016-2019) .....	168
<b>GRÁFICO 14:</b> Divisão por Setor Econômico dos Projetos do AIIB: Divisão Oficial (esquerda) vs. Divisão Alternativa Proposta (direita) (2016-2019) .....	171
<b>GRÁFICO 15:</b> Diagrama de Pareto – Obras do AIIB por valor estimado vs. Acúmulo Proporcional de Investimentos do AIIB por Projeto Aprovado (2016-2019) .....	172
<b>GRÁFICO 16:</b> Distribuição do Percentual de Financiamento do AIIB por Projeto Aprovado vs. Preço Total Avaliado do Projeto Aprovado .....	173
<b>GRÁFICO 17:</b> Valor Estimado dos Projetos Aprovados pelo AIIB vs. Percentual de Participação do AIIB no Financiamento de seus Projetos Aprovados, ano a ano (2016-2019).....	174
<b>GRÁFICO 18:</b> Evolução Anual do Investimento Total por Projeto Aprovado do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura no Sudeste Asiático vs. Percentual Desembolsado do AIIB sobre o Valor Total do Projeto (2016-2019) .....	179
<b>GRÁFICO 19:</b> Proporção do AIIB e de outros BMDs no Financiamento dos Projetos Aprovados pelo AIIB (2016-2019) .....	180

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01:</b> Lista de Tratados Desiguais assinados pela China (1842-1933).....	84
<b>QUADRO 02:</b> Componentes do I-NSUP .....	184
<b>QUADRO 03:</b> Componentes do M-CCGT .....	187
<b>QUADRO 04:</b> Dados Gerais sobre a Sembcorp (2015).....	188
<b>QUADRO 05:</b> Componentes do I-RIDF .....	190
<b>QUADRO 06:</b> Componentes do I-DOISP.....	194
<b>QUADRO 07:</b> Componentes do MMFMP.....	197
<b>QUADRO 08:</b> Componentes do I-SIMURP .....	201
<b>QUADRO 09:</b> Componentes do I-MUTI .....	206
<b>QUADRO 10:</b> Componentes do LNR13IMP.....	214
<b>QUADRO 11:</b> Projetos atribuídos ao Acionista Majoritário da CFOCNC-Ltd (Hyalroute/ ITHL).....	221



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADB	<i>Asian Development Bank</i> , Banco Asiático de Desenvolvimento
AIIB	Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, <i>Asia Infrastructure Investment Bank</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BMD	Bando Multilateral de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDTB	Corporação de Desenvolvimento Turístico de Bali (Indonésia)
CDTI	Corporação de Desenvolvimento Turístico da Indonésia
C-FOCN	<i>Cambodia Fiber Optic Communication Network</i>
CFOCNC	<i>Cambodia Fiber Optic Communication Network Co.</i>
DPWH	<i>Department of Public Works and Highways (Philippines)</i>
EBRD	<i>European Bank for Reconstruction and Development</i> , Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
ELP	Exército de Libertação Popular, 人民解放军, <i>Rénmín Jiěfàngjūn</i> .
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo, <i>Gross Fixed Capital Formation</i>
FDI/IED	Foreign Direct Investment, Investimento Externo Direto
FIEs	<i>Foreign Invested Enterprises</i> , Empresas de Capital Externo Investido
FMI/IMF	Fundo Monetário Internacional, <i>International Monetary Fund</i>
FOEs	<i>Foreign Owned Enterprises</i> , Empresas de Propriedade Estrangeira (de Capital Constitutivo predominantemente não-chinês)
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio, <i>General Agreement on Trade and Tariffs</i>
GMD	<i>Guomindang</i> , Partido Nacionalista Chinês, 中國國民黨, <i>Zhōngguó Guómíndǎng</i>
GoI	<i>Government of Indonesia</i> , Governo da Indonésia
HKSAR	<i>Hong Kong Special Administrative Region</i>
IED	Investimento Externo Direto, <i>Foreign Direct Investment</i>
I-DOISP	<i>Indonesia Dam Operational Improvement and Safety Project Phase II</i>
I-MUTI	<i>Indonesia Mandalika Urban and Tourism Infrastructure Project</i>
I-NSUP	<i>Indonesia National Slum Upgrading Project</i>
I-RIDFP	<i>Indonesia Regional Infrastructure Development Fund Project</i>

I-SIMURP	<i>Indonesia Strategic Irrigation Mod. and Urgent Rehabilitation Project</i>
ITDC	<i>Indonesia Tourism Development Corporation</i>
ITHL	<i>International Telecommunications Holdings Limited, 國際通信控股有限公司</i>
JVs	<i>Joint Ventures, Empresas de Empreendimento Conjunto (neste caso, entre Capital Estrangeiro e Capital Público Chinês)</i>
LGUs	<i>Local Government Units (Philippines)</i>
L-NR13IMP	<i>Laos National Road 13 Improvement and Maintenance Project</i>
M-CCGT	<i>Myanmar Myingyan Power Plant Project</i>
MEEP	Ministério da Eletricidade e Energia do Mianmar
MEPE	<i>Myanmar Electric Power Enterprise</i>
MFOCNC-Ltd.	<i>Myanmar National Fiber Optic Network Ltd.</i>
MMDA	Autoridade para o Desenvolvimento do Metro de Manila (Filipinas)
MNCs	<i>Multinational Companies, Empresas Multinacionais.</i>
MOFCOM	<i>Ministry of Commerce of People's Republic of China, Ministério do Comércio da República Popular da China, 中华人民共和国商务部</i>
MOPH	Ministério de Obras Públicas e Habitação (Indonésia), <i>Ministry of Public Works and Housing (Indonesia)</i>
NDB/NBD	<i>New Development Bank, Novo Banco do Desenvolvimento.</i>
NDF	<i>Nordic Development Fund, Fundo Nórdico de Desenvolvimento.</i>
NRS	Nova Rota da Seda, <i>Belt and Road Initiative, One Belt, One Road, 丝绸之路经济带和21世纪海上丝绸之路 (一带一路)</i>
OFDI	<i>Outward Foreign Direct Investment.</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPBRC	<i>Output and performance Based Road Contract</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAMFs	Planos de Ação e Melhoramento de Favelas (Indonésia)
PACs	Planos de Assentamento de Comunidades (Indonésia)
PBoC	People's Bank of China, Banco do Povo da China
PCCh	Partido Comunista da China, 中国共产党, Zhōngguó Gòngchǎndǎng
PERSERO	<i>Perusahaan Perseroan (Indonesian)</i>
PIB	Produto Interno Bruto, <i>Gross Domestic Product</i>
PMMandalika	Plano Mestre de Mandalika (Indonésia)

P-MMFMP	<i>Philippines Metro Manila Flood Management Project</i>
PMU	<i>Project Management Unit (Laos)</i>
PMSA	Política de Manejo Social e Ambiental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POEs	<i>Private Owned Enterprises</i> , Empresas Privadas (Chinesas).
PPPs	Parcerias Público Privadas, <i>Public Private Partnerships</i>
RAP	<i>Resettlement Action Plan (Phillipines; Laos)</i>
ROAPE	<i>Review of African Political Economy.</i>
RoC	República da China.
RoK	<i>Republic of Korea</i> , República da Coréia.
RPC	República Popular da China.
SASAC	<i>State-owned Assets Supervision and Administration Commission</i> , Comissão para a Supervisão e Administração de Ativos Estatais.
SGM	Segunda Guerra Mundial.
SGS	<i>Société Générale de Surveillance (Suísse)</i>
SMI	<i>Sarana Multi Infrastruktur (Persero)</i>
SOEs	<i>State Owned Enterprises</i> , Empresas Estatais (Chinesas).
SRF	<i>Silk Road Fund</i> , Fundo da Rota da Seda.
SSfEA	<i>Swiss State Secretariat for Economic Affairs</i> , Secretariado de Estado Suíço para Assuntos Econômicos.
SUCOFINDO	<i>Superintending Company of Indonesia, Persero (Indonesia)</i>
TVEs	<i>Township and Village Enterprises</i> , Empresas de Municípios e Vilarejos (Chineses).
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
WB	<i>World Bank</i> , Banco Mundial.
WB/IBRD	<i>International Bank for Reconstruction and Development (World Bank)</i>
WB/IDA	<i>International Development Agency (World Bank)</i>
WB/IFC	<i>International Financial Company (World Bank)</i>
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	10
<b>SUMÁRIO</b> .....	18
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>CAPÍTULO I – A ATUALIDADE HISTÓRICA DA TEORIA DO IMPERIALISMO: DAS ACEPÇÕES CLÁSSICAS ATÉ O PARADIGMA DA CHINA</b> .....	<b>30</b>
1.0. Considerações Iniciais .....	30
1.1. O Debate Clássico e a Gênese do Imperialismo.....	24
1.2. Capital Monopolista, Imperialismo Sem Colônias, Teorias da Dependência e Subimperialismo.....	45
1.2.1. Fundações Históricas e Econômicas dos “Anos Dourados” do Capitalismo .....	45
1.2.2. Baran, Sweezy e a Teoria do Capital Monopolista .....	49
1.2.3. A Continuidade do Imperialismo nos “Anos Dourados” do Capitalismo: Primeiras discussões sobre o Desaparecimento do Imperialismo, o Novo Relacionamento Internacional e as Transformações do Imperialismo.....	54
1.2.4. Teorias da Dependência e o Subimperialismo de Ruy Mauro Marini. ....	56
1.3 A Crise Estrutural do Capital e a Condição Contemporânea: Financeirização, Neoliberalismo e a Continuidade do Imperialismo .....	61
1.3.1. A Crise Estrutural do Capital e seus Subprodutos: Financeirização e Neoliberalismo..	61
1.3.2. O Breve Desaparecimento do Imperialismo e seu Ressurgimento no Século XXI.....	67
1.4. O Imperialismo no Século XXI e o papel da China: uma Introdução ao Debate Contemporâneo.....	70
<b>CAPÍTULO II – A INTEGRAÇÃO DA CHINA AO CAPITALISMO GLOBAL: DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA À EXPORTAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS</b> .....	<b>76</b>
2.0. Considerações Iniciais .....	76
2.1. A Integração da China no Capitalismo Mundial (1978 – 2008).....	82
2.1.1. Acumulação e Destruição de Capital no Período Pré-revolucionário chinês: Imperialismo, Guerra Civil e Revolução (1842-1949).....	82
2.1.2. Antes da Reforma, Depois da Revolução: A Economia Política do Período Maoísta (1949-1978) .....	90
2.1.3. A China, as Reformas e o Neoliberalismo: entre integração periférica, o neoliberalismo e um desenvolvimentismo com características chinesas (1978-2008) .....	103
2.2. A Dinâmica Econômica Chinesa Pós-Crise Financeira (2008-2019) .....	126
2.2.1. A Mudança no Padrão de Investimentos Domésticos .....	126
2.2.2. A China e o Sistema Financeiro Internacional .....	132
2.3. A Crise Estrutural do Capital e a Possibilidade de Desaceleração Econômica Chinesa: Repostas Contemporâneas.....	138
2.3.1. A China e a Queda Tendencial da Taxa de Lucro.....	138
2.3.2. A Nova Rota da Seda: Seu Papel, Seu Financiamento e Seu Estado Atual .....	143
<b>CAPÍTULO III – O PAPEL DO BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO (2016-2019)</b> .....	<b>149</b>
3.0. Considerações Iniciais .....	149

3.1. O AIIB: Sua Estrutura e Funcionamento, Sua Razão de Ser, Sua Atuação .....	151
3.1.1. Estrutura e Funcionamento .....	151
3.1.2. Razão de Ser .....	160
3.1.3. Atuação (2016-2019).....	165
3.2. O AIIB no Sudeste Asiático: Panorama dos Investimentos, sua Evolução, Parcerias Locais e Internacionais.....	177
3.2.1. Panorama .....	177
3.2.2. Projetos Aprovados no Sudeste Asiático.....	181
3.2.2.1. <i>Indonesia: National Slum Upgrading Project (2016)</i> .....	181
3.2.2.2. <i>Mianmar: Myingyan 225 MW Combined Cycle Gas Turbine (CCGT) Power Plant Project (2016)</i> .....	185
3.2.2.3. <i>Indonesia: Regional Infrastructure Development Fund Project (2017)</i> .....	189
3.2.2.4. <i>Indonesia: Dam Operational Improvement and Safety Project Phase II (2017)</i> .....	193
3.2.2.5. <i>Filipinas: Metro Manila Flood Management Project (2017)</i> .....	196
3.2.2.6. <i>Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project (2018)</i> .....	200
3.2.2.7. <i>Indonesia: Mandalika Urban and Tourism Infrastructure (2018)</i> .....	205
3.2.2.8. <i>Laos: National Road 13 Improvement and Maintenance Project (2019)</i> .....	212
3.2.2.9. <i>Camboja: Fiber Optic Communication Network (2019)</i> .....	216
3.3. Considerações sobre a atuação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura e a Internacionalização do Capital Chinês no Sudeste Asiático .....	222
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>228</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>237</b>

## INTRODUÇÃO.

Todo começo é difícil, e isto vale para qualquer ciência.  
Karl Marx, *O Capital, Volume I, Prefácio da Primeira Edição (1867)*.

But here is the reverse of the medal:  
the method of analysis which I have employed,  
and which had not previously been applied  
to economic subjects,  
makes the reading of the first chapters rather arduous,  
and it is to be feared that the [~~French~~] public,  
always impatient to come to a conclusion,  
eager to know the connection between general principles  
and the immediate questions that have aroused their passions,  
may be disheartened because  
they will be unable to move on at once.

That is a disadvantage  
I am powerless to overcome,  
unless it be by forewarning  
and forearming  
those readers who zealously seek the truth.  
There is no royal road to science,  
and only those who  
do not dread  
the fatiguing climb  
of its steep paths  
have a chance of gaining  
its luminous summits.

Karl Marx, *Capital, Volume I, Preface to the French Edition (1872)*.

Desde o início do século atual, em face do sucesso econômico chinês, economistas do espectro político mais variado têm discutido a transformação econômica da China enquanto ascensão da República Popular da China no cenário internacional<sup>1</sup>. Uma breve análise bibliográfica demonstra que as expectativas em relação à China já começavam a se elevar desde o período inicial de altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e permaneceu após a rápida retomada econômica nos anos seguintes à Crise financeira de 2007/2008<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Para uma introdução à discussão sobre a ascensão chinesa no plano internacional do ponto de vista ortodoxo, recomendamos Arase (2015), Callahan (2016) e Wise e Ching (2017). Para visões heterodoxas e marxistas, indicamos Hart-Landsberg e Burkett (2005), Harvey (2005), Foster e McChesney (2013) e Amin (2013). Para a particularidade da discussão proveniente de autores chineses sobre o tema, cujos vieses variam, ou mesmo mesclam, estes três posicionamentos, apontamos Cheng e Xin (2011), Enfu Lin (2012) e Cheng e Ding (2017).

<sup>2</sup> A título de exemplo, Callahan (2013), Hung (2016). Em especial, Callahan (2013) expõe de forma mais aprofundada esta coletiva empolgação com a China, indicando literatura considerável.

Ano após ano, novos determinantes vieram à superfície, apontando para a quase certa realidade de que a China ultrapassaria o status americano de maior economia do mundo em um futuro bastante próximo – e, se levarmos em conta a Paridade de Preço do Produto (PIB/PPP), a China já o é há alguns anos. Muito embora tenha-se presenciado uma queda na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês nos anos posteriores à 2011, fato é que o país conseguiu manter até aqui certa estabilidade macroeconômica, resistindo à crises setoriais internas e ao aparecimento de novos estágios recessivos desde a etapa da crise estrutural do capital iniciada em 2008. No plano doméstico, a China tem resistido a valorizações cambiais excessivas e à fuga de capitais. Tem também evitado a eclosão de bolhas mercadológicas e mitigado problemas com capacidade excedente, enquanto aparentemente controla a expansão da sua dívida pública (LO, 2012; LO, 2016a).

No plano externo, a partir da Crise financeira de 2007/2008, a célere retomada do crescimento econômico chinês condicionou a retomada do crescimento global. Diversos exemplos podem ser apontados nesse sentido: a continuidade do seu suporte econômico como nação fiadora dos títulos públicos americanos nos momentos imediatos após o início da crise de 2008 ou em ocasião da crise da dívida europeia em 2011; ou a permanência parcial da demanda por insumos básicos frente à redução internacional de preços em 2015. Estes eventos provaram que, se a China não se tornou um dos países a balancear a estabilidade econômica global, certamente ela não está longe, e já é considerada como tal por países de capitalismo central e por economias periféricas (HUNG, 2016).

Talvez ainda mais importante do que o sucesso macroeconômico, estes índices têm aparentemente se convertido em melhoria das condições de vida da população chinesa. A retirada de cerca de 800 milhões de pessoas da miséria tem se coadunado com um crescimento surpreendente da renda média per capita, indicando o surgimento de uma classe média doméstica, cuja renda média rapidamente ultrapassou países em desenvolvimento que poucos anos antes detinham rendas quatro ou cinco vezes maiores que a chinesa, como o Brasil (LO, 2016b).

São hoje notórias as tentativas promovidas pelo governo da RPC de melhorar indicadores sociais de províncias afastadas de seus centros urbanos litorâneos do sul do país<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> Estes centros urbanos têm funcionado como Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) desde sua implementação pela China. São cidades como Zhuhai, Shenzhen, Shantou, Xiamen, a Província de Hainan ou o Distrito de Pudong, em Shanghai. Sobre as áreas afastadas do litoral chinês, Leite (2013) coloca a industrialização de áreas rurais chinesas como processo consequencial, ligado ao desenvolvimento econômico chinês. Já Ferdinand (2016) analisa o desenvolvimento do interior chinês como estratégia político-governamental de integração nacional e integração asiática, atrelada à Nova Rota da Seda (NRS).

palco da primeira onda de reformas econômicas liberalizantes, iniciadas em 1978 e encaminhadas em sua maioria ao longo dos anos 1980 e 1990 (HUNG, 2016). Ao mesmo tempo, por anos a fio a campanha governamental para mitigar casos de corrupção por parte de agentes públicos chineses tem como objetivo perpassar diversas esferas do governo, o que certamente atende demandas domésticas por certo combate à corrupção, enquanto pavimentaram a ascensão política do Presidente Xi Jinping dentro do Partido Comunista da China (PCC).

No plano internacional, é difícil ignorar que o crescimento global passou a ser conduzido pelo crescimento econômico chinês, o que termina por admitir certa dependência mútua não só entre países da periferia e semiperiferia do capitalismo, mas sobretudo entre a demanda consumerista de países do núcleo capitalista global e a produção chinesa.

A atuação da China como garantidora da estabilidade econômica do mercado mundial carrega consigo, portanto, certa ansiedade (HUNG, 2016). O debate econômico segue no aguardo de instabilidades no mercado financeiro doméstico chinês, que agora inaugura uma nova bolsa de valores apenas três anos após a turbulência experimentada no mercado acionário de Shanghai.

Se, contudo, vários destes processos citados já acompanhavam a gestão de Hu Jintao como Presidente da RPC, a notoriedade alcançada pelas políticas de Xi Jinping, seu sucessor, não deixa dúvidas sobre a nova posição geopolítica ocupada pela China. Como mencionado anteriormente, o país tem se tornado um dos principais garantidores da ordem econômica internacional, e o crescimento econômico certamente rendeu aumentos aguardados na arrecadação chinesa (NAUGHTON, 2017). Cada dia mais, novas políticas públicas internacionais partindo da China têm povoado o escopo de análise de pesquisadores de diversos países, e o mundo discute há anos o sucesso daquilo que se hoje concebe como o modelo de desenvolvimento chinês<sup>4</sup>, cuja paternidade ideológica é discutida e por vezes disputada por quase toda a integralidade do espectro político-econômico<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Para leituras sobre a construção teórica de um modelo de desenvolvimento econômico chinês, ver Harvey (2005), Panitch e Gindling (2012) e Lo (2016a, 2016b) e Wise e Ching (2018).

<sup>5</sup> A título de exemplo, o debate econômico ortodoxo tem vinculado o sucesso chinês a construção de instituições próprias de gestão e governança independentes, além da promoção do liberalismo multilateral em suas relações comerciais (WISE, CHING, 2017; MAGALHÃES, 2018). Ao mesmo tempo, autores chineses justificam o sucesso do Socialismo com Características Chinesas baseado num alinhamento das mais diversas políticas públicas, variando entre o investimento em indústria pesada à investimentos em energias renováveis (CHENG, DING, 2017; LI, 2018). Interpretações marxistas sobre a economia política chinesa serão abordadas de forma aprofundada ao final do capítulo 01. Diversos exemplos serão abordados ao longo desta dissertação. De antemão, pode-se indicar a leitura de Arrighi (2006), Amin (2013), Anderson (2018), Hung (2016) e Harvey (2005).



A China, claro, tem disponibilizado empréstimos transnacionais sob a bandeira da promoção do desenvolvimento econômico e social de outros países. Afirmando propor modelo diferenciado de empréstimos, em franca oposição a abertura econômica unilateral determinada pelos Estados Unidos ao longo da década de 1990 como condição *sine qua non* para o recebimento de empréstimos de organismos multilaterais sob o seu controle ou influência – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, e, em certa medida, o Banco Central Europeu, Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para manter curta a lista –, a China propõe uma aparente rota de escape ao neoliberalismo (LI, 2017; HUNG, 2018). Empréstimos com valores maiores, com juros melhores, sob a logomarca discursiva da promoção da cooperação Sul-Sul, sem a necessidade do atendimento de pretensas cláusulas democráticas cuja retórica há muito caiu no cinismo, direcionada para países que minimamente procurarem uma colaboração mais estreita com Beijing (HUNG, 2017; STARRS, 2018; GARCIA, BOND, 2019).

Em certa medida, nada mais justo: a liberalização dos mercados nacionais de países em desenvolvimento ocorreu de forma quase que unilateral, sem que se desse a ventilada liberalização dos mercados de insumos básicos em países de capitalismo central. Ao longo dos anos 1990, este pretense processo de liberalização mercadológica também se deu em meio à quebra internacional de países de processos de industrialização tão diferentes quanto Rússia, Brasil e México, e da significativa fragilização das economias nacionais de membros da OCDE como o Japão e a Coreia do Sul (HARVEY, 2003; BELUZZO, 2018).

Entretanto, a expansão internacional experimentada pela economia chinesa não tem sido feita somente por vias comerciais e pela internacionalização de empresas chinesas. Este processo também tem sido acompanhado pela abertura de suas primeiras bases militares no além-mar. As interpretações deste fenômeno também são as mais diversas, com argumentos variando entre a preservação da soberania nacional chinesa e defesa de recursos estratégicos necessários à manutenção estável de rotas comerciais importantes para a economia chinesa<sup>6</sup> à preservação de bens jurídicos internacionais, como a liberdade de tráfego marítimo ou, em certa medida, o próprio comércio internacional<sup>7</sup>.

Além disso, a expansão internacional do capital chinês tem sido atravessada por suspeitas e acusações de ter sua construção fundada sobre *debt traps*, de modo a capturar a dívida pública de países de capitalismo dependente. Também se tem falado sobre a aquisição

---

<sup>6</sup> Neste sentido, ver Garcia (2017), Bond (2018), Garcia e Bond (2018) e Ribeiro (2019).

<sup>7</sup> Nesse sentido, Wise e Ching (2017) e Magalhães (2018).

estratégica de fontes de recursos naturais, garantias de compra preferencial de produção industrializada, monopólios de extração, administração de zonas de livre comércio, tudo em meio à utilização de cláusulas contratuais elusivas em acordos de pouco acesso ao público, e que por vezes facilitariam a aquisição obrigatória – ou o retorno a titularidade originária do banco, fundo de investimentos, empresa privada ou estatal – posterior ao não-atingimento de taxas trimestrais mínimas de lucro.

Nesta esteira, a internacionalização experimentada por empresas chinesas tem tornado reticente o relacionamento comercial entre a China e os demais países do mundo (HUNG, 2019). Muito embora se assinalem as grandes dimensões alcançadas na cooperação para a construção do aparato para o transporte de mercadorias em países em desenvolvimento, segue sendo aguardada alguma mudança na esfera produtiva destas nações<sup>8</sup>. Aguarda-se, claro, que a construção de ferrovias, estradas, portos e aeroportos também se converta em transformações nas estruturas econômicas nacionais. Ao mesmo tempo, é preciso destacar que a competição com empresas chinesas tem se provado há décadas um desafio para indústrias nativas de países dependentes. Isto não quer dizer que se ignora o aumento da empregabilidade local, a construção de equipamentos públicos de saúde e educação, ou, de forma geral, a manutenção das taxas de crescimento de países em desenvolvimento em meio à crise econômica internacional. Pelo contrário: muito embora esteja-se disputando abertamente narrativas quanto aos investimentos chineses em países capitalistas dependentes, para que se faça a necessária apreensão crítica da transformação econômica chinesa, é preciso assinalar o caráter necessariamente contraditório do seu desenvolvimento, que o ocorre dentro do capitalismo em sua feição atual<sup>9</sup>.

O cenário contemporâneo tem deixado claro que parte da disputa econômica e ideológica que se dará no século XXI se dará na esfera do financiamento bilateral e multilateral ao desenvolvimento, e que aqui abordamos em estreita ligação ao processo de internacionalização de capital chinês. Neste contexto se insere a criação de novas instituições financeiras internacionais como o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco do Desenvolvimento (NDB). Na abordagem apresentada nesta dissertação, estas instituições ocupam lugar de destaque na sustentação do processo de internacionalização do capital chinês. Primeiro, a alocação de recursos públicos nestas instituições permite ao mesmo tempo que se assegure os aportes financeiros necessários à realização de obras de engenharia

---

<sup>8</sup> Neste sentido, Hung (2019) e Ribeiro (2019). Em sentido contraposto, ver Wolf e Cheng (2018).

<sup>9</sup> Neste sentido, Ribeiro (2017; 2019).

de porte significativo, como as ligadas à Nova Rota da Seda (NRS). Em segundo lugar, estas transferências financeiras asseguram: no âmbito global, margens de lucro estáveis frente às instabilidades atuais do capitalismo e à queda tendencial da taxa de lucro; no plano doméstico chinês, o crescimento da demanda, agora no plano externo, frente à redução da taxa de crescimento econômico chinesa e à significativa capacidade excedente no seguimento industrial (HUNG, 2018a).

A concatenação destes fatores carrega-nos para a discussão sobre o estado atual da Economia Política, e eventualmente para a sua atualização. Interpretar o sucesso econômico chinês começa da reflexão inicial sobre a existência factual do próprio sucesso, demandando logo após um exercício de caracterização. É neste sentido que diversos autores têm utilizado *transformação* para se referir ao processo em curso na RPC (PANITCH, GINDIN, 2013; LO, 2016a; HUNG, 2017).

De fato, a expansão internacional do capital chinês tem feito, em nosso tempo, ressurgir o argumento de que se estaria assistindo novo caso de expansão imperialista, desta vez, protagonizado pela China. É neste sentido que esta dissertação apresenta seu argumento. A expansão do capital chinês é compreendida como consequência da série de reformas capitalistas de mercado protagonizadas na China a partir de 1978. O controle compartilhado dos meios de produção na China entre capital público e privado teriam eventualmente dado margem ao aparecimento de um capital monopolista chinês. A necessidade de exportação de capital visando a estabilidade das taxas de lucro frente ao cenário econômico internacional desfavorável dirige o a China à construção de um aparato transnacional capaz de assegurar investimentos públicos estáveis, estabilizando as taxas de lucro decrescentes de seu capital monopolista, enquanto o mesmo se internacionaliza. Ao mesmo tempo, estes investimentos transnacionais requerem a construção de um marco jurídico próprio e instituições internacionais capazes de organizar e legitimar a internacionalização do seu capital doméstico.

Para tanto, tem-se tentado localizar as causas fundantes do processo de internacionalização do capital chinês. Surgem interpretações que atravessam diversas ciências sociais aplicadas, seja a própria economia política, sejam as relações internacionais, a ciência política ou o direito. Isto exige do acadêmico também a seriedade de buscar aproximar-se do real, do concreto, para, em momento posterior, a partir de reflexão crítica, poder devolver, enviar de volta, submeter o concreto pensado. Isto, claro, direciona para a tradição marxista da crítica à economia política, e implica ao mesmo tempo o enfrentamento da dificuldade de apreensão própria da realidade continuamente atualizada, sem ainda se possuir o privilégio da

distância histórica para a avaliação retroativa, confortavelmente adequada, onde dados esparsos facilmente convertem-se em traçados tendenciais. Ao mesmo tempo, entender que o conhecimento só deriva através do contato com o material, que é, em sentido maior, perpetuamente reproduzido de forma imperfeita, devolve ao pesquisador certo conforto. O “não saber de nada” socrático traduz-se em conhecer as próprias insuficiências, e as limitações de tempo, espaço, e, no limite, as mais diversas condições de reprodução social que defrontam o indivíduo em sua singularidade compartilhada, e que inevitavelmente refletem em sua pesquisa.

É a partir da reflexão crítica acerca do atual estado da Economia Política que se chega uma vez mais à teoria do Imperialismo. Dentro do marxismo, o Imperialismo surge na condição de categoria teórica, no limiar do início da Primeira Guerra Mundial. Ele reaparece quando dos estudos sobre a dependência, após os vários golpes civis-militares na América Latina, quando do processo de descolonização dos continentes africano e asiático e da guerra do Vietnã, para logo após sumir com a vitória estadunidense na guerra fria. Por fim, ressurge no século atual em meio às guerras protagonizadas pelos Estados Unidos no Oriente Médio.

Várias vezes redescoberta, desde sua manifestação clássica ao longo das primeiras décadas do século XX, a Teoria do Imperialismo reaparece quase que seguindo a bestialidade imperialista, a horrenda face da guerra (FOSTER, 2006; HARVEY, 2003). Entretanto, a Teoria do Imperialismo não se baseia somente na violência praticada pelas potências ocidentais. Antes, na tradição marxista, ela é fundada na compreensão de que a chave para a necessidade da expansão econômica e territorial é resguardada na Economia Política. É na práxis que relacionamos a concatenação entre concreto e concreto pensado, e que nossas relações interpessoais são perpassadas por esta estrutura econômica. Neste sentido, vale dizer: a categoria do Imperialismo funda-se na materialidade dos fenômenos que se relacionam para a sua efetivação. Isto quer dizer também que não é uma dimensão política aquilo que marcará o que é ou não Imperialismo. Antes, será a constatação do aparecimento ou não de seus fenômenos conexos o que nos leva a comprovar a continuidade da sua existência, e que deve nos conduzir à sua perpétua atualização teórica.

O debate segue sendo proposto por diversos expoentes da tradição marxista, como Harvey (2003; 2005; 2018), Amin (2013), Arrighi (2006), Panitch e Gindin (2013), Lo (2018), Roberts (2018), Garcia e Bond (2018), Smith (2018), dentre vários outros. Além disso, é necessário aqui mencionar que, em águas brasileiras, o mesmo debate já foi iniciado, seja pela consideração do problema feita por Ribeiro (2017), pela associação entre a teoria do subimperialismo de Marini e os BRICS feita em Garcia (2017) e Bond e Garcia (2018), ou pelas

considerações de modo a negar a caracterização da China enquanto país imperialista protagonizadas por Fernandes e Wegner (2018). Portanto, o debate internacional sobre China e Imperialismo reverbera no Brasil, que devolve produção ímpar a ciência da economia política.

Ao mesmo tempo, muito embora o desenvolvimento acadêmico pessoal dos autores brasileiros supracitados tenha se dado pela via da Economia Política Internacional, fato é que os mesmos lecionam em cursos de graduação em Relações Internacionais, e suas publicações, juntamente com as de vários outros, já influenciam na redescoberta do campo teórico marxista dentro dos debates tradicionalmente lecionados como fio condutor de sua evolução científica.

Paralelamente ao início do debate sobre a atualidade do Imperialismo e a China, temos presenciado a expansão do debate acerca do Imperialismo dentro das Relações Internacionais, e a sua defesa enquanto Teoria das Relações Internacionais<sup>10</sup>. Isto conecta Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais, e, de forma mais específica, o estudo feito nesta dissertação ajuda a nutrir e expandir o debate marxista dentro das RI<sup>11</sup>.

Por meio de interlocuções críticas e da recuperação da categoria totalidade, pode-se percorrer o caminho metodológico de Marx, ainda que o mesmo não seja prescrito em manual especificamente elaborado, sendo disposto no transcórre teórico de suas obras. Para Marx, a teoria é reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito, e para se alcançar o conhecimento teórico se deve partir da aparência, enquanto se vis alcançar a essência do objeto. No entanto, não se deve confundir método com instrumentos e técnicas de pesquisa. Estes últimos, embora de importância inafastável para o desenvolvimento de qualquer análise, em escala variada, métodos e técnicas podem servir a concepções metodológicas inteiramente diferentes entre si (COUTINHO, 2010; NETTO, 2011; TONET, 2013).

Entretanto, a captação do objeto pelo sujeito através de sucessivas aproximações é necessariamente algo feito *a posteriori*. O real, enquanto movimento, desenvolve-se necessariamente de forma processual, além de ser mais vasto e amplo do que aquilo que se pode conceber dele. Há, portanto, de se diferenciar o momento de investigação do momento de exposição dos resultados captados pelo sujeito. Esta dissertação é, portanto, subproduto do

---

<sup>10</sup> Para leitura posterior, indica-se os Dossiês Marxismo e Relações Internacionais, da *Estudos Internacionais* (2017) e da *Crítica Marxista* (2018), além de assinalar a publicação de Imperialismo, Estado e Relações Internacionais por Luiz Felipe Osório (2018), que enfim insere uma obra devotada ao Imperialismo dentro do debate teórico das RI e da biblioteca básica ligada à Teoria das Relações Internacionais no Brasil. Tive o prazer de resenhar a obra de Osório para a *Direito e Práxis* (SPELLMANN, 2020).

<sup>11</sup> É digno de consideração que há certo tempo o mesmo debate encontrava-se restrito às linhas gerais determinadas pela apreensão teórica feita ao longo dos anos 1980, em que houve grande abertura e diálogo quando do famoso Terceiro ou Quarto Debate das RI. É também por este motivo, e influenciado por autores como Halliday (2007), Cox (1986) e Gowan (2006) que o debate marxista no curso seguiu para a discussão acerca da natureza da categoria Poder, explicada através da categoria Hegemonia.

momento de exposição, carregando sua criticidade, expondo suas contradições em meio ao movimento efetivo do próprio objeto (CHAGAS, 2011; TONET, 2013).

Encerrando as considerações sobre o método, a investigação em Marx parte do pressuposto segundo o qual a sociedade é dialética, sendo, portanto, unidade concreta de forças opostas em uma luta recíproca, perpétua. Além disso, a sociedade é uma totalidade concreta, não um todo constituído por partes, mas que ao possuir uma estrutura articulada, é formada por um complexo composto de complexos, podendo ser racionalmente compreendido através de sistemas de mediações, a articular tais totalidades. Estas categorias são centrais na análise da realidade (KOSIK, 2002; NETTO, 2011).

Expostas estas considerações, optou-se por realizar pesquisa de tipo bibliográfica e documental. Os instrumentos e técnicas escolhidas servirão para facilitar o desvendamento da problemática posta, nos guiando da apreensão teórica do Imperialismo até a materialidade da internacionalização do capital chinês.

Resgatando o dito anteriormente, para que se possa realizar esta Dissertação de forma a apreender o real, é inicialmente feito um exame compreensivo da categoria Imperialismo. Só através deste pôde-se perceber as metamorfoses no fenômeno do Imperialismo e suas consequências teórico-práticas. Após, esta dissertação isola a particularidade do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB), visando analisar sua atuação na internacionalização do capital chinês e sua contribuição para a transformação da dinâmica do Imperialismo no plano global, agora com a República Popular da China como um país promotor do Imperialismo. No plano geográfico, esta dissertação isola a atuação do AIIB no sudeste asiático. Esta sub-região geográfica do continente asiático é composta por onze países, sendo eles Brunei, Camboja, Laos, Vietnã, Indonésia, Timor-Leste, Tailândia, Mianmar, Filipinas, Malásia e Singapura. Por fim, este texto isola o marco temporal entre 2013 e 2019 em sua análise.

Portanto, dedica-se o primeiro capítulo à evolução teórica do Imperialismo, de suas fundações em Marx e suas origens em Hilferding, Luxemburg, Kautsky, Bukhárin e Lenin, atravessando debates iniciais sobre sua metamorfose quando da extinção do processo colonial em meados do século XX em Sweezy, Baran, Magdoff, Mandel, perpassando o debate da Teoria Marxista da Dependência em Marini, Santos e Bamberger, eventualmente chegando ao debate contemporâneo em Hardt e Negri, Panitch e Gindin, Harvey, Garcia, Bond, Smith, e finalmente ao debate sobre a China e o Imperialismo, em Hung, Lo, Hart-Landsberg, dentre outros.

O segundo capítulo desta dissertação versa sobre a particularidade contemporânea do processo de acumulação de capital na República Popular da China (RPC). São inicialmente

revisadas as particularidades chinesas em sua integração ao capitalismo mundial. Retoma-se o início da integração forçada, através da imposição do sistema de *Treaty Ports*, e a série de guerras travadas entre a China e países de capitalismo central no século XIX. Alcança-se a dinâmica do Imperialismo no espaço territorial chinês, disputado como espaço de acumulação por diversos países, sobretudo EUA, Reino Unido e Japão. Após, adentra-se o período pós-revolucionário chinês, mostrando-se a dinâmica de acumulação e reprodução de capital dentro da China no período Maoísta. Finalmente, são apresentadas as mudanças no país asiático após o início da “abertura econômica” de 1978, processo que segue até e a Crise financeira de 2008. Após, é abordada a dinâmica apresentada pelo Estado Chinês em resposta à Crise e a internacionalização do seu capital doméstico. Serão discutidos os vetores contemporâneos do processo de acumulação de capital chinês, permeados pela necessidade de exportação de capital, uma vez exurgindo a queda do padrão de consumo, portanto, queda de demanda, nos países de capitalismo central. Dentre estes vetores encontra-se a criação e atuação de Bancos Públicos Estatais, através dos quais vastos aportes financeiros são obtidos por Empresas Estatais Chinesas (SOEs), visando sua internacionalização.

No terceiro capítulo adentra-se a particularidade do AIIB, entidade financeira estatal criada para a gerir investimentos e realizar empréstimos para empresas envolvidas na realização da Nova Rota da Seda. Nossa abordagem deste objeto seguirá a vinculação do capital investido pela RPC no AIIB de modo a alimentar a expansão internacional do capital chinês. Este processo é demonstrado ao ser selecionada a sub-região geográfica do sudeste asiático, na qual todos os nove projetos aprovados pelo AIIB são analisados. Ao final, discute-se, a luz da Teoria Marxista do Imperialismo, a atuação do AIIB na internacionalização do capital chinês na sub-região assinalada, contribuindo para a atualização da categoria do Imperialismo frente ao processo sócio-histórico atual desencadeado pela internacionalização do capital chinês.

De antemão, indicamos que o curto distanciamento entre o início das atividades do AIIB e a realização dos projetos aprovados para financiamento no Sudeste Asiático reduziu significativamente o material documental a ser analisado. Acreditamos que isto se deve a natureza das obras de infraestrutura e a sua longa realização. Entretanto, não deixamos de ter resultados importantes, notadamente os casos do Camboja e de Mianmar.

Finalmente, acredita-se que pôde-se apreender alguns dos principais determinantes contemporâneos do Imperialismo em nosso tempo, e devolver uma contribuição significativa. Deixa-se um traçado formado por uma valiosa base de dados, cujas informações poderão ser utilizadas em pesquisas futuras, retomadas, agora com maior distanciamento histórico.

## **CAPÍTULO I – A ATUALIDADE HISTÓRICA DA TEORIA DO IMPERIALISMO: DAS ACEPÇÕES CLÁSSICAS ATÉ O PARADIGMA DA CHINA.**

“The larger the economic territory, the more easily can industry be located where the natural conditions are most favourable and the productivity of labour is highest. The more extensive the territory, the more diversified is production and the more probable it is that the various branches of production will complement one another and that transport costs on imports from abroad will be saved.”

*Finance Capital*, Rudolf Hilferding (1981, p. 311).

“Siemens, um dos industriais e “reis financeiros” mais poderosos da Alemanha, declarou em 7 de junho de 1900, no Reichstag, que “a ação de 1 libra esterlina é a base do imperialismo britânico”. Este negociante tem uma concepção consideravelmente mais profunda, mais “marxista”, do que é o imperialismo do que certo escritor incongruente que se considera fundador do marxismo russo e supõe que o imperialismo é um defeito próprio de um determinado povo...”

*O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, Vladimir Lenin (2011, p. 163).

### **1.0 Considerações Iniciais**

A interpretação do Imperialismo enquanto categoria de análise surge na teoria marxista durante as primeiras duas décadas do século XX. Seu desenvolvimento teórico atrela interpretações da transformação do modo de produção capitalista à derivações teóricas acerca da sociabilidade humana dentro do capitalismo – atravessando a política, a gênese e atuação do Estado, divisão de classes, cultura, relacionamento entre governos nacionais, espreado-se de forma totalizante pela vida social.

Sem receber o nome de Imperialismo, o aparecimento do monopólio derivado da competição entre capitais no plano nacional, e a sua posterior inserção no plano do mercado mundial, bem como as consequências deste para a nova fase de expansionismo territorial europeu ocorrido ao longo da terça parte do século XIX já é analisado por Karl Marx (2011; 2017) em *O Capital* – sobretudo nos capítulos finais do seu primeiro volume, bem como através de seu terceiro. Imperialismo, enquanto substantivo ou adjetivo para a política de repartição e dominação de territórios na Ásia, África e América Latina já estava em uso corrente desde o final do século XIX. Entretanto, a exposição crítica do processo imperialista colocado adiante pelas grandes potências europeias é feita inicialmente por John Atkinson Hobson, quando da publicação de sua obra *Imperialism, a Study* em 1902 (MARIUTTI, 2013). O texto de Hobson (2005), muito embora insira-se fora das fronteiras teóricas da economia política marxiana,



baseou a eventual apreensão crítica por parte de diversos autores marxistas. De forma geral, ao longo do período, presencia-se a proliferação do debate teórico no campo marxista. Isto ocorre paralelamente ao acirramento da luta de classes internacional, à competição e ao eventual conflito interimperialista travado originalmente por potências europeias, ao acelerar do desenvolvimento tecnológico e à internacionalização dos capitais domésticos de países centrais.

A partir disto, o Imperialismo segue debatido em suas fundações: a formação do capital financeiro, o status monopolista alcançado por certas empresas nacionais, a necessidade de internacionalização do capital para a ampliação dos mercados consumidores e a captura de fontes de matérias primas, o controle das burguesias nacionais do aparato bélico do Estado, a necessidade do reinvestimento do lucro e a eventual invasão violenta de territórios externos às fronteiras nacionais para a manutenção segura do monopólio frente a proteções alfandegárias e a realização da lei da cadência da taxa de lucro.

Como bem coloca Luiz Felipe Brandão Osório (2018, p. 21),

[...] é fundamental pontuar que o destrinchar do imperialismo passa necessariamente pelo entendimento do capitalismo, e conseqüentemente do Estado nacional. Logo, falar em imperialismo é tratar de capitalismo; abordar as relações internacionais é tocar em capitalismo. Essa primeira demarcação conduz ao escapamento das armadilhas que encontra pelo caminho do desvendamento do significado do imperialismo. Abandonando as visões totalizantes vulgares, é preciso superar as vertentes contemporâneas que buscam se acoplar nas concepções críticas, e, assim, confundi-las. Não faltam livros ou estudos que ambicionam mapear o imperialismo, seja para compreendê-lo, seja para enterrá-lo ou até para ressuscitá-lo. Desde análises compartimentadas (conceituando-o por vieses apartados, como somente um vocábulo político ou estritamente econômico), até perspectivas positivas e negativas, bem como abordagens teóricas e empíricas, é possível identificar leituras dos mais díspares matizes políticos. Portanto, pululam tentativas de apropriação. A miríade de enfoques atrapalha muito, pois leva à confusão e, conseqüentemente, às imprecisões teóricas e conceituais. A multiplicidade de escritos sobre a questão não a esgota, todavia; requer ser elucidada.

Ainda neste sentido, é necessário colocar que seu reaparecimento no debate teórico marxista comumente acompanha novos conflitos, crises econômicas, aquisições transnacionais de empresas ou de terra em países dependentes. Deve-se, entretanto, buscar um entendimento do Imperialismo enquanto fenômeno, traduzido enfim em categoria teórica de análise. Isto leva à necessária visualização do desenvolvimento das categorias econômicas que o permeiam, e do seu processo contínuo de transformação ao longo da história do capitalismo. Este viés enriquece a análise ao conglobar a superfície do argumento teórico a agressão imperialista – de fácil percepção e apreensão em termos comparativos – à sua faceta oculta, residente nas

consequências das contradições internas do modo de produção capitalista e suas necessidades de expansão e reprodução.

É, contudo, oportuno sublinhar que a aproximação desta interpretação já constitui posicionamento teórico-prático frente ao imperialismo. Esta aproximação também implica no distanciamento de vieses politicistas, que atrelam o imperialismo a uma política internacional de determinados países frente a necessidades econômicas singulares. Compreender o Imperialismo desta forma conduz à admissão de que o mesmo pode ser evitado com a mudança de programa econômico dentro do capitalismo, e que, portanto, o fenômeno não passaria de uma escolha expressa, própria de determinados líderes de determinadas nações. Entrementes, a resposta filosófica tornar-se-ia que o imperialismo, este com i minúsculo, não passaria de conceito: uma ideia contornada, delimitada por certos autores para refletir os males externos e as implicações domésticas da guerra<sup>1</sup>.

Ao longo dos anos 1990, embora nunca tenha deixado de ser discutido<sup>2</sup>, pode-se dizer o recuo da abordagem do Imperialismo derivou da derrocada do bloco soviético, da eventual dissolução da própria União Soviética, que ocasionaram certo apagar do marxismo em geral e dos estudos sobre o Imperialismo enquanto viés de análise específico. A estes fatores se juntou o triunfalismo neoliberal próprio do final dos anos 1980 e dos anos 1990. Estes dois vetores eclipsaram teoricamente o desenvolvimento feito ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, em que as Teorias da Dependência e do Sistema-Mundo vieram a superfície do debate teórico.

Em reação a este apagamento provisório da teoria do Imperialismo, dois eventos centrais possibilitaram a reabertura de frentes de análise do Imperialismo no debate marxista: as guerras promovidas pelos Estados Unidos da América (EUA) no Oriente Médio e as transformações econômicas do Leste Asiático nos últimos 70 anos.

Num primeiro plano, a primeira frente de análise relaciona-se ao estado de guerra próximo do perpétuo colocado adiante pelos Estados Unidos. Embora seja possível identificar uma série de agressões militares ocorridas nos anos 1980 e 1990 a países e populações da periferia do sistema capitalista – do Panamá (1989) à Somália (1993), do Iraque (1990) à Ex-Iugoslávia (1999) –, foi, com as invasões militares no Afeganistão (2001) e Iraque (2003) que

---

<sup>1</sup> Para um aprofundamento inicial acerca da diferenciação fenômeno, categoria, conceito na tradição marxista, indica-se Netto (2011), Chagas (2011) e Tonet (2013). Para uma crítica pormenorizada das consequências de interpretações politicistas acerca do imperialismo, indica-se Mariutti (2013) e Osório (2018).

<sup>2</sup> Neste sentido, indica-se a leitura de Parenti (2000) sobre a agressão imperialista americana à Iugoslávia, ou ainda *Empire*, de Hardt e Negri (2000), que discute o impacto da globalização e da hegemonia americana e europeia no globo, embora transpareça a superação da categoria objeto deste capítulo. Ambas as obras, publicadas antes de 2001, demonstram que os anos 1990 não passaram incólumes sem agressões imperialistas por parte das nações de capitalismo central.

o debate sobre o Imperialismo reacendeu nos anos 2000. As discussões no campo marxista resultantes deste momento histórico deram origem a diversos hoje clássicos dos estudos do Imperialismo, notadamente *O Império do Capital* de Ellen Meiksins Wood [2003], *O Novo Imperialismo* de David Harvey (2003), dentre outras obras.

A segunda frente de análise aparece também no início dos anos 2000. O Imperialismo passa a ser novamente colocado em questão, agora com especial destaque para a nova dinâmica de acumulação cujo *locus* atravessava países como Coreia do Sul, Singapura, Taiwan e Japão. Estes países não se restringem mais a produção industrial intensiva, e a ascensão de suas empresas multinacionais implicava uma rediscussão sobre o ordenamento na dinâmica clássica Norte-Sul. Este ponto central, presente nas teorias de Sistema Mundo, ao implicar certa possibilidade de alteração do panorama produtivo e de acumulação de capital, levantava novos questionamentos sobre a estabilidade do modelo anteriormente adotado (HARVEY, 2003; HARVEY, 2007; HARVEY, 2018).

Ao se deparar com a transformação econômica experimentada pela República Popular da China nas últimas décadas, paralelamente ao desenvolvimento de suas empresas transnacionais, do crescimento do seu mercado doméstico (LO, 2016), da re-proletarização do povo chinês e seus efeitos no resto do proletariado global (GOUVEIA, 2016), do surgimento endógeno de uma classe burguesa após os anos de reforma e abertura para o mercado mundial (NOGUEIRA, 2018) – e inexoravelmente da luta de classes no país asiático, do seu novo e crescente relacionamento econômico com os demais países do mundo e, em 2019, com o agravamento do conflito comercial entre China e Estados Unidos da América (EUA), faz-se necessária uma avaliação da Teoria do Imperialismo, de sua continuidade histórica até sua pertinência.

Reportamo-nos ao debate teórico corrente nesta seara por diversas razões. Primeiro, a relevância do Imperialismo enquanto categoria teórica está sendo debatida, e a utilização da mesma aqui implica preliminarmente em posicionamento no sentido de acatar sua relevância. Em segundo plano, a possibilidade de novos países inserirem-se, ainda que de forma bastante singular, no limitado círculo de países de capitalismo central que pautam o Imperialismo é também discutida atualmente. Uma vez que se interpreta a internacionalização do capital da República Popular da China e seus fenômenos conexos como condizente com a matriz teórica do Imperialismo, é evidente que se considera possível a inserção de novos países na dinâmica de acumulação capitalista própria do Imperialismo. Na particularidade atribuída ao objeto de análise escolhido para este trabalho, também se discute aqui a utilização de bancos

transnacionais como ferramentas à disposição de Estados para a disposição de crédito oriundo de receitas públicas como impulsionador da internacionalização do capital. Isto também nos faz estabelecer diálogo com o debate sobre as instituições de Bretton Woods e seu papel no Imperialismo estadunidense. Por fim, também referenciamos o debate sobre o Imperialismo e a própria internacionalização do capital chinês e a particularidade de seu desenvolvimento, sobre a existência de um modo de produção próprio – o socialismo de mercado com características chinesas –, enfim, sobre toda a seara de processos transformativos ocorridos na China e a repercussão destes nos demais países do globo.

### **1.1. O Debate Clássico e a Gênese do Imperialismo.**

Próximo da virada do século XIX, a expansão neocolonial europeia atingia seu apogeu. A formação de vastos impérios englobava colônias remanescentes no americano estadunidense e novas possessões diretas na África e na Ásia. Além disso, diversos Estados nacionais, embora formalmente independentes, pertenciam a esferas de influência de nações europeias, notadamente o Reino Unido. O Congresso de Berlim formalizou, em 1889, a divisão colonial de conquistas previamente realizadas. O período ainda foi caracterizado por ataques conjuntos dos Estados Unidos, do Japão e de nações europeias contra povos que resistiam ou se insurgiam contra seu domínio, desde populações indígenas americanas até o Império Qing na China (HOBSBAWM, 2010; ANDERSON, 2018).

É fato notório que o processo de expansão territorial europeu para outros continentes além do estadunidense estava a ocorrer há séculos, com a fundação de entrepostos comerciais no litoral dos continentes africano e asiático, e com a quase ininterrupta expansão russa em direção ao Pacífico e o centro asiático. Entretanto, a partir da terceira parte do século XIX, a velocidade alcançada pelas anexações territoriais atingiu dimensões sem precedentes, capturando a atenção de jornalistas, escritores e teóricos de então. Predominantemente conduzido por monarquias imperiais, este processo foi rapidamente batizado de “Imperialismo” (HOBSBAWM, 2010; MARIUTTI, 2013).

Em certa medida, o Imperialismo enquanto prática era defendido por elites políticas europeias como algo benéfico a todas as classes. Ao se assegurar militarmente o controle de novos mercados consumidores para produtos provenientes das metrópoles, as nações europeias reinventavam o modelo colonial de outrora, garantindo a continuidade da expansão de suas economias nacionais sem a necessidade de enfrentar problemas de sobreacumulação

endógenos, mantendo satisfeitas populações de trabalhadores, e se precavendo contra a estagnação econômica, dando vazão a excedentes de produção (BREWER, 1990; MARIUTTI, 2013).

John A. Hobson é tido como o primeiro intelectual a abordar de forma crítica o Imperialismo. Hobson (2005), muito embora não se baseasse economicamente na teoria marxista, aponta consequências negativas para a democracia burguesa e para os povos dominados através do Imperialismo, e influenciou diversas concepções futuras acerca do tema, como as de Lenin (2011) e Bukhárin (1986) (PEREIRA, 2017).

Ainda na primeira década do século XX, Rudolf Hilferding pôs-se a analisar o Imperialismo como decorrência de uma mudança de larga escala no processo de acumulação do capital, envolvendo o controle paulatino detido pelos bancos da atividade produtiva em geral. Hilferding (1981) lança, em 1910, sua principal obra, *O Capital Financeiro*. O livro irá definir o debate de toda a geração ao redor do processo sócio-histórico em curso, ao mesmo tempo em que atualiza a tradição marxista posterior a publicação do terceiro volume de *O Capital* (BOTTOMORE, 1981). Hilferding (1981) possui sua atenção direcionada para compreender dois aspectos da realidade de sua época: as transformações estruturais sofridas pelo capitalismo desde a publicação de *O Capital* e para a nova conjuntura político-econômica instalada entre às crises sistêmicas da década de 1870 e o início do século XX. Esta conjuntura foi caracterizada pela universalização da expansão ultramarina como política externa central das grandes potências apontava para o acirramento da competição pelo espaço geográfico em escala mundial (BREWER, 1990; HOBSBAWM, 2010, FONTES, 2010).

A conjuntura econômica de certas nações europeias nas quais o processo de industrialização se desenvolveu antes das demais, como Inglaterra, França, Bélgica e os Países Baixos, diferia em seu padrão de acumulação de potências cujo desenvolvimento industrial se concentrou a partir da segunda revolução industrial, como o Império Alemão e os Estados Unidos (HILFERDING, 1981; HOBSBAWM, 2010; COUTINHO, 2013). O Reino Unido, favorecido sequencialmente por vitórias em guerras coloniais e pela derrota francesa nas guerras napoleônicas, além de contar com a vasta superfície do subcontinente indiano desde meados do século XVIII, permanecia controlando imensas porções dos continentes norte-americano e da Austrália, e pôde expandir seu processo de acumulação e difundir o ideário do liberalismo clássico sob o pináculo do livre comércio (ARRIGHI, 1994; HOBSBAWM, 2010).

Entretanto, estes elementos históricos permaneciam atrelados a transformações na dinâmica do próprio modo de produção capitalista. Mudanças profundas ocorreram desde a

passagem do capitalismo livre concorrencial, influenciado pela hegemonia do capital britânico, de meados do século XIX, para o capitalismo centrado no monopólio. A decorrência contínua de crises econômicas durante as décadas de 1870 e 1910, e a necessidade cada vez maior de acúmulo de capital para a construção de indústrias competitivas em meio a segunda revolução industrial se fez nítida durante o período (ARRIGHI, 1994; HOBBSAWM, 2010)

A fase monopolista do capitalismo é pautada pelo surgimento de outras potências capitalistas além do Reino Unido, como os Estados Unidos e a Alemanha (LENIN, 2011; SWEEZY, 1978; ARRIGHI, 1994). Três fenômenos intrínsecos podem ser apontados em relação à passagem da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo. Primeiramente, a constituição de grandes empresas de elevado poder de mercado, através de fusões, aquisições e da formação de cartéis e trustes. Tais firmas tornaram-se controladoras de escalas de produção massivas e cujos investimentos se espalhavam por diversos setores da economia. Em segundo lugar, o desenvolvimento dos bancos, do setor financeiro – das operações de crédito e débito à operacionalização de grandes bolsas de valores, com o desaparecimento de suas versões locais – e das sociedades anônimas. O setor financeiro terá grande atenção na obra de Hilferding (1981), dado o seu forte entrelaçamento com as grandes empresas industriais surgidas na segunda revolução industrial, em seguimentos como a siderurgia e a tecelagem em larga escala (BOTTOMORE, 1981; MARIUTTI, 2013; PEREIRA, 2013).

O Terceiro ponto deriva do surgimento da competição intercapitalista em escala internacional. O aparecimento de monopólios nacionais enquanto alternativas competitivas em determinados seguimentos industriais implicava no acirramento da disputa por mercados consumidores e matérias-primas em escala internacional. Sobre este ponto, merecem destaque a imposição estrutural da necessidade da exportação de capitais, as novas formas de intervenção estatal – barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, demanda crescente por equipamentos bélico –, o aparecimento de uma nova ideologia burguesa própria da transformação do padrão de luta de classes ocorrido no período, além da mudança no relacionamento político econômico entre Estados no plano internacional e entre Estado e capital (PEREIRA, 2013; OSÓRIO, 2018).

Como destaca Michael Löwy (1998), embora Marx não tenha tido a oportunidade de presenciar a expansão Imperialista ou as crises sistêmicas por que passou o modo de produção capitalista ao longo das décadas seguintes à de 1870, ele indica as bases segundo as quais o desenvolvimento teórico será estabelecido logo após desde o primeiro volume de O Capital.

Em seus capítulos finais, Marx (2011) dedica-se à exegese da Lei Geral de Acumulação, estabelecendo mediações entre o crescimento sociabilizado do trabalho alienado e a apropriação de mais-valor pelos detentores dos meios de produção. Marx (2011) identifica também o contínuo auxílio do Estado para a manutenção do padrão de acumulação capitalista. Além disso, Marx (2011) assinala a não-espontaneidade desta mesma acumulação, apontando que a mesma só se desenvolve com a difusão da violência contínua contra populações que detiverem a posse dos meios de produção. Entrementes, a separação entre trabalhadores e meios de produção é exposta logo após no caso da Inglaterra, para em seguida Marx (2011) apresentar o início da transformação do espaço geográfico provocado pelo nascente capital inglês em outros países, demonstrando a necessidade de expansão própria do capital para a continuidade de realização do valor, ao mesmo tempo em que apresenta movimentos de concentração e centralização.

Em sua análise do comércio de mercadorias previamente ao estabelecimento do capitalismo, Marx identifica também a transformação do espaço geográfico pelo capitalismo. A produção de mercadorias coloca novo propósito à apropriação privada meios de produção, que ao mesmo tempo em que conduz a humanidade ao progresso técnico num primeiro momento, amplia a destruição natural, e ao passo que produz as condições necessárias para a sobrevivência humana para longe escassez endêmica própria da produção pré-capitalista, delimita esta nova abundância, e as condições desta mesma abundância, a limitados estrados da humanidade, enquanto preserva intencionalmente a miséria em seu polo oposto. Marx (2017) eventualmente transborda esta mesma abstração localizada do mercado capitalista para o plano global, estabelecendo que o capital busca a expansão de seu processo produtivo enquanto combate a própria tendência de queda da taxa de lucro, e, ao expandir-se, forma o mercado global. Será, portanto, em meio a pluralidade de Estados nacionais e à existência de um mercado mundial que o fenômeno do Imperialismo será formado (MARX, 2011; MARX, 2017; LÖWY, 1998; FONTES, 2010; PEREIRA, 2017).

Hilferding (1981) estabelece suas considerações partindo da utilização de capital dinheiro enquanto instrumento para o fornecimento de crédito pelo capital bancário. O capitalismo concorrencial analisado por Marx teria presenciado o acirramento da dinâmica da competição interempresarial, o que importaria reduções constantes na parcela ocupada dentro da composição orgânica do capital por gastos com capital variável, como o pagamento de salários. Para Hilferding (1981), a ampliação da concorrência entre capitais conduziria a uma redução na taxa de lucro, ao mesmo tempo em que ocorreria uma ampliação da demanda agregada. Este desbalanceamento entre produção e demanda conduziria os capitais a buscar soluções internas

e externas para reestabelecer sua lucratividade. Internamente, a formação de amplas firmas e trustes empresariais possibilitaria a internalização de custos produtivos intermediários, entre a queda da taxa de lucro. (PEREIRA, 2013; CAMPOS, SABADINI, 2014). No plano externo, a busca contínua de novos mercados e novos espaços para acumulação logo aparece como solução à queda da taxa de lucro.

Eduardo Barros Mariutti (2013) aponta que *a priori* isto não é dirimido somente dentro do marxismo – por Hilferding (1981) e Luxemburg (2003), mas também dentro da crítica liberal ao Imperialismo de Hobson. Novos mercados possuem pouca ou nenhuma competição, condições estas não mais encontradas no mercado doméstico. A necessidade de extroversão do capital traduz-se numa necessidade de exportação. Será esta necessidade de exportação de capital, coadunada com a constituição do Capital Financeiro, que nos levará ao surgimento do Imperialismo. Dada sua gênese, estas categorias não podem ser abordadas em apartado (HILFERDING, 1981; CAMPOS, SABADINI, 2014).

O processo de exportação do capital desenhado por Hilferding (1981) parte da possibilidade de mobilização do capital acumulado pelo capitalista visando sua exportação. Exportação de capital consiste portanto na exportação de valor destinado a gerar mais-valor no exterior. Além disso, para que se possa falar em exportação de capital, é necessário que o capital exportado permaneça à disposição de seus proprietários externos, sendo por eles controlado, o que evidentemente abre caminho para remessas constantes de lucro para nações onde se localizam sedes empresariais. Para Hilferding (1981), a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital, entretanto, aumenta a renda nacional. Além disto, este valor pode ser exportado tanto na forma de juros como na forma de lucro empresarial (HILFERDING, 1981; CAMPOS, SABADINI, 2014).

A necessidade de controle do mais-valor produzido no estrangeiro também relaciona a exportação de capital ao capital produtivo. O lucro empresarial obtido se dá, portanto, tanto na esfera especulativa, com a valorização das ações da Sociedade Anônima, como também pela produção, realizada através do trabalho: novos espaços geográficos são compreendidos como meios de produção, e populações locais passam a integrar a cadeia de produção de valor da SA (CAMPOS, SABADINI, 2014; PEREIRA, 2017)

A possibilidade de abertura de capital de empresas é disponibilizada através da mudança do seu regime jurídico: a empresa torna-se uma Sociedade Anônima. Seus fundadores vendem parte de seus títulos acionários como forma de obtenção de lucros instantâneos sobre esta atividade. Isto também ocasiona uma valorização no preço total da empresa. Este processo faz



com que mais capital dinheiro passe a disposição dos controladores da empresa, podendo ser mobilizado para novos investimentos.

O controle exposto anteriormente sobre o crédito alcançado pelo capital bancário possibilita ao mesmo controlar a compra e venda de ações, tornando-se facilmente acionistas através da aquisição gradual destes papéis financeiros. Ao deter, cada vez mais, o controle das ações das empresas, o capital bancário aperfeiçoa o processo técnico de administração empresarial, enquanto começa a atacar quaisquer possibilidades de competição, visando obter lucros monopolistas (HILFERDING, 1981; LENIN, 2011).

É este o pano de fundo econômico a partir do qual decorre a mudança de natureza do capitalismo durante o final do século XIX: o acúmulo e o controle de capital produtivo pelo capital bancário fornece as condições básicas para o controle majoritário da produção. Este fenômeno, ladeado pelas crises econômicas entre os anos 1870 e 1900, possibilita a enorme quantidade de fusões e aquisições do período, além da vasta formação de trustes e cartéis empresariais, visando o barateamento de custos de produção, o controle integral de cadeias produtivas é a todo momento buscado. Isto acarreta o aparecimento de firmas, aglomerados empresariais que controlam pela via da aquisição direta várias etapas produtivas, visando a redução de custos de produção através da internalização de operações de compra e venda. Eventualmente, estas firmas irão dominar o processo produtivo. Ao mesmo tempo, cada vez mais capital bancário e capital produtivo se confundem: os titulares da maioria de suas ações são os mesmos, sendo meramente o nome empresarial o fator que os distingue. Passa-se a interpretar, portanto, que capital industrial (produtivo) e capital bancário tornam-se um só, dada a comunicação constante destes capitais, e sua posse comum. A isto, Hilferding denomina Capital Financeiro (BOTTOMORE, 1981; FONTES, 2010; CAMPOS, SABADINI, 2014)

O capital financeiro encontra-se portanto em posição propícia para realizar os investimentos necessários a expansão da produção, ao mesmo tempo que detém o controle da valorização de capital fictício ao condicionar o mercado acionário a seu favor. Dada a necessidade de exportação de capital para que se mantenham estáveis as taxas de lucro e que se evite os piores sintomas das crises econômicas, o Capital Financeiro passa a realizar valorização de capital através de sua exportação (HILFERDING, 1981).

Uma vez impostas as barreiras comerciais após a cartelização empresarial europeia e estadunidense, a saída encontrada para a valorização do capital foi a rápida expansão dos investimentos em países fora do núcleo capitalista, e, segundo Luxemburg (2003), adentrando sociedades onde o capitalismo ainda estava em seus estágios iniciais ou mesmo onde ainda não

aparecera. Além disso, visando evitar a concorrência entre capitais originários de diferentes nações, o controle militar direto e indireto é expandido (HOBSBAWM, 2010; ANDERSON, 2018). O Imperialismo, fenômeno decorrente, torna-se a face aparente e violenta da dinâmica econômica do qual ele está umbilicalmente relacionado, não podendo ser compreendido adequadamente de forma apartada (LUXEMBURG, 2003; LENIN, 2011; OSÓRIO, 2018).

Os argumentos minuciosamente analisados em *O Capital Financeiro* seriam a base para obras mais populares e de maior difusão voltadas ao Imperialismo, sobretudo pela emergência do conflito interimperial da Primeira Guerra Mundial (CAMPOS, SABADINI, 2014) Boa parte dos mesmos são acatados pelos demais autores clássicos, tendo suas divergências centradas no plano consequencial destes apontamentos – como a divergência entre Lenin (2011) e Kautsky (1970) sobre a inexorável e contínua disputa entre nações do globo pelo controle do território mundial dentro do capitalismo ou a organização eventual do Imperialismo em um Ultraimperialismo (KAUTSKY, 1970; LENIN, 2011; OSÓRIO, 2018).

Antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a publicação em 1913 de *A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburg (2003) reabriu o debate marxista acerca do papel da abstração numa particularidade relacionada a reprodução ampliada, objeto minuciosamente tratado por Marx no segundo volume de *O Capital*. Marx, para descrever a reprodução ampliada, faz uso da abstração para estabelecer uma sociedade capitalista em isolamento, fechada em si mesma. Entretanto, Luxemburg (2003) considera este fato impossível. Não há lógica na existência de uma nação isolada das demais dentro do sistema capitalista, uma vez que o mesmo exigiria a existência de um mercado mundial. Realizar processo de abstração para tanto seria inadequado. A argumentação de Luxemburg (2003) se dá pela contínua necessidade de expansão de espaços para acumulação como solução para a realidade da cadência da taxa de lucro. Portanto, o superlucro deveria ser perpetuamente buscado no plano exterior ao capitalismo, em sociedades ainda não-capitalistas, onde a ausência de competição no fornecimento de mercadorias proporcionaria vantagens monopolistas às empresas que lá investissem (LUXEMBURG, 2003; MARIUTTI, 2013; CAMPOS, SABADINI, 2014).

Karl Kautsky (1970) segue entendimento próximo ao de Hilferding, relacionando *Capital Financeiro* ao aparecimento do Imperialismo. Entretanto, no início da Primeira Guerra Mundial, Kautsky (1970) publica *O Ultraimperialismo*, artigo jornalístico no qual defende a possibilidade do surgimento futuro, após finda a guerra, de um Estado a organizar o Imperialismo de modo a harmonizar o processo de acumulação capitalista, impedindo as piores

consequências da competição entre potências. (KAUTSKY, 1970; MARIUTTI, 2013; PEREIRA, 2017)

Em sua obra, *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*, Lenin (2011) foca sua argumentação nos motivos os quais dirigiram o capitalismo ao monopólio, demonstrando-o. O Imperialismo seria, de forma terrivelmente resumida – como destacado pelo próprio Lenin (2011, p. 217) – “a fase monopolista do capitalismo”, onde por um lado o Capital Financeiro é o Capital Bancário, proveniente de determinados bancos que atingiram status monopolista, fundido com associações monopolistas de industriais, e, por outro, onde a partilha e a apropriação territorial, decorrente do colonialismo, atinge seu ápice na posse monopolista de um mundo já repartido (LENIN, 2011, p. 217).

A particularidade de Lenin (2011) se dá no destaque atribuído ao controle de vastos impérios coloniais pela burguesia doméstica de países de capitalismo central, que ao mesmo tempo capturam seus governos através do controle político de seus dirigentes, como também passam diretamente a compô-los enquanto indivíduos (LENIN, 2011; SAMPAIO JÚNIOR, 2011, COUTINHO, 2013). A competição por novos espaços para a reprodução ampliada do capital também dirigia as potências imperialistas ao conflito bélico, de modo a alterar o *status quo* proveniente do controle territorial da África e de partes da Ásia ser parcialmente alcançado (LENIN, 2011; HOBBSAWM, 2010).

Já Nikolai Bukhárin (1986), em *A Economia Mundial e o Imperialismo*, dirige sua argumentação para a dinâmica da acumulação em larga escala em todo o globo, e a formação da economia mundial pela necessidade prática da expansão violenta e da acumulação por espoliação provocadas pelo Imperialismo, eternamente em busca de novos espaços. A concorrência entre impérios também conduziria a guerra, nos mesmos termos propostos por Lenin (2011) e Hilferding (1981). Além disso, Bukhárin (1986) concebia que, hipoteticamente, a continuidade das aquisições mútuas entre Sociedades Anônimas, propiciada pela titularização das empresas, poderia conduzir a economia mundial a um único monopólio, concordando em parte com Kautsky (1970). Entretanto, o autor considerava que, dada a ebulição social que presenciava à época da redação do livro, a brutalidade da guerra, e o esgotamento de novos espaços para a reprodução ampliada conduziriam o modo de produção capitalista a sua eventual extinção antes da ocorrência do Ultraimperialismo (BUKHÁRIN, 1986; PEREIRA, 2017).

Aqui, deve-se apresentar a divisão de posicionamentos políticos da vertente clássica dos teóricos do Imperialismo. Isto se deve a suas interpretações particulares sobre o que de fato seria o Imperialismo, e sobre a possibilidade ou não de reforma contínua do capitalismo perante

seu estado atual em direção ao socialismo. Para Lenin (2011), o crescimento econômico dos Estados que compõem o núcleo do capitalismo sustentaria uma melhora da condição de vida de seu proletariado doméstico, o que fomentaria o aparecimento de seguimentos de viés revisionista em partidos socialistas, dando margem a conflitos intrapartidários ou mesmo a cisões definitivas. Deste ponto em diante, a socialdemocracia deixava de ser sinônimo de socialismo, e os partidos que a pregavam passavam a opor-se à revolução socialista e a difundir a crença segundo a qual mudanças na dinâmica da produção, no seu controle e visando sua eventual democratização, de forma pacífica e gradual, levariam ao advento do socialismo pela superação material do modo de produção capitalista (LENIN, 2011; SAMPAIO JUNIOR, 2011; OSÓRIO, 2018).

Três importantes considerações devem ser destacadas em meio às acepções clássicas do Imperialismo. Primeiramente, em se tratando do significado filosófico do Imperialismo, Hilferding (1981), Kautsky (1970) e Bukhárin (1986) consideravam que o Imperialismo era a política estatal do capital financeiro, que intencionalmente conduzia a política imperialista como forma de manter a reprodução ampliada em seus próprios termos (PEREIRA, 2017). A implementação de políticas imperialistas pela classe burguesa, agora organizada após anos de crise sistêmica, seriam indicativo do potencial da mesma para responder às crises do capitalismo, e a exportação das piores consequências da acumulação para a periferia do capital evidentemente ampliariam a alienação da classe trabalhadora dos países de capitalismo central. O Imperialismo seria, portanto, interpretação conceitual. Tal seria a razão de tanto Kautsky (1970) quanto Bukhárin (1986) concebem a possibilidade da substituição de seu irracionalismo – a competição burguesa fraticida na forma da guerra – por uma harmonização do capital financeiro a controlar um só Estado.

Em sentido contraposto, Lenin (2011) e Luxemburg (2003) acreditavam que o Imperialismo representava a mais nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, em cujo estado monopolista teria substituído a dinâmica concorrencial presente antes das crises sistêmicas iniciadas na década de 1870. Isto significa que o Imperialismo constitui fenômeno, compondo parte orgânica do todo que é o modo de produção capitalista. O Imperialismo não se restringia somente aos Estados de capitalismo central, mas seria produto das próprias leis de movimento e reprodução do capital observadas por Marx (2011; 2017). Os autores concluem que somente a superação do próprio modo de produção capitalista poderia dar fim ao fenômeno do Imperialismo (BREWER, 1990; OSÓRIO, 2018). No debate clássico já residia, portanto, a resposta teórica à possibilidade do desaparecimento futuro do Imperialismo.

Segundo, estas questões filosóficas dialogam com a controvérsia entre reforma e revolução no campo marxista, e relaciona-se intimamente com os debates e acontecimentos da cisão partidária do Partido Social Democrata Alemão, da deflagração da Primeira Guerra Mundial, da fundação da República de Weimar e da Revolução Russa. Sem adentrar excessivamente no debate, prefere-se ressaltar suas consequências teórico-práticas. Acaso se conceba as premissas políticas de Hilferding (1981) e Kautsky (1970), seria inegável que a organização da classe burguesa, conduzida pelo capital financeiro, impediria a radicalização necessária ao estabelecimento de um processo revolucionário no centro capitalista. A resposta a isso seria a inevitável conformação da classe trabalhadora com estes termos e seria através a participação política que se alcançaria a mudança paulatina rumo ao socialismo.

Em sentido contraposto, ao se concluir pelo perpétuo reaparecimento de efeitos do Imperialismo, se concluiria pela também inevitável rivalidade entre burguesias e capitais monopolistas nacionais, refletindo as contradições intraclasses relacionadas à tendência cadente da taxa de lucro. Entrementes, o conflito torna-se obrigatório, uma vez que o espaço global para reprodução ampliada é finito, que a taxa de lucro continua a cair e que o capital depende da intervenção direta do Estado nacional para assegurar a obtenção de lucros monopolistas. Nisto reside a estrondosa sagacidade de Lenin (2011) ao atribuir que o Imperialismo não é o crime próprio de uma nação em particular.

Ao mesmo tempo, o despertar do processo revolucionário na Rússia imperial em 1917 possibilitou a compreensão do negativo desta mesma tese: a exportação das piores consequências do capitalismo para a sua periferia faria com nesta mesma periferia emergissem as condições materiais para a ocorrência de processos revolucionários, embora, de acordo com Perry Anderson (2018), isto jamais fosse factível para os próprios líderes da revolução russa, aproximando-se das conclusões de Mao acerca da revolução chinesa.

Terceiro, a posição central do capital bancário no processo de formação do capital financeiro não passou sem críticas à Hilferding. Esta aceção foi bastante criticada na medida em que sua integração com o capital industrial daria origem ao capital financeiro, o que o colocaria como controlador sistêmico do Imperialismo (SWEEZY, 1976; SWEEZY, BARAN, 1966; FOSTER, 2018). Lenin (2011) ressalta que a concepção de capital financeiro de Hilferding seria incompleta, na medida em que o autor austríaco não assinalaria no capital financeiro o seu caráter monopolista. Isto é feito já com a ressalva de Lenin (2011) sobre os dois capítulos finais de *O Capital Financeiro*, onde Hilferding salienta o papel dos monopólios capitalistas. As conclusões de Hilferding o levaram a considerar que a concentração de capital

nos bancos ocasionaria a eventual dominância bancária no capital financeiro. Como ressalta Coutinho (2013), este elemento é tão imprescindível quanto o de lucro fundador para Hilferding. Entretanto, ele exige prova em larga escala da ocorrência de dominância bancária. Sem sua replicação ubíqua, a lógica intrínseca à formação do capital financeiro permaneceria deficitária, e não representaria um desdobramento necessário do capitalismo, mas apenas fenômeno localizado no âmbito espacial de análise de Hilferding (1981) – entretantes, nos objetos de análise abordados em *O Capital Financeiro*, de onde se originariam os dados de Hilferding: os impérios austríaco e alemão<sup>3</sup>.

Importante salientar que Vladimir Lenin (2011) não descarta a categoria de capital financeiro em sua definição de Imperialismo. O autor russo ergue Imperialismo enquanto a etapa monopolista do desenvolvimento capitalista, concluindo se tratar da etapa mais recente do modo de produção. Este concatena a definição de Lenin (2011) de capital financeiro ao mesmo tempo em que o território global passa a ser gerido – uma vez que fora dividido ao longo da exploração colonial – por associações monopolistas. Será a partir desta definição que Paul M. Sweezy (1976) dará seguimento a seus estudos sobre o capital monopolista em Teoria do Desenvolvimento Capitalista (SWEEZY, 1990; OSÓRIO, 2018).

O período do debate clássico é paulatinamente encerrado pela mudança de conjuntura global. O encerramento da Primeira Guerra Mundial, combinado com a vitória do partido Bolchevique e o nascimento da União Soviética colocavam em cheque a ordem burguesa internacional, e cindia suas antigas divisões, pautadas em confrontos estatais a mascarar disputas por mercados consumidores e aquisições territoriais. Ao mesmo tempo, a ameaça da expansão revolucionária pelo território europeu e o ressurgimento de movimentos proletários revolucionários no Leste Europeu propunham cautela às potências imperialistas. Isto também torna-se realidade com o nascimento de organizações revolucionárias nos demais países do mundo, como o Partido Comunista Chinês. A mudança produtiva provocada pelo aparecimento do fordismo e a massificação fabril também comporão parte do pano de fundo econômico da próxima geração teórica do Imperialismo. Por fim, o aparecimento e a eventual derrota do nazi-fascismo deixará suas marcas no ordenamento geopolítico global, dando vazão ao processo de

---

<sup>3</sup> Como asseveram Bottomore (1981) e Sweezy (1976), Hilferding (1981) baseia sua compreensão da dinâmica do modo de produção capitalista no início do século XX através de dados em sua maioria relativos ao Império Alemão e ao Império Austro-Húngaro. Claro, vale a ressalva que a análise de Hilferding também perpassou dados de outros países europeus da época, mas, dadas as diferenças e desigualdades próprias do desenvolvimento capitalista entre França, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha, não se pode verificar a presença constante da dominância bancária. (SWEEZY, 1976; BOTTOMORE, 1981; MARIUTTI, 2013) Coutinho (2013) conclui que, dadas estas limitações, a realidade do capital financeiro enquanto categoria não constituiria lei geral. Antes, ela destacaria a particularidade austro-alemã analisada.

retomada do crescimento das economias capitalistas centrais no período pós-guerra (OSÓRIO, 2018).

## **1.2. Capital Monopolista, Imperialismo Sem Colônias, Teorias da Dependência e Subimperialismo.**

### 1.2.1. Fundações Históricas e Econômicas dos “Anos Dourados” do Capitalismo.

Um novo ciclo de acumulação capitalista se inaugura após a crise econômica de 1929 e a decorrente Segunda Guerra Mundial. Esse ciclo segue até a série de crises econômicas enfrentadas ao longo dos anos 1970 e delimita contextos históricos e teóricos particulares. É presenciada certa estabilidade relativa na trajetória de acumulação do centro capitalista, que partem de diversos fatores, dentre eles: a composição política ao redor de partidos políticos – ou de linhas partidárias em partidos tradicionais – de viés social-democráticos e da adoção de políticas econômicas de viés keynesiano; a preocupação com o alastramento da Revolução Russa para países do Leste Europeu, leste, sul e sudeste asiático, além de países africanos e latino-americanos; ao consenso ideológico conciliador entre crescimento econômico e o incremento substancial de índices sociais. Há, portanto, um abandono ideológico, ou ao menos certo esquecimento provisório, dos vieses liberais anteriormente prevalentes<sup>4</sup>. Ao contrário, presenciam-se concessões ao trabalho mediante a expansão de direitos na esfera doméstica e internacional, o ancoramento das relações de produção em bases nacionais-estatais, com fomento à demanda agregada, crescimento e consumo de massa, a regulação do fluxo de capitais pelo mundo via configuração formal e informal da hegemonia estadunidense (OSÓRIO, 2018; PEREIRA, 2018).

O rearranjo no modo de organização das relações capitalistas, intermediado pelo crescimento da produção, centrada na fabricação em larga escala, com técnicas de utilização de

---

<sup>4</sup> É necessário, claro, ressaltar duas ponderações. Primeiro, o Keynesianismo não é produto da social-democracia. O conjunto de políticas públicas teorizadas por John Maynard Keynes constitui, para o próprio autor, uma reforma dentro da tradição liberal, visando aplacar externalidades próprias do capitalismo monopolista. O controle de monopólios já advinha de certa tradição reformista das décadas iniciais do século XX. Além disso, a administração centralizada do crédito privado, refinanciada pelo crédito público, e a reordenação monetária própria das reformas americanas dos anos 1930 não se traduzem inicialmente numa retomada da produção americana, que mergulha em recessão em 1938. A segunda ponderação necessária é que o período não passou sem resposta teórica de setores da tradição liberal. Entrementes, não é descartável que é em reação à tais reformas no liberalismo até então clássico que são rediscutidos os direitos de propriedade privada *in abstracto*, confundidos com a liberdade individual e com a posse de qualquer coisa por qualquer indivíduo, e aconselhada, claro, a redução do papel do Estado na economia por von Mises, Hayek, entre outros. Enfim, nossos problemas não começaram aqui, mas certamente aqui se ramificaram.

maquinário avançado e de produção intensiva, e, ao mesmo tempo, possibilitando a expansão produtiva e a concomitante troca contínua de produtos reinventados, aperfeiçoados – sempre casada com o desperdício – recebe o nome de fordismo, e perpassa o debate sobre o Imperialismo à época (BARAN, SWEEZY, 1966; NETTO, 1996) O fordismo seria portanto uma derivação de conhecimento técnico-produtivo alcançada pelo avanço do capital monopolista. Sua contradição se daria também nestes em termos técnico-produtivo: na medida em que a produção se socializava para níveis nunca antes vistos, com o aparecimento de plantas fabris enormes, de trinta mil trabalhadores, o sindicalismo fabril e os baixos índices de desemprego possibilitariam melhorias nas condições salariais e de trabalho, enquanto permitia a manutenção do padrão de apropriação privada do valor excedente do trabalho alienado.

O aumento do gasto com capital constante e o respectivo incremento de sua parcela na Composição Orgânica do Capital seria efetivamente compensado pelos superlucros advindos do monopólio produtivo alcançado pelo capital monopolista. Duas contradições emergem deste cenário. Primeiramente, tais ganhos salariais fariam a produtividade refletir nos salários, e, no limite, transformariam o proletariado dos países de capitalismo central em cidadãos de renda aceitável, dotados de certo acesso a bens de consumo massificados, e detentores de padrão de vida invejável – que seria também o *locus* do qual partiriam insurreições políticas assim que estes direitos começaram a ser adstritos. O aparecimento de incentivos para a relocação produtiva para espaços geográficos onde superlucros pudessem ser alcançados – neste caso, pelo barateamento de custos salariais –, e isto seria dar margem à crise capitalista no esgotamento dos “Anos Dourados” do capitalismo.

A segunda contradição diz respeito a redução da margem de superlucros<sup>5</sup> obtida pelos ganhos produtivos derivados do fordismo. Eventualmente, o acirramento competitivo entre capitais monopolistas de nações de capitalismo central – ou mesmo de processos de industrialização derivados de nações de capitalismo periférico – incentivaria a busca de superlucros através da especulação sobre ativos excessivamente valorizados. Isto atrelar-se-ia ao dólar por conjunturas próprias do modelo implementado pós-Bretton Woods, no qual adentraremos adiante neste texto. No limiar, a excessiva valorização do dólar, a repentina elevação do preço do petróleo e da taxa de juros americana se transformariam em gatilhos para o encerramento dos “Anos Dourados”, ao mesmo tempo em que incentivariam o aparecimento da financeirização.

---

<sup>5</sup> Superlucros aqui são entendidos como os lucros excedentes obtidos em condições competitivas a partir da adoção de novas técnicas, gerando lucros anormais. Neste sentido, ver Serrano (2014, p. 17).



Pode-se dizer que o regime de acumulação capitalista no período fordista se dava, num primeiro momento, internamente, sendo regido por regulação estatal-intervencionista, que possibilitou o surgimento do Estado de Bem Estar Social nas economias centrais. Além disso, o arranjo institucional criado pelos EUA no pós-1945 favoreceu de forma premente a expansão internacional de sua hegemonia. Isto foi feito mediante a criação de instituições e organizações de respaldo internacional. Economicamente, pode-se listar a tríade financeira dos organismos de Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial (BM) –, a instituição do padrão inicialmente paritário ouro-dólar, a regulação do livre comércio mediante o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Pelo viés militar, podemos destacar diversas alianças multilaterais criadas pelos EUA, sendo a mais famosa delas a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por fim, pelo viés político-institucional, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU).

É necessário destacar que, durante os “Anos Dourados” do capitalismo global, dada a cisão material entre as conjunturas anteriores e posteriores ao aparecimento do Estado de Bem Estar Social e à estrutura transnacional de controle hegemônico americano, o distanciamento entre os debates ocorridos em países centrais e na periferia do capitalismo seria nítido. A análise marxista de autores de países centrais segue para a compreensão de fenômenos localizados, como o papel do excedente na produção capitalista, o desaparecimento da concorrência, o aparecimento do supracitado arcabouço de instituições internacionais, do significado da hegemonia americana, do papel do capital monopolista no Imperialismo, e, evidentemente, se ainda haveria Imperialismo. Paralelamente, a periferia global viabiliza o desenvolvimento teórico substancial deste período, sem descolar-se completamente das bases econômicas fundantes do Imperialismo. Seu debate girará em torno do papel e das possibilidades de desenvolvimento frente ao mundo capitalista avançado, da constituição ou não de processos revolucionários endógenos sem a plena composição de um proletariado endógeno, a industrialização e seu papel no desenvolvimento econômico, as possibilidades revolucionárias da periferia e, claro, a dependência estrutural própria do mercado mundial que mantinha a dinâmica Norte-Sul/Centro-Periferia (OSÓRIO, 2018).

Nos países de capitalismo central, pode-se atestar a mudança da primazia de capitais europeus (sobretudo capitais ingleses, alemães, franceses) em favor da supremacia americana no pós-guerra, e este processo foi repetido no Japão. Isto colocava estados e burguesias nacionais em posição desfavorável na competição interimperialista (HARVEY,

2004; PANITCH, GINDIN, 2012). Ao mesmo tempo, são as classes burguesas das nações de capitalismo central que presenciam as possibilidades diretas do nascimento de revoluções proletárias em seus países nos moldes soviéticos no pós-guerra. A destruição material enfrentada ao longo do conflito e as consequentes baixas condições de vida das massas proletárias impunham uma conciliação em prol de um capitalismo menos excludente, “de vitrine”, a contrapor as alternativas socialistas apresentadas pelos modelos socialistas do leste europeu – seja o Iugoslavo ou o Soviético. Era politicamente desejável um regime de acumulação que legitimasse o capitalismo perante o modelo socialista. Este cenário deveria ser transposto, dentro do possível, para as demais disputas ao redor do globo, a incluir as nações de capitalismo dependente (SANTOS, 2011; PANITCH, GINDIN, 2012).

O processo que se seguiu também foi marcado pelo apoio estadunidense às burguesias nacionais europeias e japonesas. Seja pela ajuda econômica direta ou através do reposicionamento estratégico no pós-guerra possibilitado pela ocupação militar, a contenção de ameaças externas também implicava no tolhimento de processos revolucionários em países de capitalismo central. Ao mesmo tempo, o processo de reconstrução dos países centrais alcançou o propósito socialmente aglutinador, com a expansão cultural e econômica dos EUA (HARVEY, 2005; MÉSZÁROS, 2011).

É, portanto, necessário salientar que a reestruturação produtiva vindoura já era antevista desde meados dos anos 1960 (BARAN, SWEEZY, 1966). Seu início já é sentido em vários países asiáticos, notadamente na República da Coreia, em Singapura, em Taiwan e no Japão. Nestes países, a criação e gestão de uma base produtiva industrial intensamente subsidiada, aliada ao armamento de governos locais visando a repressão de movimentos sociais de esquerda<sup>6</sup> e a criação de certo Estado de Bem Estar Social fac-símile aos países de capitalismo avançado foi estimulado desde o final dos anos 1940. O concomitante crescimento econômico deveria diminuir o dissenso interno através de uma paulatina melhora na qualidade de vida certos pontos do continente asiático, mitigando o agravamento da luta de classes (ANTUNES, 1999; MÉSZÁROS, 2011).

---

<sup>6</sup> O “comunismo internacional” deveria ter sua disseminação impedida. A criação de governos pretensamente democráticos ou de ditaduras militares apoiados e mantidos pela ajuda americana variará conforme a época observada. A diminuição da necessidade por aliados de viés democrático, adequados ao discurso voltado às liberdades civis e políticas, tidas como inerentes ao capitalismo, vai ocorrendo ao passo que se se intensificam os receios americanos, sobretudo após a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia (POMAR, 2003) A teoria do dominó, segundo a qual após a ocorrência de uma revolução socialista em dado país, todos os seus vizinhos imediatos passariam a ser alvos preferenciais, vai tornando as decisões geopolíticas cada vez mais pragmáticas, enquanto a dependência econômica do PIB gerado pela indústria da bélica, subsidiada quase que inteiramente pelo Estado, adia a crise econômica iminente durante toda a década de 1960 (MÉSZÁROS, 2011).

Além disso, é necessário mencionar que, atrelado a este fenômeno, o Imperialismo se estabelece também com o controle coesivo e coercitivo dos mercados de commodities – seu transporte, sua produção, seu processamento e refino, sua venda e a tributação deveras oportuna de itens finais à qual usufruem os estados de capitalismo central – e sobre as populações que têm acesso a estes meios de produção (MARINI, 2017; SMITH, 2016) Para tanto, se faz necessário expropriar populações locais e a terra por elas ocupada. Este processo espoliativo é essencial para a subsistência do modo de produção capitalista, perpassando-o desde sua fase primitiva até a atualidade, onde se reinventa (HARVEY, 2004; HARVEY, 2007; SMITH, 2016; FONTES, 2017).

Para sua reprodução é continuamente necessária a penetração em novos mercados consumidores, sejam eles formados por novos territórios e novas populações, agora abertos às multinacionais e conglomerados, ou através do aumento da renda incentivada em certas localidades e determinados seguimentos sociais – o poder de compra adquirido pelo trabalho melhor remunerado em fortalecidos e subsidiados conglomerados locais (HARVEY, 2004; SMITH, 2016). Há uma justaposição entre este fenômeno e o crescimento industrial asiático (ARRIGHI, 1994; HARVEY, 2003; HARVEY, 2004; HARVEY, 2007; HARVEY, 2017), e ele merece ser analisado na particularidade chinesa, analisada no capítulo à seguir.

Exposto o contexto histórico-econômico dos “Anos Dourados” do capitalismo, adentra-se agora na particularidade do desenvolvimento teórico relativo à teoria do Imperialismo, subdividido em três itens: o primeiro, relativo ao desenvolvimento do Capital Monopolista por Baran e Sweezy; o seguinte, relacionado às primeiras teses a versar sobre o desaparecimento do Imperialismo; o terceiro, relativo às teses sobre a continuidade do Imperialismo perante o desaparecimento do sistema colonial como até então fora conhecido; a quarta parte, relativa às teorias da dependência; e, ao final, às teses sobre o Sistema Mundo.

### 1.2.2. Baran, Sweezy e a Teoria do Capital Monopolista.

A continuidade da discussão sobre a categoria do Imperialismo se deu sobremaneira devido ao retorno às bases categóricas estabelecidas em O Capital Financeiro. Inicialmente, isto foi feito por Paul M. Sweezy, através da obra Teoria do Desenvolvimento Capitalista (1942). Juntamente com Capitalismo Monopolista (1966) escrito em conjunto com Paul. A. Baran na primeira metade dos anos 1960, ambas as obras são reconhecidas como predominantemente

responsáveis pela difusão do pensamento político econômico marxista na academia americana<sup>7</sup> (HOWARD, KING, 2004). É em *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* que Sweezy estabelece sua crítica da categoria Capital Financeiro nos moldes colocados por Hilferding (1981), eventualmente decidindo pelas conclusões preliminares de Lenin (2011) sobre o tema, dando então contornos a categoria capital monopolista.

Primeiramente, Sweezy (1976) afirma que, muito embora a formação do capital financeiro possa ser verificada no contexto do capital alemão-austriaco da virada do século XIX, esta disposição de capital não necessariamente condiz com a particularidade econômica americana, ou mesmo de outros países de capitalismo central, inclusive no mesmo período analisado (BOTTOMORE, SWEEZY, 1976).

Com esta constatação, Sweezy não procura negar o surgimento de cartéis empresariais, trustes, ou a centralização administrativa empresarial. Também não busca demarcar o aparecimento de uma nova etapa do desenvolvimento do modo de produção capitalista entre seu tempo e os anos iniciais do século XX. Antes, pela via da crítica às formulações de Hilferding<sup>8</sup>, Sweezy busca dar seguimento à elaboração teórica atribuída à Lenin (2011), adotando Capital Monopolista como categoria central de análise (SWEEZY, 1976; COUTINHO, 2013; FELDMAN, FOSTER, 2015).

A gênese do Capital Monopolista não se daria necessariamente pela captura do capital industrial/produtivo pelo capital bancário de acordo com Sweezy (1976), embora fossem acertadas as formulações de Hilferding (1981) acerca do controle do crédito e do processo produtivo que o crescimento das organizações de crédito bancário possibilitavam à seus detentores. Para Sweezy (1976), entretanto, sempre existiria a possibilidade de capitais produtivos mobilizarem capital dinheiro em quantidade suficiente para alimentarem a própria

---

<sup>7</sup> Há certa divisão de momento entre *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* e *Capitalismo Monopolista*. Quando a primeira obra foi publicada, Sweezy presenciava, ao mesmo tempo, a crise mais severa apresentada pelo capitalismo desde o ciclo de crises dos anos 1870. A economia americana não estaria respondendo como esperado ao New Deal, tendo percorrido a década de 1930 com uma rápida recuperação, estimulada por investimentos públicos, para retornar a recessão cerca de dez anos após 1929. O paradoxo apresentado às correntes liberais já apresentava respostas ao problema, com o início da difusão do pensamento Keynesiano. Empresas monopolistas agora repartiam o orçamento do Estado alocado à recuperação econômica. O lucro assegurado por estas somas, entretanto, não conduzia necessariamente ao seu reinvestimento na forma de capital produtivo (SWEEZY, 1976). Quando publicado, *Capitalismo Monopolista* presenciava o auge da violência imperialista na Guerra do Vietnam, e a luta por direitos civis nos EUA. A obra teve impacto significativo na sociedade americana (SWEEZY, 1990; FELDMAN, FOSTER, 2015).

<sup>8</sup> Críticas estas feitas também ao próprio Hilferding durante seu tempo de vida. Em resposta, Tom Bottomore (1981) ressalta que o economista austríaco de fato acatou ter centralizado sua base de dados na formação do Capital Financeiro austro-alemão, mas que fenômenos similares podem ser verificados durante a época em diversos outros países de capitalismo avançado. Para uma leitura pormenorizada do tema, ver Bottomore (1981).

expansão. O aparecimento histórico do capital monopolista nos EUA evidenciaria estas acepções. A título de exemplo, a necessidade do reinvestimento de lucros petrolíferos e da produção de aço teriam conduzido à expansão bancária no final do século XIX, tornando possível a ramificação de capital produtivo para o resto da economia americana, guiados na busca incessante por valorização dos superlucros advindos de atividades econômicas monopolistas (SWEETZY, 1976; SWEETZY, 1990).

É digno de nota que tais conclusões não negam a importância do capital bancário. As colocações estabelecidas por Marx (2011; 2017) e analisadas minuciosamente por Hilferding (1981) acerca do controle do processo de circulação pelos bancos seguiam e seguem carregadas de propriedade em se tratando das consequências deste controle para os processos de acumulação e centralização capitalista. Sweezy (1976) busca frisar que o advento do capital monopolista constataria a importância do braço financeiro-bancário para o controle do processo produtivo, mas que este controle poderia ser feito também com capitais acumulados por outras vias que não o controle direto da circulação, das cadernetas de empréstimos e dos juros. Ao adotarem Capital Monopolista, Baran e Sweezy (1966) dão continuidade às considerações de Lenin (2011), estabelecidas anteriormente neste texto.

Em Marx (2011), pode-se ver que o desenvolvimento capitalista é inseparável de uma tendência decrescente da taxa de lucro. Paralelamente, o consumo tende a se retardar em relação às necessidades da produção. Estas constatações apontam para o crescimento das crises, o aparecimento de monopólios e ocasionais disputas por mercados consumidores, dando vazão à violência imperialista tantas vezes presenciada. Cabe, portanto, ao movimento dos trabalhadores organizar-se em vias de resistir à tais ataques, eventualmente substituindo a ordem social vigente (SWEETZY, 1976; BARAN, SWEETZY, 1966; MÉSZÁROS, 2011).

Sweezy (1976) também desta que considerações de Hilferding (1981) apontariam para a razão causadora das crises advir de desequilíbrios no processo produtivo, o que eventualmente poderia ser corrigido mediante a sua organização. Dado o contexto de aquisições mútuas, próprias da formação de trustes na fase monopolista do capitalismo, a ordem social existente passaria a estar cada vez mais salvaguardada de crises e depressões com a ascensão do monopólio.

Entretanto, em Marx (2011), pode-se ver que o consumo tende a se retardar em relação às necessidades da produção, vez que isto decorre da apropriação privada dos frutos da produção socializada. No limite, pode-se perceber que o desenvolvimento capitalista é inseparável de uma tendência decrescente da taxa de lucro. Estas constatações apontam para o

crescimento das crises, o aparecimento de monopólios e ocasionais disputas por mercados consumidores, dando vazão à violência imperialista tantas vezes presenciada. Cabe, portanto, ao movimento dos trabalhadores organizar-se em vias de resistir à tais ataques, eventualmente substituindo a ordem social vigente. As conclusões de Hilferding (1981) afetariam as interpretações do processo revolucionário proposto à classe proletária, na medida em que seriam paulatinamente reduzidas suas motivações para insurreição. De acordo com estas colocações, não é difícil concluir também que a alternativa premente para mudança social passa a consistir na transformação educacional do proletariado, para daí advir uma massa crítica, consciente e desejosa de nova ordem social (SWEETZY, 1976; SWEETZY, 1990).

A publicação de *Political Economy of Growth* (1957) por Baran elaborava argumentos sobre a apropriação do excedente pelo capital monopolista de países de capitalismo central. Além disso, considerações sobre a deterioração dos termos de troca entre países desenvolvidos e em desenvolvimento dariam vazão para uma nova perspectiva do relacionamento entre os mesmos (SWEETZY, 1990). Em conjunto com apontamentos feitos por Hans Singer e Raúl Prebisch, intermediariam o surgimento das Teorias da Dependência e do Sistema Mundo (FOSTER, 2007; OSÓRIO, 2018).

A cristalização destas conclusões ocorre em *O Capitalismo Monopolista*, onde Baran e Sweezy (1966) destacam as principais características do Capital Monopolista, dando contornos mais precisos à categoria. Publicada postumamente ao falecimento de Paul Baran<sup>9</sup>, a obra coloca a produção do excedente como categoria central do modo de produção capitalista. Além disso, seu significado histórico também é o de ter sido a primeira obra significativa a discutir o esgotamento das políticas keynesianas adotadas pelos países de capitalismo central durante os “Anos Dourados” sem que suas economias apresentassem ainda grandes sinais de abalo estrutural (BREWER, 1990)

Em argumento relativo ao Imperialismo, Baran e Sweezy (1966) trataram o mesmo como sendo integrante essencial da dinâmica de produção – e descarte do excedente produzido – pelo Capital Monopolista. A produção doméstica americana seria portanto conduzida por seu

---

<sup>9</sup> É digno de nota que a publicação de *Monopoly Capital* foi severamente impactada pelo falecimento de Paul A. Baran em 1964, dois anos antes do manuscrito final ser finalizado por Sweezy. Muito embora ambos os autores tenham participado da elaboração do texto publicado, cerca de dois capítulos do manuscrito original foram deixados de fora, por escolha expressa de Paul M. Sweezy. O mesmo acreditava que ambos não haviam passado pelo devido processo de elaboração, e a morte repentina de Baran impediu a sua finalização. Considerando as implicações relativas à honestidade intelectual de se dar continuidade aos capítulos incompletos e incluí-los como de autoria mútua, Sweezy (1966) decidiu pela não publicação dos mesmos. Isto já é apontado no seu prefácio ao *Monopoly Capital*. Além disso, o tema pode ser revisitado, juntamente com o texto omitido no livro, em *A Missing Chapter of Monopoly Capital*, de Foster (2012).

militarismo, e razões ideológicas seriam levantadas para supri-lo. Para tanto, a opinião pública fora conduzida pelos EUA a acreditar na tese da agressividade soviética durante a Guerra Fria, legitimando os esforços governamentais para a implementação estratégica da contenção. Esta contenção também perpassaria a reativação das economias de centros estabelecidos da indústria global, portanto, justificando o apoio econômico direto aos países europeus, sobretudo à Alemanha, e ao Japão, já no início da Guerra Fria (BARAN, SWEEZY, 1966).

1.2.3. A Continuidade do Imperialismo nos “Anos Dourados” do Capitalismo: Primeiras discussões sobre o Desaparecimento do Imperialismo, o Novo Relacionamento Internacional e as Transformações do Imperialismo.

As transformações que perpassaram a vida social no pós-guerra conduziram diversos autores a rediscutir as fundações do Imperialismo. Uma vez considerado o Imperialismo como etapa do desenvolvimento capitalista, em interpretação apressada das ideias inaugurais dos teóricos da vertente clássica, tais autores consideraram que o Imperialismo poderia ser superado pelo advento de uma nova etapa. Para demonstrar a superação da etapa imperialista do desenvolvimento do capitalismo, apontou-se como evidências o desaparecimento da concorrência interimperialista e a queda na percentagem de exportação de capitais nos produtivos nacionais dos países centrais. Como menciona Osório (2018, p. 84), dentre os expoentes das teses do desaparecimento do Imperialismo no período fordista podemos destacar:

John Strachey, em 1959, com a obra *End of Empire* e Michael Baratt Brown, que em 1963 escreveu *After Imperialism*, são os maiores expoentes dessa vertente fatalista. Também se inscrevem nessa linha, autores cujas ideias obtiveram algum destaque, para o bem ou para o mal, dentro e fora dos cânones marxistas, como John Gallagher e Ronald Robinson, que pioneiramente em 1953, já trouxeram revisões às teorias marxistas, como seu artigo *The Imperialism of Free Trade*, e James O'Connor, com o seu artigo *The Economic Meaning of Imperialism*, publicado em 1970.

Diversas teses seguiram pensando o Imperialismo, adequando-o a realidade material dos “Anos Dourados” do capitalismo. É fato que o conflito direto entre potências imperialistas havia sido sobrestado, e diversos motivos podem ser elencados para tanto. O aparecimento de uma potência adversária a contrapor não só ao geo-posicionamento estratégico das nações de capitalismo central mas também o próprio modo de reprodução e relacionamento social capitalista em sua integralidade torna-se condição impossível de ignorar.

Além disso, é necessário lembrar que a transformação da produção capitalista por influência de técnicas fordistas teve início já nas décadas de 1920 e 1930. Também nestas duas

décadas reapareceram nações de capitalismo central desafiando o status quo definido no pós-Primeira Guerra Mundial, notadamente Alemanha e Japão. Se apercebermos entre as indústrias que capitanearam o reerguimento alemão ou a ascensão japonesa no entre guerras a sua faceta de capital monopolista, muitas delas presentes até hoje, pode-se facilmente compreender a Segunda Guerra Mundial como conflito interimperialista (HARVEY, 2004)

O resultado da guerra também impõe a conclusão de que o desaparecimento da disputa interimperialista se dava não só por conclusões estratégicas provenientes das elites políticas das nações de capitalismo central, constituindo portanto processo unicamente racional, mas sim pela realidade material da destruição da indústria nacional – sobretudo do seguimento bélico – dos principais estados desafiando a ordem internacional então vigente. A primazia militar americana seguiria e segue inquestionável por parte de seus antigos adversários, agora aliados na Guerra Fria. Entretanto, seus capitais monopolistas nacionais permaneceram disputando o mercado global.

É incompleta a conclusão segundo a qual o Imperialismo desaparece apenas pelo aparente fim do conflito bélico interimperial. Antes, deve-se analisar a maturação do capital monopolista. O seu aparecimento constitui causa fundamental para a necessidade de exportação de capital e do controle de espaços para a ocorrência de reprodução ampliada.

Sem estas necessárias mediações, não se compreende o desenvolvimento desigual por que passarão os países de capitalismo dependente espalhados pelo globo, da América Latina à China, nem as suas necessidades de espaços próprios para a realização da reprodução ampliada. Ao tornarem-se espaços para a reprodução ampliada de capitais monopolistas de outras nações, os países de capitalismo dependente inserem-se na dinâmica do mercado global em posição desfavorável, sendo mantidos à margem do desenvolvimento técnico-produtivo e continuamente impossibilitados de, de forma autônoma, deterem formas próprias de capital monopolista.

Dentre aqueles que permaneceram repensando o Imperialismo enquanto fenômeno não encerrado, estava delimitado o desafio: como demonstrar a continuidade do Imperialismo, se, no plano aparente, os sinais indicavam sua superação? Respostas deveriam ser elaboradas para elucidar o visível alinhamento entre as nações de capitalismo central, que começavam a assemelhar-se, no limiar da década de 1940, às disposições feitas por Kautsky (1970) em *Ultraimperialism*. Entremontes, a ordenamento econômico internacional, agora controlado pelos EUA, ao mesmo tempo que permitia o reerguimento de nações que competiram anteriormente por preponderância no mercado mundial, enquanto as alinhava para o



enfrentamento conjunto à URSS, aos seus aliados e aos nascentes processos revolucionários no Sul global. Estaria surgindo um Imperialismo organizado? A literatura sobre o tema destaca três agrupamentos neste sentido. Neste sentido, o Imperialismo seria demonstrado através das formas de alinhamento organizado das potências imperialistas, de modo a atestar a continuidade do fenômeno.

A primeira vertente destaca o superimperialismo estadunidense como organizador do capitalismo mundial, impondo, frequentemente pela forma, seus ditames as demais nações centrais, cujas manobras contrárias estariam adstritas pelo vasto arcabouço de instituições internacionais multilaterais criado no pós-guerra. Osório (2018, p. 85) aponta Harry Magdoff como maior expoente deste seguimento. Magdoff teria criticado a concepção leninista do Imperialismo como fase superior do capitalismo, apontando traços do mesmo como verificáveis a qualquer tempo da história do modo de produção capitalista. Estes elementos seriam portanto parte da estrutura do sistema internacional (OSÓRIO, 2018)

Magdoff não negaria a persistência de rivalidades concorrenciais entre países. Entretanto, denota três principais distinções entre o que chama imperialismo clássico e novo imperialismo, impostas pela hegemonia dos EUA. Primeiro, teriam aquiescido as rivalidades prementes pelo domínio do globo, que teria dado lugar a preocupações mais significantes sobre áreas de influência, determinando portanto o controle de mercados domésticos por capitais monopolistas externos. Como se verá adiante em Marini (1992) e Bambilra, a existência de capitais monopolistas domésticos em nações dependentes não impede o controle externo de fatias majoritárias do mercado nacional (OSÓRIO, 2018)

O papel dos EUA na organização e articulação institucional internacional também é destacado por Magdoff, com a gestão de diversas alianças militares entre países de capitalismo central e a criação de novas estruturas econômicas de controle financeiro global. Para Magdoff, o divisor de águas entre novo imperialismo e sua vertente clássica seria o avanço tecnológico alcançado no período em muito teria se distanciado daquele presente no final do século XIX e início do século XX. Em que pese sua argumentação sobre avanços tecnológicos, esta última colocação acaba por concluir pela reinvenção contínua de novos imperialismos a cada revolução tecnológica (BREWER, 1990; OSÓRIO, 2018). Pode parecer argumento factível para que se suponha estar-se diante de novo imperialismo em pelo início da revolução informacional, mas, à vista dos avanços tecnológicos ocorridos nos mais de cinquenta anos que nos separam das obras de Magdoff, este posicionamento perde parcialmente sua relevância.

O segundo seguimento teórico destacado pela literatura foca na rivalidade imperialista, e se contrapõe diretamente a ideia de superimperialismo americano. Este grupo acredita que os Estados os quais ainda guardam certo grau de autonomia, não conseguiriam completamente organizar o processo de acumulação no mercado mundial, fracassando inexoravelmente em suas tentativas de fazê-lo. A partir disto, a hegemonia americana seria a todo momento desafiada por contrapontos europeus e japoneses. Entre os expoentes desta corrente encontram-se Michael Kindron e Ernest Mandel (OSÓRIO, 2018).

O aparecimento da revolução tecnológica à época daria margem ao surgimento do capitalismo tardio, subfase do capitalismo monopolista. Nesta subfase, teria se conseguido o aumento na produção de bens de consumo a partir do barateamento dos seus custos de produção e do crescimento da produtividade do trabalho, o que não afetaria negativamente a margem de lucro das empresas, na medida em que ampliam a apropriação de mais-valor relativo. Este novo panorama tencionaria ainda mais as relações entre capital e trabalho, dando margem a uma nova onda de insurreições. O avanço tecnológico e a internacionalização produtiva continuariam a proporcionar aos capitais monopolistas de países centrais a obtenção de superlucros. Isto explicaria a expansão geográfica, a constituição de conglomerados empresariais multinacionais e o avanço do imperialismo. A competição entre multinacionais seria determinante para o acirramento das rivalidades interestatais no período fordista (OSÓRIO, 2018).

O terceiro grupo acredita que uma coalisão de estados imperialistas relativamente autônomos teria se formado entre as nações de capitalismo central, de modo a neutralizar as disputas entre seus capitais monopolistas nacionais. De acordo com Osório (2018), Eugen Varga coloca que, dado o desenvolvimento desigual entre nações capitalistas, a crise enfrentada pelos EUA faria com que este se aliasse aos europeus e ao Japão, seus concorrentes diretos, dando forma a um conglomerado que dividiria o controle da economia mundial, deixando de lado antagonismos nacionais. Este conglomerado de interesses se imporia de forma branda e violenta contra os países de capitalismo dependente, variando entre sanções econômicas ao uso direto do poder bélico (OSÓRIO, 2018).

#### 1.2.4. Teorias da Dependência e o Subimperialismo em Ruy Mauro Marini.

Paralelamente ao processo de descolonização dos continentes africano, americano e asiático, interpretações de autores periféricos sobre a dinâmica da expansão e da consolidação do capital monopolista metropolitano deram margem ao surgimento de considerações significativas sobre o desenvolvimento capitalista, conectando categorias como industrialização

tardia, crescimento econômico e subdesenvolvimento com a teoria marxista. A autorreflexão conduz pensadores latino-estadunidenses à formação do arcabouço teórico da Teoria da Dependência a partir de posicionamentos que colocam o subdesenvolvimento capitalista não enquanto oposto ao desenvolvimento dos países centrais, mas parte de um mesmo sistema, onde o desenvolvimento depende da extração de valor na periferia global.

A Teoria da Dependência é comumente subdividida em duas principais vertentes, sendo elas, de um lado, voltadas à explicações ligadas a incapacidades próprias de comportamentos da burguesia periférica, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, e de outro baseadas na crítica à economia política marxista, próxima de posicionamentos da Terceira Internacional (MARTINS, 2011b) Na medida em que este trabalho foca na evolução categórica do Imperialismo na teoria marxista, restringir-se-á às últimas, comumente referenciadas como Teoria Marxista da Dependência (TMD). Vale ainda asseverar as colocações de Osório (2018) neste sentido, que coloca as Teorias da Dependência como pouco penetrantes em sua abordagem do Imperialismo, à exceção visível de Ruy Mauro Marini e Samir Amin. Isto se daria pela relação historiográfica particular entre Imperialismo e América Latina. Diferentemente de pensadores africanos ou asiáticos, o Imperialismo não era interpretado como fenômeno externo relativamente recente, mas fazia parte da realidade sócio-histórica latino-americana (OSÓRIO, 2018, p. 97). O fenômeno é tão intrínseco à reprodução social na América Latina que ele se confunde com o próprio percurso histórico do seu subdesenvolvimento – daí a dificuldade teórica de se dissociar TMD e Imperialismo.

A discussão sobre trocas desiguais possui suas bases em Marx (2011) e Lenin (2011). Categorias como exportação de capitais dariam corpo ao desenvolvimento teórico-econômico da Teoria da Dependência, colocando em posição central a etapa da circulação no processo produtivo. Isto atrai para o debate as considerações de Hilferding (1981) sobre o papel do Investimento Externo Direto como forma específica de capital fictício, e coloca em perspectiva a ocorrência de reprodução ampliada na América Latina. Uma vez atrelado por Baran (1977) o crescimento econômico do núcleo capitalista à diversas formas de transferência de valor dos países subdesenvolvidos, a eventual concepção do capital monopolista feita por Baran e Sweezy (1966) se ligaria à reflexões sobre a deterioração dos termos de troca feitas por Raúl Prebisch.

Em certa medida, a discussão sobre subdesenvolvimento e capitalismo na América Latina recebeu o pontapé inicial dado por Andre Gunder Frank em *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Uma vez colocado o subdesenvolvimento como face

deletéria do capitalismo, teóricos marxistas latino-estadunidenses dão início à cunha de conceitos chave. Theotonio dos Santos (1970) conceitua dependência em *The Structure of Dependence*, no qual coloca que

By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected. The relation of interdependence between two or more economies, and between these and world trade, assumes the form of dependence when some countries (the dominant ones) can expand and can be self-sustaining, while other countries (the dependent ones) can do this only as a reflection of that expansion, which can have either a positive or a negative effect on their immediate development (SANTOS, 1970, p. 231).

Santos costumeiramente é interpretado como autor teórico das Teorias do Sistema Mundo. Isto se dá por vários motivos, dentre eles o fato de sua visão econômica também é inspirada nos ciclos de Kondratiev; em acepções sobre a formação da economia global ao longo do século XVI em meio a expansão do capital comercial mercantil, que instaurou as condições para o crescimento e espraiamento do modo de produção capitalista. Para Osório (2018, p. 103-104), Santos teria se limitado em suas abordagens sobre o Imperialismo. Teria feito conceituação muito ampla, que acaba se diluindo em categorias como hegemonia. Além disso, estas colocações o aproximam de Wallterstein (1995), Braudel (1996) e Arrighi (1994) em suas abordagens sobre transição hegemônica.

Vânia Bambirra disserta sobre as particularidades do desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos, categorizando-os em suas propriedades locais. Este exercício de desconstrução do bloco sistêmico “América Latina” é feito enquanto se oferece visão sistêmica do desenvolvimento periférico do capitalismo da região. Em *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. Este desenvolvimento abre margem para a compreensão da primazia experimentada por certos países a partir das formações econômicas regionais, como Brasil, Argentina e Chile, diferenciando-os a partir de seus processos de ocupação e de industrialização tardia autóctone já nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial (OSÓRIO, 2018).

Já Ruy Mauro Marini inaugura boa parte do arcabouço conceitual abordado pelos estudos da TMD *à posteriori*, como superexploração da força de trabalho e Subimperialismo. Marini discute a inserção e integração da América Latina de forma dependente no mercado mundial partido do arcabouço teórico de Frank (OSÓRIO, 2018). O autor estabelece que “A dependência deve ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são

modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2017, p. 327).

A formação do capitalismo dependente é relacional, é dada em função da acumulação de capital em esfera mundial e conforme a taxa geral de lucro (AMARAL, CARCANHOLO, 2009). O papel de espaços dependentes seria o de campo reversor da tendência à queda da taxa de lucros sempre que necessário. Isto ocorreria mediante dois fatores: elevações na taxa de exploração – chegando à superexploração – e a redução do valor proporcional do capital constante na composição orgânica do capital – que ocorreria pela exportação massiva de insumos básicos, mantendo controlados os preços internacionais de *commodities* e tornando possível a continuidade do processo produtivo global (MARTINS, 2011a; OSÓRIO, 2018).

As diversas formas de extração de valor apresentadas pelos países de capitalismo central sobre a periferia – lucros, juros, patentes, royalties, deterioração dos termos de troca, cadernetas de seguro, etc. – significariam o envio de partes do excedente destes países para o centro. Isto prejudicaria a apropriação do excedente pela burguesia nacional dos países dependentes, compelindo-as à busca pelo aumento de suas margens de lucro na produção através da intensificação da exploração dos trabalhadores (MARTINS, 1999; AMARAL, CARCANHOLO, 2009; MARTINS, 2011a). Além disso, para Carlos Eduardo Martins, “[...] a apropriação de mais valia de um capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais valia mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade da superexploração do trabalho (MARTINS, 1999, p. 128).”

Elevações na taxa de exploração ocorreriam mediante o aumento da produtividade do trabalho alienado. Isto não advém propriamente de avanços técnico-produtivos – a condição de dependência limita avanços tecnológicos competitivos no capitalismo periférico. O aumento da taxa de lucro das empresas seria alcançando mediante a apropriação de mais-valor oriundo da exploração da classe trabalhadora, além da piora nas condições de trabalho. Ou seja, o aumento da produtividade do trabalho nestas condições impõe que não se elevem os salários da classe trabalhadora. Vez que esta produtividade não se reflete nos salários, haveria um aumento na taxa de exploração (AMARAL, CARCANHOLO, 2009)

A redução da parcela de capital constante na composição orgânica do capital ocorreria através da exportação contínua de insumos básicos para os países de capitalismo central. Isto nos dá um cenário onde, primeiro, a deterioração dos termos de troca ocorre, na medida em que o aumento da exportação destes produtos interfere no preço final dos mesmos enquanto

*commodities*. Isto, claro, afeta a balança comercial dos países em desenvolvimento. Portanto, para Marini (1974; 2017) o segredo das trocas desiguais dadas entre centro e periferia estaria na transferência de mais-valor que vai das franjas ao núcleo do capitalismo (MARINI, 2017; OSÓRIO, 2018).

Só que, determinados países periféricos conseguiram desenvolver indústrias endógenas de bens de consumo duráveis e bens de capital, mesmo partindo de padrões de acumulação restritos como os impostos pelo regime de superexploração, apresentando trajetória ascendente de crescimento. Ao passo que países como o Brasil ocupavam posições periféricas no sistema centro-periferia, sua formação histórica e socioeconômica o possibilitou reproduzir parcialmente processos de acumulação capitalista (MARINI, 2017)

Para Marini (2017), a indústria de bens duráveis não conseguiria continuar mantendo esta trajetória ascendente caso não abrisse mão da superexploração, na medida em que esta impedia o aumento de renda de parcela significativa do nascente proletariado periférico. Entretanto, dadas as consequências já assinaladas das restrições impostas pela redução da parcela de capital constante na composição orgânica do capital, isto proporia o confronto entre o nascente capital periférico de bens duráveis e a burguesia que dependia da manutenção do regime de superexploração (MARINI, 2017; LUCE, 2011)

Esta crise toma formas particulares no caso brasileiro. De acordo com Marini:

"Em 1964, a situação é diferente: a elite militar que encabeça o golpe não só intervém na luta de classes, mas também apresenta todo um esquema econômico-político, o qual consagra definitivamente a fusão de interesses entre ela e o grande capital. Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro (MARINI, 1974, p.191-192)"

Portanto, o aparecimento de centros periféricos de acumulação capitalista deriva tanto de processos endógenos de industrialização e formação de capitais monopolistas, somados ao aparecimento da nova divisão internacional do trabalho nos anos 1960-1970 possibilitariam o aparecimento do fenômeno do subimperialismo. De acordo com Marini,

O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a Cepal – um sistema de relações muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, a relação existente entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o

Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem –ou assumiram, em algum momento de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de outros subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou apenas se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela (MARINI, 1992, p. 137-138).

A discussão sobre a categoria do subimperialismo será adentrada adiante, na última seção deste capítulo, quando da análise do pensamento de Patrick Bond e Ana Garcia. Sua interpretação comum sobre o papel dos BRICS na manutenção do Imperialismo, sua ascensão no cenário internacional e sobre o caráter contraditório da construção de instituições fac-símiles às de Bretton Woods pelos BRICS no geral e pela China em particular informará o debate aqui realizado a respeito do AIIB.

### **1.3 A Crise Estrutural do Capital e a Condição Contemporânea: Financeirização, Neoliberalismo e a Continuidade do Imperialismo.**

#### **1.3.1. A Crise Estrutural do Capital e seus Subprodutos: Financeirização e Neoliberalismo.**

O fenômeno que se seguiu às crises dos anos 1970 encerra o modelo coeso de acumulação capitalista em países centrais. Ele havia sido centrado: na organização regulamentar da atividade financeiro-bancária; portanto em larga escala e intra-firma nos moldes fordistas; na taxação de lucros do capital monopolista e no uso de fatia considerável do orçamento resultante para a construção de aparatos domésticos de Seguridade Social, de políticas públicas voltadas ao investimento produtivo e no financiamento ao gigantesco aparato bélico disponibilizado pelos EUA e por seus aliados.

Para Mézáros (2011), o capitalismo passa, desde o limiar dos anos 1970, por uma crise estrutural, cuja continuidade da estagnação econômica de seus países centrais impõe uma mudança drástica no padrão de acumulação da economia global. A mudança no padrão de acumulação faria emergir contradições inerentes ao modo de produção capitalista, apresentando consequências para as condições raciais e de gênero, bem como coadunando-se à crise ambiental.

O esgotamento do padrão de reprodução capitalista fundado no capital monopolista e na estruturação fordista da produção deu margem ao acirramento da competição entre grandes capitais de países centrais. Em meio às crises dos anos 1970, estes capitais viam-se agora inseridos em processos cada vez mais acelerados de centralização e concentração capitalista.

Não é sem razão que as décadas de 1970 e 1980 presenciaram grandes falências, bem como uma maior frequência de fusões e aquisições (OSÓRIO, 2018).

Ao mesmo tempo, era notória a valorização especulativa experimentada pelo padrão ouro-dólar nas décadas que antecederam a crise estrutural. O conjunto de saída de capitais domésticos estadunidenses – através de gastos militares no exterior e investimentos públicos e privados em nações capitalistas, periféricas e centrais – uniu-se a alta inflacionária experimentada ao longo dos anos 1960, refletindo em situação prejudicial para a balança de pagamentos dos EUA. Pressões especulativas ligadas às expectativas da futura desvalorização do dólar frente a moedas europeias e ao iene nos anos finais da década de 1960 aceleraram o processo de aquisição e revenda de dólares por agentes especulativos que recebiam grandes somas de capital estadunidense sobre-acumulado na forma de dinheiro, como os setores financeiro e petroleiro. O resultado deste processo é que a eventualidade do fim da equivalência ouro-dólar se fazia nítida, e eventualmente se julgou impossível manter certo padrão de valorização abaixo da conversão original (MAGDOFF, SWEEZY, 1978; HARVEY, 2004).

O advento da crise estrutural do capital na década de 1970 provoca efeitos no relacionamento internacional entre países do núcleo capitalista mundial, bem como entre estes e países periféricos e entre países mutuamente pertencentes à periferia global. O reerguimento de economias capitalistas centrais após a Segunda Guerra Mundial, notadamente Alemanha e Japão começa a impactar os termos de troca até então favoráveis aos EUA. Competindo agora pela posição dominante de núcleo capitalista do globo, e presenciando os efeitos de longa duração impostos à falta de competitividade do dólar, a reação americana consiste na abertura de seu mercado doméstico de produtos industrializados, e logo após, em renegociações com os demais países centrais. Paralelamente, a competição entre capitais monopolistas provoca um acelerar da exportação de capitais também na Alemanha, Japão, França, Reino Unido. Iniciava-se o processo em larga escala de reestruturação produtiva mundial, unindo necessidades de reinvestimento de capitais com a realização do valor, numa luta pela obtenção de superlucros em meio a queda tendencial da taxa de lucro.

Neste período, países de capitalismo periférico, estimulados por termos de troca moderadamente mais favoráveis que o período anterior, balanças comerciais positivas e por taxas de juros em percentuais módicos advindas de empréstimos transnacionais alavancavam investimentos públicos de larga escala. Estas nações sofrerão dois duros golpes em seus processos endógenos de acumulação de capitais. Primeiro, a alta internacional do preço do petróleo a partir de 1973 afeta nações de todo o globo, encarecendo os custos de atividades



econômicas em geral, sendo distribuído ao longo das cadeias produtivas. Em 1979, a repentina elevação taxa de juros americana, vinculada contratualmente à taxa de juros de empréstimos internacionais, provoca a explosão da dívida pública dos países periféricos, findando diversos processos autônomos de crescimento econômico e deixando para trás várias crises inflacionárias, notadamente a brasileira. Os países de capitalismo dependente, agora inseridos numa busca incessante por estabilidade macroeconômica, veem-se dirigidos ao apoio de reformas em seu aparato econômico estatal construído no pós-guerra, bem como de seus magros Sistemas de Seguridade Social, como forma de aplacar tensões com o capital monopolista dos países centrais, representado por suas instituições financeiras.

Ao focarmos na esfera político-econômica doméstica dos países de capitalismo central, veremos que a queda da taxa de lucro e o processo de centralização do capital neste período provocaram respostas na dinâmica cadente da empregabilidade nacional. Isto acirra a competição entre trabalhadores dos setores formal e informal, desempregados, “inimpregáveis” e aqueles que desistiram da procura por emprego. O contingente de trabalhadores que não consegue manter trabalho estável se eleva, e cessa o aumento contínuo experimentado entre produtividade e ganhos salariais da classe trabalhadora nos agora findos “Anos Dourados” (CASTEL, 1998) Ao mesmo tempo, a reestruturação produtiva iniciada já início do período pós-Segunda Guerra Mundial aumenta de intensidade. A busca por salários mais baixos, por melhores termos de competição entre empresas e pela obtenção de novas fontes de lucro na periferia do capitalismo conduzem o capital monopolista dos países centrais à construção e remodelamento de vastas e diversas cadeias globais de produção de valor. O resultado conjunto de ambos os processos será o descolamento entre produtividade do trabalho e sua contrapartida salarial (ANTUNES, 2009)

É importante sublinhar que parte significativa do investimento produtivo em países dependentes, necessário à reestruturação produtiva experimentada no globo, foi financiada pelos EUA ao longo dos anos iniciais da Guerra Fria. Como já assinalado anteriormente quando analisamos o estabelecimento do período fordista, isto não só levou a reconstrução de aliados estadunidenses e antigos adversários da Segunda Guerra Mundial, mas também de nações de capitalismo dependente, com destaque para aquelas em cujo palco da disputa ideológica mundial se desenvolvia. Inicialmente, o período vê a industrialização tardia de diversos países, e aqui destacamos sobretudo países do leste asiático, como Coréia do Sul, Taiwan, Singapura, Indonésia, e até mesmo do Vietnã do Sul (HARVEY, 2003; HARVEY, 2007)

A exportação de capital e seu reinvestimento na esfera produtiva de países dependentes informa o processo de reestruturação do capital. A possibilidade de obtenção de custos produtivos mais competitivos evidentemente atrai quaisquer capitais cujas condições de mudar suas plantas industriais para países de capitalismo dependente sejam factíveis.

Em certa medida, a classe trabalhadora sempre foi mundial. Sua internacionalização tem início desde antes mesmo da plena introdução do capitalismo enquanto sistema econômico dominante mundial. No capitalismo, a competição entre trabalhadores domésticos em economias nacionais e trabalhadores dispostos em outras nações é fato antigo, podendo ser traçado na produção têxtil até mesmo ao século XVIII (SMITH, 2016). Além disso, mesmo em países de capitalismo central, a entrada de populações imigrantes influencia tanto a formação da classe trabalhadora local como, quando não adquire trabalho, amplia seu exército laboral de reserva. Em ambas as possibilidades, é afetado o preço doméstico pago por hora trabalhada.

Entretanto, as mudanças produtivas de meados da década de 1960 impõem à classe trabalhadora mundial uma nova dimensão de internacionalização. A massa de trabalhadores desempregados, antes separada da disputa externa por fronteiras geográficas e econômicas, é agora exposta à competição ainda mais direta com seus pares em outras nações, pois o próprio aparato produtivo – fábricas, distribuidoras, parte do seguimento de serviços – é transportada para outros países. Ameaças de exportação de plantas fabris permearão o discurso político anti-sindical em países de capitalismo central e periférico, enquanto tensões étnicas, raciais, religiosas e contrárias a imigração são incentivadas pela classe burguesa.

O processo de reestruturação da produção global também conduz ao aparecimento de novas práticas de gestão empresarial, de modo a concatenar o espraiamento por parte do capital monopolista de países centrais de etapas compartimentadas da produção para empresas subsidiárias, que controlariam diretamente pontos específicos da atividade produtiva. O toyotismo reinventa a lógica de poder centralizador decisório da firma. Este processo permite a ampliação da superexploração do trabalho em países de capitalismo dependente. Isto porque a margem de lucro das empresas subsidiárias, e portanto suas possibilidades de acumulação, é agora condicionada à redução dos gastos com capital relativo.

O rearranjo da gestão orçamentária dos países de capitalismo central, aplacados agora por contextos deficitários em suas arrecadações, pela alta do desemprego, pela queda no crescimento econômico, pela transferência contínua de parques industriais para a periferia global, por crises endógenas na gestão financeiro-orçamentária de seus aparatos de proteção social, enfim, “o fim da prosperidade” e o advento da estagnação econômica doméstica dão

margem ao surgimento do neoliberalismo enquanto razão ideológica basilar à implementação de um conjunto alinhado de políticas públicas (MÉSZÁROS, 2011; HARVEY, 2007).

A emergência do neoliberalismo impôs severas medidas de ajuste fiscal, ao mesmo tempo em que salvaguardam novos espaços seguros para o reinvestimento de capitais, sobretudo no fundo público. O déficit orçamentário que atravessou os países de capitalismo central impôs aos mesmos o aumento da emissão de títulos da dívida pública. A facilidade de investimento em determinados países passa a ser condicionante na obtenção de novos empréstimos nacionais. A contrapartida imposta para a obtenção de avaliações positivas torna-se a aplicação do novo arcabouço teórico consensual: a liberalização dos mercados e a facilitação do trânsito de fluxos financeiros promove o crescimento ao remover entraves públicos, dentre eles as distorções mercadológicas provocadas pela atuação do Estado na economia, seja na esfera tributária, seja na substituição da empresa privada per se. É colocado adiante, portanto, amplo programa de privatizações em escala mundial ao longo dos anos 1980 e 1990, possibilitando novos espaços para absorção e reinvestimento do excedente (HARVEY, 2007). Ao mesmo tempo, são vertiginosamente reduzidas as alíquotas tributárias de impostos sobre o capital, sobre o lucro, sobre heranças, sobre fusões e aquisições, sobre a compra e venda de títulos públicos e privados, e sobre remessas transnacionais de valores. (PIKETTY, 2014)

Paralelamente, o desenvolvimento técnico-informático implica no aparecimento de diversos fenômenos, aqui não pormenorizados: o alvorecer de uma nova era de avanço organizacional-produtivo, notadamente conhecida como terceira revolução industrial; no surgimento de um novo âmbito tecnológico digno de competição entre o capital monopolista estabelecido um século antes e novas empresas devotadas ao nicho eletrônico-computacional; na reinvenção tecnológica do cotidiano, agora informatizado, com uma paulatina sequência de reinvenções na conectividade interpessoal. Cabe-nos aqui atentar para a união entre o desenvolvimento técnico-informático e o surgimento de um novo padrão de acumulação no modo de produção capitalista. O atributo central do processo compreendido como financeirização é o crescente papel de movimentações financeiras, do mercado especulativo, o surgimento de novos atores e instituições financeiras a operar no plano econômico doméstico e internacionalmente. (EPSTEIN, 2005; CHESNAIS, 2005; GUTTMANN, 2008).

Teóricos da Escola de Regulação francesa tem interpretado as consequências eventuais do novo padrão de acumulação imposto pelo processo de financeirização em quatro vertentes. Primeiro, o processo de financeirização impõe a dominância da maximização do valor detido por acionistas dentre os objetivos empresariais. Isto teria sido provocado pela emergência de

uma miríade de novos tipos de fundos financeiros, de forma atomizada, a administrar interesses de acionistas individuais agindo coletivamente. A consequência disto é a imposição da lógica financeira dos resultados trimestrais ao resto da atividade empresarial (CHESNAIS, 2005; GUTTMANN, 2008).

Em segundo lugar, pode-se apontar a desvinculação entre lucros e investimentos. Uma vez que investimentos envolvem o dispêndio financeiro no presente à espera de lucro futuro, ocorre o esperado conflito entre os mesmos e a busca por resultados trimestrais favoráveis. Portanto, a lógica do lucro quadrimestral entra em conflito com investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Isto é bastante conexo com o terceiro ponto, onde aponta-se a diminuição do percentual de lucro retido para reinvestimento. Esta parcela do lucro tem sido revertida para o aumento do lucro acionário, bem como para o pagamento de salários aos administradores empresariais (GUTTMANN, 2008; PIKETTY, 2014). Além disso, credores e intermediários financeiros recebedores de comissão, os brokers, tem recebido seus valores devidos regularmente. Estes fatores portanto apontam que a renda financeira tem crescido como um todo, e este sistema força a queda de salários industriais. Guttman (2008, p. 4) lembra que estes malefícios à renda do trabalhador têm sido compensados pela queda percentual das taxas de poupança e o crescimento da dívida dos consumidores, implicando na provisória manutenção do seu poder de consumo. (GUTTMANN, 2008)

Por fim, a dinâmica do crescimento econômico tem sido alterada pela financeirização. Investimentos em títulos públicos e acionários, buscando a obtenção de lucro rápido e fácil povoam o cenário econômico. Ao mesmo tempo, a queda do lucro das empresas torna investimentos em produção menos atrativos. Estes fatores, em conjunto com a redução proporcional concomitante de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, implicam na diminuição do crescimento econômico. (CHESNAIS, 2005)

É necessário frisar que a ascensão do neoliberalismo enquanto modelo de governança pública não ocorre sem contrapontos e reveses. À parte de questionamentos oriundos da atuação política de diversos movimentos sociais, o neoliberalismo passa a ser criticado pelas consequências da implementação instantânea de suas medidas, as quais teriam favorecido a aquisição privada pouco republicada do aparato empresarial público e dado vazão à aquisição de recursos naturais, a desregulamentação comercial teria ocasionado o desmantelamento do aparato industrial de diversos países. Além disso, a desregulação financeira teria possibilitado e ampliado as crises econômicas em diversos países do globo ao longo dos anos 1990. A crítica endógena do neoliberalismo na segunda metade da década de 1990 dará vazão ao surgimento

de sua faceta considerada branda, o social-liberalismo, onde a liberdade dos mercados será salvaguardada enquanto pretende-se implementar a pretensa defesa de direitos básicos (HARVEY, 2007).

### 1.3.2. O Breve Desaparecimento do Imperialismo e seu Ressurgimento no Século XXI.

A preponderância geopolítica e econômica alcançada pelos Estados Unidos no início da década de 1990 é notória. A queda do bloco do socialismo real também faz arrefecer debates sobre o Imperialismo, que haviam se desenvolvido bastante nas décadas de 1960 à 1980, como exposto anteriormente (HARVEY, 2003; CALLINICOS, 2005; PANITCH, GINDIN, 2013). A guisa de desafiantes diretos ao poderio bélico, os EUA agora seguem economicamente incontestes dentre os países de capitalismo central. A economia japonesa começava a sofrer os efeitos da explosão da bolha em seu mercado imobiliário já em 1990, e a série de vitórias imprevistas na Guerra Fria colocam os EUA em posição triunfante, e sua retórica triunfalista resultante transborda para a legitimação do sistema capitalista como um todo. Isto se traduz na vitória provisória sobre a estagnação econômica dos anos 1980 – criação do NAFTA, assinatura de diversos acordos de livre comércio bilaterais, contenção da escalada da dívida pública, arrecadação superavitária entre 1995 e 2000 – e na discussão do novo papel dos EUA com o fim da Guerra Fria. Tornou-se patente atrelar a expansão dos mercados às das liberdades jurídicas de primeira geração, e rapidamente se concebeu que a democracia burguesa triunfaria num futuro próximo sobre os inimigos dos valores ocidentais. (CALLINICOS, 2005; CHESNAIS, 2005)

Resumidamente, este é o contexto prévio ao reaparecimento dos debates acerca teoria do Imperialismo na década de 2000. O revés teórico experimentado ao longo dos anos 1990 pela teoria marxista dá lugar a discussões sobre o desaparecimento do Imperialismo, como em *Empire*, de Hardt e Negri (2000). A obra propõe o fim do Imperialismo baseando-se na superação do Estado-nação como fonte de controle e instância interveniente no Imperialismo. Estando superado o próprio sistema estatal previamente disposto, estaria inexoravelmente ultrapassado o Imperialismo. (CALLINICOS, 2005; OSÓRIO, 2018). Como aponta Osório (2018, p. 141):

As fronteiras e os monopólios legais tornam-se obsoletos em um ambiente cada vez mais integrado pela circulação (e imposição) dos capitais internacionalizados. Assim, em meio à globalização da produção, a economia ressurgiu independente do controle político estatal. Destarte, soberania estatal é retratada como em declínio, cabendo a transferência das prerrogativas

estatais para organizações internacionais e congêneres. A era do Império seria algo completamente diverso do período do imperialismo. Com isso, alcança-se uma uniformização das regras e da lógica de regulação, que não fique à mercê das idiosincrasias locais. O todo amorfo, mas homogêneo, que se erige do novo panorama é o que cunha Império.

Hardt e Negri (2000) não emitem posicionamento expresso acerca da preponderância dos EUA no Império. Mencionam a impossibilidade de uma nação central imperialista emergir, mas não relegam papel privilegiado ao país estadunidense (OSÓRIO, 2018). A concepção imperial americana teria florescido por fatores endógenos à sociedade estadunidense e agora chegara ao globo. Efetivamente, Negri (2002) busca estabelecer relação de verossimilhança em obra posterior, ligando-se aos fundamentos do Ultraimperialismo estabelecidos por Kautsky (1970) – o desaparecimento da competição interestatal retorna à memória. Entretanto, Hardt e Negri (2000) justificam a substituição do Imperialismo pelo Império através do desaparecimento de espaços onde o capitalismo ainda não havia chegado. A premissa segundo a qual o Imperialismo necessitaria de uma expansão contínua para espaços não-capitalistas é, contudo, de Luxemburg (2003), que apresenta conclusão oposta à dos autores. Luxemburg (2003) concebe a falência do sistema capitalista pela falta de espaços não capitalistas para a realização da reprodução ampliada. Para Hardt e Negri (2000), o Imperialismo estaria sendo superado pelo advento do Império, com o modo de produção capitalista sobreviveria a esta transformação.

O ressurgimento da violência imperialista americana coincide com as críticas iniciais ao trabalho de Hardt e Negri (2000). Torna-se inegável a necessidade de rediscutir o lugar da hegemonia americana dentro da Teoria do Imperialismo<sup>10</sup>. Panitch e Gindin (2004) devolvem o papel do Estado como promotor do Imperialismo, localizando historicamente o fim da competição interimperial entre países de capitalismo central com o advento da preponderância americana após 1945. Em expresso resgate de Gramsci, Panitch e Gindin (2004) põem o avanço do inter-relacionamento entre classes dirigentes dos países centrais como ferramenta formadora de consenso. Funções imperialistas da parte de outros países poderiam ocorrer, cotando que permitidas. Portanto, a preponderância dos EUA estaria garantida vinculada a fatores político-

---

<sup>10</sup> É necessário assinalar que uma polissemia vibrante de autores tem discutido o Imperialismo após a virada do milênio. Entretanto, infelizmente não se pode refletir o entendimento de todos os mesmos neste texto. Diversos textos, vários riquíssimos, ficaram de fora. Uma excelente diagramação é feita em Osório (2018), e está presente tanto em *Debating Empire*, organizado por Gopal Balakrishnan (2003), como nas duas edições do *Socialist Register* de 2005 e no v. 14 n. 4 da *Historical Materialism* (2006). Sobre o debate corrente, indica-se também a série de artigos “Imperialism in the 21st Century”, dispostos na *Review of African Political Economy*, bem como a edição de 2019 do *Socialist Register*.

sociais. Em que pese a análise relevante do processo hegemônico liderado pelo estado americano, a crítica ressalta a falta de base econômica na análise de Panitch e Gindin (2004) deixam de apontar a correção entre crise estrutural e as mudanças no Imperialismo, o papel da transnacionalização do capital, ou as causas estruturais para o aparecimento do neoliberalismo, e isto é eventualmente retomado em Panitch e Gindin (2012).

As fundações econômicas do Imperialismo abre espaço para outro ângulo do debate. David Harvey (2003) busca aproximar o Imperialismo de sua acepção clássica, atrelando o fenômeno à duas lógicas, dialeticamente e contraditoriamente unidas: a lógica territorial e a lógica temporal do capitalismo (HARVEY, 2003; CALLINICOS, 2005; OSÓRIO, 2018). Harvey (2003, 2004, 2007) estabelece certo diálogo com as teorias do Sistema Mundo de Arrighi, apotando ao mesmo tempo para a derrocada americana após às crises que deram fim aos “Anos Dourados”. Entretanto, permaneceria o sob o controle dos EUA o imenso aparato bélico, a permitir a continuidade possivelmente provisória do controle do sistema capitalista.

De fato, em diversos textos, Harvey (2003, 2004, 2005, 2007, 2018) aponta para a eventual relocação do capital sobre-acumulado para lugares onde o mesmo possa permanecer a valorizar o valor. Tendo sido iniciada a relocação do mesmo para diversos países do Leste Asiático, Harvey (2005; 2007) aponta que, inicialmente, concebia-se uma nova formação de países que rapidamente se industrializavam à guisa do capital estadunidense e japonês, para logo após darem início à processos próprios de exportação de capital. Isto é visto na retomada do processo de industrialização Japonês, bem como nos processos próprios da Coreia do Sul e de Taiwan, e eventualmente da China.

Como mencionado anteriormente, Harvey atrela constantemente a necessidade de exportação do capital e o controle de sobre-acumulação como forma de impedir ou mitigar os piores efeitos de crises capitalistas. Dentro da lógica temporal do capitalismo, isto se relacionaria contraditoriamente, na medida em que as leis próprias do processo de acumulação conduzem o capital monopolista à busca de lucros rápidos, o que atrapalha investimentos de longo prazo, como pesquisa e desenvolvimento, a construção de projetos de infraestrutura ou mesmo na melhora geral da educação profissional. Relacionando-se à lógica espacial a permanência contemporânea do processo de acumulação primitiva descrito por Marx (2011) – a acumulação por despossessão – e à manutenção estável do processo de acumulação transnacional controlado por determinados países hegemônicos. Aqui, Harvey faz menções às consequências da industrialização chinesa, apontando para uma transição hegemônica em curso. (HARVEY, 2005; HARVEY, 2018; SCOTELARO, RAMOS, TEIXEIRA, 2018).

John Smith (2016) dá novo tom ao debate ao ligá-lo à dinâmica da produção, desta vez internacionalizada. Chamando atenção para vastas redes de acumulação, Smith (2016) sublinha o papel das cadeias globais de valor na extração de mais-valor e na contínua colaboração entre Estados nacionais na apropriação destes recursos ao longo da cadeia produtiva mediante altas taxas de lucro obtidas na venda contínua de mercadorias, lembrando argumentos de Baran e Sweezy (1966) acerca do lugar do excedente na produção capitalista. Smith também destaca a colaboração entre nações capitalistas centrais e dependentes ao retirarem tributos ligados à produção, repondo-os no consumo, destacando, claro, as maiores montas de arrecadação obtidas por nações de capitalismo central, dado o elevado poder de consumo de seus habitantes, sustentado pela superexploração do trabalho alhures. Smith também sublinha o papel das restrições à imigração na manutenção irregular de um exército laboral de reserva, notadamente nos EUA, e o papel deste regime jurídico na manutenção dos salários estagnantes (SMITH, 2016). Smith (2018), entretanto, discorda das aceções de Harvey ao mesmo destacar a mudança dos fluxos de acumulação capitalista para o Leste Asiático. Também este argumento será retomado na seção à seguir, juntamente ao contraponto feito por Harvey (2018).

O debate sobre a China e o Imperialismo está inscrito no debate teórico marxista contemporâneo. Evidentemente, suas precondições são compartilhadas: o estado da financeirização da economia global e sua relação com a crise de 2008, a transformação econômica que a China apresentou nos últimos quarenta anos – ou mesmo desde o seu processo socialista revolucionário, vitorioso setenta anos atrás –, seu relacionamento comercialmente conflituoso com os EUA são exemplos de pontos de conexão entre ambos os âmbitos. De forma limitada, o debate contemporâneo sobre Imperialismo e China é exposto abaixo, ressaltando que parte destes tópicos serão retomados no capítulo seguinte, onde disserta-se sobre a transformação econômica chinesa e a constituição do capital monopolista doméstico chinês, auxiliado pelo Estado.

#### **1.4. O Imperialismo no Século XXI e o papel da China: uma Introdução ao Debate Contemporâneo.**

A China tem apresentado um processo de mudança estrutural de sua base econômica doméstica. A transformação do país no principal centro produtivo industrial do continente asiático entre 1978 e os anos 2000 deu vazão ao surgimento de hipóteses relacionando a nova estrutura das cadeias globais de valor à apropriação privada do mais-valor produzido nas etapas geograficamente localizadas na China por uma nascente burguesia doméstica chinesa



(NOGUEIRA, 2018). Além disso, a possível adesão ao ordenamento econômico hegemônico internacional por parte da China tem manifestado questionamentos ao modelo econômico implementado no país, definido oficialmente como socialismo de mercado com características chinesas. No campo marxista, diversos autores têm assinalado o caráter contraditório da transformação econômica chinesa, notadamente e num primeiro momento Martin Hart-Landsberg, Giovanni Arrighi e David Harvey, bem como Paul Burkett, Minq Li, Dic Lo, Leo Panitch, Sam Gindin, Domenico Losurdo como expoentes neste sentido.

Em certa medida, alterações neste padrão são assinaladas por Harvey (2003) quando o mesmo menciona a mudança no regime de acumulação capitalista no globo.<sup>11</sup> Entretanto, Harvey foi duramente criticado por sugerir a mudança na natureza do Imperialismo e por apontar para certa transição hegemônica corrente. Smith (2018) destaca sobretudo o caráter limitado de Harvey ao mesmo interpretar que o aumento na renda média per capita dos trabalhadores dos países dependentes, entrementes do Leste Asiático, possa significar uma drenagem de recursos dos países de capitalismo central, e uma eventual reversão da ordem geopolítica do padrão de acumulação até então imposto. Em que pese o argumento de Smith (2018), Harvey (2018) consegue sustentar defesa da complexidade do Imperialismo e do caráter contraditório do modo de produção capitalista, que permite o aparecimento de processos de acumulação subalternos dentro da estrutura do mercado mundial, e que isto nem nega o Imperialismo nem a superexploração necessária para manter provisoriamente estável a dinâmica de acumulação capitalista. (HARVEY, 2003; HARVEY, 2014; HARVEY, 2018).

Em parte, o argumento procede: a correspondência entre o padrão de acumulação no mercado global e sua correspondência com certos estados nacionais tem sido alterado ao longo das últimas décadas. A internacionalização do capital oriundo de países como o Brasil, Coréia do Sul, Rússia, Índia, Taiwan, África do Sul e China têm sido estudadas há certo tempo dentro da tradição marxista, e há décadas se compreende que, muito embora o *locus* de dependência nos seja proposto no arquétipo da ordem hierárquica internacional, a formação sócio-histórica e as características geográficas nacionais apontam para o desenvolvimento do capitalismo ser, inegavelmente, desigual e combinado (GARCIA, 2017; BOND, 2018; HARVEY, 2018; BOND, GARCIA, 2019).

---

<sup>11</sup> Como introduzido anteriormente, a reestruturação produtiva em escala mundial teria possibilitado a obtenção de novos lucros através de regimes de produção intensos em trabalho e utilizando economia de escala, superando a crise de sobreacumulação. A complexidade produtiva teria alcançando eventualmente não só a China, mas outros países do Leste Asiático, que relocam investimentos e etapas produtivas para dentro da RPC desde meados dos anos 1980.

Desde o desenvolvimento teórico realizado pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência que se compreende que a diversos países passaram a exercer práticas subimperialistas. Os estados nacionais auxiliam seus capitais domésticos em sua busca pela superexploração do trabalho, enquanto lidam com as contradições próprias do desenvolvimento desigual: a dificuldade de competição com o núcleo capitalista, o papel por vezes auxiliar na implementação do imperialismo, e o possível confronto e reversão do padrão doméstico de desenvolvimento perante a ofensiva dos países do núcleo capitalista ou em meio à crises localizadas ou sistêmicas. Isto, entretanto, não se confunde com a pretensa negação do Imperialismo a qual Smith (2018) aponta em Harvey.

Muito embora talvez a falha de Harvey tenha sido até aqui a falta de uma penetração maior e completa sobre as diversas contradições do Imperialismo, é inegável que parte destes argumentos foi levantada recentemente em *The Madness of Economic Reason*. Além disso, a multiplicidade de processos concatenados torna a análise aprofundada e a posterior síntese geral algo, no mínimo, difícil. Embora se possa apontar para a aquisição transnacional de terras, o investimento crescente de capital chinês, a aquisição de dívida pública e a paulatina construção de vastas redes de controle geoestratégico tenham retido a atenção de parte da crítica a certo tempo, acreditamos que parte da chave para a compreensão deste processo exige um olhar atento para as necessidades de realização do valor do capital chinês.

Ao mesmo tempo, além de consequências externas, é possível apontar consequências internas da transformação econômica chinesa. É impossível deixar de perceber a melhoria nas condições de renda das populações do país asiático, bem como o intenso processo de diminuição da população pobre, o que certamente relembra a conversão das consequências da exportação de capital do período clássico em melhoria da qualidade de vida. Se se busca a construção de uma teoria geral sobre o Imperialismo e a China, certamente estas consequências devem ser abordadas.

Harvey (2018) levanta excelentes pontos em sua resposta. O autor aponta para a não estabilidade, ou mesmo estagnação, da teoria do Imperialismo. Pode-se mencionar a formação de regimes de acumulação regionais, a queda do padrão de vida das populações de países de capitalismo central, o conflito em nosso tempo entre capital produtivo e capital financeiro, e como esses processos contribuem para o retorno à realidade para que a atualização teórica da teoria marxista. Portanto, por mais problemáticas que sejam as colocações de Harvey ao longo de sua obra, e tendo em vista a contundência dos pontos de Smith (2018), certamente não se pode simplesmente afastar as mesmas com a reafirmação de algo que o próprio Harvey (2018)

concorda: os fluxos de capitais continuam sobremaneira indo de Sul para Norte, mas agora o Norte tornou-se mais complexo.

Ainda na esteira da Teoria Marxista da Dependência, Patrick Bond e Ana Saggiore Garcia têm abordado o Subimperialismo realizado pelos países dos BRICS há certo tempo. Concluindo no sentido similar ao de Harvey, ambos os autores sinalizam para o início de processos de acumulação e exportação de capital derivados da internacionalização do capital nacional dos respectivos países, como em Bond (2013) e, de forma aprofundada, em Bond e Garcia (2015). Garcia (2017) inclusive chama especial atenção ao papel do estado desenvolvimentista em seu auxílio à acumulação periférica e à internacionalização de empresas nos BRICS. A autora nos indica a íntima inter-relação entre o financiamento de bancos públicos, capitalizados por balanças de pagamentos positivas, moedas estáveis e taxas de crescimento consideráveis – estimulados pelo crescimento do mercado de *commodities* na década de 2000 – e o fornecimento de crédito acessível à grandes empresas e o estímulo à internacionalização do capital.

Bond (2018) inclusive escreve resposta à Harvey (2018) e Smith (2018) no sentido de identificar a complexidade experimentada pelo Imperialismo em nosso tempo, enquanto busca retirar o debate somente da esfera do Leste Asiático, atentado para o caso sul-africano. É digno de nota que a parceria entre a República da África do Sul e outros países dos BRICS – notadamente a China – na exploração de recursos naturais no próprio país e em outras nações do sul da África é destacado também em Bond e Garcia (2019).

Do outro lado do debate, diversas teses tem se apresentado para contrapor hipóteses de que a China tem se engajado em práticas capitalistas neoliberais, ou mesmo Imperialismo. Notadamente, Harvey, Bond e outros tem sido apontados como “marxistas ocidentais”. O argumento que segue é que estes intelectuais deixar-se-iam levar pela seleção específica de dados para manter a narrativa de que a China e seu sucesso econômico resultariam de uma economia política neoliberal *sui generis*, não levando em consideração as posições chinesas sobre seu próprio processo de desenvolvimento econômico. (SMITH, 2018) Roberts (2018) ainda aponta que isto refletiria a hegemonia da narrativa político-econômica detida por análises do *mainstream* ortodoxo ou por heterodoxias palatáveis para o capital, que visam difundir narrativas negativas quanto ao sucesso da transformação econômica chinesa.

Podemos indicar Dic Lo e Sam-Kee Cheng como expoentes neste lado do campo teórico. Ao longo de sua abordagem teórica, Lo (2009; 2012) tem apontado como é conflituosa a narrativa segundo a qual a China tem aderido a políticas neoliberais em seu processo de

transformação e desenvolvimento econômico doméstico. Se é verdade que a China está agindo neste sentido, como pode o próprio processo não ter levado à estagnação econômica atualmente sentida, como o fez com o resto do mundo globalizado? Além disso, são questionadas as fundações do entendimento segundo o qual a China estaria se relacionando de forma prejudicial aos países da periferia global, sobretudo africanos.

Sam-Kee Cheng (2020) aponta como concepções equivocadas tem guiado o debate sobre o relacionamento China-periferia, ressaltando o papel chinês na continuidade do crescimento econômico e no desenvolvimento de forças produtivas em países do Sul global, sem seguir as tradicionais exigências próprias dos investimentos transnacionais sob o neoliberalismo. A autora chinesa também expressa seu entendimento que a necessidade de desenvolvimento doméstico das forças produtivas da parte da China leva a mesma a exercer política econômica similar a Nova Política Econômica leninista, adequando o desenvolvimento produtivo a necessidade de realização do valor e ao alcance do socialismo. Ao mesmo tempo, Cheng relaciona as contradições entre a repercussão dissonante da crise na China e a resistência da mesma à teses de Preobrazhensky, onde o mesmo aponta para a emergência de fenômenos contrastantes em nações que passam por processos de transição do capitalismo para o socialismo.

No Brasil, o debate foi introduzido originalmente por Valéria Lopes Ribeiro. Ribeiro (2017) examina a aproximação entre a teoria do Imperialismo clássica e as interpretações de Poulantzas e a expansão chinesa e a sua inserção em cadeias globais de valor. A autora conclui que estudos aprofundados devem ser feitos antes de se estabelecer conclusão em qualquer sentido, seja pela afirmação ou pela negação do Imperialismo. Além disso, em investigação posterior, Ribeiro (2019) aponta para o aumento nos investimentos chineses em países africanos, sem que, contudo, os mesmos alterem a base produtiva dos mesmos.

Marcelo Fernandes e Rubia Cristina Wegner (2018) exploram o debate sobre o Imperialismo em termos leninistas buscando retificar a impropriedade do uso do Imperialismo como categoria própria para a análise da China. Isto é feito com a apresentação de que grande parte dos investimentos são oriundos de SOEs, além de se ressaltar o controle do PCC sobre o Estado, a falta de critérios rígidos para o pagamento de empréstimos transnacionais, ou o caráter benéfico para o desenvolvimento dos países africanos dos investimentos chineses. Todos são fatores dignos de análise pormenorizada.

É necessária uma compreensão do caráter contraditório do processo de transformação da economia chinesa e de sua expansão internacional recente. Muito embora se possa apontar como positivos os investimentos chineses no continente africano se contrastados com os feitos

por bancos ou instituições transnacionais, também é necessário atentar para a separação entre populações originárias e suas terras no processo de aquisições transnacionais, normalmente não regularizadas (BOND, 2018); para o caráter superexploratório do processo produtivo realizado também por empresas chinesas, que não podem ser simplesmente isentadas por terem sua titularidade pertencente ao Estado; pelos contraditórios entraves à organização proletária sindical na China em meio ao aparente incentivo da liderança partidária à mobilizações; ao papel exercido pela construção de bancos transnacionais próprios da China e pelo uso dos grandes bancos públicos chineses no processo de internacionalização do capital doméstico; pela crescente suspeita de relacionamento entre a segurança de recursos estratégicos e a expansão de bases militares chinesas; o papel da China na aquisição de dívida pública, dentre outros fatores.

Ao longo desta investigação, portanto, conclui-se que se deve sublinhar questionamentos como os feitos por Ribeiro (2017) e, em certa medida, consideramos justificáveis as tentativas de atualização da teoria do Imperialismo feitas por Harvey, Bond e Garcia até aqui. Suas contribuições aperfeiçoam a teoria marxista ao mantê-la conectada à realidade, ao invés de evitar argumentos politicamente inoportunos para elites partidárias, determinados vieses teóricos ou burguesias domésticas. Antes, como asseverado por Harvey (2018), deve-se compreender o Imperialismo como fenômeno derivado da realidade, portanto rico em detalhes, múltiplo, a possibilitar transformações na mesma dinâmica entre nações e em meio ao mercado mundial de onde o mesmo deriva. Ao mesmo tempo, ao se visualizar as colocações de Bond (2013; 2015; 2018) e Garcia (2017; 2019), pode-se aduzir que questionamentos acerca da dinâmica sub-imperialista de países da semiperiferia do capitalismo global não estão fora de lugar, e que a análise pormenorizada da atuação destes estados deve ser feita.

Uma vez que nesta dissertação pretende-se analisar, sob o prisma da teoria do Imperialismo, a atuação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) enquanto seguimento financeiro a apoiar a internacionalização do capital chinês, não devemos deixar de compreender o processo de criação endógeno do capital chinês, o surgimento de sua burguesia doméstica, bem como o papel exercido por bancos públicos estatais na manutenção e expansão deste sistema. Passamos agora, portanto, à análise do processo de constituição e internacionalização deste capital doméstico chinês, em suas facetas financeira e produtiva, alcançando ao final o surgimento do AIIB.

## **CAPÍTULO II – A INTEGRAÇÃO DA CHINA AO CAPITALISMO GLOBAL: DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA À EXPORTAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS.**

“We live in a world where the surplus absorption problem is as chronic as ever but now truly enormous surpluses are largely piled up in East and South-East Asia. Identifiable imperialist practices are beginning to emerge in that quarter too, with China looking good to search out ways to dispose of its own capital surpluses by re-asserting a very ancient logic of its own conception of territorial power. There is not, therefore, a singular imperialism that we now face but a series of different imperialist practices dispersed through the uneven geography of capital surplus distribution.”

David Harvey, *In What is 'New Imperialism Really New?',* 2007, p. 70.

A produção chinesa vem se transferindo para países com salários mais baixos, como a Tanzânia e o Vietnã. É esse mesmo impulso de exportação do capital excedente que norteia a recente ambição chinesa em criar uma rede de portos, ferrovias e rodovias ligando a China à Europa, através da Ásia Central e do Oceano Índico, conhecida como One Belt, One Road. Todavia, como Lênin previu, o impulso de exportar capital para fora inevitavelmente faria com que os Estados de origem projetassem seu poder militar e político no exterior, com objetivo de proteger o circuito de acumulação do capital exportado, levando a uma expansão imperialista e a uma rivalidade interimperialista com outras potências exportadoras de capital.

Ho-fung Hung, *A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global,* 2018, p. 7-8.

### **2.0. Considerações Iniciais**

O primeiro capítulo desta dissertação focou no desenvolvimento teórico do Imperialismo enquanto categoria de análise marxista da realidade. Procurou-se expor o contexto global do desenvolvimento do capitalismo enquanto se expunha o desenvolvimento da Teoria do Imperialismo. A abordagem da economia mundial no capítulo anterior perpassou a expansão do mercado mundial, a formação e a internacionalização do capital monopolista, tentativas periféricas de desenvolvimento capitalista, a reprodução na periferia de padrões de Imperialismo por partes de países semiperiféricos, a formação e expansão de cadeias globais de valor e a financeirização do capitalismo.

Na seara teórica, o capítulo primeiro abordou o surgimento do Imperialismo enquanto categoria de análise, penetrou em debates sobre o seu desenvolvimento, sobre os seus vários desaparecimentos. Em sentido sócio-histórico, o capítulo narrou o aparecimento da competição inter-imperialista no final do século XIX (LENIN, 2011), chegando à queda do bloco soviético e o abandono teórico do Imperialismo no final do século XX (FOSTER, 2006). Falou-se também sobre a replicação na periferia, por países periféricos, de formas próprias da dinâmica do Imperialismo: o subimperialismo (BOND, 2013; GARCIA, 2017; BOND, 2018). Chegou-se, ao final, às primeiras discussões no campo teórico sobre a possibilidade de a China estar

realizando processo semelhante, certo *Imperialismo Chinês*. De forma significativa, este debate foi protagonizado pelo embate entre Smith (2018) e Harvey (2018) na *Review of African Political Economy* (ROAPE) em 2018.

Na última década do século XX – longo para Arrighi (1996), curto para Hobsbawm (1995) – o “fim da história” tornou-se pensamento hegemônico, de modo que até hoje este conceito tem de ser afastado, provado como explicitamente equivocado textualmente, rejeitado até mesmo pelo próprio Francis Fukuyama (2018). O mesmo triunfalismo neoliberal que deu cabimento ao “fim da história” proporcionou, o enterro e o esquecimento do Imperialismo nos anos 1990 (PATNAIK, 1990; FOSTER, 2006). Isto, claro, se provou ser por pouco tempo (HARVEY, 2003; BALAKRISHNAN, 2003). Já no final da última década do século XX, logo após a destruição da ex-Iugoslávia pelas forças da OTAN, o debate teórico sobre o Imperialismo persistia nas discussões de Parenti (2000). Na virada do milênio, a publicação de *Império* de Hardt e Negri (2000) e a invasão americana ao Afeganistão e ao Iraque provocaram verdadeiro renascimento teórico do Imperialismo, ainda que infelizmente provocado pela destruição de diversos Estados-nacionais e seus povos.

Contudo, mais de dezoito anos já nos separam do onze de setembro de 2001. É notório que o mundo mudou. Nesse intervalo, Arrighi (2008) já explorou o argumento que coloca a hegemonia americana como prejudicada pela Guerra ao Terror, enquanto encaixa a China na posição de beneficiária, ao não se envolver no conflito – ou mesmo em qualquer outro desde 1979. Também neste interim uma miríade de obras excelentes, dentro e fora do campo marxista, tem se debruçado sobre a transformação econômica chinesa<sup>1</sup>.

Como brevemente retratado na introdução, isto não ocorre sem maiores razões. Ao longo das últimas quatro décadas, a China tem alinhado fatores econômicos e geopolíticos, dando margem à narrativa da ascensão (ou mesmo *re-ascensão*) chinesa na ordem geopolítica internacional (HUNG, 2016). De forma preliminar, pode-se elencar como motivos agregadores entre estas análises: as taxas meteóricas de crescimento econômico experimentadas em parte dos anos 1980 e entre 1992 e 2011; a postura político-econômica internacional parcialmente dissonante<sup>2</sup> do neoliberalismo decretado pelo Consenso de Washington (HART, LANDSBERG, 2005; BURKETT, 2005; HARVEY, 2005; HUNG, 2015); e a uma atuação

---

<sup>1</sup> Dentro do campo marxista, indica-se Losurdo (2004); Harvey (2005); Hart-Landsberg e Burkett (2006); Arrighi (2008); Lo (2012); Hung (2016); Anderson (2018).

<sup>2</sup> Para análises que apresentam conclusões sobre a integral separação entre as políticas neoliberais propostas pelos organismos multilaterais de controle dos países centrais (FMI, Banco Mundial), indica-se Amin (2013), Lo (2012; 2018) e Li (2018).

geopolítica independente do controle americano, e não-raramente oposta (AMIN, 2013; HUNG, 2017).

Muito embora parte da bibliografia desta dissertação guarde pertencimento às teorias do Sistema-mundo, discutir a transição hegemônica não é objeto central desta dissertação. Como visto no primeiro capítulo, a necessidade de exportação de capital, a formação de capitais monopolistas e a concomitante internacionalização do capital doméstico de nações de capitalismo central foram as causas originárias que deram margem ao surgimento do Imperialismo (LENIN, 2011). Uma vez tratando da hipótese de que a China está realizando Imperialismo, este capítulo acompanha o desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo na China, perpassando as discussões iniciais de categorias da economia política até ao aparecimento do Imperialismo, sendo acompanhado pela criação de instituições transnacionais pela China, como o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. Este texto se deterá no que diz respeito ao AIIB no capítulo a seguir.

Busca-se, nas categorias fundamentais do Imperialismo – exportação de capital e capital monopolista – as fundações do desenvolvimento deste processo. Somente assim se pode discutir Imperialismo e China, ou mesmo Imperialismo por si só. Acredita-se que, somente após, pode-se chegar às categorias próprias dos níveis elevados de Marx, ou mesmo Braudel e Arrighi, como Mercado Mundial. E somente após estas duas discussões, se pode alcançar categorias relativas à hegemonia e poder, não abordadas neste texto.

Para que se adentre categorias de complexidade significativa como o Imperialismo, deve-se antes revisar os motivos pelos quais se chega ao mesmo. Precisa-se também analisar as particularidades econômicas e políticas domésticas dos estados nacionais, cuja dinâmica é atravessada pelo desenvolvimento sócio-histórico da produção capitalista globalizada enquanto se relaciona sempre à particularidade local. Beiraria o irresponsável escrever sobre China e Imperialismo sem ter em mente o relacionamento entre as categorias econômicas fundamentais que primeiro conduziram o aparecimento do Imperialismo e a própria historiografia chinesa, marcada por uma inserção particular na dinâmica capitalista dos séculos XIX e XX, posteriormente dissociada desta dinâmica por um processo revolucionário doméstico, e reintegrada ao capitalismo mundial através do processo de reforma e abertura.

Dentro do conjunto de categorias político-econômicas desenhadas para se indicar o nexo Imperialista entre a economia nacional e o mercado mundial, destaca-se a exportação de capital. A exportação de capital aparece como necessidade de alocação do excedente de capitais monopolistas, que buscam realizar valor fora de suas fronteiras nacionais (HILFERDING, 1981; BARAN, SWEEZY, 1966; HARVEY, 2005; FOSTER, 2018). Como mencionado no



capítulo anterior, desde os primórdios do desenvolvimento categórico de Hilferding (1981) em *Capital Financeiro*, a exportação de capital se desenvolve de diversas formas, com especial destaque para o Investimento Externo Direto. Capitais monopolistas nem sempre possuem as condições necessárias para a realização de valor em níveis competitivos domesticamente. A configuração geográfica de uma nação, restrita por fronteiras historicamente construídas, nem sempre acompanham demandas por insumos básicos. A ciência econômica, desde sua forma mais clássica, teve sempre em mente que os fatores domésticos não são iguais para todas as nações, de modo que a geografia nacional se traduz em fator condicionante para a produção nacional (MARX, 2011; ARRIGHI, 1996; HARVEY, 2004; ARRIGHI, 2008).

Eventualmente, a busca por insumos básicos necessários à produção de mercadorias passa a ocorrer para além das fronteiras nacionais, com ou sem respeito a tais traçados políticos artificiais, muito menos às populações residentes destes territórios. Desde Lenin (2011) interpreta-se que na fase contemporânea do desenvolvimento capitalista, essa busca é colocada adiante pelo capital monopolista. Em nível mais elevado, chega a ocorrer uma procura – e uma eventual disputa – pelos próprios mercados internacionais. Estes mercados aqui servem como consumidores, necessários à realização do valor. Os valores adquiridos nestas operações retornam à dinâmica de valorização do capital desempenhada pelas empresas (HARVEY, 2017).

Vastas cadeias de comércio têm se formado em todo o mundo ao longo do tempo<sup>3</sup>. Na virada do século XIX para o século XX, enquanto começa a tomar forma o Mercado Mundial em escala verdadeiramente global, capitais monopolistas buscaram fatores que contrabalancem a tendência geral de queda da taxa de lucro e que garantam a sua sobrevivência individual frente à competição com seus pares, tanto nacionalmente como com os de outras nações. (HARVEY, 2003).

Além disso, a consequência para descontinuidade do ciclo de reprodução do capital é a perda de valor do mesmo capital. Marx (2011) coloca que capital que não realiza circulação e não busca a própria realização tende a desvalorizar-se. Uma vez que o reinvestimento no plano doméstico pode não produzir taxas de lucro necessárias à sobrevivência do capital monopolista individualizado, a consequência da não realização de exportação de capital é a sobreacumulação de capital (BRENNER, 2003; HARVEY, 2007; HARVEY, 2014). Vê-se aqui o ciclo vicioso da exportação de capital, onde sobrevivência implica exportação. Portanto, capitais monopolistas são irremediavelmente atraídos para o exterior, para a exportação de capital.

---

<sup>3</sup> É importante destacar que isto se deu antes mesmo da ascensão da forma de produção capitalista por sobre os demais métodos de produção e reprodução social. Neste sentido, Arrighi (1996) e Frank e Gills (1993).

Só que, hodiernamente, o mundo real não é tão simples quanto a teoria político-econômica tenta retratar. Ele não cabe facilmente na dualidade exportação de capital vs. não-exportação. Grandes territórios nacionais, com vastas populações, também guardam sua serventia na dinâmica da exportação de capital e da realização de valor. Baran e Sweezy (1966) e Harvey (2005) e mesmo Arrighi (2006) nos relembram da importância do mercado doméstico para a acumulação de capital. Entretanto, Harvey (2005) ressalta a importância deste espaço também para que se invista capital excedente, evitando a sobreacumulação. Alusão similar pode ser depreendida já numa passagem do próprio Hilferding (1981), reproduzida como epígrafe do capítulo I desta dissertação. Harvey (2007) coloca que, para o capital americano, foi e é, por vezes, mais fácil investir nos estados da Geórgia, do Texas, do Arizona e do Novo México do que relocar todas as escalas de sua produção para países do Leste Asiático ou para o México. Estímulos tributários e não-tributários estatais, facilidades de transporte, proximidade de mercados consumidores, proximidade de fontes de insumos básicos – todos estes são motivos que justificam o reinvestimento doméstico, em território nacional.

O que isto significa? Significa, em primeiro lugar, que o espaço doméstico sempre pertenceu à dinâmica de acumulação de capital (MARX, 2011; HARVEY, 2003; HARVEY, 2005). Segundo, também nos relembra o próprio Hilferding (1981), na medida em que o controle do território nacional proporciona o controle de vastos recursos, e por vezes um vasto mercado consumidor. Em terceiro lugar, relembra que realizar valor domesticamente detém certos limites, ligados à busca por taxas de lucro competitivas. Eventualmente, a busca por novos espaços para acumulação pode atrair capitais para fora do estado nacional de origem. Isto não implica que o capital ainda não retornará à suas sedes empresariais em países de capitalismo central, como se Harvey estivesse redirecionando o Imperialismo e, portanto, negando-o, como afirma Smith (2018). Antes, significa que a o capital migra pelo globo, controlado pela burguesia que o detém, à procura de espaços onde as condições de obtenção de taxas de lucro comparativamente competitivas possam ser obtidas.

Entretanto, à partir da Crise Estrutural do Capital, iniciada nos anos 1970, o Estado nacional é colocado em situação particular, amparada pelo neoliberalismo. O Estado deve fornecer vantagens tributárias e não-tributárias para o capital, de descontos em impostos e do apagamento de barreiras alfandegárias até a erradicação de legislações trabalhistas e construção de amplos projetos de infraestrutura, para facilitar o processo produtivo. Do contrário, o capital monopolista arranja suas próprias alternativas. O mundo é grande, e a produção costuma ter para onde migrar.

Por último, Harvey (2003; 2005; 2007) vai mais além do que os pensadores anteriormente elencados. Ele de antemão explora o caso chinês como uma possibilidade de reprodução deste padrão de acumulação doméstica e eventual exportação de capital. Harvey (2005) coloca que a produção no espaço geográfico da China já apresentava sinais de sobreacumulação em meados da década de 2000. Hung (2016; 2018a; 2018b) e Hung e Selden (2017) concordam com Harvey (2005) ao afirmar que a China repetiu o padrão de acumulação do Leste Asiático, e, enfrentando as limitações do próprio mercado doméstico, a China começa eventualmente a exportar capital.

Neste capítulo, será exposto que capitais monopolistas chineses não são uma exceção à regra. Estas mesmas empresas domésticas realizam, portanto, exportação de capital. Seu texto adentra inicialmente a transformação econômica chinesa, de modo a estabelecer mediações entre a teoria do Imperialismo, os meios de sua implementação, e as categorias político-econômicas da acumulação por despossessão e da exportação de capital. Para tanto, toma-se como base o pensamento de David Harvey acerca da Teoria Marxista do Imperialismo e de Ho-fung Hung sobre a acumulação de capital e exportação de capital na China e o surgimento de um Imperialismo conduzido pela China.

Ao final, este capítulo segue Ho-fung Hung (2016) em seu desenvolvimento teórico a respeito da internacionalização do capital chinês, bem como sobre a construção de bancos transnacionais chineses, como o a Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), de forma a facilitar a internacionalização do seu capital monopolista.

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de mencionar que a série de particularidades político-econômicas chinesas é de fácil distinção. Antes de tudo, a China não é meramente *China*, mas sim *República Popular*. Através da segunda metade do século XX, a China foi uma das principais nações, senão a principal, a influenciar direta e indiretamente processos revolucionários em países de capitalismo dependente, ou mesmo em países de capitalismo central. Seu processo revolucionário doméstico inspirou e inspira diversos outros processos similares. Além disso, a China, diferentemente dos países que compunham o bloco soviético, ainda é comandada por um partido comunista, que controla quase exclusivamente seu processo legislativo, o poder executivo do país, as forças armadas chinesas e o seu sistema judicial.

Só se pode, portanto, aplicar categorias como Imperialismo à China mediante uma série de constatações ligadas à economia política do país. No capítulo que se segue, serão feitas as aproximações necessárias neste sentido.

## 2.1. A Integração da China no Capitalismo Mundial (1978-2008)

### 2.1.1. Acumulação e Destruição de Capital no Período Pré-revolucionário chinês: Imperialismo, Guerra Civil e Revolução (1842-1949)

Antes que se possa adentrar propriamente a série de reformas de abertura de mercado promovidas pelo estado chinês no pós-1978, é indispensável estabelecer aproximações com dois processos separados temporalmente, mas ambos situados no território chinês. O primeiro é o início da integração chinesa ao capitalismo globalizado, decorrente o estabelecimento dos tratados desiguais entre a China e os países de capitalismo central, após o ano de 1842 (ver Quadro 01). O segundo é o processo sócio-histórico da revolução socialista chinesa, cuja culminância foi a formação da República Popular da China (RPC) em outubro de 1949. Explanções sobre ambos os períodos se fazem necessárias na medida em que inicialmente se relaciona a dinâmica de acumulação de capital no plano global a partir do século XIX e a China, colocando a China como Estado historicamente vilipendiado pelo Imperialismo. A segunda dinâmica expõe o rompimento desta mesma dinâmica pela revolução socialista, liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh).

Foi visto no primeiro capítulo desta dissertação que, desde Marx (2011; 2017) já se concebia que a expansão do modo de produção capitalista necessariamente se choca com espaços territoriais onde o mesmo ainda não se encontra predominantemente implementado. Isto permeia diversas interpretações sobre o Imperialismo, desde Luxemburg (2003) e Lenin (2011) à Harvey (2003; 2005). Estes entendimentos não negam o aparecimento endógeno de formas capitalistas domésticas em países do que viria a se tornar a periferia do capitalismo nos séculos XIX e XX. Como discutido tanto por Brenner (1977) como por Arrighi (2008), o delta do Rio Yangtzé é descrito como possuidor de uma significativa indústria manufatureira já no século XVIII. Juntamente com Anderson (2018), estes autores assumem que formações capitalistas estavam presentes nesta sub-região chinesa. Deixando de lado o debate sobre o Marxismo Neo-smithiano em Brenner (1977) e Arrighi (2008), embora se pudesse observar padrões próprios de acumulação domésticos em certas províncias do país, fato é que o capitalismo não era o modo de produção dominante no território chinês em meados do século XIX (ARRIGHI, 2008).

Na segunda metade do século XIX, a condição econômico-militar desfavorável do Império Qing deu margem ao processo descrito por Lenin (2011) como semi-colonização<sup>4</sup> da

---

<sup>4</sup> O conceito de se semi-colonização foi estabelecido por Lenin em *Imperialismo*. Ele é costumeiramente aplicado na literatura à China, sendo o país asiático considerado exemplo padrão. Outros exemplos são: Pérsia (eventualmente Irã), Tailândia, Afeganistão, Iêmen e Etiópia. Embora não tenha sido propriamente colonizada, repetindo os moldes africanos ou mesmo indianos da faceta da colonização experimentada no século XIX,

China. O Império Qing teve seu território subjugado pela dinâmica neocolonial do Imperialismo em seu nascimento sem ser necessária sua divisão espacial em colônias. Isto difere de processos neocoloniais paralelos ocorrendo no continente Africano, na Oceania, no resto do continente Asiático ou mesmo em partes remanescentes da América (LENIN, 2011; ARRIGHI, 2008; LOSURDO, 2017).

**FIGURA 01:** *Treaty Ports* na China durante o Império Qing (1889).



Fonte: Digital Commonwealth.

O processo de semi-colonização da China colocou o país asiático como espaço compartilhado para a continuidade de processos de acumulação de capital por diversos países

considera-se a China um país colonizado parcialmente. Isto se deve às diversas estruturas brutais fac-símiles às coloniais implementadas na China: assecuração do regime de trocas desiguais mediante tratados internacionais, controle direto e indireto de portos, e eventualmente intervindo militarmente no território do país. Além disso, é digno de nota o estabelecimento acordado de zonas de influência e atuação moderadamente delimitadas entre as grandes potências europeias no território chinês. Neste sentido, Lenin (1916; 2011) e Frank (1978, p. 146-154). É digno de nota que o termo foi recebido e usado por Mao Zedong para referir-se à situação da China. A título de exemplo, Mao (1939).

do centro capitalista. Isto será feito sobretudo através da exportação de capital de países de capitalismo central servindo como mercado consumidor cativo e pela recepção forçada de mercadorias produzidas fora do país. Inicialmente, isto foi colocado através de mecanismos de controle de fluxos de importação e exportação de mercadorias na China. Foi implementado no país um regime de trocas desiguais, no qual manufaturas importadas eram subsidiadas por tarifas alfandegárias favoráveis à importação, de modo a baratear seu preço frente às mercadorias domesticamente produzidas na China (HUNG, 2016).

**QUADRO 01:** Lista de Tratados Desiguais assinados pela China (1842-1933).

Ano	Tratado		País Impositor
	Título em Português	Título em Chinês	
1842	Tratado de Nanking	南京條約	Império Britânico
1843	Tratado da Bogue (Guangdong)	虎門條約	Império Britânico
1844	Tratado de Wangxia	中美望廈條約	Estados Unidos
1844	Tratado de Huangpu	黃埔條約	France Império Francês
1847	Tratado Sino-Sueco-Norueguês de Guangdong	中瑞廣州條約	Reino Unido da Suécia e Noruega
1851	Tratado de Kuldja (Yining)	中俄伊犁塔爾巴哈臺通商章程	Império Russo
1858	Tratado de Aigun	璦琿條約	Império Russo
1858	Tratado de Tianjin	天津條約	Império Francês, Império Britânico, Império Russo, Estados Unidos
1860	Convenção de Beijing	北京條約	Império Britânico, Império Francês, Império Russo
1876	Convenção de Chefoo	煙臺條約	Império Britânico
1881	Tratado de Petrogrado	伊犁條約	Império Russo
1885	Tratado de Tianjin	中法新約	França
1887	Tratado de Beijing Sino-Português	中葡北京條約	Portugal
1895	Tratado de Shimonoseki (Tratado de Maguan)	馬關條約	Império do Japão
1896	Tratado de Li-Lobanov	中俄密約	Império Russo
1898	Convenção para a Extensão do Território de Hong Kong	展拓香港界址專條	Império Britânico
1899	Tratado de Guangzhouwan	廣州灣租界條約	França
1901	Protocolo dos Boxers	辛丑條約	Império Britânico, Estados Unidos, Império do Japão, Império Russo, France Império Francês, Império Alemão, Itália, Império Austro-Húngaro, Bélgica, Holanda, Espanha
1914	Accordo de Simla	西姆拉條約	Império Britânico
1915	Vinte e Uma Demandas	二十一條	Império do Japão
1933	Trégua de Tanggu	塘沽協定	Império do Japão

Fonte: Martines-Robles (2016).

Como visto no primeiro capítulo, a sobreacumulação de capital em países de capitalismo central deu margem à uma série de crises econômicas na terceira metade do século XIX. Originou deste cenário econômico a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, e disto advém o entendimento categórico adotado nesta dissertação sobre o

Imperialismo. É necessário compreender esta mudança dentro do capitalismo para que se entenda a transformação posterior de sua dinâmica: de algo regionalizado no continente europeu e em certas partes do continente Americano para um modo de produção onde a necessidade da abertura de novos mercados consumidores para capitais monopolistas - sejam eles europeus ou originários dos Estados Unidos da América (EUA) - era crucial, e quaisquer possibilidades neste sentido deveriam ser consideradas. À época, o controle direto ou indireto da China representava mais uma destas possibilidades.

Em meados do século XIX, antes da Rebelião de Taiping (1851-1864), a população chinesa chegava a 412 milhões de habitantes (MADDISON, 2007, p. 168). Além disso, o país asiático possuía uma significativa infraestrutura logística já instalada, que interconectava seus rios e províncias por meio de canais e redes de portos fluviais e marítimos (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006). Ao mesmo tempo, as exportações de ópio para a China vinham crescendo significativamente ao longo da primeira metade do século XIX, subindo de 4 mil para 40 mil barris entre 1820 e 1839 – previamente à Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) (MADDISON, 2007, p. 45). Portanto, desde o início do século XIX se compreendia que a China representava um mercado consumidor expressivo.

Para operacionalizar o controle da China dos séculos XIX e XX, a dinâmica territorial do Imperialismo demandava o controle direto de partes do território chinês, bem como a administração indireta de posições geográficas estratégicas (HARVEY, 2003). Isto não foi feito com a colaboração direta do Império Qing. Num primeiro momento, a integração da China ao capitalismo ocorreu através de uma série de tratados desiguais, resultados de consecutivas derrotadas militares chinesas<sup>5</sup>, de fragilidades internas da administração Qing e de sucessivas guerras civis entre 1839 e a primeira década do século XX<sup>6</sup>. Estes tratados estabeleciam concessões aduaneiras e territoriais para diversos países europeus, notadamente Reino Unido, França, Rússia e Alemanha, além dos EUA e do Japão. Legalmente, isto foi feito através da concessão da administração direta ou de direitos de exclusividade de uso de portos marítimos e fluviais para o comércio naval, os *treaty ports* (Figura 01). Deste modo, portos chave no litoral e nos principais rios da China passaram a ser controlados diretamente por potências europeias, pelos EUA ou pelo Império do Japão<sup>7</sup> (ANDERSON, 2018).

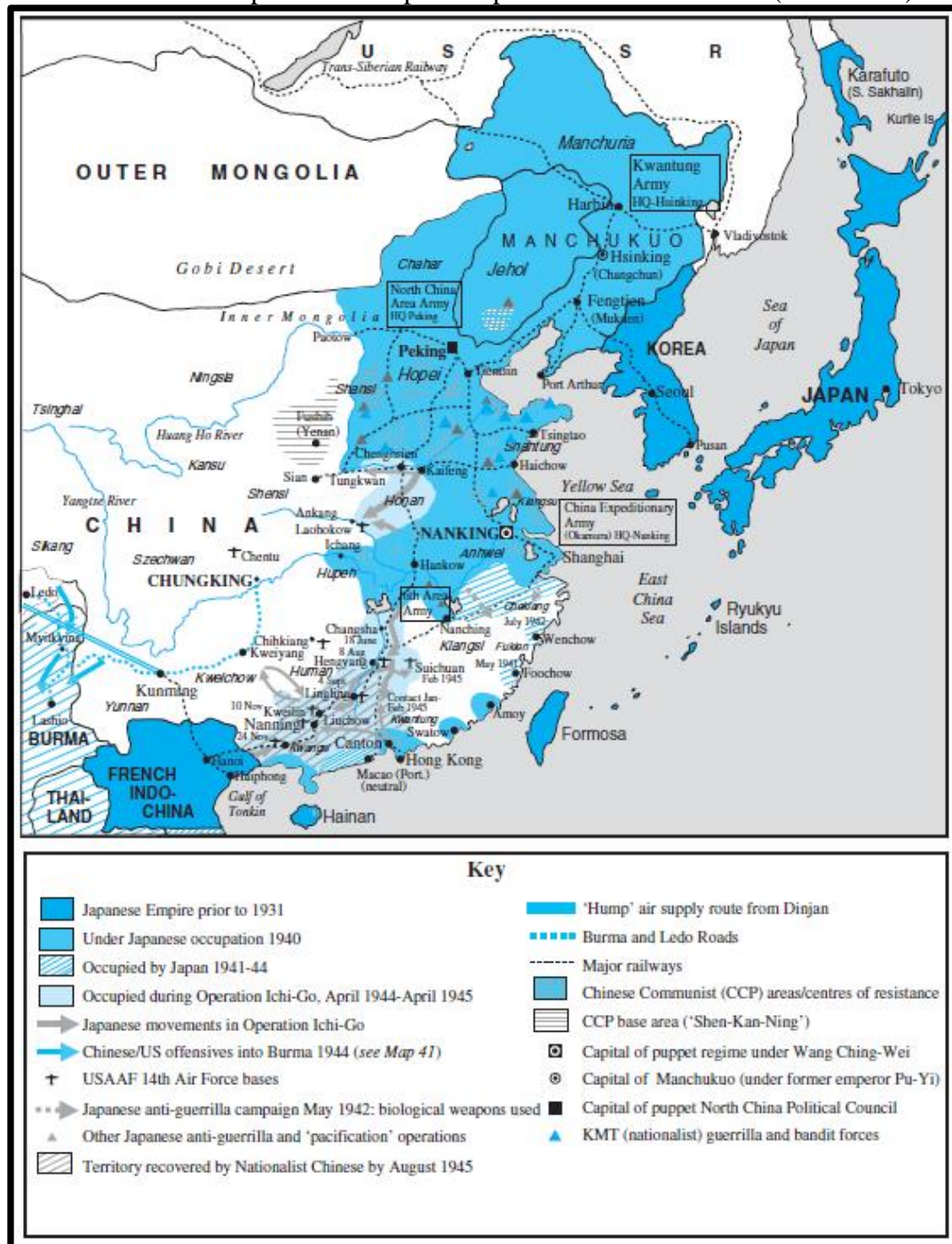
---

<sup>5</sup> Notadamente, a Primeira e a Segunda Guerras do Ópio (1839-1842; 1856-1860), a Guerra Sino-Francesa (1884-1885), a Primeira e a Segunda Guerras Sino-Japonesas.

<sup>6</sup> Como guerras civis no período, pode-se elencar a Guerra dos Sete Khojas (1847), A Rebelião de Taiping (1850-1864), a Guerra entre os Clãs Punti e Hakka em Guangdong (1855-1857), a rebelião Boxer (1899-1901).

<sup>7</sup> Os portos diretamente controlados foram: Hong Kong e Weihai (Reino Unido), “Kwantung” – parte sul da península de Liaodong (Rússia e Japão) Quindao (Alemanha) e Guangzhouwan (França). Ao todo, foram cerca de

FIGURA 02: Expansão do Império Japonês no Leste Asiático (1895-1933)



Fonte: Folly (2004, p. 5)

Ao mesmo tempo, o controle de partes do território chinês inseria-se nas disputas territoriais entre os países de capitalismo central. No quadro geral de nações que disputaram a China como espaço de acumulação de capital, destacam-se o Reino Unido, o Japão e os EUA. O Reino Unido foi o país que deu início ao processo de tratados desiguais como resultado da

trinta e cinco portos forçadamente abertos ao comércio exterior em toda a China, o que inclui portos fluviais no interior do país, como Chongqing, Shashi, Yichang.



Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). Após a guerra, o Reino Unido estabeleceu Hong Kong como território ultramarino próprio, ficando em território chinês um entreposto colonial. Nos momentos posteriores da semi-colonização da China, o Reino Unido assumiu papel primordial na liderança de coalizações de países de capitalismo central que atacaram a China ou no auxílio do Império Qing na supressão de rebeliões internas em troca de benefícios comerciais, garantidos por novos tratados desiguais (MARTINES-ROBLES, 2016).

O papel desempenhado pelos Estados Unidos e do capital americano esteve localizado na expansão do comércio internacional de ópio e no apoio ao sistema dos *treaty ports* na China, intervindo militarmente para sufocar rebeliões em território chinês ou mesmo entrando diretamente em guerra contra o Império Qing. Isto se deu enquanto os EUA estabeleciam seu próprio sistema territorial de controle do Oceano Pacífico ao longo do final do século XIX e através do século XX, dando forma ao seu próprio Imperialismo<sup>8</sup>. Os EUA inclusive apoiam a República da China durante a invasão japonesa de 1937, o que eventualmente implica na inserção da disputa territorial pela China e pelo espaço do Pacífico como um dos motivos da entrada dos EUA e do próprio Japão na Segunda Guerra Mundial (HOSTON, 1986; IMMERSWAHR, 2019).

O Império Japonês teve papel de destaque na dinâmica do Imperialismo e na integração da China ao capitalismo global. É o Japão o país de capitalismo central a tentar anexar a China como espaço territorial próprio e restrito, chocando-se com a dinâmica de partilha estabelecida pelos tratados desiguais (ver Figura 02). Neste processo, o Japão rompeu com o sistema de repartição semicolonial em favor da tentativa de colonização direta do território chinês. Neste processo, o Japão implementou políticas de divisão territorial da China através da criação de Estados independentes, de modo a facilitar o controle do território chinês (HOSTON, 1986).

Como visto no primeiro capítulo, a interpretação feita pela teoria marxista do Imperialismo desde seu início já apontava a diferenciação entre os processos de expansão e captura de espaços e de mercados e seu relacionamento com o desenvolvimento capitalista de cada nação. O desenvolvimento capitalista também é desigual e combinado no núcleo do sistema e em sua periferia próxima, de modo que, em sua expansão territorial, o Japão também se diferenciou em parte dos demais países do centro capitalista<sup>9</sup> (LENIN, 2011; FRANK, 1978).

---

<sup>8</sup> Isto já era percebido pelos teóricos do Imperialismo clássico, sejam liberais como Hobson (2005); marxistas da tradição reformista, como Kautsky (1970); revolucionários, como Lenin (2011); ou ainda pela própria burguesia americana, que explicitamente discutiu e mudou seu entendimento sobre o que constituía um Império, deixando de lado o uso do termo em documentos legais – bem como do substantivo *colônia* – em favor da denominação *território*. Para mais, ver Immerwahr (2019).

<sup>9</sup> Um adendo: originalmente, o Japão também foi vítima da dinâmica de tratados desiguais e *treaty ports* implementada na China. Seu processo de reação à intervenção externa leva o Japão à uma política de reforma

Além do processo de industrialização endógeno, parte do desenvolvimento capitalista japonês repetiu o padrão europeu de conquista de territórios. Industrializado tardiamente, o Japão acaba reproduzindo ele próprio o Imperialismo dos países de capitalismo central já no final do século XIX, embora tenha poucas décadas antes passado ele mesmo por processo semelhante ao estabelecimento dos *treaty ports* chineses (HOSTON, 1986; HUNG, 2016).

Uma vez que nosso objeto não é a dinâmica do Imperialismo promovido pelo Japão, não serão adentrados os pormenores de sua política expansionista territorial ou seu processo colonial. Entretanto, é necessário mencionar que o Japão anexou ao seu território partes da China desde o final do século XIX, após a vitória na Primeira Guerra Sino-japonesa (1894-1895). Como resultado, as ilhas de Taiwan (Formosa/RyuKyu) e Pengdu foram anexadas ao Japão em sua guerra contra o Império Qing (1894-1895) (HOSTON, 1986).

Logo após a Guerra dos Boxers (1904), o Império Japonês entrou em conflito com a Rússia czarista. A Guerra russo-japonesa (1904-1905) teve a natureza de conflito interimperialista (LENIN, 2011), originando-se da disputa pelo controle indireto da Manchúria, da península da Coreia e pelo controle direto do porto de Lüshunkou (conhecido à época como Port Arthur), na península de Liaodong, litoral norte do mar de Bohai, na China. A vitória japonesa garantiu ao país o controle direto de um porto no Mar Amarelo e a expansão de sua esfera de influência no norte da China. A vitória sobre a Rússia pavimenta a trajetória japonesa como potência regional, e facilita a anexação japonesa da Coreia em 1910 (HOSTON, 1986).

A participação Japonesa na Primeira Guerra Mundial assegurou, via Tratado de Versailles, a transferência da posse de diversos portos coloniais alemães na China e de vários arquipélagos no Oceano Pacífico para o Império Japonês (HOSTON, 1986; HUNG, 2016). De acordo com Alexander Pantsov (2012), até o momento, era comum entre a elite intelectual chinesa enxergar positivamente a associação entre China e Japão. O Japão, afinal, havia sido o país asiático a romper com a dinâmica imperialista imposta por países ocidentais, apresentando um desenvolvimento capitalista próprio e autônomo. Eventualmente, o nascente capitalismo japonês e seu processo de industrialização atraem seguimentos da juventude chinesa, que passa a educar-se no país. Entretanto, a influência de políticos pró-Japão no governo da China durante o início do período republicano e a pouca veemência com que o governo do Partido Nacionalista

---

agrária e a uma rápida industrialização conduzida pelo Estado. Dois apontamentos sobre este processo são dignos de nota. Primeiro, é deveras interessante a admiração chinesa do processo de industrialização japonês, refletido nas primeiras tentativas de repetição do mesmo padrão já durante o Império Qing ou mesmo a prévia nipofilia da mesma juventude que daria origem ao movimento 04 de maio após a anexação de Qingdao pelo Japão. Neste sentido, Pantsov (2012, p. 21-55). Em segundo lugar, é deveras interessante o quão pouco é mencionada a reforma agrária experimentada pelo Japão no período Tokugawa. Para mais, Hung (2016, p. 20).

Chinês (*Guomindang* - GMD) lidou com a permissão de anexação de territórios chineses feita em Versalhes causou revolta na população chinesa em geral, dando margem ao movimento do 04 de maio, em 1919 (POMAR, 2003; PANTSOV, 2012). A radicalização estudantil dos anos iniciais do período republicano coincide com o aparecimento das primeiras leituras influentes sobre o marxismo na China, e dando margem à fundação do PCCh em julho de 1921 (PANTSOV, 2012).

**TABELA 01:** PIB, População e PIB per Capita, variação anual (1820-1952)

Ano	PIB <sup>1</sup>	População <sup>2</sup>	PIB per capita <sup>1</sup>
1820	228.600	381.000	600
1850	247.200	412.000	600
1870	189.740	358.000	530
1890	205.379	380.000	540
1913	241.431	437.140	552
1933	289.304	500.000	579
1938	288.653	513.336	562
1950	244.985	546.815	448
1952	305.854	568.910	538

**Fonte:** Maddison, 2007, p. 157. Elaboração Própria.

**Nota 1:** Valores representados em milhares de dólares, cotação Dólar Geary-Khamis (G-K) 1990.

**Nota 2:** Os números relativos à população estão em milhares de pessoas.

Ao longo dos anos 1930, o Japão invadiu o território chinês em etapas distintas. De início, o Japão invade e ocupa a Manchúria, região norte da China, e lá estabelece o estado-marionete de Manchukuo entre 1931 e 1932 (HOSTON, 1986). Em 1935, o Japão estabelece na Mongólia Interior o estado-marionete de Mengjiang. A política de criação de estados semi-autônomos na China buscava se alimentar de conflitos locais entre a maioria Han chinesa e populações minoritárias, manchus no caso do Manchukuo e mongóis no caso de Mengjiang (HOSTON, 1986; POMAR, 2003). Finalmente, o Japão invade a República da China em 1937, dando abertura política para o cessar-fogo entre o GMD e o PCCh e a construção do Fronte Nacional Unido Anti-japonês (POMAR, 2003; ANDERSON, 2018).

Pode-se perceber que o espaço territorial da China já participava da dinâmica de acumulação de capital conduzidos pelo nascente capital monopolista de países de capitalismo central, sendo seu território eventualmente disputado durante a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, pode-se perceber que a sequência de guerras civis, conflitos com potências imperialistas e rebeliões internas que a China atravessou no período entre 1839 e 1949 devastou a economia nacional chinesa, causando milhões de mortes e destruindo de forma sequencial o aparato produtivo do país. A destruição que acompanhou a China entre 1842 e 1949 é refletida na Tabela 02, onde se pode claramente ver esta devastação refletida na queda da população, do PIB chinês e na relação PIB per capita. O quadro geopolítico mundial começa a ser alterado

com o final da Segunda Guerra Mundial (SGM) em 1945 e o resumo da guerra civil chinesa (1945-1949).

Em 1945, a União Soviética declara guerra ao Japão, invadindo a Manchúria e a península coreana. Eventualmente, os territórios liberados pela URSS no norte da China foram transferidos para o ELP e para o PCCh (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006). Paralelamente, o GMD recebeu ajuda militar americana durante a SGM, e esta continuou durante a retomada da guerra civil chinesa em 1945. Neste mesmo ano, os EUA deram continuidade ao apoio militar à República da China ao transportar tropas Nacionalistas do sudeste do país para cidades chave no norte chinês, como Beijing e Tianjin. Ato contínuo, foi enviado à China um contingente de 50 mil soldados americanos em 1945. Entre 1945 e 1949, os EUA prestaram ajuda financeira à República da China (RoC), fornecendo US\$ 27,7 milhões em outubro de 1947 (aproximadamente US\$ 320 milhões em 2019) e US\$ 400 milhões em 1948 (US\$ 4,27 bilhões em 2019) de acordo com a Oxford University Press Encyclopedia.com<sup>10</sup>. Estes esforços provaram-se insuficientes perante o rápido avanço do ELP nos anos de 1948 e 1949, que contou ainda com a rápida adesão de partes significativas do exército da República da China. Em outubro de 1949, a liderança do Partido Comunista Chinês fundava a República Popular da China. (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

#### 2.1.2. Antes da Reforma, Depois da Revolução: A Economia Política do Período Maoísta (1949-1978).

Os primeiros anos da Revolução Chinesa são costumeiramente referidos como Período Maoísta. Ele é demarcado inicialmente pela fundação da República Popular da China em outubro de 1949, com a guerra civil chinesa em seus estágios derradeiros, e termina com a vitória de Deng Xiaoping em 1978 na disputa intrapartidária do PCCh ocorrida após a morte de Mao Zedong em 1976 (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; ANDERSON, 2018, NOGUEIRA, 2019a). O Período Maoísta é caracterizado pela liderança partidária de Mao Zedong, líder vitorioso da disputa intrapartidária posterior à derrocada do Soviete de Jiangxi e da guerra revolucionária que perdurou na China entre os primeiros anos da década de 1920 e 1949 (POMAR, 2003; FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; ANDERSON, 2018).

O processo revolucionário chinês passou por séries de interrupções, marcadas por cessar-fogos com as forças oficiais do governo do *Guomindang*, liderado por Jiang Jieshi a

---

<sup>10</sup> Dados disponíveis em: < <https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/chinese-civil-war-us-involvement> >. Acesso em 18 de dez. de 2019.

partir de 1928. Por meio da construção de fronts de união nacional contra Senhores da Guerra locais e contra a invasão japonesa, o PCCh e o GMD aliaram-se para a manutenção da unidade nacional chinesa durante os anos 1920 e 1930. Em ambas as situações, as hostilidades entre PCCh e GMD foram retomadas após a derrota dos adversários em comum. A fundação da RPC ocorre após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial e o fim da sua ocupação do território chinês. Entre 1945 e 1949, rapidamente o Exército de Libertação Popular (ELP) toma a dianteira no conflito, e, através de uma série de ofensivas e insurreições populares consegue obter a vitória final contra o então governo da República da China (RoC) (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Para entender as bases da transição político-econômica feita pelo PCCh a partir de 1949, foi necessário apresentar o controle da acumulação de capital no espaço territorial chinês e a sua integração ao capitalismo mundial no período pré-revolucionário. Isto foi feito no tópico anterior. Partindo destas bases, neste momento é necessário apresentar o rompimento da dinâmica de acumulação de capital na China por parte dos países de capitalismo central e de suas burguesias, bem como pela burguesia doméstica chinesa. É também necessário assinalar que a separação da China da dinâmica de acumulação de capital perpassa o fim da utilização do território chinês como âmbito da exportação de capital dos países de capitalismo central (HUNG, 2016).

Diferenças entre o processo revolucionário chinês e o soviético propuseram questões pertinentes para os respectivos governos revolucionários vitoriosos. O processo revolucionário chinês não seguiu o padrão soviético<sup>11</sup>. Primeiro, a revolução chinesa foi antecedida por uma revolução socialista em um país vizinho, cujo sucesso influenciou seu movimento revolucionário. Foi pela influência de textos dos líderes da revolução russa que o movimento socialista tomou forma na China. Eventualmente, foram direcionamentos tomados pela Internacional Comunista em Moscou que condicionaram a estratégia revolucionária chinesa, contrapondo inclusive decisões tomadas localmente pelos líderes do PCCh (PANTSOV, 2012; ANDERSON, 2018).

Em segundo lugar, a revolução chinesa foi marcada por alianças táticas periódicas com o Partido Nacionalista Chinês. Durante os anos 1920, posições administrativas estratégicas foram detidas por oficiais ligados ao PCCh. Além disso, a associação entre GMD e PCCh rendeu ao GMD uma ala considerável de partidários favoráveis às propostas políticas colocadas pelo PCCh. A colaboração entre comunistas e nacionalistas difere do processo revolucionário

---

<sup>11</sup> Neste sentido, Hung (2016); Losurdo (2017); Anderson (2018).

russo, que presenciou o rápido rompimento entre diversas forças políticas reformistas e revolucionárias e o Partido Bolchevique. Isto ocorreu após este último tomar o controle administrativo da Rússia, dando causa à guerra civil russa. No caso chinês, rompimentos entre o GMD e o PCCh foram superados mediante o enfrentamento conjunto de adversários comuns. Nos anos 1920, PCCh e GMD aliaram-se durante o período inicial de repressão aos Senhores da Guerra, que controlavam segmentos do território chinês. O rompimento que seguiu este período foi marcado pela ascensão final de Jiang Jieshi para a posição de Presidente da China, pelo ataque e destruição do PCCh de Shanghai e por tentativas de levantes urbanos comunistas em Nanchang e Guangzhou. Nos anos 1930, o reatamento entre GMD e PCCh deu-se em razão da invasão japonesa de 1935 (POMAR, 2006; ANDERSON, 2018).

Em terceiro lugar, de base popular fortemente agrária, a revolução chinesa foi marcada por uma paulatina expansão do território controlado pelo ELP no interior da China ao longo das décadas de 1930 e 1940 (FOLLY, 2004). A destruição de organizações partidárias do PCCh em grandes cidades e a derrota em levantes urbanos levaram o partido à mudança tática e a relocação de suas forças para a província de Shaanxi, no interior do país. A relocação estrutural de tropas e revolucionários para Shaanxi recebeu o nome de Longa Marcha, e foi realizada após a derrota no levante de Guangzhou, em 1931. Somente após 1945 uma base fortemente industrial passou a ser controlada pelo CPC após a eventual transferência da Manchúria, libertada dos japoneses pela URSS. No caso soviético, embora o campesinato fosse tal qual na China a maioria populacional do Império Russo em 1917, ele não foi reconhecido como classe de caráter eminentemente revolucionário. O partido bolchevique denotou somente um papel auxiliar ao campesinato, de modo a enxergar apenas no proletariado russo as condições para a condução da revolução socialista no país (LOSURDO, 2017; ANDERSON, 2018).

Por fim, como ressaltado anteriormente, a invasão direta de uma potência imperialista, visando a colonização do território nacional, distingue o processo chinês do russo. Na Rússia, a oportunidade para revolução é causada pela severa redução da qualidade de vida decorrente da Primeira Guerra Mundial, somada à série de rebeliões militares que caracterizaram o ano de 1917 (LOSURDO, 2017; ANDERSON, 2018). Tomados em conjunto, estes fatores distinguem o processo revolucionário chinês do soviético.

É ressaltado tanto por Fairbank e Goldman (2006) como por Anderson (2018) que o controle governamental prévio de partes significativas da economia nacional facilitou a transição ao socialismo implementada pelo PCCh nos anos 1950. Paralelamente ao processo revolucionário chinês, o governo do GMD foi levado à nacionalização de uma quantidade significativa da produção industrial nacional em razão da invasão japonesa. Como relatam

Fairbank e Goldman (2006, p. 357), a monta chegou a 2/3 do investimento industrial chinês no período. A tomada da então capital chinesa, Nanjing, e de partes significativas do litoral do país pelo exército japonês impôs à resistência chinesa a relocação da administração nacional para a cidade de Chongqing e a transferência geográfica de parte da indústria nacional para o interior da China. A nacionalização dos meios de produção prévia à revolução chinesa diminuiu as razões para o conflito de classes entre a burguesia chinesa, a classe de arrendatários rurais chineses ou mesmo seguimentos da burguesia estrangeira atuantes no país e a nova ordem estabelecida pela vitória do PCCh. Além disso, como ressalta Losurdo (2017), os princípios colocados por Mao Zedong em Nova Democracia<sup>12</sup> haviam até o momento permitido a atuação de regimes de propriedade privada em territórios liberados pelo ELP.

Durante o conflito revolucionário chinês e durante a invasão japonesa, o PCCh conduziu uma série de reformas agrárias em áreas de seu controle, notadamente na província de Shaanxi (POMAR, 2003; FAIRBANK, GOLDMAN, 2006). De acordo com Nogueira (2019a, p. 31), embora a China não apresentasse altos índices de concentração fundiária antes da fundação da RPC – 73% das famílias proprietárias possuíam lotes com, no máximo, 1 hectare (15 *mu* na medida chinesa) –, isso não implicou numa sociedade rural igualitária. Embora a China não apresentasse níveis de concentração agrária altos como os latino-americanos (HUNG, 2016), o país era assolado por grandes crises alimentares periódicas. Além disso, uma classe de arrendatários rurais controlava porções significativas da terra arável e esteve estreitamente ligada aos Senhores de Guerra locais ou ao governo central. Conflitos agrários entre populações rurais e a classe de arrendatários chineses ocorreram ao longo período republicano chinês (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; PANTSOV, LEVINE, 2012), e remontam ao final da dinastia Qing (HUNG, 2016). É nesse sentido que, historicamente, a propriedade da terra rural na China é fonte de contenciosos entre classes sociais.

Durante a guerra civil chinesa (1945-1949), a promessa de reforma agrária proporcionou a adesão do campesinato chinês, sobretudo nos anos finais da guerra civil, facilitando o avanço

---

<sup>12</sup> Em Nova Democracia, Mao estabelece que, para liberar a China das amarras do feudalismo e do colonialismo, seria necessária a formação de uma ordem provisória, partindo de um consenso entre classes sociais revolucionárias sob liderança do Partido Comunista da China. As quatro classes sociais que disputariam o poder com a velha ordem seriam: o proletariado; o campesinato; a pequena-burguesia; a burguesia nacional. A Nova Democracia seria uma derivação das teses de Lenin de que o proletariado russo teria capacidade de liderar o movimento revolucionário russo, apesar de suas limitações numéricas e da condição de desenvolvimento atrasado do capitalismo na Rússia das primeiras décadas do século XX. A Nova Democracia seria condição *sui generis* da teoria da transição para o socialismo na China, em meio à qual o proletariado chinês poderia construir as condições para se chegar ao socialismo, apesar dos interesses antagônicos antevistos entre as classes sociais que comporiam a Nova Democracia. Para o texto oficial de Nova Democracia, ver Mao, 1940. Para uma compreensão teórico-filosófica sobre a evolução do pensamento de Mao, ver Knight, 1990. Para uma defesa da continuidade das acepções de Mao, incluindo as de Nova Democracia, na China contemporânea, ver Losurdo,(2017).

das tropas do ELP. A expectativa era a de que a vitória revolucionária implicaria na obtenção de terras para cultivo próprio (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

**TABELA 02:** Produto Interno Bruto por Setor de Origem, China (1890-1952)<sup>1</sup>

Setor Produtivo	Ano	1890	1913	1933	1952
Agricultura, Pesca e Silvicultura		14 576	16.769	19.080	17.664
Atividades Manuais		1 646	1.932	2.220	2.330
Manufatura Moderna		26	156	740	1.350
Mineração		45	87	230	680
Eletricidade		0	5	160	390
Construção		364	420	480	960
Transportes Modernos e Comunicação		84	208	460	880
Transportes Tradicionais e Comunicação		1 085	1150	1.210	1.210
Comércio		1 747	2257	2.820	2.950
Governo		602	692	850	}3.281
Setor Financeiro		64	124	220	
Serviços Pessoais		239	293	350	
Serviços Residenciais		805	926	1.060	
<b>PIB</b>		<b>21.283</b>	<b>25.019</b>	<b>29.980</b>	<b>31.695</b>

Fonte: Maddison, 2007, p. 162. Elaboração Própria.

Nota 1: Valores em milhões de yuan, ajustados proporcionalmente para 1933.

Além disso, pode-se ver que a vitória do Exército Popular de Libertação na guerra civil chinesa dependeu do suporte significativo do campesinato nacional. Tendo participado ativamente do processo de resistência e expulsão das tropas japonesas, neste primeiro momento o PCCh ampliou seu apoio popular na China, inclusive entre ciclos anteriormente ligados diretamente ao Partido Nacionalista Chinês. A grosso modo, os conflitos sociais começariam a expressar-se em sua maioria somente após a implementação das políticas de coletivização do campo e da reestruturação da base industrial chinesa, durante os anos 1950 (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Uma vez tomado o controle político do país, o Partido Comunista Chinês deu início à rápida reorganização produtiva que caracterizaria o Período Maoísta. A tomada do sistema bancário e fiscal nacional foi seguida de reforma agrária, da implementação de uma política nacional de industrialização e reabertura e expansão dos serviços sociais (NOGUEIRA, 2019a). Segundo Lardy (1978), a principal preocupação do governo era reativar o crescimento econômico em um curto espaço de tempo. Isto provou-se problemático, dada a necessidade de controlar a inflação de bens de consumo em zonas urbanas, que havia atingido níveis alarmantes durante a invasão japonesa e a guerra civil chinesa (LARDY, 1978; FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Também nos primeiros anos da revolução (1949-1952) o PCCh buscou mediar a nova influência do estado na economia privada enquanto objetivava a rápida reativação econômica



nacional. Este último ponto exigia a manutenção da propriedade privada de parte dos meios de produção da China, ao menos no curto prazo. Nogueira (2019a) coloca que no final de 1952 a China conseguiu recuperar os níveis de produção anteriores à guerra civil. Isto pode ser verificado na Tabela 02, onde pode-se ver o resultado do PIB por setor de origem em anos selecionados, variando entre 1890 e 1952. A contrassenso, de acordo com Maddison (2007), os níveis produtivos chineses verificados em 1933 somente foram atingidos por volta de 1955, durante o primeiro plano quinquenal chinês. É consenso, entretanto, que a China havia atingido níveis produtivos pré-invasão japonesa já em 1957 (FAIRBANK, GOLDMAN; 2006; MADDISON, 2007; NOGUEIRA, 2019a).

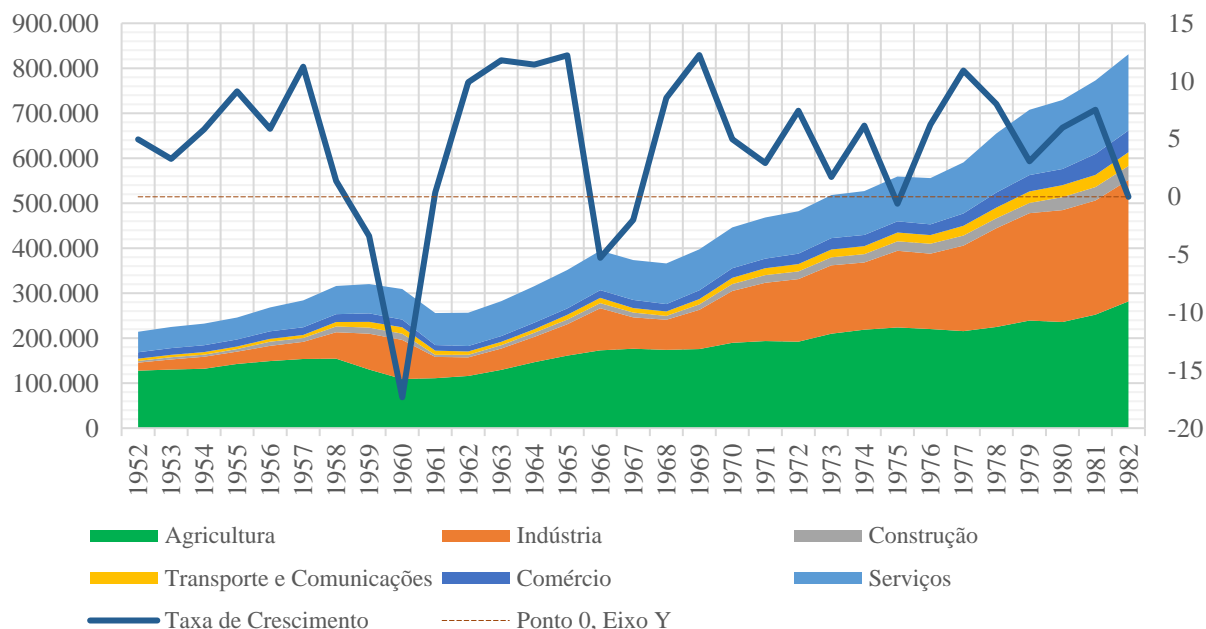
Como coloca Nogueira (2019a), antes da revolução socialista de 1949, a estrutura produtiva da economia chinesa era essencialmente agrária e de pequena base industrial. Esta base industrial era formada por indústrias leves, majoritariamente de capital estrangeiro e localizadas próximo da costa ou em cidades do noroeste chinês. A reativação econômica chinesa provocou um forte crescimento urbano já nos primeiros anos após a revolução. De acordo Fairbank e Goldman (2006, p. 369), o crescimento demográfico urbano anual entre 1952 e 1957 foi de 30%. Em comparação, o crescimento populacional rural para o mesmo período atingiu 9% anualmente.

A reestruturação do emprego urbano nos primeiros anos do Período Maoísta limitou-se à reativação de indústrias estabelecidas, que, em sua maioria, restringiam-se à indústria leve, como o processamento de tabaco ou a indústria têxtil. De acordo com Nogueira (2019a, p. 31), somente 2% dos trabalhadores estariam empregados em atividades industriais modernas, embora estas também se restringiram a indústrias de baixo valor agregado.

Dados sobre a demografia chinesa apontam que, na virada da década de 1950, grande maioria da população (89%) vivia em zonas rurais, trabalhando os reduzidos 10% de terras aráveis de que a China dispunha (NOGUEIRA, 2019a, p. 31). Isto é refletido na proporção ocupada pelo setor primário no PIB da China (ver Gráfico 01). De acordo com Maddison (2007, p. 60), a participação no PIB chinês do setor primário – agricultura, pesca e silvicultura – chegava a 64% em 1933 e 55,7% em 1952. Em 1978, a proporção deste seguimento econômico no PIB havia decrescido para 34,4%, embora o crescimento econômico no setor primário tenha atingido a média de 2,2% ao ano entre 1952 e 1978 (NOGUEIRA, 2019a). Além disso, se confrontada a redução proporcional da participação do setor primário na composição geral do PIB da China – o que indica a ocorrência de um processo de industrialização no país – com o percentual de 80% da população chinesa vivendo em zonas rurais em 1978 (NOGUEIRA,

2019a, p. 32), pode-se ver que o processo de industrialização chinês no Período Maoísta não foi acompanhado por forte urbanização.

**GRÁFICO 01:** Produção Interna Chinesa por Setor Econômico<sup>1</sup> e Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto da República Popular da China (1952-1982)



**Fontes:** Maddison, 2007, p 162. Elaboração Própria.

**Nota 1:** Valores em milhões de yuan, ajustados proporcionalmente para 1933.

**Nota 2:** A Taxa de Crescimento do PIB chinês apresenta valores diversos, a depender das fontes. Hung, 2016, p. 51 apresenta dados relativos ao *National Bureau of Statistics* da China, que indexam os valores produtivos em dólares de HK. Entretanto, a série histórica, apresentando dados até 1952 não foi encontrada, razão pela qual ela não é aqui utilizada. A Taxa de Crescimento do PIB aqui utilizada baseia-se nos dados apresentados por Maddison, 2007, p. 162.

Em seu processo de reforma agrária, a China deu continuidade à repartição de terras começada durante a revolução chinesa. Este processo é costumeiramente dividido em dois períodos: o período da agricultura familiar (1952-1955); e o período da coletivização (1956-1980) (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006). De acordo com Nogueira (2019a), a criação de minifúndios em todo o território chinês beneficiou cerca de 300 milhões de camponeses, que representavam 54,8% da população da China em 1950. Entre 1952 e 1955, a produção agrária chinesa cresceu em 3,6% a.a., tendo aumento anual de 1,3% per capita. Entretanto, a China não viria a ultrapassar os 138.497 milhões de yuan alcançados em 1933 na produção rural em valor adicionado bruto até 1955. Ainda assim, o ano de 1952 registrou um PIB de 127.891 milhões de yuan<sup>13</sup> (MADDISON, 2007, p. 73), demonstrando a rápida recuperação econômica chinesa. Além disso, houve o aumento expressivo de área irrigada, de 16 milhões de hectares para 23 milhões de hectares, um crescimento anual de 7,5% (BRAMALL, 2004).

<sup>13</sup> Valor do yuan calculado para 1987, conforme Maddison (2007, p. 73).

**TABELA 03:** Transferências de Excedente Rural-Urbano durante o Período Maoísta (1952-1978)

Ano	Transferências do Excedente	
	RMB Bi	(%)
1952	5,5	9,2
1953	5,1	11,8
1954	4,6	10,3
1955	6,6	13,5
1956	5,8	11,5
1957	8,6	16,5
1958	-12,1	-36,8
1959	5,0	11,4
1960	10,1	22,8
1961	7,4	14,3
1962	10,3	18,4
1963	12,5	19,9
1964	14,9	20,9
1965	17,3	20,8
1966	19,6	21,7
1967	17,5	19,6
1968	16,3	18,2
1969	18,0	19,5
1970	20,1	20,0
1971	20,7	19,9
1972	20,8	19,9
1973	23,5	20,4
1974	22,9	19,4
1975	24,5	20,0
1976	21,4	18,0
1977	24,0	20,1
1978	25,8	20,1
<b>Total</b>	374,7	---

Fonte: Hung, 2016, p. 46, apud Kong and He, 2009, p. 7.

A coletivização das terras rurais na China foi estabelecida em etapas. Inicialmente, sistemas de ajuda mútua foram criados junto ao campesinato chinês já nos anos anteriores à 1952. O segundo estágio consistiu no estabelecimento de cooperativas de produtores agrários, através das quais a população rural reunia terras e equipamentos de cultivo, repartindo posteriormente a produção. Paralelamente, houve a distribuição de terras de proprietários rurais. Neste estágio foi mantida a propriedade privada da terra, sendo esta transposta da classe de proprietários para arrendatários que já utilizavam a terra para cultivo. Finalmente, em 1958 foi estabelecida estrutura de coletivização da agricultura chinesa, seguindo o modelo soviético implementado no início dos anos 1930. O campesinato passou a ser assalariado e a produção foi reorganizada de modo a rearranjar grupos familiares em uma estrutura político-administrativa de três níveis: equipes de produção, brigadas e comunas. Controlada a dinâmica da produção, transporte e distribuição, a RPC passou a deter o monopólio da produção alimentar na China (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

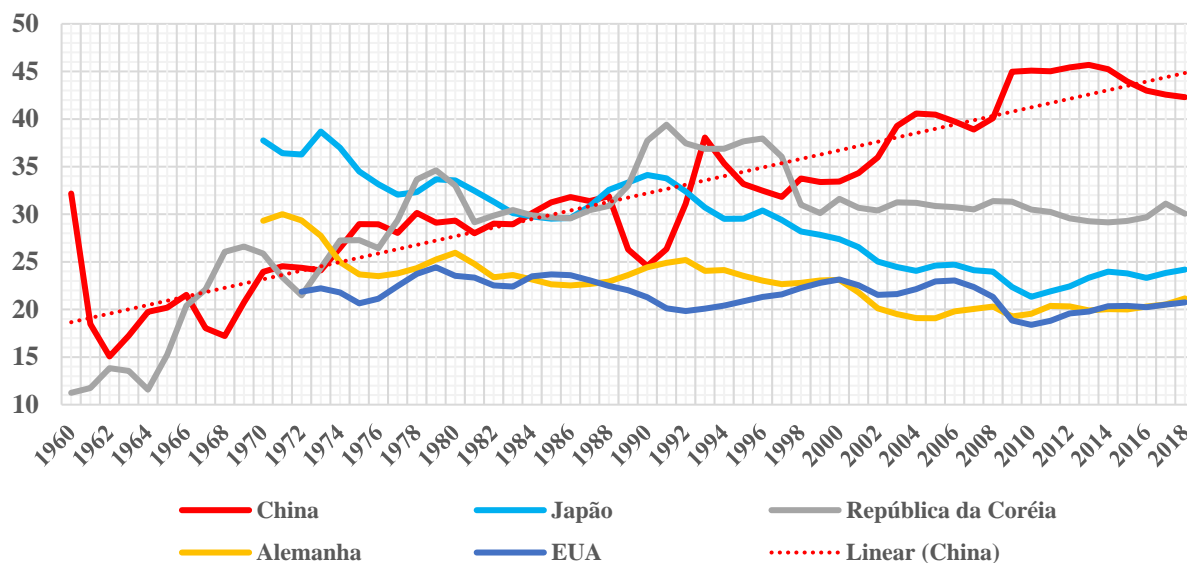
O controle da cadeia produtiva permitiu que a RPC implementasse um complexo arranjo de transferências de valor originado no setor primário, visando financiar a industrialização chinesa (ver Tabela 04). Lin (2006), Hung (2016) e Cheng (2019) apontam que isto foi feito mediante a manipulação artificial de preços de mercadorias na produção rural e industrial. O preço de alimentos e insumos agrícolas foi mantido artificialmente baixo, enquanto a produção industrial permaneceu forçadamente com preços elevados durante todo o Período Maoísta. Ao mesmo tempo em que o governo chinês se aproveitou do gigantesco mercado consumidor doméstico cativo para sua produção industrial, ele subsidiou os custos da mesma produção industrial e do trabalho urbano, mantendo baixos os custos de reprodução social em geral, e, especificamente em relação à produção agrária nacional, o custo alimentar. O excedente destas operações de compra e venda de produtos industriais era traduzido em lucro industrial e convertido em investimento neste mesmo setor.

O excedente acumulado nestas operações também motivou o reinvestimento em obras públicas, como grandes redes de irrigação, linhas férreas de longa extensão ou na construção de estradas rurais. Em que pese a ausência completa de autoestradas na China do Período Maoísta, a expansão da rede de transporte ferroviário do país foi gigantesca. Em 1950, a China contava com 22.238 km em linhas ferroviárias em serviço. Em 1975, este número chegou a 46 mil quilômetros (MADDISON, 2007, p. 56). O trabalho empregado nestas obras foi feito via campanhas de mobilização popular ou mediante o assalariamento eventual dos trabalhadores. Em ambos os casos, o trabalho empregado envolvia predominantemente o campesinato chinês (HUNG, 2016; CHENG, 2019).

O crescimento da base industrial pode ser percebido através da composição do setor industrial no PIB durante o Período Maoísta (ver Gráfico 01 e Figura 03). Como mencionado anteriormente, entre 1949 e 1978, a China experimentou um processo de industrialização que não foi acompanhado por forte urbanização. Pode-se perceber no Gráfico 01 que a produção industrial passa a gradativamente ocupar porções significativas do PIB chinês a partir do final dos anos 50, decrescendo novamente após o Grande Salto para Frente, entre 1959 e 1962. Sua efetiva recuperação ocorre somente no início dos anos 1970. Ao mesmo tempo, se presencia o paulatino avanço da proporção da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) na composição geral do PIB da China, que apresenta trajetória ascendente desde o início dos anos 1960 (ver gráfico 02).

Ao mesmo tempo, o processo de reativação econômica da China em geral e de desenvolvimento das forças produtivas via industrialização em específico é descontinuado por fatores político-econômicos característicos do Período Maoísta.

**GRÁFICO 02:** Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) enquanto Percentual do PIB nacional (1960-2018)



**Fonte:** World Bank Data (a), *Gross Fixed Capital Formation as % of GDP*: China, Japan, Korea Rep., Germany, United States. Elaboração própria.

**Nota:** o seguimento linear apontado no gráfico é referente à tendência Chinesa de aumento do percentual de FBCF no PIB para o período. Ele não diz respeito aos demais países.

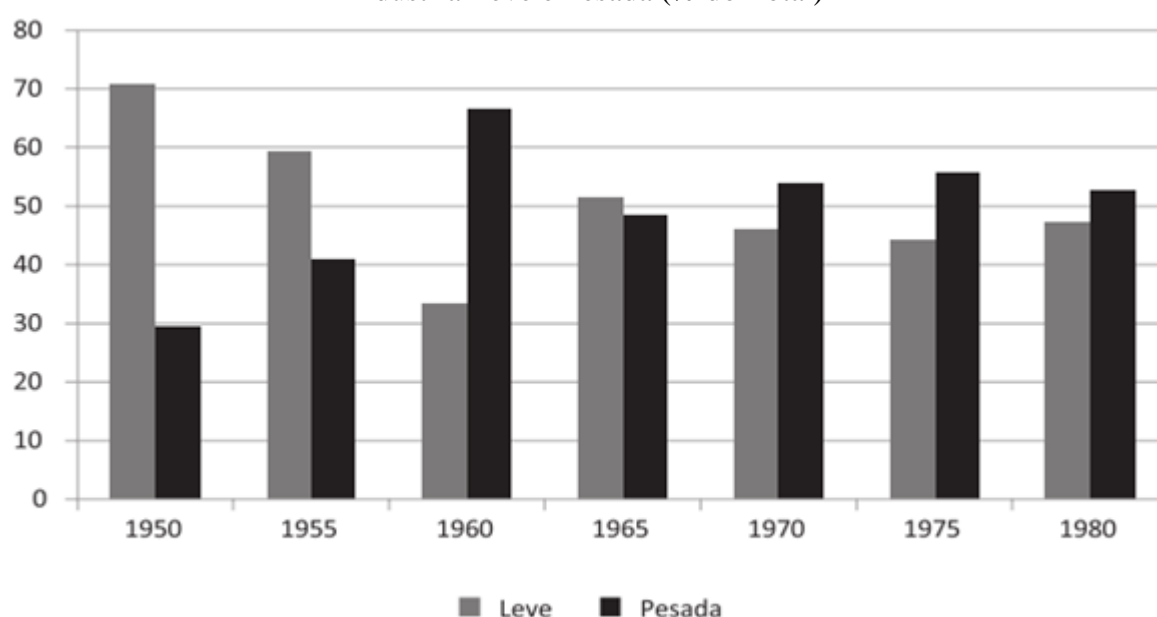
Pode-se elencar três grandes discontinuidades na política econômica no Período Maoísta. A primeira delas é o GSF, instituído no final da década de 1950. O GSF visava alavancar o crescimento da economia chinesa através da rápida industrialização. Para tanto, foram utilizadas campanhas de mobilização nacional para a produção de aço no interior do país. A segunda delas é a Grande Fome, na qual a baixa produtividade agrícola, unida ao aumento significativo nas quotas de produção alimentar para exportação, provocaram uma fome de grandes proporções na China entre 1958-1962. Finalmente, a Revolução Cultural interrompeu ciclos de produção e de educação nos níveis básico, médio e superior na China, em uma série de campanhas de purificação ideológica, autocrítica e perseguição à supostos grupos organizados existentes na sociedade chinesa que seriam contrários à revolução socialista<sup>14</sup>.

Consultados os dados Maddison (2007, p. 170), o mesmo movimento pode ser observado na distribuição do número da empregabilidade por número de pessoas entre 1957 e 1962 (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006). Foi registrado um aumento significativo na empregabilidade entre 1956 e 1959, que registraram respectivamente o total de 236,865 e 266,865 milhões de pessoas ativas na economia. Na mesma unidade, os anos entre 1960 e 1962 apresentaram queda, chegando a 260,355 milhões em 1960 e 260,505 milhões em 1961. Pode-

<sup>14</sup> Vasta literatura já abordou estes temas, e parte dela é refletida neste trabalho. Uma vez que estes eventos não constituem o objeto desta dissertação, direciona-se o leitor para uma leitura pormenorizada sobre estes temas. Recomenda-se: Losurdo, 2004; Fairbank e Goldman, 2006; Hung, 2016; Anderson, 2018.

se ver o súbito crescimento do emprego industrial frente ao emprego agrícola, e o retorno do setor primário nos anos posteriores à 1962. Ao mesmo tempo, pode-se ver os efeitos na empregabilidade, notadamente no setor industrial, dos defeitos estruturais da política do Grande Salto para Frente, bem como a redução população causada pela Grande Fome, que assolou a China entre 1959 e 1961. Também se pode verificar na composição do produto industrial entre os anos de 1955 e 1965 que há uma forte elevação da porção ocupada pela indústria pesada em 1960, refletindo a implementação do Grande Salto para Frente (GSF) (ver Gráfico 01 e Figura 03).

**FIGURA 03:** Composição Industrial do Produto Industrial durante o Período Maoísta, Indústria Leve e Pesada (% do Total)



Fonte: NBS, 1999, Comprehensive Statistical Data, tabela A-34.

Fonte: Nogueira, 2019a.

No comércio internacional, após a vitória revolucionária, entre 1949 e 1960, a China buscou no bloco de países socialistas, especialmente na URSS, a fundação de novos laços comerciais. Isto se deu em razão do significativo embargo comercial que a RPC passou a sofrer por parte dos países de capitalismo central e aliados. O embargo imposto guarda origens tanto no histórico do processo revolucionário chinês como na intervenção da RPC na Guerra da Coreia, e se intensifica com a participação central da China na mobilização política<sup>15</sup> e em

<sup>15</sup> A República Popular da China foi um dos principais países articuladores da Conferência de Bandung. A conferência reuniu vários países de capitalismo dependente, sendo palco da criação do conceito de Terceiro Mundo, e dando margem ao surgimento de princípios básicos adotados pelas relações exteriores de países não-alinhados às duas superpotências que disputavam a hegemonia global (EUA e URSS). (AMIN, 2013; FERNANDES, WEGNER, 2018).

processos revolucionários nos países de capitalismo periférico durante o Período Maoísta<sup>16</sup> (HUNG, 2016; ANDERSON, 2018). O isolamento econômico imposto à China implicou na recusa em estender créditos de exportação ao país, o que favoreceu a concentração dos vínculos comerciais entre a China e a União Soviética. O estreitamento comercial entre a URSS e a China continuou até o rompimento de relações diplomáticas sino-soviéticas em 1960. Também neste sentido, os vínculos político-diplomáticos entre China e URSS favorecem a política industrial chinesa de rápida industrialização nos anos 1950, com a importação de plantas industriais da URSS. Além disso, foram firmados 291 acordos de construção industrial entre a RPC e a União Soviética, que totalizaram à época US\$ 3,275 milhões, ou US\$ 31,548 milhões em valores atuais (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Por fim, é digno de nota que o isolamento internacional chinês e suas restrições ao crédito internacional acabaram produzindo uma situação em que a média chinesa de estoque de dívida em relação à Renda Nacional Bruta em 1981 era de 2,99%. Como ressalta Hung (2016), a situação de outros países de capitalismo dependente, ou mesmo países do socialismo real, era significativamente diferente. Países latino-americanos, asiáticos africanos apresentavam médias acima de 30%, notadamente Brasil (32,4%), México (32,7%), Argentina (46,6%), Argélia (42,6%), Sudão (67,4%), Índia (11,8%), Indonésia (25,5%), Malásia (37,3%) e Polônia (44,2%) (HUNG, 2016, p. 50).

O legado do Período Maoísta para a China liga-se estreitamente à melhora na qualidade de vida da população chinesa e ao início do processo de industrialização do país, sobretudo à construção da base industrial pesada chinesa. A melhora da qualidade de vida da população rural e urbana chinesa é refletida no aumento significativo da expectativa de vida ao nascer, que vai de 38 anos em 1952 para 64 anos em 1978. Dados do sistema educativo nacional apontam que o número de anos de educação escolar de pessoas com mais de quinze anos sobe de 1,70 anos em 1952 para 5,33 anos em 1978 (MADDISON, 2007, p. 65).

Em especial, a dinâmica do processo de industrialização chinês está estreitamente ligada à captura do excedente rural. Em Cheng (2019), este fenômeno recebe o nome de acumulação socialista primitiva. A autora dá maiores contornos categóricos ao relacionar o controle público dos meios de produção pelo Partido Comunista Chinês à necessidade de reconstrução nacional rápida após a sucessão de guerras civis e invasões externas que caracterizam o período entre

---

<sup>16</sup> A China foi determinante para diversos processos revolucionários em países de capitalismo dependente. Em seu entorno, é notável a participação chinesa na Guerra da Coreia como país aliado da República Popular Democrática da Coreia. Grupos de viés marxista-leninista-maoísta também participaram de processos revolucionários por todo o leste, sul e sudeste asiáticos, além de em países africanos e latino-americanos e caribenhos (ANDERSON, 2018).

1842 e 1949. A acumulação socialista primitiva seria necessária para a construção do aparato estatal observado na China até hoje, em que pesem as reformas de mercado implementadas sobretudo nos anos Deng Xiaoping (1978-1992) e Jiang Zemin (1993-2002).

Já em Hung (2016, p. 56-60) e Hung e Selden (2017, p. 504), este fenômeno recebe o nome de acumulação estatal de capital. Em texto anterior, Hung (2016) isto é comparado ao processo de acumulação promovido pelo Estado em outros países, notadamente Taiwan sob administração do GMD pós-guerra civil. Hung (2016) retoma Wallerstein (1984) ao elaborar sobre suas colocações a respeito do pertencimento dos países do socialismo real à dinâmica do capitalismo mundial. Para Wallerstein (1984), os países socialistas nunca teriam rompido exatamente com processos de acumulação de capital e com a economia global capitalista; os mesmos teriam passado somente a praticar processos endógenos de acumulação de capital e industrialização, ambos dirigidos pelo Estado.

Ao mesmo tempo, Hung e Selden (2017) admitem que há um rompimento no padrão de acumulação do Período Maoísta para o período das reformas. Se entre 1952 e 1978 a acumulação de capital na China havia sido monopolizada pelo Estado chinês, após o início das reformas, a acumulação de capital na China seria agora repartida entre chineses, o Estado e o capital externo, que rapidamente inseriria a China na dinâmica de produção capitalista globalizada. Isto ocorre em meio ao reatamento de relações diplomáticas entre China e Estados Unidos da América, que se desenvolveu ao longo dos anos 1970. Este estreitamento possibilitaria à China a recepção de auxílios financeiros internacionais, dando margem à abertura de créditos à exportação e à criação de fluxos de Investimento Externo Direto (IED) para o país.

Em que pese a discordância quanto ao controle do padrão de acumulação desenvolvido no Período Maoísta, fica claro que ela se centra acerca do controle de fato do processo de transformação econômica da China. Em Hung (2016) e Hung e Selden (2017) vê-se que a dinâmica é centrada no controle deste processo pelo partido e sua elite, que controlam o Estado nacional. Em Cheng (2019), vê-se que o mesmo controle se dá pelo Partido, agora a liderar as classes revolucionárias chinesas em prol da construção de um socialismo com características próprias, aplicáveis diretamente ao contexto nacional chinês. À priori, os autores supracitados aceitam a existência do ciclo de acumulação e circulação de capital e sua função retroalimentar do processo de industrialização na China.

Esta dinâmica de captura do excedente rural deu margem ao estabelecimento da larga constelação de empresas estatais chinesas (SOEs). Estes fatores serão decisivos durante as reformas de mercado implementadas pós-1978. Como se pode ver, os anos finais do Período



Maoísta experimentaram crescimentos de baixa intensidade e pouco constantes. A China volta a experimentar recessões no final dos anos 1970, e esta estase no crescimento nacional ajuda a motivar as mudanças político-econômicas que ocorrerão após a vitória de Deng Xiaoping na disputa política intrapartidária que segue o falecimento de Mao Zedong em 1976.

Cabe finalmente mencionar que, a partir de 1969 e ao longo dos anos 1970, a China e os EUA reaproximaram-se diplomaticamente, através de uma série de encontros bilaterais e multilaterais. Esta reaproximação ocorreu após quase vinte e dois anos de hostilidade, entre 1949 e 1971, entre os quais ambos os países estiveram diretamente e indiretamente em guerra, como respectivamente na Guerra da Coreia e na Guerra do Vietnã. Este processo culminou na admissão da RPC nas Nações Unidas em 1971, na sua admissão como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em substituição à República da China (em Taiwan), e no reconhecimento de Beijing como sede do poder da China, e, portanto, da oficialidade do governo da RPC como Estado soberano (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

### 2.1.3. A China, as Reformas e o Neoliberalismo: entre integração periférica, o neoliberalismo e um desenvolvimentismo com características chinesas (1978-2008)

Com as mortes Zhou Enlai e Mao Zedong em 1976, teve início o processo de disputa entre alas do Partido Comunista Chinês pela sucessão do poder central na China. Como menciona Blanchette (2019), embora Mao tenha preparado Hua Guofeng para sucedê-lo como Líder Supremo do PCCh, deixando-o como Primeiro-Ministro da China e como Vice-presidente do Partido Comunista da China desde o começo de 1976, isto não impediu seu eventual afastamento destas mesmas funções quatro anos depois. Além disso, em outubro de 1976, os líderes da Revolução Cultural foram afastados do PCCh, sendo eventualmente expurgados do partido<sup>17</sup> (BLANCHETTE, 2019).

Ao longo dos anos 1970, a readmissão e posterior ascensão de Deng Xiaoping à posição de Líder Supremo da China<sup>18</sup> abriu espaço para mudanças em diretrizes político-econômicas

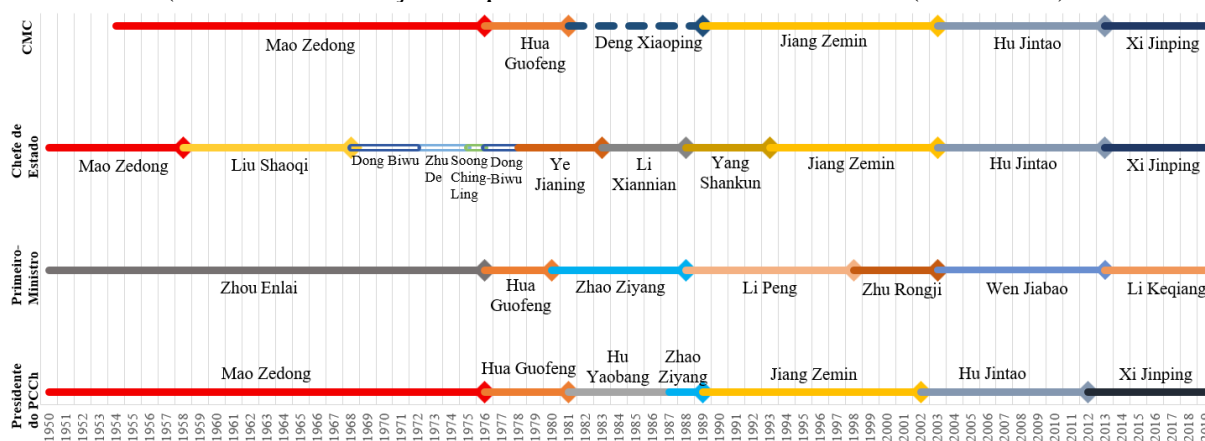
---

<sup>17</sup> Os líderes da Revolução Cultural, comumente referidos como *Gangue dos Quatro*, foram Zhao Chunqiao, Yao Wenyuan, Wang Hongwen e Jiang Qing, esposa de Mao Zedong. O grupo político, juntamente com o general Lin Biao, foram definidos como as duas principais forças contrarrevolucionárias das Revolução Cultural, e responsabilizados pela violência e pelo caos social que se abateu sobre a China durante os 10 anos de revolução cultural (BLANCHETTE, 2019).

<sup>18</sup> É digno de nota que Hua Guofeng assumiu paulatinamente o controle político-militar da China ao longo de 1976, sendo também afastado do poder central por Deng Xiaoping entre 1978 e 1981 de forma gradual. Hua assumiu a então função de *Chairman* do PCCh e a de *Chairman* do Comitê Militar Central do PCCh em outubro de 1976, após o falecimento de Mao Zedong. Na ausência da função de Presidente da RPC – abolida em ocasião da constituição de 1975 –, Hua deteve o controle político-partidário-militar da China por quase quatro anos totais. A transição para o controle de Deng foi feita mediante a sucessão paulatina dos cargos que Hua controlou para asseclas de Deng entre 1980 e 1982. A Função de Primeiro-Ministro passou para Zhao Ziyang em setembro de

do país, que marcaram o início do período de reformas e abertura. Isto, entretanto, não implicou num afastamento do legado de Mao Zedong para a liderança do PCCh. Embora criticado oficialmente, Mao permaneceu sendo reverenciado como líder máximo da revolução chinesa durante as lideranças de Deng e posteriores (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; AMIN, 2013; LOSURDO, 2017).

**FIGURA 04:** Presidentes do PCCh, Primeiros-Ministros da China, Chefes de Estado (Presidente e Posições Equivalentes e *Chairman* da CMC (1950-2019)



Fonte: elaboração própria.

Em retrospecto, costuma-se indicar que a série de mudanças implementadas inicialmente sob o controle político de Deng como partindo do 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China. Três pontos centrais dominaram a matéria discutida na 3ª Plenária. Primeiro, houve o repúdio expresso às diversas campanhas públicas protagonizadas pela Revolução Cultural, dando margem à promoção de uma revisão ampla de seus resultados (BLANCHETTE, 2019). Em segundo lugar, a 3ª Plenária adotou a teoria de Liu Shaoqi, presidente da China nos anos 1950, de que sob o socialismo a luta de classes em larga escala havia chegado ao fim, e a natureza do conflito internacional havia sido alterada pelo aparecimento de armas atômicas. Portanto, seria ocasião de se buscar o desenvolvimento de relações produtivas de modo a garantir o crescimento social domesticamente (DING, 2009).

Em terceiro lugar, disputas políticas internas dentro do partido e criticismos ideológicos entre alas diferentes do PCCh deveriam ser deixadas de lado em favor de uma maior atenção à política econômica nacional. Para tanto, seria necessário um ciclo de estabilidade política e econômica de longa duração. Como coloca Alexandre Leite (2011), estes são pontos que se

1980. A de *Chairman* do PCCh passou para Hu Yaobang em 28 de junho de 1981. Neste mesmo dia, o controle do Comitê Militar Central do PCCh passou para Deng Xiaoping. Após isto, Hua assume a *vice-chairmanship* do PCCh, ficando no cargo até setembro de 1982. É notável que a aposentadoria paulatina de Hua Guofeng foi feita de modo a evitar conflitos internos de larga escala dentro do mesmo PCCh em que poucos anos antes havia experimentado violência aberta entre membros do seu Comitê Central. Para mais, ver Blanchette (2019).

reforçariam mutuamente, deixando para trás a instabilidade que permeou o Período Maoísta (LEITE, 2011). Este foi o contexto de lançamento oficial do programa das Quatro Modernizações<sup>19</sup>.

A partir de 1977 Deng Xiaoping deu início à revitalização da tese das Quatro Modernizações de Zhou Enlai. A tese que viraria programa de governo na 3ª Plenária determinava que a China deveria fortalecer os campos da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. Em meio às Quatro Modernizações, deveria ser promovida a rejeição ao sistema de igualdade salarial e de estabilidade laboral promovido durante o Período Maoísta, o chamado sistema da “tigela de arroz de ferro”. Este sistema deveria ser substituído por salários em razão de produtividade e incentivos de larga escala à competição. Visava-se a eficiência produtiva e o desenvolvimento tecnológico como formas de garantir o desenvolvimento econômico de longo prazo e garantir a segurança nacional da China (LEITE, 2011).

Ao mesmo tempo, a China promoveu o avanço da participação de estudantes chineses em programas acadêmicos no exterior. Os programas iniciais envolveram o envio de estudantes para o sudeste asiático, e tiveram início após a visita de Deng à Singapura em 1978, e logo avançaram para parcerias com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos anos seguintes. As parcerias com o PNUD abriram portas para o envolvimento chinês com agências multilaterais de financiamento internacional, como o Banco Mundial (WB) e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Além da implementação da política das Quatro Modernizações, duas outras mudanças político-teóricas ganham primazia com a ascensão de Deng Xiaoping à posição de Líder Supremo da China. Primeiro, o Socialismo com Características Chinesas foi paulatinamente adotado como conceito oficial acerca do estágio em que se encontrava a China em seu desenvolvimento econômico. Esta conclusão teórica deriva da concepção, datada dos anos 1950, de que a China se encontra no primeiro estágio da transição para o comunismo. Com

---

<sup>19</sup> Parte integrante do pensamento de Zhou Enlai e de Deng Xiaoping, a modernização da economia chinesa representava a materialização da ênfase pela produção econômica industrial dada por uma das alas políticas do PCCh. Para Deng, o desenvolvimento das forças produtivas na China deveria ocorrer de modo a manter a unidade ideológica do PCCh, enquanto a transformação das forças produtivas do país deveria ocorrer. A teoria da Modernização integra a Teoria de Deng Xiaoping, e foi inserida subsequentemente na Constituição do PCCh em 1997 (CHINA, 2002). Traduzindo-se em programa de governo, a teoria da Modernização é a base teórico-ideológica para as Quatro Modernizações, que consistiram no incentivo estatal ao melhoramento dos campos da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. Começada oficialmente em 1978 no terceiro pleno do 11º Comitê Central, a política das Quatro Modernizações tinha em sua base econômica a transformação da forma pela qual os salários eram atribuídos na China, transformando ao longo dos anos 1980 e 1990 o regime salarial chinês, de um regime onde os salários urbanos e industriais eram fixados à priori para um regime de salários baseados na produtividade do trabalhador (HUANG, 2008; HUNG, 2016). Cabe ainda mencionar que as Quatro Modernizações se traduziram também em um amplo movimento cultural e estético na China, ligando o ideário de progresso ao futuro do país, distanciando-o do ainda recente período da Revolução Cultural (KANG, 1998).

estas limitações em mente, a China ainda não possuía uma sociedade verdadeiramente socialista. A posição desfavorável da China se deveria ao baixo desenvolvimento de suas forças produtivas, o que implicaria num baixo desenvolvimento humano e social (DENG, 1982; LIM, 2014).

A conclusão necessária da adoção conceitual do Socialismo com Características Chinesas foi a de que formações capitalistas deveriam ser reintroduzidas através de reformas na economia chinesa, e que, de forma paulatina, seria alcançada a abundância necessária à implementação de uma sociedade socialista avançada, em oposição ao atraso que caracterizava a primeira etapa do socialismo, leia-se, a presente etapa. Para tanto, concebeu-se que a adoção de reformas de mercado deveria ser interpretada como consistente com o nível de desenvolvimento produtivo chinês. Dever-se-ia gradualmente introduzir uma economia de mercado na China, permitindo que esta atingisse seus limites plenos. Isto daria margem ao surgimento de uma Economia Socialista de Mercado na China. Somente após se atingirem os limites do desenvolvimento de uma economia de mercado é que se deveria reintroduzir uma economia socialista planejada nos moldes experimentados no período Maoísta (HUANG, 2008; LIM, 2014).

A Reforma Econômica Chinesa, comumente referida através de seu nome literal, *Reforma e Abertura*, constitui o aglomerado de programas político-econômicos implementados a partir de 1978 que transformaram a matriz a economia chinesa (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Sobre a matriz econômica chinesa herdada do Período Maoísta, é necessário mencionar que, embora a China passasse por um momento de crescimento econômico estagnado, tendente à recessão entre 1973 e 1978 (ver Gráfico 01), dado o isolamento econômico internacional que permaneceu entre 1949 e que foi paulatinamente levantado ao longo das décadas de 1970 e 1980, a China possuía uma taxa de endividamento público muito menor (2,99%) do que outros países da periferia global (entre 30 e 45%), ou mesmo à países pertencentes ao bloco soviético (Polônia, 44%) (HUNG, 2016, p. 50). Entrementes, embora o isolamento político-econômico da China tenha deixado de ser praticado pelos EUA e demais países de capitalismo central ao longo dos anos 1970 – atendendo à estratégia de isolamento da URSS – (ANDERSON, 2018), a China já era vista como parceiro econômico potencial pelos EUA desde os anos 1960, e isto se intensifica a partir do processo de Reforma e Abertura (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Deve-se lembrar que a China contava com um significativo sistema de infraestrutura pública construído no período Maoísta e com uma ampla constelação de estatais. Em termos demográficos, durante os anos 1980, a China possuía uma população gigantesca e

majoritariamente jovem – em 1990, a população chinesa era de 1.135 Mi., dos quais 641,523 Mi. compunham sua população economicamente ativa (WORLD BANK DATA (h); WORLD BANK (i)) –, em sua maioria ocupada com atividades produtivas no setor primário, com índices de saúde pública positivos se comparados a outros países periféricos, e tendo passado por um processo de reforma agrária de âmbito nacional (HUNG, 2016).

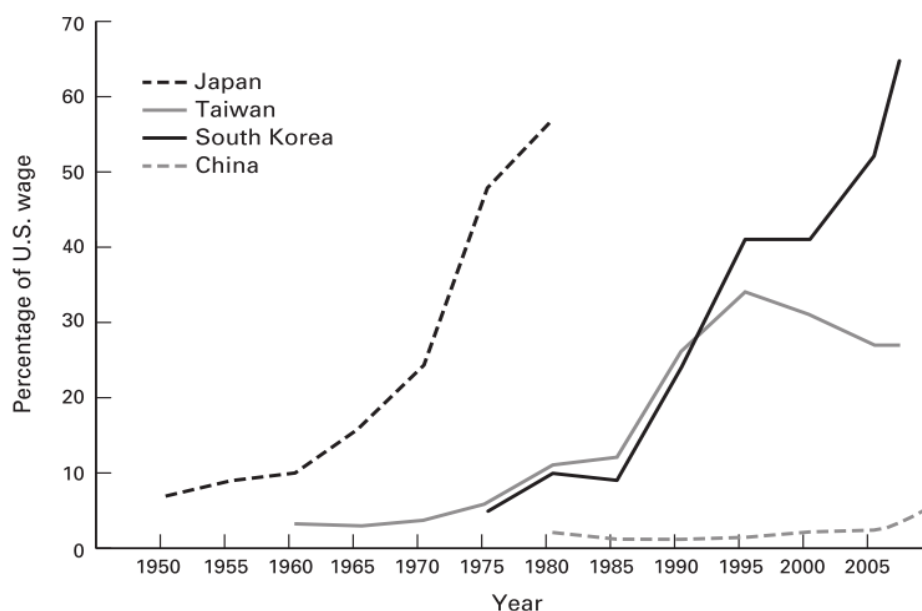
No contexto externo, os EUA deram início à uma série de políticas econômicas de favorecimento à industrialização do Leste Asiático. Batizadas de desenvolvimento a convite por Immanuel Wallerstein (1979), os EUA criaram programas de apoio financeiro para a reconstrução nacional no pós-Segunda Guerra Mundial (WALLESTEIN, 1979; ARRIGHI, 1994; MEDEIROS, SERRANO, 1999). Além disso, os EUA incentivaram a abertura do seu mercado doméstico e de mercados Europeus à produtos de países do Leste Asiático. O resultado é que países como o Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong apresentavam, no final dos anos 1970, estruturas industriais consolidadas, nas quais a exportação de manufaturas para o centro capitalista era casada ao subsídio para a produção local e de bens de capital, além de um estrito controle estatal sobre o setor financeiro e sobre fluxos de capital (MEDEIROS, SERRANO, 1999; HUNG, 2016).

É importante notar que o “desenvolvimento a convite” proporcionou o surgimento de uma cadeia hierárquica de produção industrial, substituindo a dinâmica produtiva e comercial Leste Asiático. Países com o Japão passaram rapidamente por um processo de industrialização de trabalho intensivo, mas rapidamente começaram a produzir bens de alto valor agregado, com índices de produtividade crescente ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. Ao mesmo tempo, Hong Kong, a República da Coreia e Taiwan industrializaram-se via regimes de trabalho intensivo, somente migrando para a produção de capital intensivo e de alto valor agregado em décadas recentes (MEDEIROS, SERRANO, 1999; HUNG, 2016). Estas transições podem ser vistas na Figura 05, que apresenta o crescimento salarial proporcional de economias do Leste Asiático ao longo do tempo. Marginalmente, pode-se ver que a integração da China ao capitalismo global afeta diretamente os salários percebidos nestes países, enquanto parte dos seus parques industriais começam a relocar-se para a RPC.

A este respeito, Hung (2016) destaca ainda dois pontos significativos: primeiro, fora da dinâmica da Guerra Fria, seria impensável o apoio expresso a recuperação econômica e à expansão industrial do Leste Asiático. Dada a atuação política chinesa na região, provendo apoio militar direto ou indireto a movimentos revolucionários locais, o estímulo à atividade econômica aplacaria as insatisfações locais que alimentariam estes movimentos; em segundo lugar, o autor destaca a construção de amplos aparatos burocráticos estatais visando o

desenvolvimento econômico nos países do Leste Asiático – entretanto, o surgimento do Estado Desenvolvimentista asiático – é uma derivação direta deste amparo americano à processos de acumulação capitalista no Leste Asiático.

**FIGURA 05:** Percentual Proporcional dos Salários Manufatureiros do Leste Asiático por hora em relação ao Salário Manufatureiro Americano por hora (1950-2009)



Fonte: Hung, 2016, p. 70.

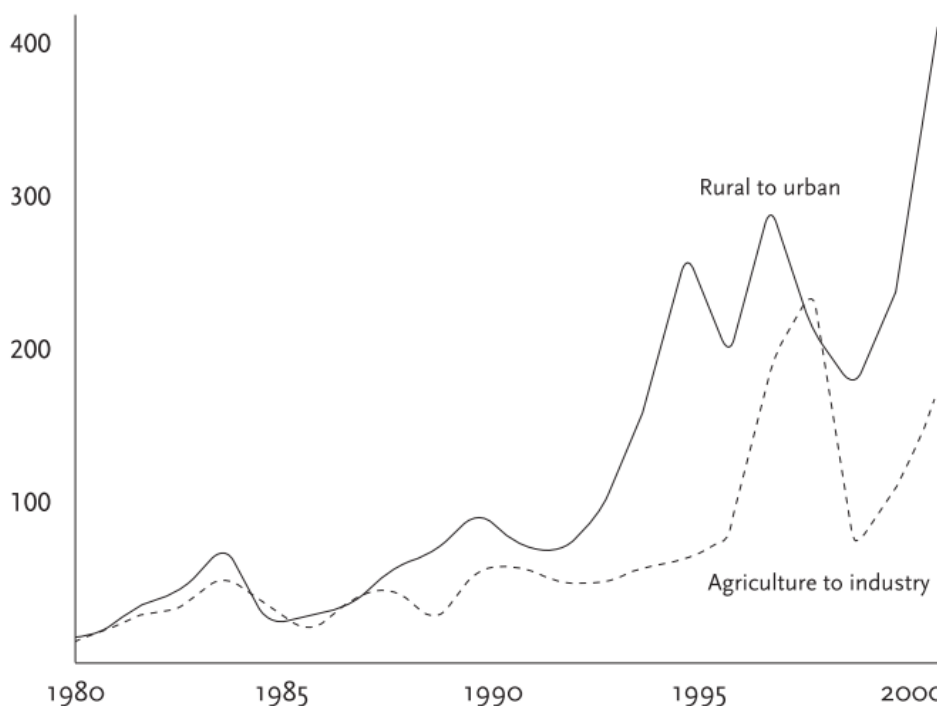
Merecem aqui menção as considerações de Deng e de outros líderes chineses do período sobre a direção a ser tomada pelas reformas de mercado foram influenciadas consideravelmente pelo padrão de desenvolvimento capitalista alcançado no Japão e nos Tigres Asiáticos<sup>20</sup> (HUNG, 2016; HUNG, SELDEN, 2017). A visita de Deng Xiaoping à Singapura é tida como ponto significativo da mudança de programa político-econômico da China. Para Harvey (2005) Deng passa a almejar o desenvolvimento de uma industrialização de capital intensivo, diretamente inspirada no modelo adotado por Singapura após a sua separação da Malásia. Entretanto, para que isto fosse possível, seria necessário antes passar por etapas de industrialização focadas em trabalho intensivo, de modo a acumular capital suficientemente necessário à esta mobilização. O processo de reformas seria, portanto, pautado por uma série de mudanças legais necessárias à liberação de processos independentes de acumulação de capital de um lado, e, do outro, a liberação de enormes massas de trabalhadores para essa nova etapa de industrialização da China.

Ao mesmo tempo, seria mantida, dentro da China, a dinâmica de transferência de valor da produção em zonas rurais para a zona urbana (ver Figura 06). Mas, diferentemente do

<sup>20</sup> Termo costumeiramente usado para se referir à República da Coreia, Taiwan, Hong Kong e Singapura, em referência ao acelerado desenvolvimento capitalista produzido nestes países no pós-Segunda Guerra Mundial.

Período Maoísta, isto não foi feito mediante sistemas de preços artificiais. A condição cativa do mercado chinês consolidou processos de acumulação internos, enquanto reformas legais e a entrada de capital estrangeiro na China integraram o espaço territorial chinês à processos de acumulação externos (HARVEY, 2005; HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005).

**FIGURA 06:** Transferências totais de Zonas Rurais para Zonas Urbanas e do Setor Agrícola para o Industrial na China (1980-2000)



Source: Huang, Rozelle and Wang, 'Fostering or Stripping Rural China'.

Fonte: Hung, 2016, p. 73.

Nota 1: Valores em bilhões de yuan, preços constantes.

Também paralelamente, o processo planejado de reintrodução do capitalismo na China se beneficiou da situação econômica global dos anos 1980 em diante. A aceleração da reestruturação produtiva mundial que se seguiu à crise estrutural do Capitalismo ao longo dos anos 1970 (MÉSZÁROS, 2011) deu margem à relocação do aparato produtivo global inicialmente para diversos países do Leste Asiático (SMITH, 2016). A reintrodução da China na dinâmica de produção e acumulação de capital controlada por países de capitalismo central e seu capital monopolista permitiu a ampliação significativa deste processo. Ao disponibilizar seu campesinato e seu proletariado urbano para a proletarização em escala global e ao permitir a recriação e expansão de fluxos de investimento e remessa de lucro dentro da China, o governo chinês acaba dando margem ao aparecimento de uma saída para a série de severas contradições enfrentadas pelo capitalismo global entre os anos 1970 e 1990 (HARVEY, 2005; HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005, HUNG, 2016).

Por fim, como ressaltam Nogueira (2018) e Nogueira e Qi (2019), através da reintrodução do Capitalismo na China, foi possível a recriação de uma classe capitalista chinesa no seu território continental<sup>21</sup>. Como ressaltam Arrighi (1996) e Hung (2016), a ascensão dos Tigres Asiáticos foi também a culminação do “capitalismo diaspórico Chinês” no Leste Asiático (HUNG, 2016, p. 53)<sup>22</sup>. Com a liberalização da entrada de fluxos de investimento, remessas de capital puderam ser reinvestidas na China continental. Isto foi feito usando como elo de ligação centros financeiros do Leste Asiático que coincidentemente apresentam grandes minorias populacionais chinesas (Hong Kong e Singapura) (HUNG, 2016).

Fato é que a reintrodução de formações capitalistas na China à partir da política de Reforma e Abertura foi discutida amplamente, tanto intramuros no PCCh como também por diversos intelectuais. Este texto não se debruça sobre as diversas correntes de pensamento econômico que compõem este quadro. Considera-se que as reformas de abertura de mercado possibilitaram a reintrodução de formações capitalistas na China, e que, eventualmente, a dominância destas formações possibilitou que o modo de produção capitalista se tornasse o dominante no país. Neste sentido, acompanha-se as considerações feitas por Harvey (2005), Hart-Landsberg e Burkett (2005), Yasheng (2008) e Hung (2016; 2018a) sobre o desenvolvimento capitalista da China.

A reintrodução de formações capitalistas na China teve início pela reversão da organização coletivista colocada adiante na reforma agrária do Período Maoísta. Isto foi feito mediante a divisão de lotes coletivizados, as comunas populares, em lotes particulares, garantindo a posse de porções de terra por unidades familiares, ao mesmo tempo em que foi mantida a propriedade da terra pelo Estado chinês. A isto se somou o sistema de responsabilidade domiciliar. Introduzido entre 1979 e 1982, o sistema deixou à cargo de cada unidade familiar a responsabilidade pelo resultado produtivo de sua unidade de terra. O

---

<sup>21</sup> Entrementes, isto é respaldado não só teoricamente por Deng Xiaoping, como também aceito como condição do desenvolvimento chinês na primeira etapa do Socialismo com Características Chinesas. A discordância factual reside sobre a possibilidade da classe burguesa chinesa, em suas diversas frações de classe, se reconhecer politicamente e se expressar politicamente, ou seja, se a classe burguesa chinesa consiste em *classe para si*. Estas interpretações costumam erguer-se na visível hegemonia do PCCh sobre o processo político-decisório e de organização do Estado chinês. Para leituras contrárias à existência de uma burguesia chinesa enquanto *classe para si*, ver Ding (2009), Panitch e Gindin (2013), Amin (2013), Losurdo (2017) e Li (2018). Nogueira e Qi (2019) apresentam, à partir da gênese dos seguimentos de classe da burguesia chinesa, uma interpretação teórica comparativamente mais rica, onde seguimentos da burguesia nacional chinesa têm formação diversa, inclusive existindo e funcionando dentro do PCCh. Para leituras semelhantes, indica-se Hung (2018a), Nogueira (2018) e Nogueira e Qi (2019).

<sup>22</sup> Como ambos os autores ressaltam, diversas famílias burguesas chinesas emigraram para o Leste Asiático durante a Dinastia Qing com o objetivo de escapar das restrições ao crescimento de suas fortunas – ou seja, para manterem o crescimento da massa de capital que detinham. Isto também se repete ao final da Guerra Civil Chinesa, quando de parte da burguesia chinesa realiza novo fluxo migratório para Taiwan, Hong Kong e outros países do Leste Asiático.



excedente produtivo poderia ser comercializado pelo campesinato em mercados locais recém reativados, contando que uma parte contratada da produção fosse entregue periodicamente às autoridades governamentais (HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005; FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

O controle do excedente da produção rural pelo campesinato estimulou o seu aumento produtivo, e seu excedente eventualmente alcançou o meio urbano. A recriação de uma economia rural dinâmica permitiu o crescimento da renda rural, não só em números absolutos como também em termos proporcionais em relação à renda urbana (HUNG, 2016). A partir dos anos 1990, há uma convivência entre trabalhadores e mecanização no setor rural chinês. Aos poucos, o Estado tenta organizar um sistema de liberação de mão-de-obra para cidades polos-produtivos (LEITE, 2013).

O início do período de Reformas e Abertura foi também marcado por estímulos significativos à descentralização administrativa e à atividade econômica do Estado no nível local. A restauração da economia nas províncias chinesas permitiu o controle de maiores somas de recursos por administrações locais. Paralelamente, a administração central chinesa desmontou o sistema de repasses controlados e incentivos periódicos que acompanhavam cotidianamente determinações de governo. Deng Xiaoping e a ala reformista do PCCh visavam conscientemente angariar localmente o apoio político necessário às reformas capitalistas, usando *cadres* locais como contrapeso à velha guarda conservadora, sobrevivente do período Maoísta. O resultado é que as possibilidades desimpedidas de obtenção de lucro privado por partidários do PCCh, criadas pelos anos iniciais da reforma, nas diversas instâncias da administração local chinesa, ao mesmo tempo: estimularam o crescimento da atividade economia estatal no nível local chinês; estimularam o crescimento da arrecadação chinesa nos níveis local e nacional; criaram as condições para a apropriação privada de recursos públicos por parte de agentes governamentais no nível local (NAUGHTON, 2007; HUNG, 2016).

A partir disto, houve a criação ou o redirecionamento de empresas locais existentes, as Empresas de Municípios e Vilarejos (*Township and Village Enterprises, TVEs*), para atividades econômicas de fins lucrativos. De acordo com Huang Yasheng (2008), a maioria das TVEs emergiu durante os anos 1980. No início do período de reformas, existiam cerca de 1.5 milhão de empresas, mas já em 1985 o número de TVEs havia crescido para 12 milhões. De crescimento acelerado, as TVEs empregaram um número gigantesco da força de trabalho chinesa. Em 1978, as TVEs tinham cerca de 28 milhões de empregados. Este número alcançou seu ápice em 1996, ano em que 135 milhões de pessoas trabalhavam em TVEs (NAUGHTON, 2007; HUANG, 2008).

Ao longo dos anos 1980, foi percebido que a administração chinesa não possuía as redes de marketing e o know-how administrativo necessário à manutenção do crescimento econômico alcançado nos primeiros anos das reformas. Isto também se alinha à dependência significativa de capital transnacional, que à época buscava uma força de trabalho disponível e barata, normalmente encontrada em modelos de produção focados em trabalho-intensivo (MEDEIROS, SERRANO, 1999). A partir disto, o nexos estabelecido entre membros do PCCh e a burguesia diaspórica chinesa do Leste Asiático foi determinante para o estabelecimento de fluxos de IED para a China nos anos 1980. Como coloca Hung (2016, p. 56), embora o IED não seja majoritário na composição econômica da China em termos quantitativos, ele desempenhou papel significativo no direcionamento da República Popular da China para um modelo de industrialização focado no trabalho intensivo e direcionado à exportação.

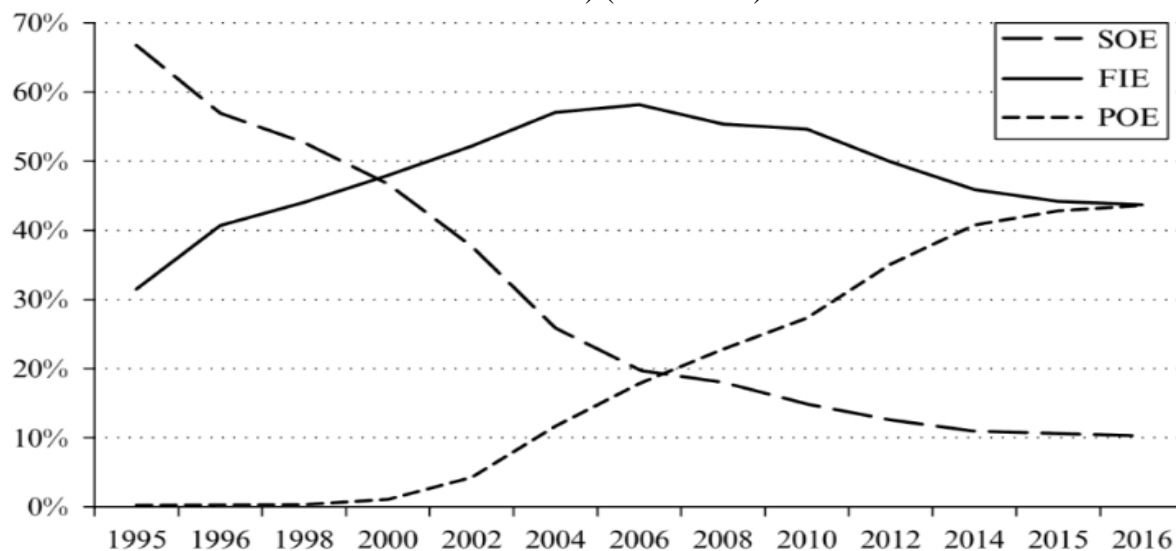
Pode-se perceber que a China estava se tornando rapidamente espaço econômico para reprodução do capital de diversas burguesias internacionais (PANITCH, GINDIN, 2013), ao mesmo tempo em que se formava uma burguesia doméstica na China (NOGUEIRA, QI, 2019). Segmentos industriais controlados pelo capital diaspórico chinês no Leste Asiático agora relocavam-se para a China, dando início à transferência desta mesma burguesia para a RPC (HUNG, 2016).

As conexões estreitas que a burguesia diaspórica chinesa mantinha com seguimentos de burguesias nacionais em praças financeiras no Leste Asiático e a posição estratégica ocupada por Hong Kong, em processo de reintegração ao território nacional da República Popular da China, facilitaram o acesso tanto do capital diaspórico chinês espalhado pelo o Leste Asiático, como também a entrada de capitais nacionais de países do Leste Asiático. Particularmente, países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, onde a complexidade industrial começava a aparecer ou onde ela já havia sido alcançada há certo tempo, experimentavam o mesmo estímulo para a relocação produtiva encontrada no núcleo do capitalismo ocidental, de modo que o aparato produtivo focado em trabalho intensivo foi estimulado à migrar ao longo dos anos 1980 e 1990 (HUNG, 2016).

Ao mesmo tempo, o comércio de nível local foi seguido pela liberdade de abertura de Empresas Privadas Chinesas (*Private Owned Enterprises*, POEs) desde o final dos anos 1980, mas sobretudo ao longo dos anos 1990 e 2000. As POEs possuíam vínculos com administrações locais e membros do PCCh, adquirindo com certa facilidade contratos de fornecimento de materiais públicos, a construção de obras públicas, como no setor da habitação, ou integrando-se como subcontratadas à dinâmica de produção global intensiva em trabalho e de baixo valor

agregado de grandes marcas de diversos setores, como o têxtil, a produção de brinquedos ou de eletrônicos (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011; HUNG, 2016 STARRS, 2019).

**FIGURA 07:** Proporção do Total das Exportações Chinesas por Tipo de Empresa (SOEs, FIEs e POEs) (1995-2016).



Source: China's Customs Yearbook 1995–2017.

**Legenda:** SOEs – *State Owned Enterprises*, Empresas Estatais (Chinesas). FIEs – *Foreign Invested Enterprises*, Empresas de Capital Externo Investido; POEs – *Private Owned Enterprises*, Empresas Privadas (Chinesas).

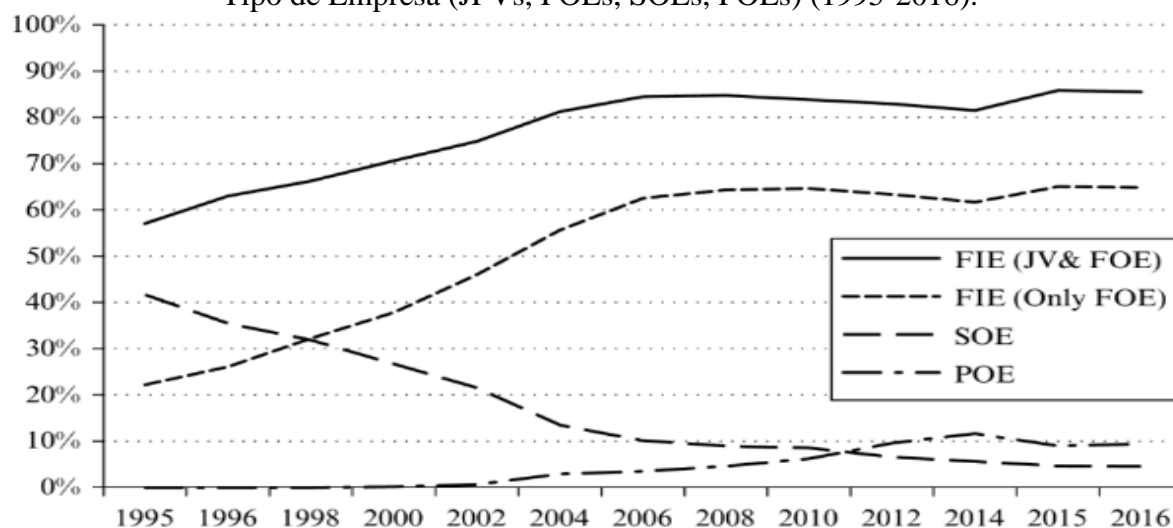
**Fonte:** Starrs (2018).

Por fim, o grosso do capital acumulado no Período Maoísta pelo Estado chinês começou a ser objeto da atenção de investidores estrangeiros, particularmente de países de capitalismo central, interessados na facilidade em rapidamente se conectarem à estrutura produtiva anteriormente instalada. Esta integração foi feita mediante a subcontratação das SOEs ou de empresas coletivas, integrando-as como empresas intermediárias à dinâmica produtiva de Empresas Multinacionais (MNCs). Gigantes como a Boeing, a Volkswagen e a Toyota começaram seus negócios na China através da colaboração com estatais dos segmentos aeronáutico ou automobilístico (STARRS, 2018). É digno de nota que, embora o estado atual do desenvolvimento produtivo chinês chame a atenção do mundo pelo avanço rápido alcançado após a Crise Financeira de 2007/2008, este mesmo segmento de empresas ainda domina o mercado de exportação de bens industrializados do país (ver Figura 07) (STARRS, 2018).

A reintrodução de formações capitalistas durante o período de reformas também presenciou a destruição do sistema de direitos sociais estabelecido no Período Maoísta. Baseado no direito à saúde, à educação, na garantia de emprego plena e direitos providos via comunas rurais ou pelo emprego em SOEs, esse complexo arranjo de direitos providos via trabalho junto ao Estado foi rapidamente substituído pelo trabalho precário, com prazo limite de três anos, sem garantia de permanência ou estabilidade. Esta se tornou a nova realidade à nível local

quando do avanço das TVEs (HARVEY, 2005; HART-LANDSBERG, 2005; HUANG, 2008). Entretanto, antes do final dos anos 1980, a dissolução do sistema de direitos sociais foi aplacada pelo crescimento na renda. Novas oportunidades de mercado no meio rural abriram espaço para a mudança do padrão de consumo nas cidades da China (HUNG, 2016).

**FIGURA 08:** Proporção do Total das Exportações Chinesas com Materiais Importados por Tipo de Empresa (JFVs, FOEs, SOEs, POEs) (1995-2016).



*Note:* FIE (Foreign-Invested Enterprise); JV (Joint Venture); FOE (Foreign-Owned Enterprise); SOE (State-Owned Enterprise); POE (Private-Owned Enterprise).

*Source:* China's Customs Yearbook 1995–2017.

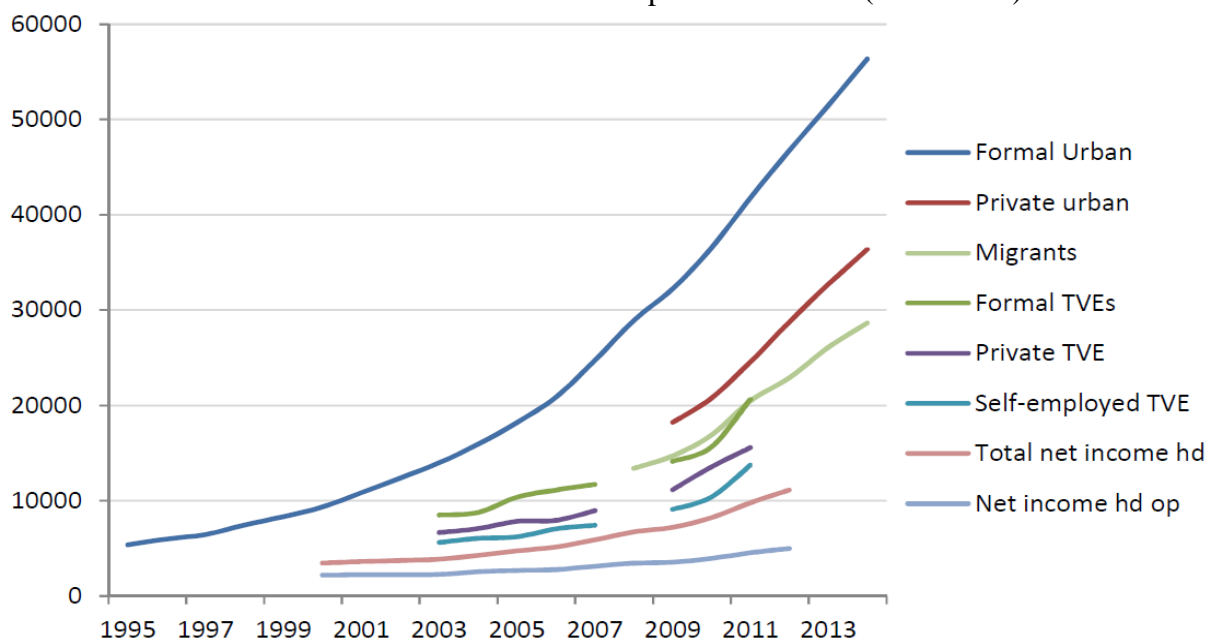
**Legenda:** SOEs – *State Owned Enterprises*, Empresas Estatais (Chinesas). FIEs – *Foreign Invested Enterprises*, Empresas de Capital Externo Investido; POEs – *Private Owned Enterprises*, Empresas Privadas (Chinesas); JV – *Joint Ventures*, Empresas de Empreendimento Conjunto (neste caso, entre Capital Estrangeiro e Capital Público Chinês); FOEs – *Foreign Owned Enterprises*, Empresas de Propriedade Estrangeira (de Capital predominantemente não-chinês).

**Fonte:** Starrs (2018).

Em outubro de 1984, na Terceira Sessão Plenária do Décimo Segundo CC do PCCh, Hu Yaobang e Zhao Ziyang oficialmente estenderam as reformas econômicas às áreas urbanas. Com foco concentrado nas cidades, a dinâmica social das reformas mudou enormemente após meados dos anos 1980. Neste período, o objetivo das reformas foi transformar as SOEs em entidades autônomas capazes de obter lucro de forma independente. Para tanto, foram suspensos inicialmente subsídios governamentais e a absorção de perdas por parte do orçamento público. A reforma no âmbito urbano também visou substituir preços anteriormente fixos e ligados ao planejamento estatal central. Este sistema foi substituído por um de preços flutuantes em mercadorias chave, vinculados ao preço de mercado. Sob pressão das reformas de mercado, diversas SOEs começaram a eliminar direitos sociais de seus trabalhadores, eventualmente substituindo a empregabilidade de longa duração por contratos de curto-prazo renováveis, em sua maioria de até três anos. O resultado é que a cadente renda dos trabalhadores urbanos,

juntamente com o enfraquecimento da segurança empregatícia nas cidades se somou à alta inflação provocada pela reforma no sistema de preços da China (HARVEY, 2005; HARTLANDSBERG, 2005; HUANG, 2008; REN, LI, FRIEDMAN, 2016).

**FIGURA 09:** Média Anual do Salário Nominal, Renda Operativa dos Domicílios Rurais e Renda Total dos Domicílios Rurais por Trabalhador (1995-2015)



Fonte: Gouveia, 2016, p. 100.

Ao mesmo tempo, foi criado um sistema transitório para a introdução do novo sistema de preços. Ele permitiu a manutenção de um sistema de duplo preço para determinadas mercadorias, possibilitando a coexistência entre preços fixos e preços flutuantes no mercado chinês. Hung (2016, p. 58) relata que insumos básicos como gasolina, cimento, aço e outros materiais foram mantidos com preços fixos, e, dada a sua baixa oferta, agentes da administração chinesa e gerentes de estatais aproveitaram-se para adquiri-los em grandes quantidades, posteriormente revendendo-os em meio ao recém-inaugurado mercado com preços flutuantes. Através desta prática, diversos agentes estatais adquiriram fortunas privadas consideráveis, além de passarem a exercer uma influência considerável nos assuntos de nível local<sup>23</sup>. Estes apontamentos são corroborados por Nogueira e Qi (2019), que apontam o surgimento da

<sup>23</sup> Ho-fung Hung (2016, p. 55-57) expõe a dinâmica em que agentes governamentais locais ao mesmo tempo: aplicam políticas públicas de corte desenvolvimentista clássico – como a construção da infraestrutura necessária à nova realidade das exportações chinesas –; promovem a conversão de TVEs sob sua jurisdição em empresas devotadas a obtenção de lucro; e exercem certa atividade predativa por sobre fontes de riqueza locais, sejam recursos públicos ou privados, através de *tax bullying*, corrupção e da venda de recursos estatais visando o lucro privado. Neste caleidoscópio de impressionante crescimento econômico entre os anos 1980 e 1990, práticas pouco republicanas de agentes governamentais ligados ao PCCh afloraram, e hoje se possui bibliografia significativa neste sentido. Hung (2016) nela se ampara para esta caracterização. Recomenda-se ao leitor interessado nesta construção a sua consulta.

burguesia doméstica chinesa como algo também vinculado ao lucro privado da venda de ativos públicos.

As reformas de mercado em áreas urbanas também estabeleceram, em outubro de 1984, a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) juntamente à Joint Ventures com Empresas Multinacionais (*Multinational Companies* – MNCs) na costa sudeste da China, no delta do Rio Guangdong e na foz do Rio Yangtzé. Visando atrair MNCs, o governo da China ofereceu benefícios tributários, além de proporcionar o relaxamento em regulamentações ligadas à instâncias administrativas, ao emprego ou ao meio ambiente. Em troca, as ZEEs deveriam proporcionar à China o acesso à avanços tecnológicos desenvolvidos no centro capitalista, promovendo sua nascente economia voltada às exportações (HUNG, 2016). Fairbank e Goldman (2006) destacam que as ZEEs não decolaram de pronto. Somente com os esforços diretos promovido ao longo da liderança de Deng, até o final dos anos 1980, as ZEEs começaram obter resultados positivos a partir da relocação do aparato produtivo de Hong Kong e de Taiwan, que buscavam a redução dos custos com a força de trabalho (capital variável) na China continental (HARVEY, 2005; HUNG, 2016; HARVEY, 2018).

A alta inflacionária, as reformas trabalhistas urbanas e a redução do poder de consumo nas cidades se juntam as crescentes demandas por liberalização política, particularmente originárias de grupos estudantis organizados e da parte de líderes do próprio Partido Comunista da China, como o então Secretário Geral do PCCh, Hu Yaobang. As crescentes pressões políticas estudantis e de líderes intelectuais pela ampliação das reformas de mercado colocaram Hu em desfavor com Deng Xiaoping. Eventualmente, Zhao Ziyang, então Primeiro-Ministro da China, assume a posição de Hu dentro do partido, quando o mesmo chega a quase se retirar do PCCh, em 1987. Ainda em 1987, Zhao também é afastado do partido, sendo sucedido na posição de Primeiro-ministro por Li Peng. Embora Hu e Zhao tenham permanecido no Comitê Central do PCCh para o 13º Congresso do Partido Comunista da China e Zhao tenha assumido a posição de Secretário Geral do Partido Comunista da China, fica patente que a ala dos reformadores ligados à Deng entra em desfavor na disputa interna pela sucessão de Deng, e é rapidamente substituída por políticos ligados à liderança conservadora do PCCh (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006) (Ver Figura 04).

O falecimento de Hu em abril de 1989 desencadeia uma série de manifestações em memória do seu engajamento político em apoio às reformas políticas na China. As manifestações ganham corpo e crescem para dezenas de milhares de estudantes e trabalhadores chineses, que passam a ocupar a praça Tiananmen, no centro de Beijing. A resposta do PCCh é estabelecida consensualmente. Partindo de Li Peng, o uso de força militar para desmobilizar os

protestos é cogitado e aceito pela cúpula do PCCh, sendo acordado tanto com Deng Xiaoping, Li Xiannian como Yang Shangkun, estes últimos respectivamente ex-presidente e então presidente da RPC. É significativo notar que manifestações em apoio às reformas políticas estavam ocorrendo ao redor do país. Em Shanghai, após uma série de editoriais do jornal *World Economic Herald*, o jornal foi fechado pelo então secretário do PCCh em Shanghai, Jiang Zemin (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; BLANCHETTE, 2019).

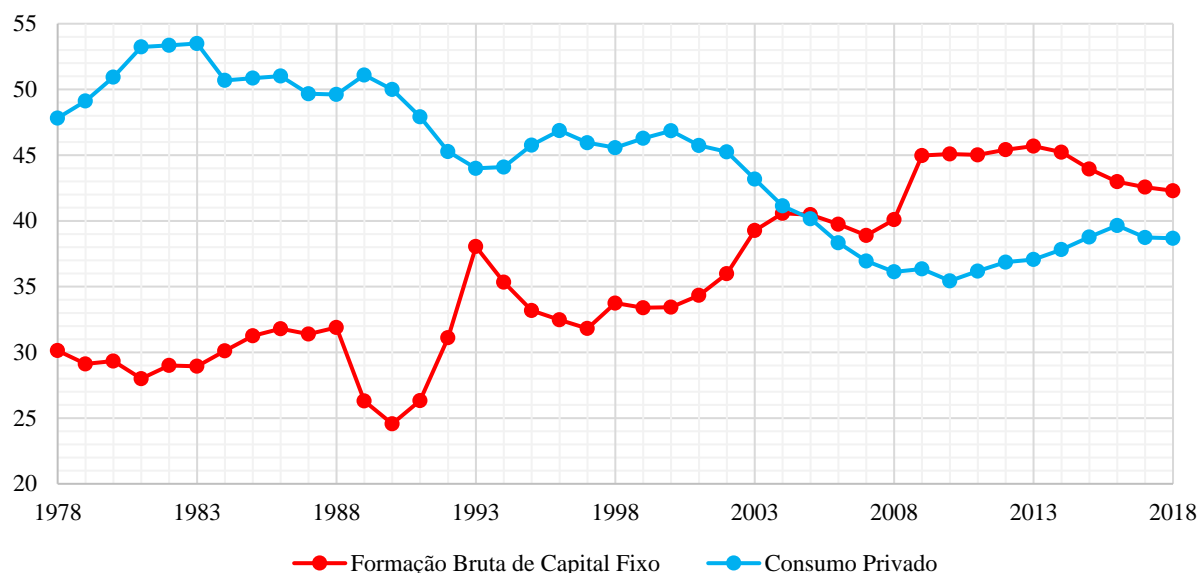
A repressão aos protestos ocorreu no início de junho de 1989. O número de mortos oficialmente informado pelo governo da China chega à 300 pessoas entre civis e soldados, embora estimativas feitas por outras fontes apresentem números discrepantes (OKSENBERG et al, 1990). Chen Xitong, então prefeito de Beijing, disse à época que o número de feridos chegou à cerca de 6.000 pessoas (OKSENBERG et al, 1990). Zhao Ziyang é retirado da função de Secretário Geral do PCCh, sendo substituído por Jiang Zemin. Jiang à época era tido como um candidato consensual, gravitando entre a ala de Deng, que favorecia a continuidade das reformas econômicas, e a ala conservadora do PCCh, que defendia a sua desaceleração. Entre 1989 e 1993, Jiang paulatinamente acumula o controle do Estado chinês, tornando-se *Chairman* da Comissão Militar Central em março de 1990 e presidente da República Popular da China em março de 1993. (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006) (Ver Figura 04).

Deng manteve importância significativa nos anos iniciais da presidência de Jiang. Ao perceber que as reformas econômicas liberalizantes estavam tendo seu ritmo desacelerado no início dos anos 1990, Deng realizou uma série de viagens às cidades onde foram instaladas ZEEs no sul da China, em 1992. A promoção explícita da agenda de reformas fez a administração Jiang decidir pela adoção do modelo intensivo em trabalho e de industrialização voltada às exportações, com uma crescente participação do investimento público chinês na condução do crescimento econômico (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006; HUNG, 2016). A partir deste momento, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) da China passa a compor uma proporção cada vez maior do PIB nacional, de modo que o investimento, interpretado de forma isolada, atinge taxas de crescimento superiores ao crescimento do consumo ao longo de todo o período entre 1978 e 2013. Isto rompe com o padrão experimentado até os primeiros anos posteriores ao período Maoísta, ocasião em que cerca de 55% do PIB chinês respondia à renda das famílias (ver Gráfico 03).

É também necessário salientar que a acumulação de capital necessária à expansão do investimento (FBCF) na China inicialmente casa com a redução da arrecadação pública e do gasto público na composição geral do PIB chinês. Isto decorre da mudança político-econômica em favor da industrialização de trabalho intensivo (com a concomitante queda proporcional do

consumo privado na composição do PIB) e da planejada desoneração de empresas que se instalassem na China, em meio à integração da China ao capitalismo global (HUNG, 2016). Ao mesmo tempo, parcela ocupada pelo consumo das famílias no PIB chinês estava em trajetória decrescente desde 1980 (ver Gráfico 03).

**GRÁFICO 03:** Proporção da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do Consumo Privado em relação ao PIB da China (1978-2018)



Fonte: World Bank Data (b); World Bank Data (c).

Anteriormente neste capítulo, foi estabelecida a formação de um mercado privado na China. Agora, em conjunto, estes dados indicam o surgimento de um capital privado na China, seja ela via capital privado doméstico chinês, seja via capital externo atuando no país (FIEs, FOEs e JVs). Ao mesmo tempo, apontam a natureza periférica qual se deu a integração chinesa ao mercado mundial e à dinâmica do capitalismo global.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, a agenda para a China do Consenso de Washington foi seguida, com participação direta do capital financeiro americano no corte das políticas públicas Chinesas. A adoção destas políticas estreitou os laços entre a administração Clinton nos EUA e o governo da RPC, levando os EUA à intensificação da política de engajamento, que vinha sendo adotada desde o início dos anos 1970 (FAIRBANK, 2006; LANDSBERG, BURKETT, 2005; HARVEY, 2005).

Após a visita de Deng Xiaoping às cidades costeiras do sul da China em 1992, a geração de líderes chineses que deram continuidade do projeto de reformas e abertura nos anos 1990 buscou acelerar a política de reformas e liberalização. A influência do consenso de Washington na promoção de políticas de abertura emprestar-lhes o corte neoliberal que caracterizou a liberalização de mercados, a destruição de direitos trabalhistas, os intensos processos de



privatização de estatais e o incentivo à desoneração fiscal da China neste período (HARVEY, 2005; HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005).

Como colocam Hart-Landsberg e Burkett (2005), a partir do 14º Congresso do Partido Comunista da China, em outubro de 1992, foi estabelecida a determinação em transformar a China numa “economia de mercado socialista com características chinesas”. Anteriormente, este texto já deixou claro que mercados estavam operando de forma significativamente livre já neste estágio de desenvolvimento do capitalismo na China, em meio à sua integração ao capitalismo global. Agora, a liderança do PCCh estava determinada a diminuir o setor estatal, não só mediante o encorajamento do crescimento rápido do setor não-estatal ou via limitações da atuação do Estado na economia, mas diretamente, através de privatizações de SOEs.

Lau (1999) assevera que a política oficial de reforma das SOEs visava aumentar a autonomia empresarial, criar incentivos ao gerenciamento, submetendo as SOEs a uma crescente disciplina de mercado, muito similar às intervenções feitas por estados desenvolvimentistas ao longo dos anos 1990. Entretanto, a manutenção de SOEs consideradas estratégicas sob o controle do Estado foi feita de várias formas. Durante a presidência de Jiang Zemin, em alguns casos, foi permitida a venda parcial de ativos. Em outros casos, o governo central determinou a fusão de SOEs, consolidando unidades empresariais gigantescas ou a manutenção integral destas SOEs sob administração central.

Huang (2008) também aponta a hostilidade direcionada às TVEs durante a Administração Jiang, apontando que várias destas empresas foram integradas à SOEs. Ainda assim, a participação das SOEs tanto nas exportações totais Chinesas e no processamento de materiais importados caiu em 1995 (HUANG, 2008; STARRS, 2018). Estas reformas culminaram na criação da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Conselho de Estado (*State-owned Assets Supervision and Administration Commission - SASAC*) em 2003, uma comissão especial da RPC para a supervisão das atividades das SOEs, sob controle direto do Conselho de Estado.

Os ataques aos direitos dos trabalhadores urbanos foram feitos via demissões em massa de trabalhadores das SOEs a partir de 1994. Estes ataques aceleraram de forma muito significativa a partir de 1997-1998, quando Li Peng é substituído na função de Primeiro-Ministro chinês por Zhu Rongji. A sequência de demissões aqui experimentada foi muito maior do que a vista durante a década de 1980<sup>24</sup>. Paralelamente, Estatais chinesas foram prontamente

---

<sup>24</sup> É digno de nota que a intensificação de demissões e o aumento de migrações internas na RPC entre 1997 e 1999 são refletidos em quase todos os índices relativos à salário, empregabilidade na China, mas, particularmente, este

privatizadas ou transformadas em unidades centradas na promoção do lucro, em detrimento da melhoria social ou da preservação dos direitos trabalhistas. A série de demissões atravessou todas as principais cidades da China. Uma vez que boa parte do arcabouço legal protetivo era atrelado ao direito ao trabalho na China, as demissões em massa ocasionaram uma perda de direitos sem precedentes, criando uma subclasse de proletários urbanos (HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005).

É preciso assinalar que sem a adoção de reformas macroeconômicas, a adoção do modelo de industrialização intensivo em trabalho teria enfrentado maiores dificuldades ao longo dos anos 1990. Entre 1993 e 1994, a administração Jiang adotou uma série de políticas públicas visando conter os déficits fiscal e de balança corrente. Isto incluiu a drástica desvalorização do Renminbi em 1994. A manobra financeiro-monetária decisivamente determinou a escolha pelo modelo de industrialização intensivo em trabalho e voltado às exportações (HUNG, 2016). Em 1994 também foi realizada uma severa reforma fiscal, através da qual governos locais deveriam repassar uma porção significativamente maior do produto de suas arrecadações para o governo central. Por fim, 1994 presenciou ainda uma redução do crédito bancário disponibilizado ao público, de modo que a baixa no crédito implicou uma redução na circulação de moeda, contendo pressões inflacionárias geradas nos anos 1980, ao mesmo tempo em que reduzia a atividade econômica derivada do consumo doméstico. O resultado destas políticas foi o aumento significativo da redução da atividade econômica e do exército laboral de reserva na China. Não é sem razão a comparação a conexão com políticas de cunho neoliberal feita por Hart-Landsberg e Burkett (2005) ou por Harvey (2005).

Este cenário apresenta as primeiras determinações da integração da China à economia global capitalista. Vê-se que paralelamente diversas MNCs começam a integrar a China às suas cadeias globais de valor. Também é marcante a diversidade de origens destas MNCs. Suas origens não se restringem aos principais países capitalistas do Leste Asiático, mas também possuem suas sedes no centro capitalista norte-americano e europeu, e isto é refletido ainda hoje na composição geral do capital estrangeiro atuando na China (ver Tabela 05).

O final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000 presenciaram ainda duas crises econômicas de proporções significativas. A primeira delas, a afetar diretamente a China, foi a crise econômica que afligiu os países do Leste Asiático entre 1997 e 1999. Da crise derivaram imensas somas de crédito bancário inexecutável, contaminando sistemas financeiros domésticos em toda a região. A crise do Leste Asiático ramificou-se para outras economias periféricas,

---

aumento significativo do exército laboral de reserva chinês eleva significativamente a taxa de mais-valor na China, conforme Qi (2018).

atingindo sobretudo países Latino-americanos, Africanos e países da ex-URSS (OLIVEIRA, 1999). A China recuperou-se da crise ao criar uma série de empresas de crédito e seguro bancário, às quais coube receber o crédito pouco exequível oriundo dos quatro principais bancos comerciais da China, todos SOEs: o Banco da China (BC); o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC); o China Construction Bank (CCB) e o Banco Agrícola da China (ABC) (HUNG, 2016).

**TABELA 04:** Top 10 Empresas que Exportam a partir da China, em valores totais (2015) comparadas ao Ranking Forbes Global 2000 (2016)

Ranking na China (2015)	Ranking Forbes Global 2000 (2016)	Nome da Firma	Nação Sede	Valor Total (US\$ Bi)	País de Nacionalidade dos Acionistas Majoritários		
					1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar
1	117	Hon Hai Precision Industry	Taiwan	79	Taiwan 43%	EUA 26%	LUX 6.5%
2	19	Samsung Group	RoK	36	ROC 63%	EUA 27%	LUX 3%
3	843	Quanta Computer	Taiwan	34	Taiwan 59%	EUA 27%	Desc. 3.3%
4	864	Pegatron Corp.	Taiwan	29	Taiwan 56%	EUA 19%	UK 6.1%
5	N/A	Huawei Technologies	China	20	N/A	N/A	N/A
6	1467	Compal Electronics	Taiwan	19	EUA 35%	Taiwan 25%	LUX 8%
7	1688	Wistron Corp.	Taiwan	13	EUA 40%	Taiwan 25%	LUX 4.8%
8	825	LG Corp.	RoK	9,8	ROC 79%	UK 7.9%	EUA 5.8%
9	31	Sinopec	China	8,4	China 99%	N/A	N/A
10	1874	Inventec Corp.	Taiwan	7,6	Taiwan 57%	EUA 21%	Desc. 11%

**Fontes:** Starrs, 2018, p. 125.

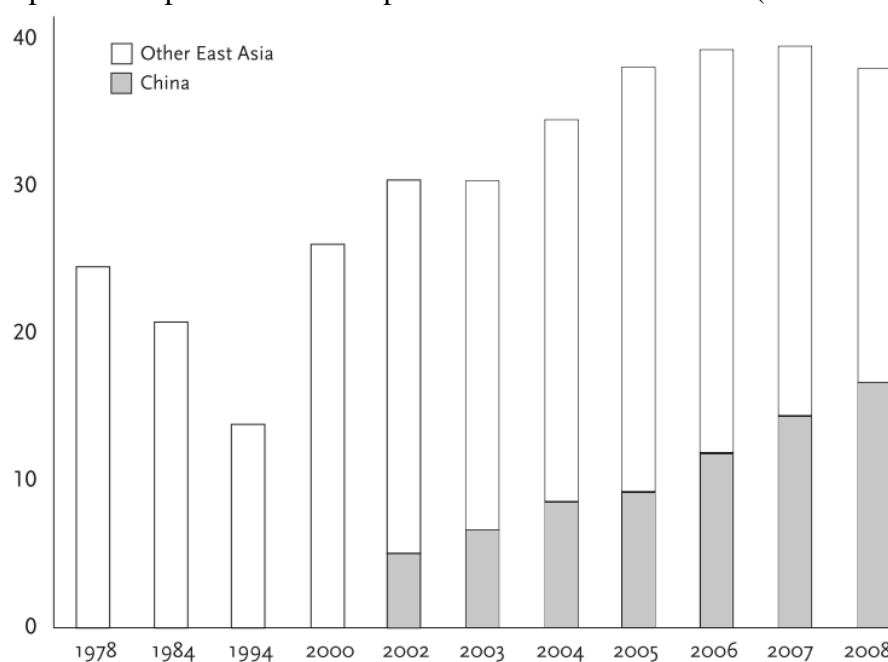
**Nota 1:** Luxemburgo (LUX); República da Coréia (ROC); Desconhecido (Desc.); Indisponível (N/A).

Outra crise financeira da virada do milênio que merece particular menção é a crise das empresas informáticas, ou crise das dot.com, de 2001. Esta crise atingiu a economia americana em particular, que vinha experimentando anos seguidos de crescimento econômico estável, superávit orçamentário a redução da dívida pública após décadas de recessão e crescimento do déficit (BRENNER, 2013). A concomitante entrada chinesa na OMC ocorreu em meio a este quadro, também em 2001. Anos de negociações entre países membros da OMC e a China permitiram que a mesma entrasse na organização sem aderir completamente à cartilha de mudanças legislativas imposta. A expectativa é que a China paulatinamente aderiria à tais

mudanças, e que a economia mundial se beneficiaria do ingresso chinês (HUNG, 2009; HUNG, 2016).

Particularmente, a economia americana se beneficiou significativamente do estreitamento econômico cada vez maior com a economia chinesa nos anos seguintes à 2001. O déficit público dos EUA cresceu enormemente na década de 2000 como consequência das duas guerras iniciadas no Oriente Médio, o que ocasionou uma maior emissão de títulos da dívida pública dos EUA. Isto coincidiu com o aumento nos lucros de empresas chinesas, que, com novas oportunidades garantidas pela entrada da China na WTO, acumularam vastas quantias em divisas internacionais, notadamente em dólares. O lucro das exportações chinesas, capitaneado pelas empresas privadas chinesas (POEs), passou a ser alocado para títulos da dívida dos EUA como forma de obtenção lucro estável seguro no longo prazo (HUNG, 2009; HUNG, 2016).

**FIGURA 10:** Proporção de Títulos Públicos dos EUA de Longa Duração detidos pela República Popular da China e por Países do Leste Asiático (1978-2008).



Source: US Treasury.

Fonte: Hung, 2009, p. 11.

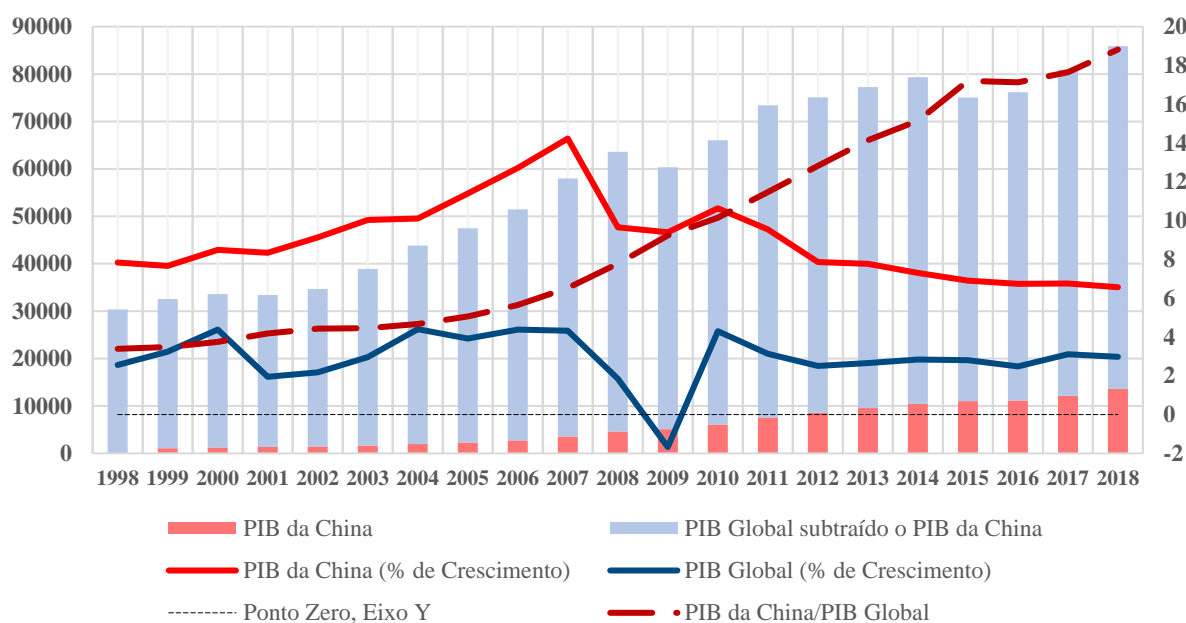
Ao mesmo tempo, visando evitar que quaisquer instabilidades financeiras internacionais afetem sua saúde macroeconômica, o governo da China passou a acumular reservas internacionais em dólares desde os primeiros anos da década de 2000, chegando a ser o país que mais detém títulos de longa duração da dívida pública americana em 2008, ultrapassando o Japão (HUNG, 2016). A instabilidade da Bolsa de Shanghai em 2015/2016 e a posterior fuga de capital experimentada pela China, somada à guerra comercial com os EUA e a instabilidade

do Renminbi entre 2018 e 2019 deu margem à venda de reservas internacionais para controlar o câmbio da China.

Após quase vinte e cinco anos desde o início do programa de reformas e abertura, a China formaliza o procedimento estável de transições políticas intergeracionais na liderança do PCCh. Este entendimento é fincado, ao mesmo tempo, na natureza coletiva da liderança do PCCh, formalizada no Politburo, no seu Comitê Permanente e na colaboração entre Presidente e Primeiro-Ministro da China na liderança das funções de Estado e de Governo do país.

Na transitoriedade intergeracional do poder central na China, permitindo a ascensão contínua de *cadres* partidários através da administração de diversas esferas federadas de governo. Na transição gradual entre gerações, através da ascensão preventiva de herdeiros políticos à posições no Comitê Permanente do Politburo e para a posição de vice-presidente da China no caso da chefia de Estado ou de primeiro vice Primeiro Ministro para a posição relativa ao governo.

**GRÁFICO 04:** PIB nominal da China e PIB Global subtraído o PIB da China (US\$ Bi) vs. Taxa de Crescimento do PIB da China e PIB Global (%) (1998-2018).



**Fonte:** World Bank Data (d); World Bank Data (e). Elaboração Própria.

No plano político, é importante notar que a junção entre o comando da Comitê Militar Central (CMC), a Presidência da China e a posição de *Chairman* do PCCh passaram a assinalar a centralidade da liderança partidária e nacional na figura que ocupar simultaneamente os três cargos. Isto passou a ocorrer quando Jiang Zemin assumiu paulatinamente, ao longo de quatro anos, todas as três posições, entre 1989 e 1992. A estabilidade da transição intergeracional também permeia este processo, de modo que o novo presidente da RPC assume

simultaneamente o *chairmanship* do PCCh posição e a presidência do CMC, concluindo-se meses depois a transição política. Foi desta forma que, entre 2002 e 2003, o poder central chinês passou de Jiang Zemin e Zhu Rongji para Hu Jintao e Wen Jiabao e que, entre 2012 e 2013, o poder central passou para Xi Jinping e Li Keqiang<sup>25</sup>.

Na década de 2000 a China pôde protagonizar um crescimento econômico gigantesco, rapidamente alcançando a posição de segunda maior economia do mundo. Este crescimento econômico também modificou a dinâmica econômica global. A China passou a ocupar posição dominante como país intermediário da produção mundial, situando-se entre a produção de insumos básicos – os quais a China crescentemente passou a importar – ligados ao setor primário da atividade econômica e o refinamento da produção industrial leve, localizando-se nos estágios finais entre produção, venda e consumo final (HUNG, 2009; HUNG, 2016; HUNG, SELDEN, 2017; HUNG, 2018).

**FIGURA 11:** Dinâmica Econômica Global Centrada na China



**Fonte:** Hung, 2016, p. 81

A crescente demanda chinesa por insumos básicos nos anos 2000 conduziu o aumento de sua demanda mundial. Dois são os efeitos dignos de nota relacionados a isso. Primeiro, o aumento na demanda provoca uma alta de preços internacionais, encarecendo custos produtivos industriais. Processos de industrialização paralelos ao chinês tornaram-se subitamente mais custosos pela alta internacional na demanda. Em segundo lugar, incentivos econômicos à

<sup>25</sup> Embora não tratada com profundidade considerável neste texto, a ascensão de Xi Jinping à liderança do Partido Comunista chinês merece certo destaque. Sob a liderança de Xi Jinping da tríplice estrutura de controle do poder Estatal chinês PCCh-Presidência-CMC, têm havido uma mudança significativa na dinâmica de reprodução capitalista na China, de atuação política chinesa no plano internacional, de organização interna do poder central detido pelo ocupante do cargo de Presidente da RPC e, possivelmente, de funcionamento interno da economia chinesa. Alguns destes aspectos serão introduzidos nas próximas seções.

produção de insumos básicos dirigiram economias domésticas para a sua produção, de modo que condições macroeconômicas no plano nacional se tornaram mais favoráveis ao lucro com a exportação via valorização cambial (HUNG, 2016).

Com a crise de 2008 e a redução da taxa de crescimento chinesa a partir de 2013, a procura por insumos básicos diminuiu, embora sua produção mundial tenha aumentado. O resultado foi que os preços internacionais de produtos como minério de ferro, soja, petróleo e carvão despencaram entre 2013 e 2014, reduzindo significativamente previsões de crescimento econômico em países da periferia e da semiperiferia do capitalismo global (HUNG, 2016).

Ao mesmo tempo em que a dinâmica econômica Chinesa transforma o comércio internacional, ela também altera a participação de POEs e JVs na reprodução do capitalismo global. Até os anos pré-crise de 2008, esta dinâmica ainda se centrava nos baixos salários recebidos pela população chinesa – sobretudo migrantes rurais vivendo em zonas urbanas. Isto alterava as relações de produtividade do trabalho, de modo a baratear os preços intermediários dos produtos manufaturados, sustentando a dinâmica de exportação de mercadorias da China para o mundo. Isto, claro, mantinha as taxas de lucro destas mesmas empresas, e enquanto o PIB da China subia, subiam também a massa do lucro controlada por estas mesmas empresas.

O aumento na arrecadação pública, causado tanto pela entrada de divisas internacionais e pelo crescimento econômico dos anos 2000 possibilitou ao Estado chinês mobilizar quantias cada vez maiores de capital, de modo que a expansão da demanda internacional por produtos chineses pôde ser acompanhada pelos necessários investimentos produtivos no país. Não é sem razão que, desde os anos 1990 a China elevava os investimentos públicos em infraestrutura, de modo a manter a expansão do capital produtivo controlado pelo Estado. Para Harvey (2007), este mecanismo de fixação do capital socialmente disponível simultaneamente impede a “sobreacumulação” de capital em determinadas empresas e retroalimenta a expansão do capital destas mesmas empresas no longo prazo.

Este mecanismo de retroalimentação merece atenção particular. Esta retroalimentação pode ocorrer uma vez que, transformado pelo Estado em capital fixo via investimento estatal, o capital arrecadado das empresas via tributação pode agora servir à expansão do lucro das mesmas. Exemplos comuns disso são a construção de autoestradas ou redes ferroviárias, de modo que os custos com transporte de mercadorias ou de funcionários podem ser reduzidos quando completadas as obras<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Outro seguimento bastante palpável, mas frequentemente ignorado, são educação e saúde pública. Harvey (2007) coloca que o aumento de pessoal capacitado interfere positivamente na produtividade empresarial, contando que

Além disso, a construção destas mesmas obras funciona de modo a alimentar determinados seguimentos empresariais via criação de demanda por seus produtos. Isto pode ser facilmente visualizado nos seguimentos de construção civil ou na expansão de estruturas de educação nacional. Ambos os seguimentos necessitando de grandes quantidades de dinheiro para a realização de suas atividades, a sua expansão, ou mesmo sua existência enquanto indústria nacional, por vezes é determinada pela demanda pública.

Harvey (2007) estabelece, entretanto, duas ressalvas para esse mecanismo. Se a arrecadação for excessiva, capitais necessários para a manutenção da competição interempresarial dentro do capitalismo global podem ser excessivamente arrecadados, de modo que os investimentos em capital fixo (obras públicas) podem não ser eventualmente utilizados pelas mesmas empresas que se visava beneficiar com os mesmos. Do outro lado, se os investimentos não forem feitos de modo a favorecer a manutenção ou mesmo a expansão do capital, isto prejudicará a lucratividade do capital produtivo. Na busca por taxas de lucro mais favoráveis, começa a se tornar provável a sua migração para o setor financeiro ou para outras localidades geográficas. O resultado deste processo é, portanto, a súbita desvalorização de ativos físicos em momentos de crise do capital.

No próximo ponto, este texto estabelecerá como este mecanismo de retroalimentação participou da continuidade da expansão das empresas chinesas no período posterior à Crise Financeira de 2007/2008, uma vez que a demanda internacional caiu repentinamente nos maiores mercados consumidores de produtos industrializados do mundo, e.g. o núcleo do capitalismo global.

## **2.2. A Dinâmica Econômica Chinesa Pós-Crise Financeira (2008-2019)**

### **2.2.1. A Mudança no Padrão de Investimentos Domésticos**

No final da década de 2010, economia da China depara-se com preocupações relativas à capacidade excedente, acumuladas através das últimas duas décadas de expansão produtiva, que se alinham às perspectivas da redução contínua das taxas de crescimento econômico desde o começo da década de 2010. Isto também ocorre em meio à aparente mudança de paradigma para o desenvolvimento e crescimento econômico. A China começa a transformar sua base econômica – de uma fortemente focada em suas capacidades industriais e apoiada em

---

este pessoal seja necessário. Ao mesmo tempo, a redução dos custos de reprodução social dos trabalhadores permite que salários menores sejam recebidos sem que isto gere insatisfações significativas.



crescimento conduzido pelo IED de outros países do Leste Asiático, EUA e Europa, para uma economia com intensa presença do setor de serviços e aumento da presença no setor financeiro internacional, consistente com um crescimento econômico baseado no poder de consumo das famílias e com a evolução do seu sistema financeiro/bancário doméstico (EUROPEAN CHAMBER, 2016; EMBASSY OF SWITZERLAND, 2017; CHEN, DING, 2017; KANG, 2018).

Entretanto, tem-se discutido sobre tratar-se da transformação da economia chinesa em uma economia de mercado (FOSTER, MCCHESENEY, 2012; HUNG, 2016; LO, 2016a). Este discurso é reproduzido tanto por agentes governamentais, como por organizações multilaterais e por expoentes acadêmicos. Cercado por incertezas, o país que ajudou a manter o crescimento econômico global pelas últimas duas décadas pode agora sofrer com os primeiros sinais de um potencial enfraquecimento de sua base econômica, apontando para o começo de uma nova etapa na atual crise estrutural do capital (FOSTER, MCCHESENEY, 2012).

A mudança no padrão de investimentos públicos domésticos está ligada ao seu modelo de reação à crise financeira de 2007/2008. Da crise econômica decorreu a redução da demanda global por importações chinesas num momento extremamente desfavorável, logo após o governo chinês lançar um pacote de estímulos financeiros visando a construção de novas plantas fabris em 2007<sup>27</sup> (KANG, 2018). A partir deste pacote de estímulos resultou uma expansão da produção de diversas indústrias na China, particularmente de SOEs, agravando problemas latentes, ligados à capacidade excedente. A situação continuou com o aumento de empréstimos ligados a investimentos em infraestrutura encorajados pelo governo central e por governos locais. Além disso, medidas facilitadoras para a contratação e obtenção de empréstimos via bancos públicos foram implementadas já em 2009, como resposta imediata à Crise Financeira de 2007/2008 (FOSTER, MCCHESENEY, 2012). Tomados em conjunto, estes fatores resultaram no aumento da oferta doméstica por insumos básicos. Eventualmente, isto deu margem à expansão da capacidade excedente em diversos seguimentos industriais, desde a produção de aço até papel e alumínio (EUROPEAN CHAMBER, 2016).

A economia chinesa passou pela Crise Financeira de 2007/2008 sustentada pelo investimento público e por crescentes fluxos de investimento estrangeiros recebidos pelo país.

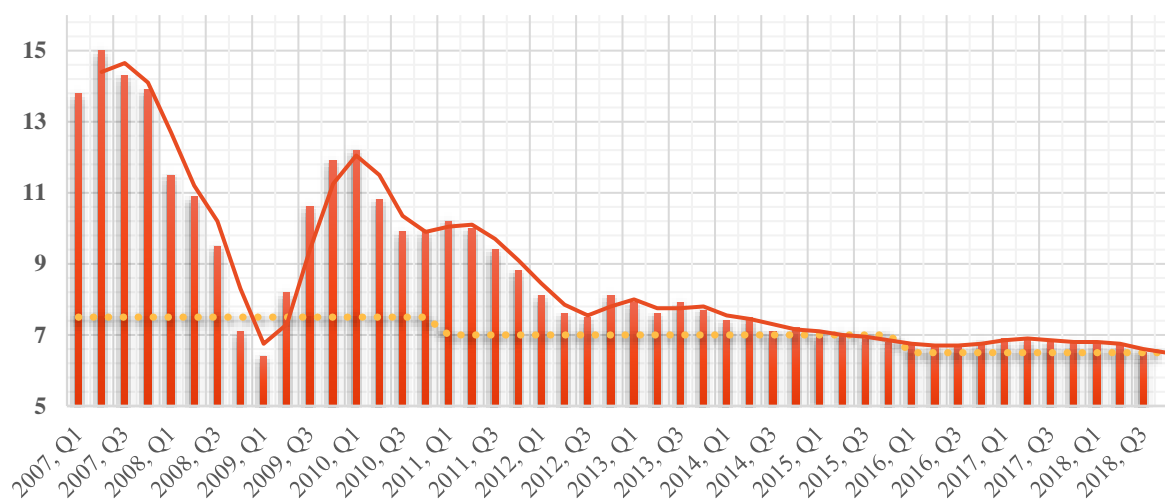
---

<sup>27</sup> O pacote de estímulo econômico chinês lançado em 2008 compreendeu um plano de estímulo financeiro da ordem de US\$ 586 Bi. (valores de 2008), o que compreendiam cerca de 7% do PIB da China à época. Dividido entre os anos de 2009 e 2010, o pacote visou a construção de novas ferrovias, novos aeroportos e sistemas de metrô, além de estímulos a reconstrução de comunidades devastadas por um terremoto em maio daquele ano, no sudeste do país (BARBOZA, 2008). Como se pode ver no gráfico 03, este pacote de investimentos implicou no aumento do percentual de FBCF na composição geral do PIB chinês.

A despeito do estímulo oriundo das exportações, as deficiências da economia chinesa, ligadas ao limitado consumo doméstico e às desigualdades regionais, capturaram a atenção pública assim que se percebeu a formação das primeiras bolhas econômicas em investimentos em infraestrutura e a instabilidade dos mercados financeiros domésticos (FOSTER, MCCHESENEY, 2012).

O consenso político-econômico pós-crise foi favorável ao balanceamento do proporcional das exportações na formação do PIB chinês. Isto ocorreu através do fortalecimento do consumo doméstico como gerador de crescimento econômico. A principal questão residia em quão plausível seria a reestruturação da economia chinesa sobre fundações diferentes daquelas experimentadas ao longo das décadas de 1990 e 2000 (FOSTER, MCCHESENEY, 2012; HUNG, 2016; LO, 2016a).

**GRÁFICO 05:** Crescimento Médio do PIB Trimestral (%) (2007-2018)



**Legenda:** Colunas e Linha de tendência vermelhas: crescimento médio trimestral do PIB chinês. Linha pontilhada amarela: meta de crescimento para os XI, XII e XIII planos quinquenais.

**Fonte:** World Bank Data (d).

A reação rápida da China à crise envolveu um robusto estímulo fiscal de cerca de US\$ 586 bilhões lançado no final de 2008 (BARBOZA, 2008). Isto garantiu a continuidade dos índices de crescimento chineses consistentes com as previsões pré-crise, que retomaram aos níveis anteriores já no segundo e terceiro trimestres de 2009. Para o biênio seguinte (2010/2011), os objetivos de crescimento na casa dos dois dígitos foram mantidos, demonstrando a resiliência dos mercados chineses frente à crise internacional (FOSTER, MCCHESENEY, 2012; EMBASSY OF SWITZERLAND, 2017).

Neste cenário, tornou-se evidente que problemas relativos à capacidade excedente contribuiriam para o crescimento de tensões comerciais entre a China e o resto do mundo<sup>28</sup>, enrijecendo cadeias produtivas e colocando em risco a estabilidade previamente experimentada no comércio internacional. Ao mesmo tempo, a ameaça de empréstimos contínuos que visavam a expansão produtiva em empresas já operando com problemas com capacidade excedente, continuou nos primeiros anos da década de 2010 (WILDAU, 2014; EUROPEAN CHAMBER, 2016).

O crescimento da capacidade excedente na China está ligado à reestruturação econômica da RPC em uma economia de mercado, sendo, portanto, esperado o aconselhamento partindo de agências multilaterais e consultorias financeiras<sup>29</sup>. Estudos sobre desaceleração econômica e comparações com a crise japonesa do início dos anos 1990 (TORRES FILHO, 1997; FRAGA, STRACHMAN, 2013) apontam para a eclosão de bolhas imobiliárias ligadas à sobrevalorização de propriedades urbanas japonesas, que capturaram o poder de consumo doméstico. A securitização dos ativos imobiliários japoneses via financiamento habitacional catalisou o espraiamento da bolha imobiliária japonesa em 1990 para toda a economia do país (KANG, 2018).

Embora exista um argumento razoável no sentido da singularidade da economia chinesa e as particularidades das condições econômicas atuais (LEITE, 2011; JABBOUR, PAULA, 2018), é fato que a RPC tem trabalhado no sentido de diminuir tensões no mercado. Primeiro, a reação chinesa tem sido a de manter estável e desvalorizada a taxa de câmbio do renminbi frente ao dólar na proporção 7 renminbi – 1 dólar. (SUZUKI, 2014; REUTERS, 2018a).

Em segundo lugar, na China há um aumento contínuo dos salários percebidos durante a última década. Diversos economistas heterodoxos apontam como causa para a apreciação salarial os ganhos de produtividade adquiridos através do desenvolvimento econômico alcançado pelas indústrias chinesas focadas em inovação, e o papel do efeito multiplicador deste [treco] para o resto da economia (JABBOUR, DE PAULA, 2018).

---

<sup>28</sup> Isto pôde ser visto especialmente na indústria do aço. Em 2015, Estados-membros da União Europeia solicitaram o uso de instrumentos de defesa comercial de larga escala em socorro da indústria do aço europeu. Também foi vociferada oposição à recategorização da China como economia de mercado junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) (OLIVER, POOLER, 2015). Também é possível apontar como fator-chave para a atual tensão comercial entre a RPC e os EUA a reação comercial americana, que ergueu barreiras tarifárias e restrições à importação do aço chinês (SWANSON, 2018).

<sup>29</sup> Além disso, é digno de nota o conjunto de medidas e entendimentos bem intencionados apresentadas pela Câmara do Comércio China-União Europeia, para a qual o curso de ação aconselhado para a resolução de problemas com capacidade excedente na China deve ser o aumento do pagamento de acionistas e sua concomitante maior difusão em SOEs, de forma a reduzir as possibilidades de investimentos em expansões desnecessárias. Certamente, um entendimento bastante desinteressado (EUROPEAN CHAMBER, 2016, p. 4).

Ao mesmo tempo, economistas marxistas tendem a ligar este fenômeno a atuação de diversos movimentos sindicais insuflados contra as más condições de trabalho e visando a melhoria salarial, os quais mobilizaram a classe trabalhadora chinesa desde antes da eclosão da Crise Financeira de 2007/2008, tomando proporções significativas entre os anos de 2011 e 2013 (HUANG, 2008; FOSTER, MCCHESENEY, 2012; REN, LI, FRIEDMAN, 2016).

Finalmente, economistas chineses apontam que o governo da RPC é consciente dos efeitos de longa duração de suas escolhas político-econômicas e que teria induzido este novo padrão de valorização salarial em preparação para a transição para uma economia de mercado (CHENG, DING, 2017; LO, 2018). A renda *per capita* anual em relação ao PIB chinês estava abaixo de US\$ 1.550 em 2002. Seu crescimento para US\$ 8,230 em 2017 atesta a mudança significativa na política salarial da China. Estas mudanças causariam repercussões econômicas na proporcionalidade do consumo das famílias na economia chinesa, especialmente, diante do atual conflito econômico de proporções globais entre EUA e China, que tem limitado as exportações chinesas desde o terceiro trimestre de 2018 (KANG, 2018; YAO, GLENN, 2018).

O Gráfico 03 mostra a mudança no percentual de renda das famílias na economia chinesa em relação à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) entre 2002 e 2017. O percentual relativo a renda das famílias caiu no ano de 2017, indicando que possivelmente o estreitamento do mercado de exportações já esteja afetando a composição percentual da renda das famílias. Ao mesmo tempo, pode-se perceber a redução percentual da importância relativa dos investimentos em capital fixo na economia chinesa, podendo-se interpretar isso como uma reação à fuga de capitais frente à dependência de investimentos externos para o crescimento econômico deste setor.

Outra mudança significativa na economia chinesa tem sido a relocação de investimentos para o interior do país. Este fenômeno tem sido acompanhado pelo avanço da industrialização em regiões não tradicionalmente industriais da China, notadamente em áreas agrícolas. Embora proporcionalmente parte significativa da economia chinesa se localize em zonas litorâneas, sobretudo em centros tradicionalmente industriais, diversos programas de interiorização do investimento público foram implementados nos anos posteriores à Crise Financeira de 2007/2008. O resultado é que uma quantidade significativa de capital arrecadado foi reinvestido na produção chinesa via investimento em capital fixo.

Deve-se atentar para o caráter desigual e combinado com que o processo de interiorização do crescimento econômico tem se dado na China. Primeiro, o processo de industrialização do interior chinês começa a indicar relocações provinciais de indústrias, sobretudo a produção intensiva em trabalho, e, com elas, a relocação espacial do impacto

ambiental anteriormente localizado na costa do país. Além disso, como aponta Leite (2013), a utilização ineficiente de recursos produtivos tem resultado no desperdício de recursos disponíveis, causando danos ambientais e dando margem ao desbalanceamento ecológico do interior do país.

Nas áreas industrializadas tradicionais da China, tem-se presenciado o desenvolvimento técnico-informacional em segmentos industriais importantes. A manutenção de políticas industriais de longa duração tem influído no alcance de empresas chinesas da ponta de lança da inovação tecnológica global. Entretanto, a diminuição da dependência externa chega diferentemente em cada seguimento industrial. Majerowicz e Medeiros (2018) apontam o significativo desenvolvimento da indústria de semicondutores chinesa, que tem conseguido alcançar a fronteira tecnológica manufatureira, apesar dos controles de exportação por parte dos EUA ou do *blacklisting* de empresas chinesas, como ZTE e Huawei.

Aqui destaca-se a importância do crescente mercado doméstico chinês no planejamento de sua política industrial. Como maior consumidor de tecnologia da comunicação do mundo, a China tem conseguido modificar a dinâmica de produção global destas tecnologias, de modo a levar parques industriais para a China, além de promover o desenvolvimento incipiente de cadeias industriais, integrando a produção nacional (MAJEROWICZ, MEDEIROS, 2018).

Por fim, a manutenção da saúde macroeconômica tem lugar de destaque na política econômica chinesa atual. Durante os anos pós-2008, a manutenção e expansão dos mecanismos financeiros de incentivo à demanda só foi possível mediante a mobilização de ativos financeiros no país: a grande proporção de poupança doméstica; a enorme quantidade de divisas estrangeiras (sobretudo dólares) acumulados privadamente e pelo governo; e o aumento de empréstimos internacionais feitos pelo governo central e sobretudo por governos locais da China.

De acordo com o *Institute of International Finance*, o total da dívida chinesa (domicílios, empresas e governos locais e nacional) chegou a 303% do PIB no primeiro trimestre de 2019. O mesmo período do ano anterior experimentou uma dívida de 297% do PIB (REUTERS, 2019a). Os motivos do aumento da dívida pública chinesa têm coincidido com as razões de sua própria sustentação. Em diversas ocasiões, notadamente em 2015, o governo central chinês autorizou a emissão de RMB 2,6 trilhões (US\$ 419 bilhões) em novos títulos da dívida de governos locais (HONG, 2015), encorajando o reinvestimento posterior destes ativos em projetos de infraestrutura, sustentando a atividade econômica local em meio ao baixo crescimento da economia global e flutuações no mercado de ações. Na primeira metade do ano de 2019, o total da dívida emitida por governos locais chineses chegou a RMB 2,1765 trilhões,

equivalendo a US\$ 316,5 bilhões (REUTERS, 2019a). A dívida do governo central da RPC em outubro de 2018 chegou à RMB 36 trilhões, que equivalem a US\$ 5,2 trilhões (BLOOMBERG, 2018).

Estes incentivos têm ajudado a manter o crescimento econômico local, repercutindo na formação do PIB nacional e na manutenção do seu crescimento dentro das previsões feitas nos Planos Quinquenais. Entretanto, em 2015, a dívida de governos locais já alcançava RMB 18 trilhões, equivalendo a cerca de um terço do PIB chinês registrado para aquele ano. O resultado da emissão dos RMB 2,6 trilhões em títulos, que visava a estabilização econômica local, acabou sendo a aquisição dos mesmos títulos por SOEs financeiras (bancos e seguradoras públicos), criando um swap da dívida. Como coloca Hung (2016), a utilização dos bancos públicos chineses nesta ocasião novamente destaca o seu papel na aquisição de “crédito podre” emitido tanto pelo setor público como pelo privado na China.

Em última análise, isto destaca o papel do setor bancário chinês como regulador da expansão e do controle de contrações econômicas, tanto à nível nacional como internacionalmente.

O seguimento financeiro chinês tem estimulado o crescimento do consumo doméstico via endividamento. A expansão do crédito possibilitou, ao longo da década de 2010, o aumento do consumo de bens de alto valor agregado, como carros e imóveis. Este estímulo vem ocorrendo desde 2008, com a derrocada da expansão do consumo dos países de capitalismo central. Em dezembro de 2008, o percentual proporcional da dívida dos domicílios sobre o PIB nominal da China era de 17,9%. Este percentual expandiu rapidamente, chegando à 48,7% em dezembro de 2017, 52,1% em dezembro 2018 e 55,8% em dezembro de 2019, indicando um crescimento anual acima do PIB chinês (CEIC). É necessário compreender que o consumo destes bens sustenta a produção de insumos básicos ao manter parte de sua demanda. Como visto anteriormente, setores como a produção de cimento, aço, cobre e papel estavam sendo assolados por capacidade excedente no pós-crise de 2008.

### 2.2.2. A China e o Sistema Financeiro Internacional

Ao longo da década de 2010, ao mesmo tempo em que a expansão econômica internacional chinesa avançou, salvaguardada por estímulos econômicos internos, a China tentou ativamente manter a estabilidade dos mercados internacionais. A China depende parcialmente desta continuidade, na medida em que seu crescimento econômico se pauta pela expansão de sua pauta exportadora (HUNG, 2016). Embora em níveis menos elevados do que

nos anos anteriores à Crise Financeira de 2007/2008, as exportações de bens e serviços ocupam uma parcela significativa da economia chinesa. Os anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 registraram respectivamente 33,8%, 36%, 35,4%, 32,6% e 24,7%, apontando para a queda significativa das exportações chinesas pós-2008. Embora este índice tenha registrado novo crescimento em 2010, atingindo 27,2%, ele ocupou em 2018 o percentual de 19,9%, caindo para 19,5% em 2019, níveis equivalentes aos atingidos em 1999 e 2000 (THE WORLD BANK (j)).

Para que se desse a segurança dos mercados internacionais de bens e serviços, foi necessária a securitização de títulos públicos emitidos pelos países de capitalismo central nos anos imediatamente após a crise, notadamente EUA e países da zona do Euro. Pré-crise, como identifica Karen Helveg Petersen (2010), a estruturação de ativos de longa duração (estabelecidos sobretudo em dólar) é repassada para entidades financeiras na forma de crédito pelo governo (em moeda local). Estes ativos servem como fundação para diferentes instrumentos financeiros, tanto de curta como de longa duração. Este mecanismo de financeirização permite a criação de ativos de curta duração ligados ao investimento direto. Estes ativos, vinculados ao investimento direto, por fim retornam ao sistema bancário na forma de créditos de curta duração.

Petersen (2010) aponta que esta foi a fundação para a criação de ativos mutuamente vinculados à duas moedas. No passado, por intermédio da aquisição de dólares via bancos europeus, isto permitiu o aparecimento de eurodólares. Petersen (2010) estabelece então o mecanismo de vinculação entre o renminbi e o dólar, segundo o qual bancos americanos e fundos internacionais operando em Hong Kong e Shanghai permitiram a vinculação entre o Investimento Externo Direto feito na China e créditos de curta duração. Estes últimos seriam então reinvestidos no mercado chinês, de modo a ligar mercados de ativos financeiros americanos aos chineses. A primeira evidência deste processo teria sido a instabilidade experimentada em maio de 2007 na Bolsa de Shanghai. Embora o mercado chinês tenha rapidamente reagido à esta instabilidade, ela havia sido provocada não localmente, mas em consequência à instabilidade no mercado habitacional americano – um dos primeiros sinais da crise financeira de 2007/2008.

A China conta com uma série de proteções financeiras ligadas ao controle de capital à entrada excessiva de moedas internacionais em seu país, dentre os quais a separação entre a moeda circulante domesticamente e a reservada à circulação internacional. Os ativos comercializados em renminbi são ligados ao CNY, o renminbi internacional, enquanto a moeda corrente na China é o CNH, o renminbi impresso. Esta separação permite, por exemplo, que a

China seja há décadas um dos países que mais recebe IED sem que isto crie pressões inflacionárias de grandes proporções no país.

A partir da primeira onda da crise financeira de 2007/2008, a China passou a ter importância ímpar na estabilização de títulos de longa duração de países do centro capitalista. O estímulo financeiro governamental americano e a grande quantidade de novos beneficiários de programas de Seguridade Social (Medicare e Medicaid) entre 2008 e 2009 provocaram a expansão significativa do orçamento público dos EUA, dando margem à concomitante expansão do déficit fiscal do país. Do total de dívida emitida pelo Tesouro americano em 2011, a China adquiriu 77% (GRAMM, TAYLOR, 2012).

**TABELA 05:** Estrutura do IED da China: Fluxos e Estoque (2013-2017)

Ano	Categoria de Investimento	Fluxo de IED Chinês			Estoque de IED Chinês	
		Total Anual (US\$ Bi)	Taxa de Crescimento Anual (%)	Proporção do Total (%)	Total Anual (US\$ Bi)	Proporção do Total (%)
2013	Financeiro	15,10	50,00	14	117,08	17,7
	Não-financeiro	92,74	19,3	86	543,40	82,3
	<b>Total</b>	<b>107,84</b>	<b>22,8</b>	<b>100</b>	<b>660,48</b>	<b>100</b>
2014	Financeiro	15,92	5,4	12,9	137,62	15,6
	Não-financeiro	109,20	15,6	87,1	745,02	84,4
	<b>Total</b>	<b>123,12</b>	<b>14,2</b>	<b>100</b>	<b>882,64</b>	<b>100</b>
2015	Financeiro	24,25	52,3	16,6	159,66	14,5
	Não-financeiro	121,42	13,3	83,4	938,2	85,5
	<b>Total</b>	<b>145,67</b>	<b>18,3</b>	<b>100</b>	<b>1097,86</b>	<b>100</b>
2016	Financeiro	14,92	-38,5	7,6	117,34	13,1
	Não-financeiro	181,23	49,3	92,4	1180,05	86,9
	<b>Total</b>	<b>196,15</b>	<b>34,7</b>	<b>100</b>	<b>1357,39</b>	<b>100</b>
2017	Financeiro	18,79	25,9	11,9	202,79	11,2
	Não-financeiro	139,5	-23	88,1	1606,25	88,8
	<b>Total</b>	<b>158,29</b>	<b>-19,</b>	<b>100</b>	<b>18,9,04</b>	<b>100</b>

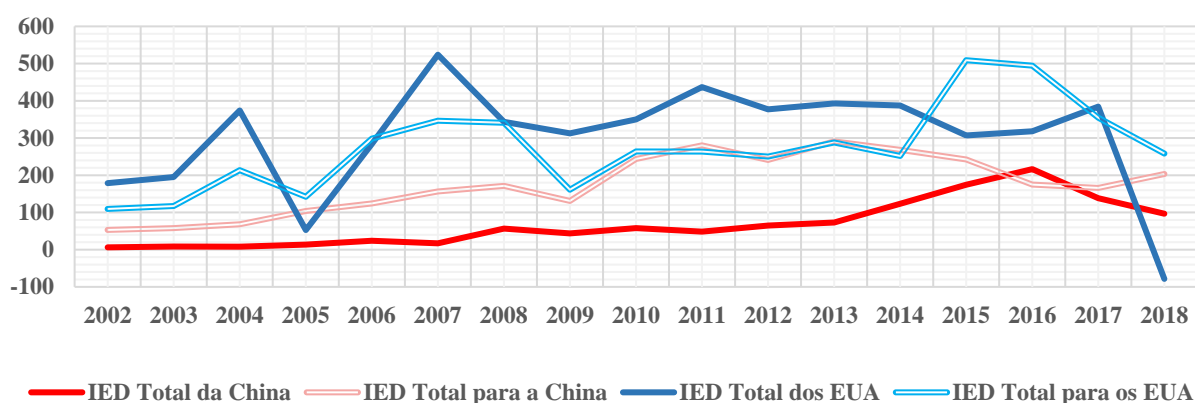
**Fonte:** *Statistical bulletin of China's outward foreign direct investment*, edições de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. (MOFCOM, 2013; MOFCOM, 2014; MOFCOM 2015; MOFCOM, 2016, MOFCOM, 2017).

Ao longo da década de 2010, uma série de decisões foi paulatinamente tomada no sentido da liberalização das contas de capital chinesas. Autores como Yu Yongding (2014), Eichengreen e Kawai (2014) e Hasegawa (2018) apoiam a posição gradualista de reformas até então adotadas pela China. Para Yu Yongding (2014), a RPC deve utilizar a escalada da internacionalização do renminbi para promover a liberalização da taxa de juros e da taxa de câmbio, somente depois liberalizando as contas de capital. Eichengreen e Kawai (2014) colocam que, dada procedência histórica de que a rápida liberalização de contas de capital tem ocasionado crises em países desprovidos de mercados financeiros desenvolvidos, a China teve de estimular a criação dos mesmos paralelamente a expansão da utilização do renminbi em escala global. A partir de 2007,



o renminbi tem aumentado progressivamente o seu uso enquanto moeda de reserva, de referência e de liquidação. A partir de outubro de 2016, o renminbi foi adicionado como moeda de reserva externa dos ativos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesta data, a cesta de moedas do FMI consistia em: 41,73% de reservas em dólares; 30,93% em euros; 10,92% em renminbi; 8,33 em ienes e 8,09% em libras esterlinas. Hasegawa (2018) defende que o renminbi tem potencial para tornar-se uma moeda-chave regionalmente dado o volume de concentração do seu uso no Leste e Sudeste Asiático, antes mesmo da total liberalização das contas de capital.

**GRÁFICO 06:** Fluxo de IED Total da China e para a China, IED total dos EUA e para os EUA (2002-2018)



**Fontes:** World Bank Data (f), Foreign Direct Investment, Net Outflows (BoP, current US\$) – China, United States. World Bank Data (g), Foreign Direct Investment, Net Inflows (BoP, current US\$) – China, United States. Elaboração Própria.

Entretanto, o uso do renminbi ainda é restrito. Proporcionalmente, embora o CNY já ocupe a quinta posição entre as moedas utilizadas como reservas internacionais, a moeda ainda se restringe à 1,89% do total global de reservas, aproximando-se mais do dólar australiano (1,62%) e do dólar canadense (1,84%) do que de moedas como a libra esterlina (4,43%) e o iene japonês (5,20%). As reservas internacionais ainda estão sobretudo localizadas em euro (20,69%) e dólar (61,69%) (ACTIONFOREX.COM, 2019).

Como meio de pagamento, o CNY ocupa a oitava posição internacionalmente, sendo utilizado somente em 1,15% dos pagamentos internacionais em fevereiro de 2019, mudança mínima em relação aos 1,12% no mesmo mês em 2017. O uso do renminbi fora de mercados financeiros na China continental está localizado sobretudo em Hong Kong, onde a moda percentual mensal entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2019 é de 75% (11 meses), com os demais percentuais girando ao redor deste percentual (ACTIONFOREX.COM, 2019).

Após o 19º congresso do PCCh, em outubro de 2017, a China tem retirado seguidamente controles de capital estabelecidos no passado recente. Já em setembro de 2017 o Banco do Povo da China (*People's Bank of China* - PBoC), banco que intermedia a política econômica chinesa

junto ao Banco Central da China, retirou regras estabelecidas em 2015 para evitar a fuga de capitais, como necessidades de pagamentos adiantados para a venda de ativos em moeda estrangeira ou o requerimento de bancos deterem reservas em renminbi pra suprir depósitos feitos em centros financeiros, como Hong Kong e Shanghai. Em conjunto, estas medidas significaram que o renminbi passaria a ter uma taxa de câmbio mais flexível, assegurada pelos mais de US\$ 1 trilhão já detidos pelo governo da China à época (JUWAI, 2017).

As reformas promovidas pelo PBoC desde 2015 tem facilitado investimentos externos chineses fora do país, e pode ser interpretada como reação à súbita fuga de capitais causada pela instabilidade da bolsa de Shanghai em 2015/2016. Entre 2016 e 2017, a queda de investimentos externos chineses foi significativa. O ano de 2016 registrou investimentos da ordem de US\$ 196,15 bilhões. No ano seguinte, a China registrou investimentos de US\$ 158,29 bilhões, apresentando queda proporcional anual de 19%.

Para 2020, em acordo com a Comissão Regulatória de Seguros da China, o Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang anunciou o fim do limite de propriedade de posse por estrangeiros de empresas de seguros e de fundos mútuos de investimento (REUTERS, 2019b). A continuidade do processo de reformas e abertura também envolve a expansão do processo de privatizações na China com a introdução, para 2020, de estruturas de propriedade mista, expandindo o proporcional de posse privada nas SOEs (ZHANG, 2019).

Para o presidente da China, Xi Jinping, a mudança de política econômica iniciada em 2015 envolve a transição do controle governamental direto das SOEs para um sistema de manejo do capital estatal, onde o governo alocaria recursos industriais estratégicos enquanto reduz a intervenção direta nas operações das SOEs. De acordo com dados do SASAC, até o final de 2018, mais de dois terços de todas as subsidiárias das SOEs centrais sob administração da SASAC haviam alcançado a propriedade mista. No mesmo sentido, à nível provincial, Shandong e Tianjin lançaram respectivamente 93 e 232 projetos de propriedade mista em infraestrutura, indústria, finanças habitação e serviços, havendo participação conjunta de SOEs e do capital privado (ZHANG, 2019).

Pode-se ver que há um intenso processo em curso de transferência de propriedade mesmo no núcleo duro de empresas controladas pelo Estado chinês e que permaneceram sob sua tutela pós-reformas dos anos 1990. Consideradas como de interesse estratégico tradicionalmente (NAUGHTON, 2017), estas SOEs agora começam a experimentar a liberalização de seus títulos acionários para o capital estrangeiro. É digno de nota que, se for repetido o padrão experimentado com a privatização (“conversão em propriedade mista”) da empresa de telecomunicações chinesa China Unicom. A venda de seus títulos acionários fez

com que o capital controlado pelo Estado caiu de 62,74% para 36,67%. Diversas empresas privadas chinesas (POEs) entraram na nova constituição de capital, como Baidu, Alibaba, Jingdong e a Tencent (LU, 2019).

Entretanto, pode ser prematuro assinalar que a China está mudando seu padrão de desenvolvimento para uma estrutura de mercado mais aberto, entretanto, uma economia de mercado. Nogueira e Qi (2019) apontam que a China está transitando para uma economia de mercado, e Lo (2018) infere expressamente que a China está mudando o padrão desenvolvimentista, assemelhado aos anos dourados do capitalismo, em direção à liberalização de mercado. Ainda assim, o mandato atual do presidente Xi Jinping tem sido marcado não só pela defesa do Marxismo e do Socialismo com características chinesas, mas também pela defesa do livre mercado, como pode ser percebido já em seu discurso em Davos, em janeiro de 2017 (XI, 2017).

Dois tendências concomitantes parecem estar se formando na China. A primeira diz respeito ao intenso repasse do fundo público para o capital chinês, seja pela venda de capital público de SOEs ou via isenções fiscais e aquisição da dívida externa chinesa. Pode-se apontar como evidência neste sentido o processo acelerado de multinacionalização encontrado tanto em POEs como em SOEs chinesas. Este processo complementa a manutenção da taxa de lucro do capital chinês, apontada por Qi (2018) como constante, mesmo no pós-crise, com reduções nas exportações e aumento na renda per capita e nos salários percebidos na China (ver figura 09). Paralelamente, vê-se o acelerado processo de financeirização protagonizado tanto pela internacionalização do CNY como pela abertura do capital de SOEs e POEs em bolsas de valores chinesas, repercutindo em percentuais crescentes de capital acionário, vendas e emprego obtidos por filiais em relação à sede<sup>30</sup>.

A outra tendência é que o Estado chinês está ativamente impulsionando o processo de acumulação do capital, proporcionando posição privilegiada à sua burguesia doméstica enquanto abre o mercado financeiro chinês para a continuidade do processo de acumulação na China início do processo de reformas e abertura. Isto ocorreria paralelamente às limitações domésticas postas à expansão do consumo doméstico de bens duráveis, de setores industriais voltados à produção de insumos básicos e limitações internacionais como a tendência geral da queda da taxa de lucro, a estagnação do crescimento econômico mundial pós-crise econômica

---

<sup>30</sup> Um argumento no sentido da possibilidade de formação de um Capital Financeiro-monopolista chinês foi apresentado no 3º Seminário Pesquisar a China Contemporânea e no 2º Seminário Sino-Brasileiro. Sua versão escrita está disponível em Spellmann, Leite (2020b).

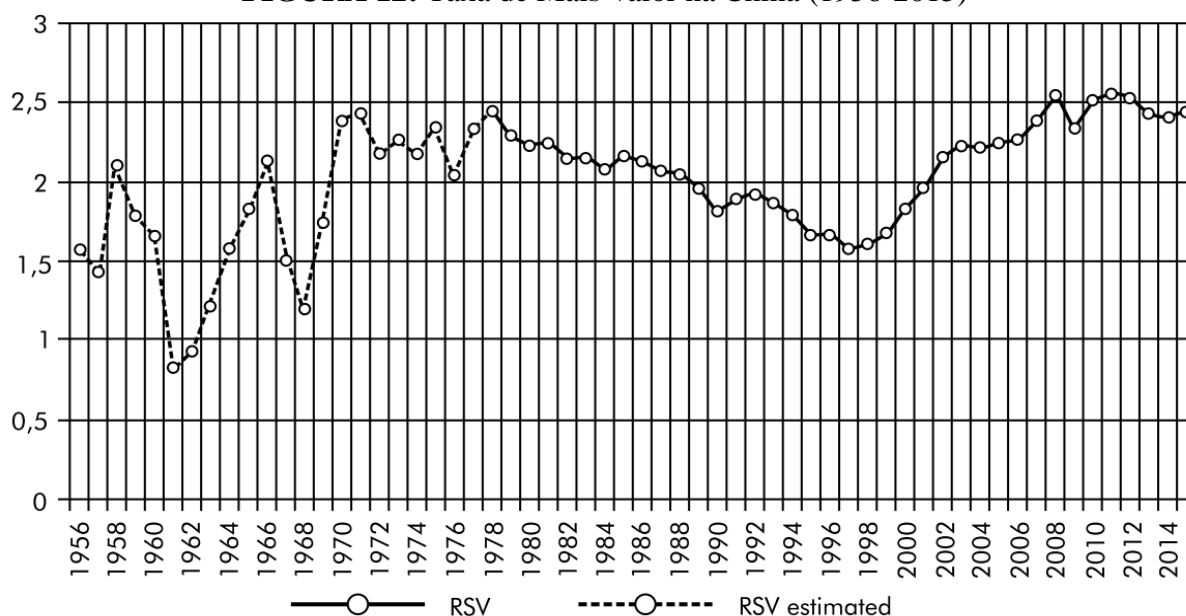
internacional e as restrições ao mercado doméstico americano impostas pela administração Trump entre 2018 e 2019.

Uma das dimensões deste auxílio seria a legitimação oficial do livre mercado como forma de incentivar a abertura de mercados internacionais para produtos de fabricação chinesa e para o capital chinês. Ao mesmo tempo, a China tentaria expandir mercados consumidores em praças não-tradicionais, como países em desenvolvimento, que protagonizam o fornecimento de insumos básicos para a industrialização chinesa desde as décadas de 1980 e 1990. Este texto adentra estes pontos no tópico a seguir.

### 2.3. A Crise Estrutural do Capital e a Possibilidade de Desaceleração Econômica Chinesa: Repostas Contemporâneas

#### 2.3.1. A China e a Queda Tendencial da Taxa de Lucro

**FIGURA 12:** Taxa de Mais-valor na China (1956-2015)



Sources: Data appendix of Qi (2017).

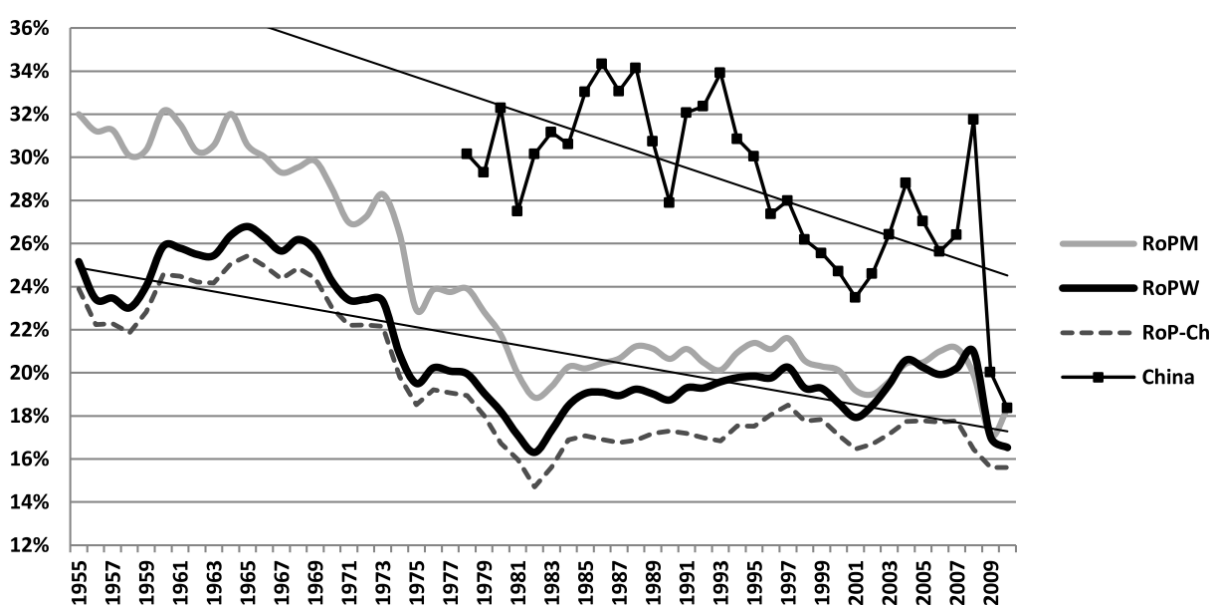
**Legenda:** RSV (Taxa de Mais-valor); RSV Estimated (Taxa de Mais-valor estimada).

**Fonte:** Qi (2018).

Até aqui, este capítulo devotado à integração da China ao Capitalismo global. Esta integração foi feita mediante uma série de políticas econômicas adotadas ao longo das últimas quatro décadas pela China. Pode-se inclusive falar que estas reformas permanecem ocorrendo durante a liderança de Xi Jinping. Este processo permanece transformando a produção na China, de modo que formações capitalistas foram reintroduzidas paulatinamente na China. Isto ocorre sob o amparo de legislações que protegem a atuação de capital estrangeiro no país – este,

de diversas origens –, ao mesmo tempo em que permitem o surgimento e atuação de uma burguesia doméstica, esta também de diversas origens e ocupando setores econômicos diversos. Entretanto, este linguajar revalida a noção de que a integração da República Popular da China ao Capitalismo foi via de mão única. Entrementes, que isto teria ocorrido por vontade exclusiva de quatro gerações de lideranças do PCCh, e que esta integração não teria transformado o próprio modo de produção capitalista. Estas conclusões, claro, são incorretas, e afastam a dialeticidade com que a dinâmica nacional chinesa transforma o capitalismo mundial, ao mesmo tempo em que permanecem suas leis gerais.

**FIGURA 13:** Cadência da Taxa de Lucro Global (1955-2010)



**Legenda:** RoPM (Taxa de Lucro, Média Simples); RoPW (Taxa de Lucro, Média Ponderada); RoP-Ch (Taxa de Lucro Global, sem a China); China (Taxa de Lucro na China).

**Fonte:** Maito (2014, p. 14)

Primeiro, é necessário mencionar que os efeitos domésticos da integração da China à economia global afetam em retrospecto as tendências gerais do Capitalismo. Como atesta Qi (2018), a expansão do proletariado chinês dos anos 1980, 1990 e 2000 e sua superexploração em parques industriais de capital público e privado na China permitiu que fossem registradas taxas historicamente elevadas de mais-valor na China. Como atestam Maito (2014) e Yu Hong (2016), a integração da China influenciou na recuperação provisória da taxa de lucro dos países de capitalismo central a partir de 1982. Isto funcionou como vetor contrário à tendência de queda da taxa de lucro. Como já referenciado anteriormente, Hung (2016) aponta que a China foi interpretada como um território de dimensões continentais, com uma população imensa e disponível para o trabalho alienado. Este proletariado, historicamente superexplorado, é, agora,

reintegrado ao capitalismo global (HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005; HARVEY, 2005; GOUVEIA, 2016).

Entretanto, a tendência geral de queda da taxa de lucro historicamente se impõe, e, uma vez atravessados os anos iniciais de lucros elevados, esta mesma taxa de lucro retorna para sua trajetória cadente. Isto não ocorre só mundialmente, mas também na China. De acordo com os cálculos de Maito (2014), pode-se ver nas linhas tendenciais da figura 13 que a queda tendencial da taxa de lucro permanece tanto na China isolada como na economia global<sup>31</sup>.

Entretanto, é insuficiente discutir somente a participação do proletariado chinês na composição da taxa de lucro global. Com o crescimento econômico da China e em meio à sua transformação em economia de mercado (HUNG, 2016; LO, 2018), tem se formado uma burguesia nacional chinesa, de origem heterogênea (NOGUEIRA, QI, 2019). Esta burguesia atua em diversos setores econômicos e possui atuação política, seja dentro do PCCh, seja nos países que compõem a estrutura da liderança coletiva hegemônica pelo PCCh, ou seja fora de quadros político-partidários. A dimensão alcançada pelo capitalismo na China, assumido somente como mercado para alguns autores<sup>32</sup>, talvez dê margem para a compreensão da burguesia nacional chinesa de *classe em si* para *classe para si*. Embora discordâncias neste sentido devam ser assinaladas<sup>33</sup>, e não seja o objeto desta dissertação atestar se a burguesia chinesa constitui ou está a beira de constituir *classe para si*, fato é que a apropriação privada dos meios de produção tem ocorrido na China há certo tempo (ver Tabela 07), embora sempre casada com algum grau permissivo por parte do Estado chinês, e isto tem se traduzido na apropriação privada da riqueza nacional por parte de fatias sociais de renda elevada.

**TABELA 07:** Índice de Gini e Percentual do PIB Distribuído por Renda

País	Ano de Referência	Índice de Gini	Lowest 10%	Lowest 20%	Second 20%	Third 20%	Fourth 20%	Highest 20%	Highest 10%
EUA	1997	40,8	1,8	5,2	10,5	15,6	22,4	46,4	30,5
China	1998	40,3	2,4	5,9	10,2	15,1	22,2	46,6	30,4
EUA	2016	41,5	1,7	5	10,2	15,3	22,6	46,9	30,6
China	2015	38,6	2,6	6,4	10,6	15,3	22,3	45,4	29,4

Fonte: Foster, 2006, p. 445; The World Bank (a); The World Bank (b).

Esta permissibilidade tem se dado mediante a expressa designação de áreas de atuação e nichos econômicos, e, como demonstrado anteriormente neste capítulo, estes tem tido seu escopo expandido ao longo do processo de reforma e abertura. Em 2020, o esperado era que a

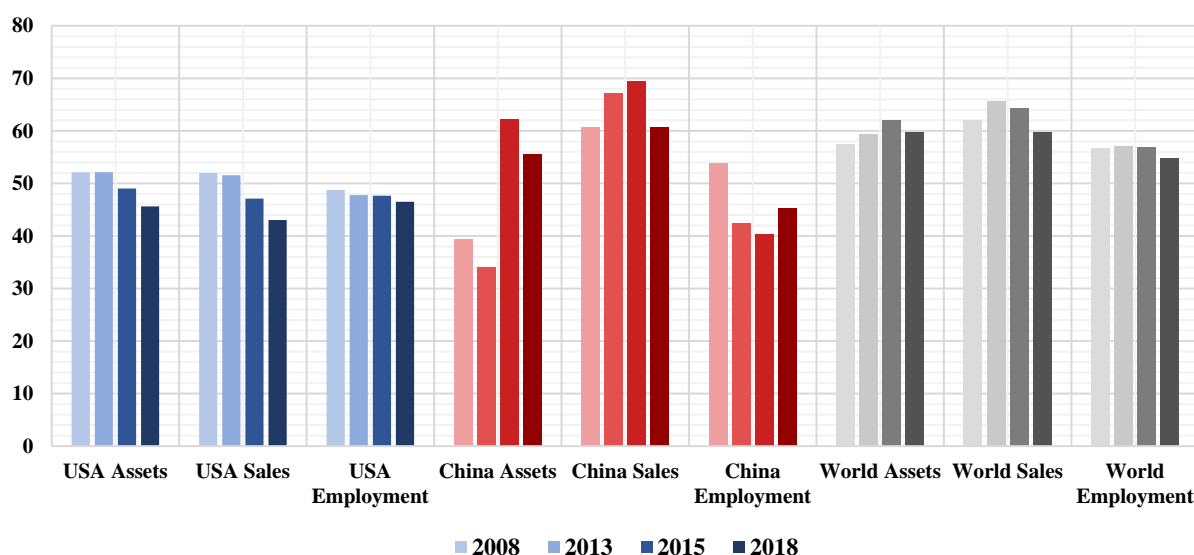
<sup>31</sup> Indicamos a leitura do estudo de Maito (2014) pois o mesmo ainda indica a permanência desta mesma tendência de forma individualizada tanto em países selecionados de capitalismo dependente como no núcleo do capitalismo.

<sup>32</sup> A exemplo, Cheng, Ding (2017; Li Peilin (2018).

<sup>33</sup> Discordâncias de renome estão presentes na discussão acerca da hegemonia do PCCh e como esta impede a existência de uma burguesia nacional chinesa enquanto *classe para si*, como Amin (2013), Schweickart (2015), Losurdo (2017), Li (2018).

expansão da participação de capital privado nas SOEs irá atingir novos níveis, com a abertura significativa do seu capital para o investimento privado<sup>34</sup>. Atualmente, oito empresas multinacionais chinesas não-financeiras já constam entre as maiores empresas com alto grau de internacionalização do mundo. Esta internacionalização engloba inclusive de seus ativos, apontando para a financeirização dos mesmos (obtidos via ofertas públicas em bolsas de valores). Com dados pré-abertura de 2020, o Gráfico 08 individualiza os índices de multinacionalização de dez empresas, sendo duas delas de capital privado chinês (em azul), seis de capital público (em vermelho) e duas delas sendo empresas sediadas em Hong Kong e Taiwan (em amarelo).

**GRÁFICO 07:** Percentual Estrangeiro nos Ativos, Vendas e Emprego em MNCs Não-Bancos (2008-2017)



**Fonte:** UNCTAD, the world's top 100 non-financial MNEs, ranked by foreign assets (2008; 2013; 2015; 2016; 2017; 2018). Elaboração Própria.

Ao mesmo tempo, esta dinâmica está circunscrita pela tendência geral de queda da taxa de lucro, que afeta as tentativas de internacionalização do capital chinês bem como seus ciclos de acumulação de capital, dentro e fora da China. Dois dados parecem apontar neste sentido. Primeiro, no Gráfico 07, tanto a China, como os EUA e o mundo apresentam índices de internacionalização (em ativos, vendas e emprego) em queda entre 2013-2018, alguns atingindo picos de internacionalização em 2015. Isto contraria a tendência histórica posterior à 1980 de

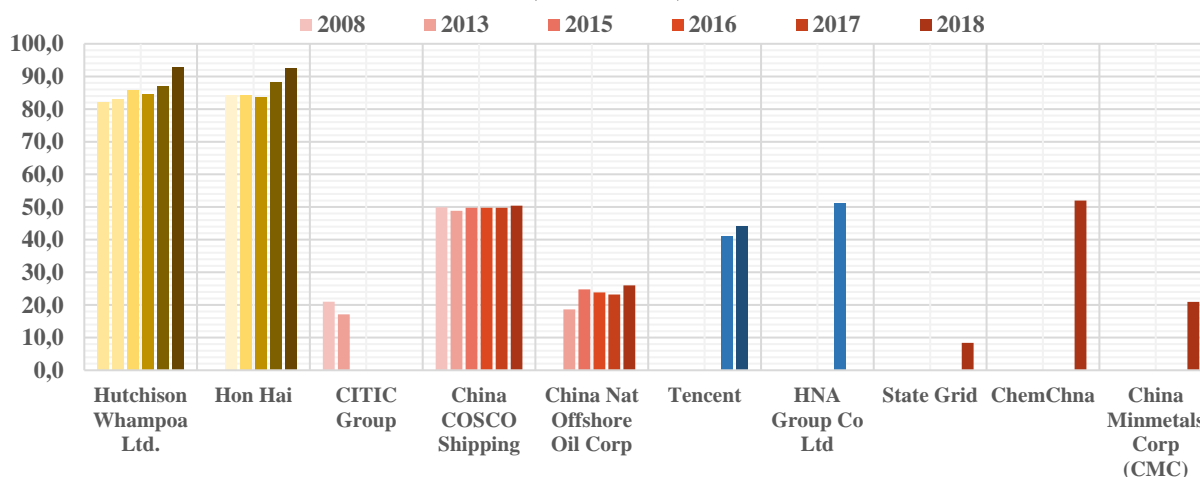
<sup>34</sup> Um breve aparte. Estas previsões são referentes aquilo que se anunciava para os primeiros meses de 2020, observados em meados de outubro de 2019 (LI, 2019). Estamos em um mundo deveras diferente do 2020 que se esperava há alguns meses. A discussão em 2020 parece ser sobre o papel inevitável a ser desempenhado pelo Estado chinês no processo de recuperação econômica nos próximos meses. Sem a retomada das exportações e com as restrições ao consumo doméstico impostas pelo ambiente instalado pela pandemia atual, a saída pelo aumento do consumo do Estado parece ser a única alternativa para a crise. Advoga-se agora pela suspensão das reformas de mercado (PETTIS, 2020).

crecente internacionalização de multinacionais, como demonstrado por Foster, McChesney e Jonna (2011).

Estes limites também podem ser observados através da redução do Investimento Externo Direto na China, nos EUA e no mundo, conforme o Gráfico 08. O que aparentemente se observa é que o sistema capitalista tem encontrado entraves à sua expansão após 2015, embora esta ainda ocorra. Entrementes, o que se verifica é que, em um momento de limitações à expansão do processo de acumulação do capital, tem cabido, historicamente, ao Estado o papel da manutenção destas mesmas taxas de lucro, e o revigoramento periódico do capitalismo, via estímulos econômicos direcionados às empresas.

No passado, esta série de estímulos por parte do Estado marcou parcialmente a superação (ainda que provisória) da crise econômica que atravessou as décadas entre 1870 e 1900, os “Anos Dourados” do Capitalismo ou mesmo àquilo que costumeiramente nos referimos como Neoliberalismo – a destruição planejada, via mudanças em políticas públicas, do *Welfare-State* em países de capitalismo central, ou mesmo os seus parques equivalentes na periferia capitalista (HARVEY, 2005).

**GRÁFICO 08:** A Multinacionalização de Empresas Chinesas no Top 100 Glocal NF-MNCs (2008-2018).



**Legenda:** Tons Amarelos – Empresas com sede em Taiwan;  
Empresas em tons de Vermelho – SOEs; Empresas em tons de Azul – POEs.

**Fonte:** UNCTAD, the world's top 100 non-financial MNEs, ranked by foreign assets (2008; 2013; 2015; 2016; 2017; 2018). Elaboração própria.

A conclusão compartilhada de diversos autores abordados no primeiro capítulo, entrementes Lenin (2011) e Harvey (2003; 2005; 2007) é que o capital permanece em busca de sua reprodução, dirigindo-se para espaços onde altas taxas de lucro possam ser obtidas. Sabe-se desde Marx () que isto implica numa procura por espaços onde lucros monopolistas possam ser alcançados. Ou seja, onde capitais competidores não desenvolveram suficientemente as



forças produtivas que detém (dentro ou fora do espaço nacional em questão) de modo a criar localmente uma empresa capaz de produzir a mercadoria em questão.

Qual o papel do Estado onde se localiza a sede da empresa<sup>35</sup> que busca manter estáveis suas taxas de lucro? Historicamente, quando esta manutenção envolve o relacionamento entre o país da empresa sede e outros espaços territoriais, este papel tem sido a salvaguarda dos interesses econômicos desta empresa, mediante mecanismos diversos, desde a guerra até o estabelecimento de acordos comerciais diversos. Ainda que em metamorfose e revisão constante, esta tem sido a compreensão basilar sobre a categoria do Imperialismo.

Percebendo o contexto experimentado pela China e por suas empresas na atualidade, Hung (2018a, p. 7-8) coloca que

As empresas estatais, principalmente as de energia e infraestrutura, apoiadas pelas grandes reservas internacionais provenientes do setor exportador, estiveram na vanguarda do investimento externo chinês no sul global, mais notavelmente na África e no sudeste asiático. A produção chinesa vem se transferindo para países com salários mais baixos, como a Tanzânia e o Vietnã. É esse mesmo impulso de exportação do capital excedente que norteia a recente ambição chinesa em criar uma rede de portos, ferrovias e rodovias ligando a China à Europa, através da Ásia Central e do Oceano Índico, conhecida como *One Belt, One Road*. Todavia, como Lênin previu, o impulso de exportar capital para fora inevitavelmente faria com que os Estados de origem projetassem seu poder militar e político no exterior, com objetivo de proteger o circuito de acumulação do capital exportado, levando a uma expansão imperialista<sup>36</sup> e a uma rivalidade interimperialista com outras potências exportadoras de capital.

Nos dois subtópicos seguintes, este texto aborda: a vinculação da Nova Rota da Seda à dinâmica de expansão imperialista por parte da China, em suporte ao seu capital doméstico (1); e a função dos bancos transnacionais chineses neste processo, dentre eles, o AIIB (2).

### 2.3.2. A Nova Rota da Seda: Seu Papel, Seu Financiamento e Seu Estado Atual

A República Popular da China adentra a segunda metade da década dos anos 2010 visando expandir sua influência para o resto do globo. Como visto, a China passou a ter seu papel reconhecido na manutenção estável da economia global, tanto na contenção da Crise Financeira de 2007/2008 como na crise das dívidas públicas dos países europeus e dos EUA em 2011. Em 2013 e 2014, a China anuncia a construção da Nova Rota da Seda (NRS). O

<sup>35</sup> Entrementes, onde vive e onde viveram as pessoas que compõem a burguesia que controla a empresa em questão, guardando, portanto, não somente um relacionamento econômico com o Estado, mas também certo pertencimento pessoal, social, cultural, demonstrando o caráter ontológico desta dinâmica.

<sup>36</sup> Para indicativos pretéritos a Hung (2018a) sobre a possibilidade de expansão imperialista chinesa, ver Hung (2013; 2014; 2018a; 2018b) e Hung e Selden (2017).

projeto, também O projeto é também referido como *One Belt, One Road* (OBOR; 一帶一路) ou *Belt and Road Initiative* é composto por dois segmentos diferenciados entre si, unidos sob o título *The Silk Road Economic Belt and the 21<sup>st</sup>-century Maritime Silk Road* (丝绸之路经济带和21世纪海上丝绸之路).

A NRS tem sido reconhecida na literatura como o projeto geopolítico chinês para o século XXI (ARASE, 2015; FERDINAND, 2016; HUNG, 2018a). Funcionando como guarda-chuva geopolítico para diversos projetos de infraestrutura, a NRS ao mesmo tempo engloba incentivos ao desenvolvimento do interior da China e a construção de redes de transporte que atravessam os continentes asiático, europeu e africano (VADELL, SECCHES, BURGER 2019). A Nova Rota da Seda também constitui projeto gigantesco de integração regional, na medida em que integra a massa continental eurasiática via infraestrutura (PAUTASSO, 2019).

A NRS foi anunciada numa sequência de encontros multilaterais na Ásia, promovidos pelas lideranças de Estado e Governo da China. Inicialmente, a Nova Rota da Seda se ergue por sobre arranjos bilaterais difusos firmados antes do seu anúncio. A iniciativa, como é informalmente referida em inglês (*Belt and Road Initiative – BRI*), constitui verdadeira amalgama de empreendimentos dirigidos para a promoção dos objetivos de desenvolvimento da China. A NRS visa diversificar as rotas comerciais asiáticas e simultaneamente reduzir o tempo dispendido no transporte de mercadorias. A NRS visa promover a interconexão de mercados produtivos e consumidores através da construção de supervias de transporte e através de uma cadeia de portos interconectados (ECLAC, 2018).

O projeto combate também o isolamento geoeconômico do interior chinês, historicamente desfavorecido por seu posicionamento geográfico (FERDINAND, 2016). Distante dos grandes centros litorâneos da China, e afastado também dos centros urbanos conectados ao oceano por vias fluviais em províncias do interior próximo. Cidades como Kashgar e Urumqi em Xinjiang, Lanzhou, Gansu e Kunming, Yunnan passarão a ter lugar central no contato terrestre entre a China e países do seu entorno geográfico. Além disso, planejamento e a gestão das obras da NRS é compartilhado entre a administração central e governos locais (CHEN et Al, 2019).

Através da NRS, a China visa promover o estreitamento comercial entre os países envolvidos. Entre outros objetivos, a China busca melhorar relações de vizinhança na Ásia através do fortalecimento de sua rede de laços políticos, econômicos e culturais, enquanto promove e expande parcerias no setor de segurança centradas no entorno geográfico chinês (CHUNG, VOON, 2017).

O projeto também responde às necessidades da China por insumos básicos originários de diversas partes do mundo, não só contribuindo com os objetivos chineses ligados à segurança alimentar, como também provendo ferro e petróleo através de meios alternativos àqueles tradicionalmente usados, como o transporte marítimo através do Estreito de Malaca (CHUNG, VOON, 2017).

A NRS é composta de duas partes: um seguimento terrestre, o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a transoceânica Rota Marítima da Seda do século XXI. É importante mencionar que a Rota Marítima da Seda do século XXI mantém um relacionamento especial com países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), embora se estenda através da Ásia-Pacífico, cruzando o Oceano Índico, o Golfo Pérsico, a costa da Península Arábica, alcançando o Mar Vermelho e o Mediterrâneo. Ao afirmar fortalecer os laços culturais e comerciais entre a China e os países atravessados por seus projetos, a RPC projeta suas operações diplomáticas para uma ‘Nova Era’ em seu relacionamento bilateral e multilateral em todo o globo e especialmente na Ásia.

Após o anúncio da NRS, notícias começaram a sublinhar as motivações e domésticas da grande alocação de capital envolvida. O encorajamento da integração econômica global é uma narrativa que ilustra e ressalta uma mudança na posição ocupada pela China nas cadeias globais de valor. A construção de uma vasta rede de infraestrutura e a consolidação de boas relações comerciais com países vizinhos favorece o fornecimento estável de insumos básicos, fator necessário para o suprimento das demandas do mercado doméstico chinês, em um momento em que o mesmo experimenta uma mudança estrutural em sua matriz econômica. Estes fatores colocariam a RPC como uma nação promotora da globalização via discurso pró-multilateralismo, beneficiando-se do posicionamento favorável a liberalização dos mercados e ao livre comércio (HART-LANDSBERG, 2018; SUMMERS, 2018; HUNG, 2018a). Entretanto, a importância significativa destas mudanças também assinala a condição única de *change-maker* da China no atual estado do capitalismo global (SUMMERS, 2018; VADELL, SECCHES, BURGER, 2019).

Em sentido contraposto, esta visão do futuro contrasta com os resultados disponibilizados através de relatórios de investimentos de diversas empresas de consultoria, publicados em 2017-2018, ou mesmo com os relatórios apresentados pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM). O Fluxo de Investimento Externo Direto Não-financeiro (IED-NF) partindo da China destinados para nações designadas como pertencentes a NRS decresceu por volta de 2% em 2016 em relação a 2015, e, em maio de 2017 haviam caído 18%

em termos absolutos no ano, de acordo com dados do Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM) (MOFCOM, 2017).

Além disso, tem reverberado o fato de que o fluxo de Investimento Externo Direto Não-financeiro (IED-NF) para os 63 países demarcados pelo MOFCOM (2017) como pertencentes à NRS em 2016 totalizaram novos US\$ 15,34 Bi, um montante proporcional de apenas 9% do total global do fluxo de IED-NF proveniente da China no mesmo ano. Observa-se, para os anos entre 2014 e 2016 o declínio referencial do IED-NF na Nova Rota da Seda (MOFCOM, 2017). Estes dados são problemáticos. Em comparação, houve o aumento proporcional do mesmo tipo de investimento no resto do globo. Se analisado o IED-NF chinês global para o ano de 2016, pode-se ver que este experimentou um aumento de 40% em relação a 2015 (conforme tabela 06), elevando o IED chinês à níveis recordes<sup>37</sup>.

Em paralelo, se analisado o IED chinês para os EUA, pode-se ver que, embora em 2016 tenha-se registrado mais investimento nos EUA (US\$ 16,98 Bi) e seja este o país a registrar a quarta posição entre os maiores estoques de IED chinês no mundo<sup>38</sup>, o fluxo de IED chinês para os EUA caiu significativamente em 2017 (US\$ 6,42 Bi), a menor quantia desde 2013 (MOFCOM, 2017).

Confrontada a alocação de IED chinesa nos países da Nova Rota da Seda com o histórico chinês de investimento em países de capitalismo central, pode ser contrassenso considerar que a China está aumentando progressivamente seus investimentos em infraestrutura em países em desenvolvimento. Possivelmente, a real tendência observada é a procura por investimentos de alta lucratividade em todo o mundo, sejam eles em países de capitalismo central ou países de capitalismo dependente.

Ainda assim, mesmo se mantido o pensamento de que a China está crescendo seus investimentos e priorizando países de capitalismo dependente, parte dos efeitos destes investimentos nos países receptores pode ser absorvida pelo capital chinês. Ao mesmo tempo em que a China aloca capital através de seus diversos bancos (comerciais, de investimentos ou bancos transnacionais), a absorção deste mesmo capital pode ser feita por empresas chinesas nos mais diversos setores, da engenharia de ponta até telecomunicações e serviços (HUNG, 2018a).

Em relação à criação de uma nova matriz de transportes no continente asiático, é necessário colocar que há também a possibilidade de se observar um fenômeno complexo,

---

<sup>37</sup> Esta questão é analisada com mais profundidade em Spellmann, Leite (2020a).

<sup>38</sup> Posição privilegiada que os EUA compartilham com reconhecidos três, talvez quatro paraísos fiscais: Hong Kong, Singapura, Luxemburgo e Ilhas Caimãs.

digno de nota. Como esperado, a construção de malhas de infraestrutura provavelmente impactará nos custos produtivos das economias nacionais que receberem estas obras. A mudança provocará uma mudança na estrutura cadeias globais de valor, possibilitando a China relocar seu aparato produtivo de baixo valor agregado para estes países, aproveitando-se da melhora dos custos produtivos. Isto, claro, implicará numa possibilidade desenvolvimento capitalista para estas nações, como coloca Guimarães (2018).

Ao mesmo tempo, pode-se antever que esta redução nos custos produtivos provavelmente implicará na relocação de indústrias chinesas com melhores fatores de competitividade e focadas em trabalho intensivo (GUIMARÃES, 2018) – onde ocorrem exemplos das consequências da superexploração da força de trabalho (SMITH, 2016) – para países já arrasados historicamente com processos de desindustrialização. Ao mesmo tempo, são países em que os percentuais das exportações têm crescido sobretudo em insumos básicos, experimentando déficits comerciais crescentes com a China.

O resultado deste processo pode ser que, num primeiro momento, se veja uma nova industrialização, criada pela alteração na dinâmica das cadeias globais de valor em meio à uma nova onda de reestruturação produtiva mundial, semelhante à ocorrida a partir da década de 1960. Em contrapartida, pode ser uma industrialização baseada na de baixo valor agregado, conduzida pelo capital externo, com remessas de lucro na direção de sedes empresariais fora do país, reduzindo o reinvestimento do capital localmente. Paralelamente, possibilidades de recuperação industrial independente ficam minadas: pelas grandes somas de dívida pública adquiridas com a NRS; pela série de acordos bilaterais de livre-comércio firmados com a China e com países do centro capitalista; pela queda na arrecadação local.

Anteriormente, foi visto que a realidade da cadência da taxa de lucro dá margem à necessidade de obtenção de lucros no exterior, e isto se dá mediante a exportação de capital (chinês) para países onde lucros monopolistas possam ser alcançados. Como coloca Hung (2018a; 2018b), a Nova Rota da Seda e a criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura deriva da necessidade de expansão do capital chinês.

Uma vez que o capital chinês não encontra já instalada a infraestrutura (capital fixo) necessário para a relocação de indústrias (capital produtivo), para a captura de insumos básicos e para a obtenção de novos mercados consumidores, é necessário construir a rede de autoestradas, portos e aeroportos necessários a este empreendimento (HUNG, 2018a). Historicamente, investimentos desta dimensão tem sido colocados à diante pelo Estado, que pode ao tempo mobilizar as gigantescas somas de capital necessárias à exportação de capital

(HARVEY, 2003; HARVEY, 2007), além de controlar mobilizações contrárias à violência estrutural que deriva destas transformações (SMITH, 2016; OSÓRIO, 2018).

Esta mobilização de capital não ocorre somente dentro da dinâmica orçamentária do Estado, que arrecada capital na forma capital dinheiro. Este capital é finalmente alocado através de instrumentos financeiros desenhados para isso: bancos e fundos públicos. O capítulo a seguir desenvolve argumento neste sentido, focando-se no Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB). Até o momento, o AIIB tem sido considerado o principal ente financeiro a mobilizar capital para a NRS.

### **CAPÍTULO III – O PAPEL DO BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO (2016-2019).**

“The [Belt and Road] Initiative follows market operation. It will abide by market rules and international norms, give play to the decisive role of the market in resource allocation and the primary role of enterprises, and let the governments perform their due functions.”

National Development and Reform Commission, *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road, March, 2015, II – Principles.*

“If African countries just want to borrow money and squander it, that’s their problem. [...] Money is money, whether you borrow it from the Americans, the British or elsewhere... You repay, you never get into a debt trap.”

Gerhard Papenfus, *Chief-Executive of the National Employers’ Association of South Africa, at the Second Belt and Road Forum.*

#### **3.0. Considerações Iniciais**

No capítulo anterior, esta pesquisa apresentou o complexo processo de acumulação de capital na qual a China esteve envolvida nos últimos dois séculos. Perpassando a integração da China ao capitalismo global, vimos como o país passou da condição semicolonial descrita por Lenin (2011) para a tentativa de ocupação direta. O sucesso do processo revolucionário interno chinês foi completado pela vitória do Exército Popular de Libertação (EPL) na guerra civil chinesa (1945-1949) e pelo surgimento da República Popular da China (RPC).

Entretanto, o processo de acumulação de capital na China não para aí. A RPC passa a colocar adiante processos próprios de acumulação de capital, de modo a possibilitar transferências de valor entre os setores agrícola e o industrial. A China passa a realizar transferências de valor entre zonas rurais e urbanas e entre setores agrícolas e industriais, criando mecanismos próprios para estimular seu processo de industrialização (HUNG, 2016).

Ao longo das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010, através do complexo processo de abertura econômica e comercial da China, o país se reintegra às cadeias de produção global, novamente na condição de país de capitalismo periférico (DIRLIK, 1997; KATZ, 2015). Entretanto, diversos fatores separam a China do período clássico do Imperialismo da China do final do século XX. A condição semicolonial imposta em meados do século XIX foi afastada tanto como consequência da dinâmica da invasão japonesa, como como resultado da vitória chinesa na Segunda Guerra Mundial e da vitória revolucionária na guerra civil chinesa. Após as décadas de isolamento econômico internacional (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006), a China

passa nos anos 1980 a integrar-se como país de capitalismo periférico que segue tendo parte de seus processos de acumulação de capital controlados pelo Estado chinês (DIRLIK, 1997; KATZ, 2015). Este estado passa a proporcionar ativamente a reprodução de capital na China, através: do estímulo à integração do país à processos de acumulação de capital internacional: do estímulo à acumulação de capital por empresas públicas (com vários graus de privatização) e privadas chinesas; pelo estímulo público à recuperação econômica e à liberalização progressiva da economia, de modo a assegurar a manutenção, a sobrevivência e a reprodução do capital chinês, dentro e fora da China (GARCIA, BOND, 2018; HUNG, 2018a).

No capítulo anterior, já foi apresentado o papel do capital bancário chinês no quadro geral de reprodução de do capital chinês. O controle dos mecanismos de fornecimento de crédito e a dimensão do capital acumulado em divisas externas pelo setor estatal chinês após os anos 1990 e 2000 permitiu o intenso financiamento do crescimento econômico da China via crescimento dos investimentos públicos. Argumenta-se que capital público apresenta um duplo movimento. Ao mesmo tempo em que este capital se internacionaliza, ele também passa por um processo planejado de abertura de sua parcela acionária, condizente com processos de privatização ocorridos após o remodelamento ideológico durante a ascensão do neoliberalismo, umbilicalmente relacionado à crise estrutural do capital.

Este capital bancário passou a alimentar o fornecimento de crédito necessário à internacionalização do capital chinês. Logo, faz-se necessário assinalar que esta internacionalização ocorreu tanto por uma série de aquisições transnacionais protagonizadas por empresas chinesas como pela abertura de filiais, pela expansão de mercados consumidores chineses no exterior como pela própria abertura do capital destas empresas chinesas para aquisições estrangeiras.

Até aqui, esta situação liga-se à dinâmica de bancos domésticos comerciais chineses. Paralelamente a este processo, na década atual, a China deu início à criação de organizações transnacionais que alimentassem com crédito a internacionalização do seu capital. Estas entidades são criadas no plano internacional, e atuam de modo a possibilitar a associação de outros estados nacionais no fornecimento do crédito necessário aos diversos empreendimentos delimitados como de interesse do Estado chinês.

Além disso, é necessário dizer que razões políticas e geopolíticas compõem à dinâmica econômica subjacente de reprodução do capital. Como mencionado anteriormente, a fixação de capital por estímulo estatal atende não só à necessidade de sobrevivência do capital nacional chinês, mas também se relaciona à realidade geopolítica imposta à China pela atual dinâmica internacional. Estas mesmas restrições levam a China a relacionar-se, tanto via bancos de



investimento multilaterais recém-criados como através de bancos comerciais domésticos às instituições multilaterais transnacionais já existentes.

Vale ressaltar ainda que o ano de 2019 encerra o primeiro quadriênio da abertura para negócios do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, encerrando o marco temporal analisado por esta dissertação. A dimensão alcançada pelo AIIB – sua expansão, sua atuação setorial, sua adesão, a monta de capital por ele movimentado – e os limites dessa atuação estão circunscritos por esta limitação temporal. Ao mesmo tempo, é necessário sublinhar que estas limitações devem ser entendidas em meio ao contexto político-econômico global.

Ao longo deste capítulo, apresenta-se o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) e sua relação com a reprodução do capital chinês no espaço geográfico do Leste Asiático. O capítulo inicialmente introduz o AIIB em sua estrutura administrativa e seu funcionamento, para depois adentrar no seu relacionamento com a Nova Rota da Seda. Após, vincula-se o AIIB à internacionalização do capital chinês no Sudeste Asiático.

### **3.1. O AIIB: Sua Estrutura e Funcionamento, Sua Razão de Ser, Sua Atuação**

#### **3.1.1. Estrutura e Funcionamento**

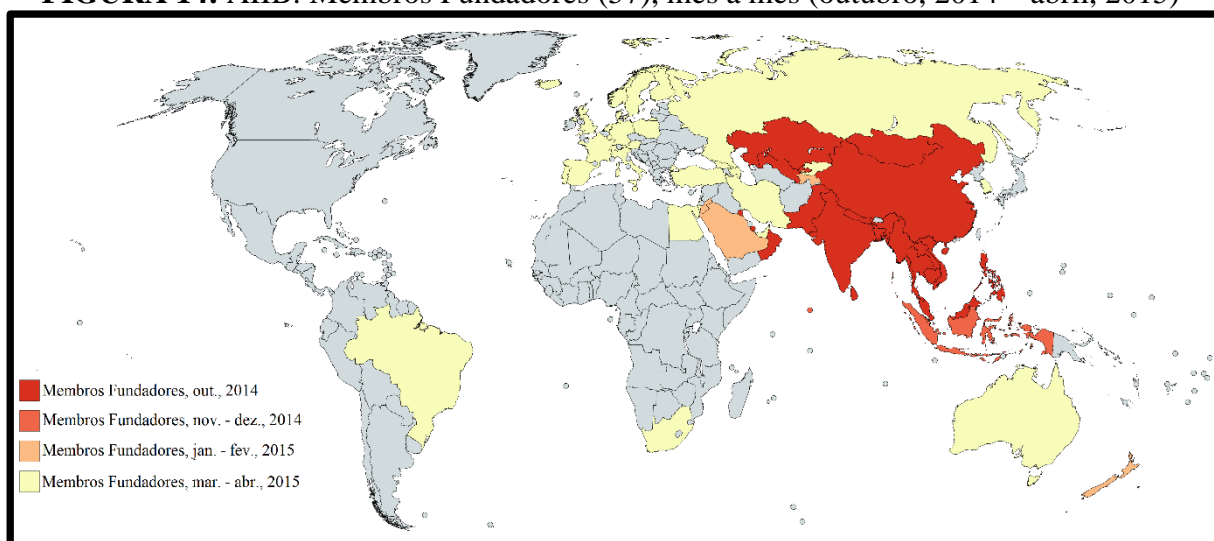
O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) é um Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) criado por iniciativa da China em 2014, e aberto para operações em janeiro de 2016 (AIIB (c)). Num primeiro momento, pode-se perceber que, a exemplo de outros BMDs, o AIIB foi concebido como mecanismo de financiamento capaz de reunir capital público. Este capital público é angariado por diversos Estados (embora predominantemente pela China), com o objetivo de ampliar investimentos setoriais em seguimentos considerados de interesse comum.

Alguns conceitos devem ser introduzidos para analisar a criação de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Durante o estabelecimento de um novo BMD, uma quantia máxima de capital é delimitada pela sua diretoria, que constitui o limite de capital que pode ser angariado pelo banco. Este capital é chamado capital autorizado. Além disso, em BMDs, os Estados-membros comprometem-se a integralizar capital para a formação do capital societário da empresa. Este capital é considerado societário uma vez que a integração de capital à empresa implica na vinculação de um número total de títulos acionários de valor equivalente, futuramente emitidos e distribuídos entre os Estados-membros. Estes títulos repercutem no poder de voto dos Estados-membros em BMDs. Quando isto é feito de modo antecipado, direto,

com repasses de dinheiro ou títulos públicos de valor equivalente para o banco em questão, este capital é chamado capital pago. Quando um Estado-membro se compromete a integralizar certa quantia, normalmente de maior volume, dentro de um espaço de tempo estabelecido pela diretoria do banco, este capital é considerado subscrito.

A primeira apresentação pública sobre a possibilidade de criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura foi feita pelo Presidente da RPC, Xi Jinping, em outubro de 2013, em Jakarta, Indonésia (XI, 2013). O projeto inicial foi lançado tendo o propósito geral de angariar fundos que tornassem possível a construção de um novo BMD focado em infraestrutura no continente asiático. A particularidade do AIIB seria que, embora este fosse aberto para a entrada de qualquer país postulante, o seu controle permaneceria pertencendo às autoridades chinesas. Esta determinação seria possibilitada através da significativa proporção de votos detidos pela China junto à instituição. Em outubro de 2014, vários países asiáticos juntaram-se ao projeto. Através da assinatura de um memorando de entendimento, 21 países, incluindo a China, estabeleceram formalmente o compromisso com a criação do AIIB

**FIGURA 14:** AIIB: Membros Fundadores (57), mês a mês (outubro, 2014 – abril, 2015)



**Legenda:** países em vermelho: Membros Fundadores do AIIB, outubro de 2014; países em laranja: Membros Fundadores do AIIB, novembro e dezembro de 2014; países em laranja-claro: Membros Fundadores do AIIB, janeiro e fevereiro de 2015; países em amarelo-claro: Membros Fundadores do AIIB, março e abril de 2015.

**Fonte:** AIIB (a); AIIB (d). Elaboração Própria.

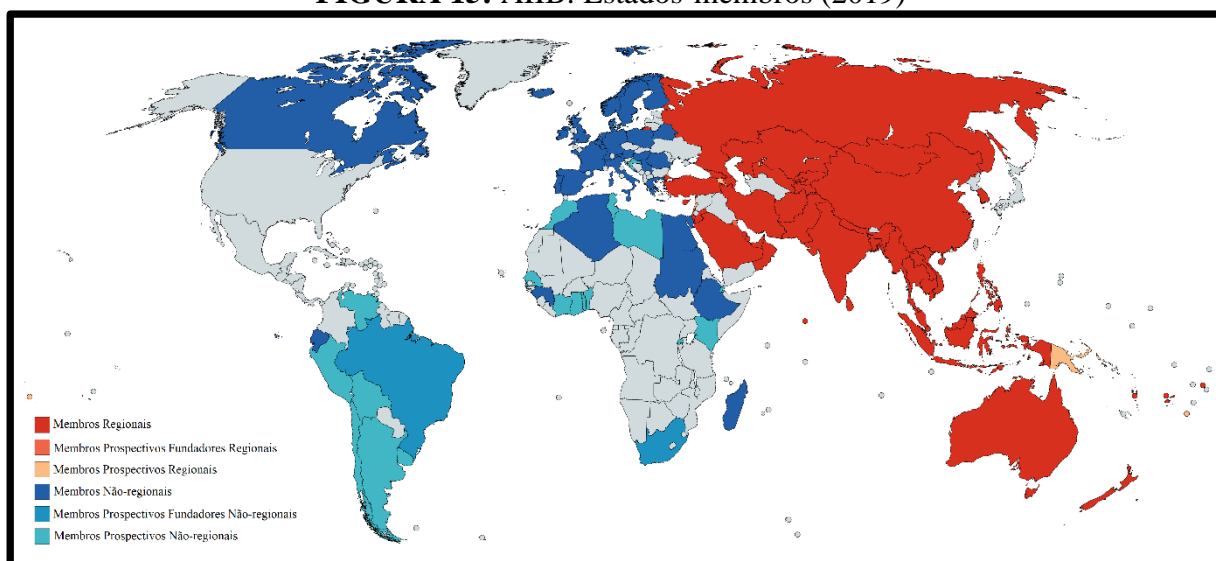
Desde outubro de 2014 os EUA se opõem formalmente à criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (PERLEZ, 2014). Em meio ao Pivô para a Ásia<sup>1</sup>, alegando o não-atendimento à requerimentos ambientais, trabalhistas, de proteção à propriedade intelectual

<sup>1</sup> Durante o mês de novembro de 2011, o presidente americano Barack Obama realizou uma série de visitas de Estado na Ásia-Pacífico. Visando reforçar – ou mesmo reestabelecer – o relacionamento diplomático com países da região, a série de visitas realizadas pela administração americana é tida como o marco histórico que assinalou o realinhamento geoestratégico dos EUA no início da década de 2010 (SHAMBAUGH, 2013).

e de transparência administrativa, os Estados Unidos passaram a pressionar politicamente estados aliados para que não subscrevessem a criação do novo BMD sob controle chinês (SHAMBAUGH, 2013). O resultado desta mobilização política é que diversos aliados tradicionais americanos, notadamente países europeus, Austrália, Nova Zelândia e República da Coreia não se tornaram Estados-membros do AIIB em seu estágio inicial (AIYAR, 2015).

Entretanto, já nos primeiros meses de 2015, o direcionamento político adotado pelos países europeus mudou. Em 12 de março de 2015, o Reino Unido se tornou o primeiro país à época pertencente à União Europeia a se filiar formalmente ao AIIB (AIYAR, 2015). Nas semanas seguintes, diversos países europeus juntaram-se à iniciativa, consolidando o status do AIIB como BMD de escala global (BUSTILLO, ANDONI, 2018). Em junho de 2015, 50 países haviam celebrado os *Articles of Agreement* que determinaram a estrutura legal do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, tornando-se membros-fundadores do AIIB (AIIB (d)). Dentre eles, constavam tanto todos os países dos BRICS<sup>2</sup>, como seis dos oito países do G8. Permaneceram ausentes os EUA e o Japão (KIHARA, 2017; AIIB (d)).

**FIGURA 15:** AIIB: Estados-membros (2019)



**Legenda:** países em vermelho: Estados-membros Regionais do AIIB; país em laranja (Kuwait): Estado-membro Prospectivo Fundador Regional; países em laranja-claro: Estados-membros Prospectivos Regionais; países em azul escuro: Estados-membros Não-regionais; Países em azul (Brasil e África do Sul): Estados-membros Prospectivos Fundadores Não-regionais; países em azul-claro: Estados-membros Prospectivos Não-regionais.

**Fonte:** AIIB (a). Elaboração Própria.

O prazo estabelecido nos *Asian Infrastructure Investment Bank - Articles of Agreement* (AIIB-AA) para a ratificação dos termos do acordo foi o de 31 de dezembro de 2015. Os 57 países signatários tornaram-se Membros Fundadores do AIIB (AIIB (d)). Até o momento, 54

<sup>2</sup> É digno de nota apontar que tanto o Brasil como a África do Sul permanecem por concluir seus processos de recepção domésticos dos *Articles of Agreement* do AIIB cinco anos após a sua celebração.

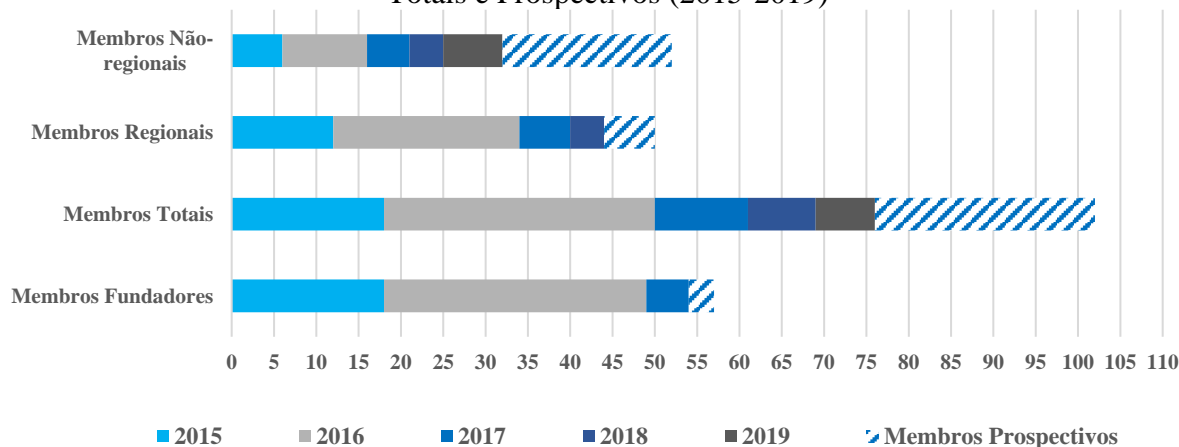
destes países concluíram seus processos domésticos de promulgação do AIIB-AA entre 2015 e 2019. As três exceções são Brasil e África do Sul, Membros Prospectivos Fundadores Não-regionais, e o Kuwait, Membro Prospectivo Fundador Regional (AIIB (d)).

Em seus *Articles of Agreement*, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura determinou que a conceituação de regional, região e Ásia se referenciarão à composição do continente asiático e a Oceania, conforme definidos pelas Nações Unidas. Portanto, a compreensão de membro-regional do AIIB integra Ásia e Oceania. (AIIB (d)).

Tendo como estoque de capital autorizado US\$ 100 bilhões, o AIIB foi oficialmente aberto para negócios em 15 de janeiro de 2016. Esta abertura para negócios só foi possível mediante a integração do capital subscrito de dez países-membros, que juntos equivalem a um total superior a 50% do estoque autorizado de capital (ver Gráfico 10) (AIIB (e)).

O estoque total de US\$ 100 Bi. do AIIB foi dividido em um milhão de ações, que valem US\$ 100 mil cada. Vinte por cento destas ações são de pagamento obrigatório, devendo seus valores serem transferidos diretamente ao AIIB, compondo o capital pago do banco. Os outros 80% são ações relativas ao estoque exigível<sup>3</sup> do AIIB (AIIB (d)).

**GRÁFICO 09:** AIIB: Evolução Anual dos Membros Não-regionais, Regionais, Totais e Prospectivos (2015-2019)



**Fonte:** AIIB (a). Elaboração Própria.

**Nota:** Esta contabilização leva em conta a tramitação completa do processo de ratificação e promulgação de tratados internacionais. Estados-membros que não concluíram seus processos de promulgação ainda estão designados como Membros Prospectivos do AIIB. No mesmo sentido, membros fundadores que concluíram seus processos de promulgação entre 2015 e 2019 estão designados com referência ao ano de conclusão.

Foi determinado nos *Articles of Agreement* que as ações alocadas são baseadas no tamanho das economias nacionais dos Estados-membros. Este valor é calculado usando a proporção 60% do PIB nominal somada a 40% do PIB/PPP do país. A alocação de ações independe se Estado-membro é considerado como membro regional ou não-regional. Além

<sup>3</sup> Estoque de capital autorizado é o limite de capital determinado pelo conselho administrativo de uma empresa.

disso, o número de ações determina a fração de capital autorizado no banco, e reflete proporcionalmente no poder decisório do país-membro (AIIB (d)).

**TABELA 08:** Tipos de voto e proporções de votos no AIIB (2019)

Tipo de Voto	% dos Votos Totais	Votos Totais	Votos (Membro)	China (Maior MF)	Ilhas Maldivas (Menor MF)
Voto Básico	12	138.510	2.430	2.430	2.430
Voto Proporcional	85	981.514	Variável	297.804	72
Votos de MF	3	34.200	600	600	600
<b>Total</b>	100	11.873.557	Variável	300.834 (26,7%)	3.102 (0,3%)

**Legenda:** Membro Fundador (MF).

**Fonte:** AIIB (d). Elaboração Própria.

Existem três categorias na divisão dos votos totais do AIIB: votos básicos, votos proporcionais e votos de membros fundadores. A soma total de votos do AIIB é de 11.873.557 votos. Os votos básicos são iguais para todos os membros e constituem 12% total de votos do AIIB (138.510 votos). Os votos proporcionais correspondem às ações detidas por cada país-membro do AIIB, compondo um total de 85% do total de votos (981.514 votos). Por fim, compondo 3% dos votos (34.200 votos), os votos de membros fundadores adicionam 600 votos para cada membro fundador do AIIB. Embora a África do Sul, o Brasil e o Kuwait ainda não tenham finalizado a ratificação legislativa do seu processo de filiação ao AIIB, quando estes forem finalizados, assumindo que todos os 57 membros fundadores estejam associados regularmente ao AIIB, terem-se o resultado apresentado pela tabela abaixo.

**TABELA 09:** Divisão Geográfica, Capital Subscrito e Poder de Voto dos Estados-membros do AIIB (2019)

Divisão Geográfica	Capital Subscrito	Parcela Percentual*	Número de Votos	Parcela Percentual**
Regional	73,8553	76,3691%	825.964	73,6163%
Não-regional	22.8531	23,6309%	296.021	26,3837%
<b>Total Geral</b>	96,7084	100%	1.121.985	100%

\*Referente ao Capital Investido.

\*\* Referente ao Número de Votos.

**Nota 1:** O total de capital subscrito é de US\$ 96.708,4, referente a 30 de setembro de 2019 (AIIB, 2019a).

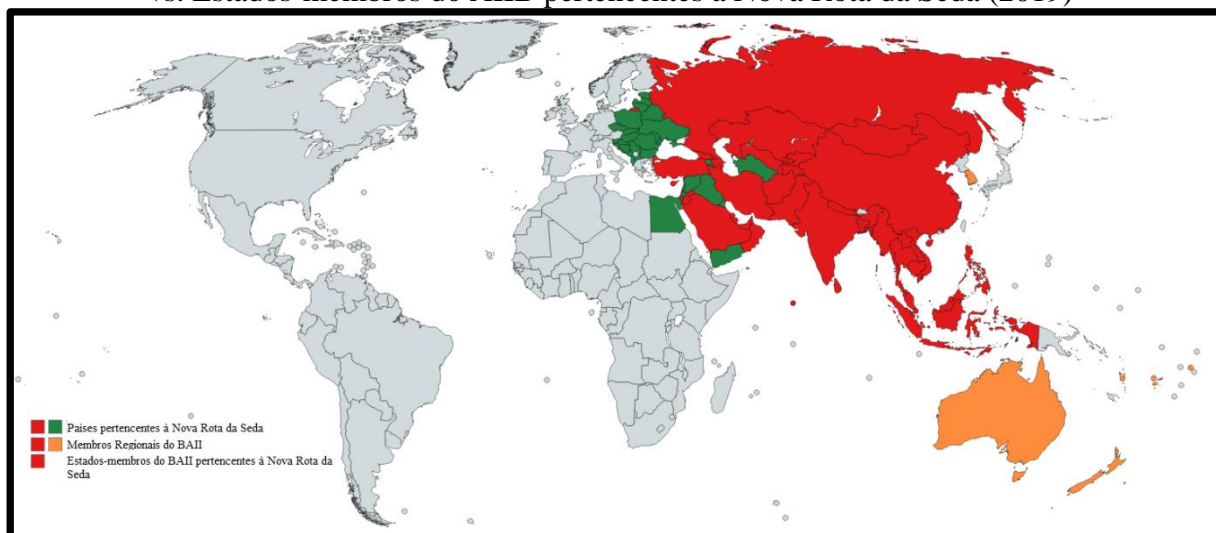
**Fonte:** AIIB (2019). Elaboração Própria.

Como demonstrado na Tabela 09 e no Gráfico 11, a adesão ao AIIB foi rápida e decisiva, de modo que diversos países de capitalismo central e grandes economias da periferia global passaram a ativamente pertencer ao AIIB já em seus primeiros anos. O resultado é que já no ano de 2016, 49 dos 57 países signatários dos *Articles of Agreement* já havia concluído seus processos de promulgação domésticos, e, ao final do mesmo ano, mais de 90% (US\$90,327 Bi) dos US\$ 100 Bi de capital autorizado já haviam sido subscritos, e US\$ 18,0654 Bi de capital pago já haviam sido entregues ao AIIB (AIIB, 2017).

Ao mesmo tempo, o caráter predominantemente regional do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura foi mantido. Originalmente, a proporção de capital subscrito

pelos Estados-membros Fundadores atendia a proporção 75% - membros regionais e 25% - membros não-regionais em 2016 (AIIB (d)). Atualmente, a proporção do capital subscrito ao banco, refletida na repartição dos votos entre os países-membros, segue predominantemente regional, conforme a Tabela 09. É, contudo, necessário assinalar que esta regionalidade transpõe o território costumeiramente definido como pertencente ao continente asiático. A parcela regional do AIIB integra não só a Rússia – que pertence tanto ao continente asiático como ao europeu –, mas também o Chipre, país insular do mediterrâneo que compartilha herança histórico-cultural tanto com a Europa quanto com o continente asiático. A circunscrição regional do AIIB engloba também diversos países da Oceania como membros regionais. Isto não se limita somente à Austrália e Nova Zelândia. Entre os membros do AIIB figuram diversos países do pacífico, como Vanuatu e Fiji. É necessário assinalar, portanto, que, embora ambas as circunscrições da Nova Rota da Seda e do AIIB coincidam significativamente, o âmbito de atuação do AIIB acaba por transpor o território conjunto dos países designados como pertencentes à NRS (ver figura 16).

**FIGURA 16:** Países Pertencentes à Nova Rota da Seda vs. Membros Regionais do AIIB vs. Estados-membros do AIIB pertencentes a Nova Rota da Seda (2019)



**Legenda:** países em vermelho e verde: países participantes da Nova Rota da Seda<sup>4</sup>; países em laranja e vermelho: Estados-membros Regionais do AIIB; países em vermelho: Estados-membros do AIIB que participam da Nova Rota da Seda.

**Fonte:** AIIB (a). MOFCOM (2017). Elaboração própria.

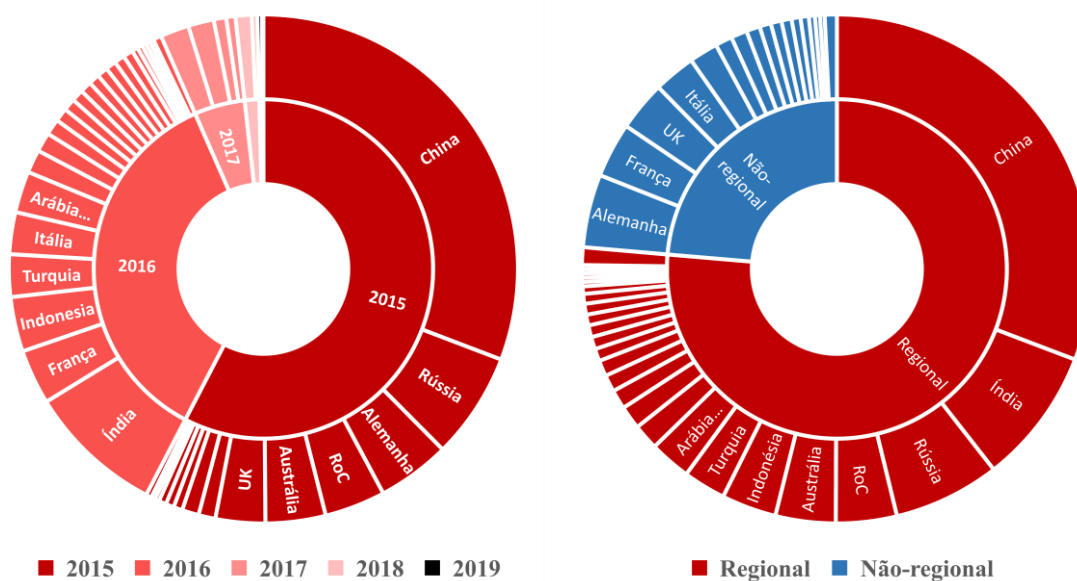
Em se tratando da organização interna do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, algo já foi adiantado anteriormente. Vê-se que a rápida adesão de países assegurou a abertura para operações do AIIB já em janeiro de 2016. Além disso, o poder

<sup>4</sup> Para definir os países pertencentes a Nova Rota da Seda, utiliza-se neste texto a demarcação feita nos relatórios do *Ministry of Commerce* da RPC (MOFCOM) desde 2015, ano em que o mesmo passou a adotar esta designação em seus relatórios (MOFCOM, 2017).

decisório através do voto dos países-membros é predominantemente controlado pelos membros regionais do AIIB, e a proporção detida pela China dá ao país criador do banco a possibilidade quase certa de vetar propostas de financiamento contrárias a seus interesses. Esta questão será retomada adiante, na subseção 3.1.3.

A composição do capital subscrito do banco também reflete proximidades diplomáticas chinesas na Ásia e entre os países em desenvolvimento, mas vai além. A significativa participação de países europeus na composição do capital subscrito do banco demonstra, como argumentado por Bustillo e Andoni (2018), que a tentativa chinesa de remodelamento do sistema bancário-financeiro internacional angaria adesões inclusive entre países de capitalismo central, indicando um claro distanciamento entre as posições político-diplomáticas dos Estados Unidos e do Japão, que se opõem ao banco, e dos países europeus, da República da Coreia, da Austrália e da Nova Zelândia, que ativamente compõem o AIIB.

**GRÁFICO 10:** AIIB - Capital Subscrito<sup>1</sup>, ano a ano (2015-2019) vs. Regional e Não-regional



**Fonte:** AIIB (a). Elaboração Própria.

**Nota 1:** O total de capital subscrito é de US\$ 96.708,4, referente a 30 de setembro de 2019 (AIIB, 2019b).

A estrutura de governança do AIIB é composta por um Conselho de Governadores como o corpo decisório de mais alto grau da instituição. Este conselho é por sua vez formado por um governador para cada um dos atuais 76 Estados-membros e protocolarmente se reúne ao menos uma vez ao ano. O Conselho de Governadores é órgão pluripotente, tendo como atribuições exclusivas: a possibilidade de admitir novos Estados-membros e determinar as condições de sua admissão; aumentar ou decrescer o estoque de capital autorizado do AIIB; suspender membros; decidir sobre a interpretação e aplicação do AIIB-AA dadas pelo Conselho de Diretores; eleger Diretores para o Banco e determinar o pagamento de despesas com

remuneração e demais encargos referentes a Diretores; eleger o Presidente do AIIB e versar sobre suas despesas e remuneração; revisar e aprovar relatórios de auditoria e o balanço geral do banco; determinar a alocação e distribuição de reservas e de dividendos do AIIB; emendar da maneira que considerar conveniente o AIIB-AA; decidir encerrar as operações do AIIB e distribuir seus ativos; exercer todos e quaisquer poderes expressamente designados pelo Conselho de Governadores do AIIB (AIIB (d)).

**TABELA 10:** Conselho de Diretores do AIIB (fevereiro de 2020)

Estado-membro do Diretor	Estado-membro Alternativo	Outros Estados-membros
China (Zhang Wencai) <sup>1</sup>	China (Junhong Chang) <sup>1</sup>	Hong Kong (China)
Índia (Sameer Kumar Khare) <sup>1</sup>	Índia (Prasanna Salian) <sup>1</sup>	–
Paquistão	Geórgia, Turquia	Azerbaijão, Brunei, Quirguistão
Filipinas	Tailândia, Malásia	Bangladesh, Maldivas, Nepal
Rússia	Cazaquistão, Irã	Belarus, Tadjiquistão
Arábia Saudita	EAU, Qatar	Bahrein, Jordânia, Omã
Indonésia	Camboja, Mianmar	Afeganistão, Laos, Sri Lanka, Timor-Leste
República da Coreia	Israel, Uzbequistão	Fiji, Mongólia, Samoa
Austrália	Vietnam	Nova Zelândia, Singapura
Canadá	Egito	Etiópia, Guiné, Madagascar
Reino Unido	Suécia, Noruega	Dinamarca, Hungria, Islândia, Polônia, Romênia, Suíça
França	Alemanha, Itália	Áustria, Bélgica, Chipre, Finlândia, Grécia, Holanda, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Portugal, Espanha
<b>Estado-membro Não-alocados:</b> Equador, Sérvia, Sudão, Vanuatu		

**Fonte:** AIIB (b). Elaboração Própria.

**Nota 1:** Nos casos assinalados, a composição das diretorias é exclusiva de um único país. Entretanto, o diretor responsável é alternado periodicamente. Por isso, esta tabela reflete esta alternância, destacando os diretores e diretores alternativos das diretorias chinesa e indiana do AIIB.

Já o Conselho de Diretores, composto por doze Governadores – cada um representando um ou mais Estados-membros –, é responsável pelas operações diárias e tarefas delegadas pelo Conselho de Governadores. Nove dos doze destes membros são de países circunscritos na dimensão regional do AIIB, sendo os outros três governadores representantes dos Estados-membros Não-regionais. Dos membros não-regionais do Conselho de Diretores, um governador representa os países europeus que usam o euro como moeda, e outro representa os países europeus que não usam o euro (AIIB (d)).

Como órgão pluripotente do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, o Conselho de Governadores controla o poder decisório do banco, e decide mediante votação dos membros. Como colocado anteriormente, o poder de voto de cada Estado-membro reflete a soma do voto básico – igual para todos os Estados-membros, somado da parcela proporcional do respectivo capital subscrito ao AIIB, e o status de Membro Fundador do banco (ver Tabela 08) (AIIB (d)).



O AIIB-AA designa dois tipos de maiorias eleitorais no Conselho de Governadores: a *Super Majority* e a *Special Majority*. A *Super Majority* requer o voto positivo de dois-terços do total de Governadores, representando não menos do que três-quartos do total do poder de voto dos Estados-membros. A dificuldade de se alcançar os requerimentos da *Super Majority* determina a sua utilidade: ela é reservada para questões de grande impacto. São elas: o aumento do limite de capital autorizado do AIIB; a eleição do Presidente do AIIB; o aumento do capital subscrito por um Estado-membro; possibilitar que o aumento de capital subscrito por um Estado-membro faça com que a proporção de capital subscrito pelos membros regionais do AIIB caia para menos de 75%; , a emenda dos *Articles of Agreement*; a suspensão de Estados-membros; e o encerramento das operações do AIIB(AIIB (d)).

A *Special Majority* requer o voto afirmativo majoritário dos Governadores, representando não menos do que a maioria do total do poder de voto dos membros. Exemplos do uso de *Special Majority* são: a admissão de membros do WB/IBRD ou do ADB que não ratificaram os AIIB-AA em 2015; a alteração da relação de paridade capital subscrito – voto proporcional estabelecida no AIIB-AA; a determinação de novas formas de financiamento e métodos de operação para o AIIB; o estabelecimento de entidades subsidiárias do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB (d)).

Ao todo, a China dispõe de 300.834 votos, que representam 26,7% dos votos totais do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. Isto significa que qualquer decisão que necessite de *Super Majority* requer a anuência chinesa declarada, sem ser necessária a concordância de Estados-membros de elevado poder de voto, como a Índia ou a Rússia. Além disso, é evidente que decisões que requerem *Special Majority* necessitarão quase que sempre da anuência chinesa no Conselho de Governadores (AIIB (d)).

O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura é atualmente presidido por Jin Liqun para o mandato de 2016-2020. Eleito por voto aberto e via *Super Majority*, o Presidente do AIIB não deve ser Governador ou Diretor ou o respectivo suplente para ambos os cargos. O mandato do Presidente do AIIB é de cinco anos, podendo ser reconduzido por uma vez apenas. O Presidente do AIIB também preside o Conselho de Diretores, mas não dispõe de poder de voto, exceto quando necessário o desempate. O Presidente do AIIB pode ainda participar de reuniões do Conselho de Governadores, mas não detém poder de voto. Por fim, a representação legal do AIIB recai sobre seu presidente, que chefia o estafe do banco e conduz, sob a direção do Conselho de Diretores, os assuntos correntes do AIIB (AIIB (d)).

### 3.1.2. Razão de Ser

Em seus *Articles of Agreement*, o AIIB determina que estão entre os propósitos que motivam a sua criação: o incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável, a criação de riqueza e o melhoramento da infraestrutura conectiva na Ásia através do investimento em infraestrutura e em outros setores produtivos; a promoção de cooperação regional o fomento a parcerias que visem o atendimento a desafios de desenvolvimento regional, através da colaboração estreita em outras instituições bilaterais e multilaterais (AIIB (d)).

Historicamente, de acordo com Wihtol (2014) e Bustillo e Andoni (2018), o financiamento multilateral do desenvolvimento passou por diversos estágios: a criação do Banco Mundial (*World Bank* - WB) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1944; o estabelecimento de bancos de desenvolvimento regionais nos anos 1950 e 1960, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Asiático de Desenvolvimento (*Asian Development Bank* – ADB) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); a emergência de bancos sub-regionais de desenvolvimento nas décadas seguintes.

Ao mesmo tempo, no início da década atual, estes países apresentavam resistências significativas às propostas de criação de novas instituições de financiamento multilateral<sup>5</sup>. Como coloca Wihtol (2014), presentemente os países ocidentais não se encontram dispostos a recapitalizar e expandir as operações de BMDs existentes.

De maneira similar à criação do BID, do BAD e do ADB no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura é também produto das insatisfações de países periféricos com as estruturas de financiamento internacional existentes: o FMI e o WB. Criados como parte da estrutura de Bretton Woods e controlados pelos EUA, estes BMDs pautaram a recuperação econômica mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. À época, países periféricos consideraram ter mais poder de barganha em bancos de desenvolvimento regionais e estimularam a criação de BMDs na periferia global.

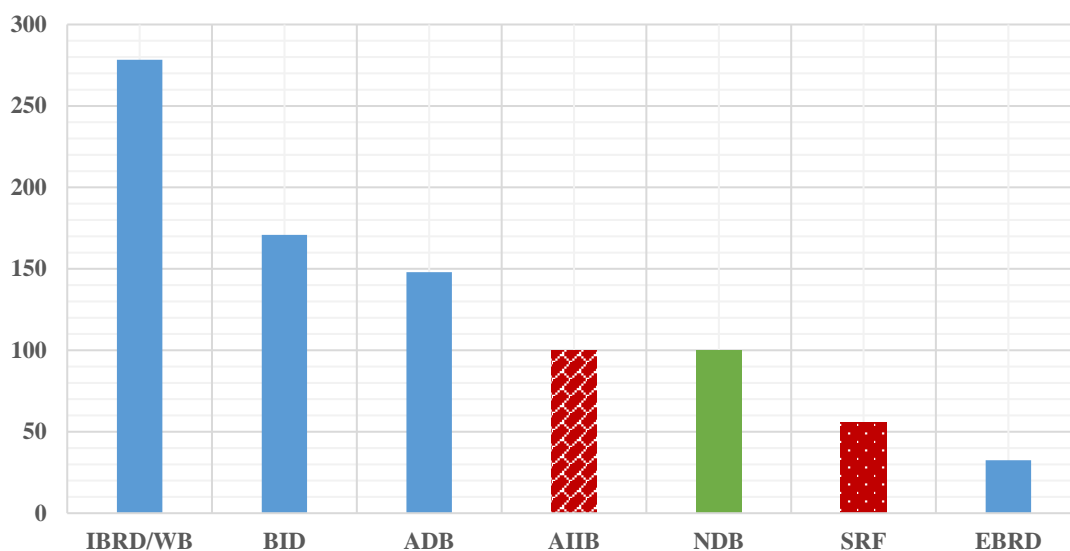
Os primeiros bancos de desenvolvimento também não tiveram apoio inicial dos países de capitalismo central. O BID não foi reconhecido pela administração americana nos anos 1950, e o mesmo se repetiu com o Banco Africano de Desenvolvimento em relação à França e ao Reino Unido, as duas principais potências neocoloniais no continente. Deste modo,

---

<sup>5</sup> Talvez o quadro atual de resistência à criação de instituições multilaterais de financiamento do desenvolvimento esteja prestes a mudar. É digna de nota a discussão e rápida criação do United States International Development Finance Corporation (DFC) em 20 dezembro de 2019 (DFC, 2020). Tem sido admitido que o campo do financiamento do desenvolvimento voltou a ser âmbito de competição entre as principais economias do mundo.

originalmente, o lançamento de bancos multilaterais de desenvolvimento foi compreendido como resistência política em face da hegemonia dos países de capitalismo central sobre a economia mundial (BUSTILLO, ANDONI, 2018).

**GRÁFICO 11:** Comparação entre o Capital Autorizado de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o Fundo da Rota da Seda (2018)



**Fonte:** WB (2018a); IDB (2018); ADB (2018) AIIB (2018); SRF (2017); EBRD (2018). Elaboração Própria.

Em parte, a lógica que sustenta a criação do AIIB responde ao mesmo entendimento firmado quando da criação de outros BMDs nos anos 1960. Diversos países em desenvolvimento, particularmente a China, ao tentarem alcançar um papel mais significativo em instituições multilaterais tradicionais, encontraram oposição de países de capitalismo central. Isto se repetiu tanto em mudanças propostas na atuação e o sistema de votação do WB e do FMI como também no ADB, este último majoritariamente influenciado pela política econômica japonesa (BUSTILLO, ANDONI, 2018). Além disso, o AIIB não é a única instituição que a China tem promovido como forma de modificar o sistema de financiamento de crédito internacional. Paralelamente à criação do AIIB, também em 2014, os cinco países que compõem os BRICS encaminharam a criação do seu próprio Banco Multilateral de Desenvolvimento, Novo Banco do Desenvolvimento (NDB) (GARCIA, BOND, 2018). No mesmo ano, após a sequência de anúncios da Nova Rota da Seda, a China funda o Fundo da Rota da Seda (SRF), fundo de investimentos público de capital exclusivo chinês e controlado por diversos bancos públicos chineses (BOND, GARCIA, 2015).

Ao mesmo tempo, ainda que certos países dependentes tenham alcançado status de certa importância em organizações multilaterais como BMDs, refletindo no seu poder de voto individual, a supremacia do poder de voto de países centrais segue sendo garantida. O controle

significativo – ou mesmo majoritário – do capital subscrito conjuntamente por países de capitalismo central permite que se argumente certa correspondência entre capital subscrito e poder de voto. Isso permite que países como a China alcancem as primeiras posições do poder de voto individual. Entretanto, como colocado por Bustillo e Andoni (2018), ao longo das décadas de 2000 e 2010, ao bloquearem o aumento do capital autorizado dos BMDs, novas subscrições de capital foram impedidas, impossibilitando alterações significativas no poder de voto de países periféricos.

**TABELA 11:** Ano de Associação, Capital Subscrito e Poder de Voto da China em BMDs

<b>China</b>	<b>WB/IBRD</b>		<b>ADB</b>		<b>AIIB</b>
<b>Ano de Associação</b>	1981		1986		2015
<b>Ano Referência</b>	2002	2018	2002	2018	2019
<b>Capital Subscrito (% do total)</b>	2,85%	5,04%	6,539%	6,429%	29,780%
<b>Poder de Voto (% do total)</b>	2,79%	4,78%	5,559%	5,442%	26,7540%
<b>Poder de Voto (posição individual)</b>	6 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>

**Fontes:** WB (2002); WB (c); ADB (2003); ADB (2019); AIIB (a). Elaboração Própria.

Nota 1: Em 2002, o poder de voto da China estava empatado em 2,79% dos votos totais com outros cinco países: Arábia Saudita, Canadá, Índia, Itália e Rússia (ADB, 2003).

Entretanto, como coloca Ho-fung Hung (2018a), a criação do AIIB não se relaciona somente ao afastamento do poder decisório em organizações multilaterais de países de capitalismo dependente. Isto posto, deve-se analisar os motivos econômicos domésticos e externos para criação do AIIB pela China.

Foi analisado anteriormente, no primeiro capítulo, que o papel desempenhado pelo capital bancário se relaciona ao controle do fornecimento de crédito para a circulação de capital. De forma mais específica, o papel de BMDs tem sido fornecer e controlar vastas somas de crédito, visando o financiamento de bens de capital. Estes mesmos costumam ser de difícil financiamento por estados de capitalismo dependente, uma vez que os mesmos não dispõem de expertise necessária para a realização de grandes obras de infraestrutura, ou a construção de novos parques industriais.

Além disso, foi apresentado, no capítulo anterior, que a tendência de queda da taxa de lucro e a crise financeira de 2007/2008 impõem uma difícil recuperação econômica tanto para as economias de capitalismo central como para as periféricas. A China, diretamente afetada pela crise econômica mundial, agiu ativamente para garantir a reativação tanto de sua economia doméstica como da economia global. O cenário econômico internacional do início da década de 2010 foi interpretado como próprio para a construção de novas organizações multilaterais e para o estabelecimento de novos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.

Domesticamente, frente a tendência da queda da taxa de lucro presente também nas empresas chinesas e a queda no patamar das exportações chinesas no pós-2008, a China busca

assegurar fontes de lucro estável para suas empresas domésticas em diversos seguimentos econômicos. Ao criar o AIIB paralelamente à Nova Roda da Seda, a China cria espaço para a realização de exportação de capital.

Entre 2015 e 2016, a China experimentou fuga de capitais, que eventualmente ocasionam a turbulência da bolsa de valores de Shanghai. A financeirização elevada que os ativos chineses alcançaram no biênio 2015-2016 se ramificou pela economia da China (RILEY, YAN, 2015). Ao criar o AIIB e manter seu controle sobre o processo decisório do banco, a China passa a criar demanda por investimentos privados na ampla rede de infraestrutura proposta, em conexão à Nova Rota da Seda. Assim, a China cria um novo mecanismo de controle para a saída de capitais domésticos (HUNG, 2018a), agora pela via de um Banco Multilateral de Desenvolvimento. Portanto, a saída de capital da China pode agora ser direcionada tanto para os projetos de infraestrutura propostos pela RPC como para seguimentos econômicos operando em complementariedade às obras da NRS.

No plano econômico externo, embora a demanda por democratização de organizações multilaterais seja compartilhada por diversos países de capitalismo dependente, esta agenda é capitaneada por países reconhecidamente pertencentes à semiperiferia global, como os BRICS, a Indonésia ou a Turquia. Isto relaciona-se ao desenvolvimento do capitalismo em cada país e reflete a gama de diferenças entre formações sócio-históricas nacionais. Isto posto, uma série fenômenos se expressam entre os países da semiperiferia e da periferia global: trocas desiguais, controle territorial direto e subimperialismo. Como analisado no primeiro capítulo, pôde-se ver que a atuação dos Estados da semiperiferia por vezes se dá para a promoção da reprodução do seu capital doméstico, ao mesmo tempo em que permite – com determinações e ressalvas dignas de nota, exploradas no capítulo dois em nossa abordagem do caso chinês – a reprodução do capital de MNCs de países centrais em seu território nacional (BOND, GARCIA, 2015; GARCIA, BOND, 2018).

Pode-se ver que o anseio por democratização de organizações multilaterais também implica no desejo pelo controle parcial destas mesmas organizações. Países da semiperiferia do mundo, encontrando condições macroeconômicas estáveis<sup>6</sup> durante os anos 2000, num momento pós-crise financeira internacional, em ocasião do enfraquecimento parcial de economias de capitalismo central, tendo acumulado capital próprio suficiente, passam agora a propor a criação de seus próprios Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (GARCIA, 2017).

---

<sup>6</sup> Diferentemente do contexto macroeconômico experimentado ao longo das décadas de 1980 e 1990.

O relacionamento histórico destes países com BMDs também deve ser analisado com maior atenção. A China distingue-se dos demais países do BRICS quando se trata de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que agora influencia na criação de dois BMDs regionais, a RPC segue sendo um dos maiores recebedores de empréstimos de BMDs para financiamento de projetos de infraestrutura, sendo o segundo país que mais recebeu empréstimos do ADB e do WB/IBRD, com US\$ 2,6241 Bi e US\$ 22,32 Bi respectivamente<sup>7</sup>.

Há também uma disputa pela contratação de empresas nacionais em contratos de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Embora os EUA desempenhem um papel dominante na concessão de empréstimos junto ao WB e ao FMI, de acordo com Nelson (2015), os contratos resultantes destes empréstimos têm sido concedidos a empresas chinesas, brasileiras e indianas. Isto se junta ao reconhecido déficit de investimentos em infraestrutura em países de capitalismo dependente, cujos investimentos necessitariam de cerca de US\$ 776 Bi entre 2010 e 2020 (BUSTILLO, ANDONI, 2018). O resultado é que empresas destes países obtiveram desempenho significativo na disputa por contratos junto ao WB, beneficiando-se do lucro certo advindo das operações de empréstimo internacional entre país-membro e WB. Isto ocorre em detrimento de empresas de outros países, dentre eles os EUA (BUSTILLO, ANDONI, 2018). É visível que o controle destes contratos se torna algo crucial em meio à estagnação econômica que seguiu a Crise Financeira de 2007/2008.

Portanto, como coloca Ho-fung Hung (2018a), para dar suporte à expansão do seu capital doméstico, a China cria o AIIB, um novo BMD, e o utiliza como mecanismo de alocação de capital. O AIIB passa então a prover capital necessário à circulação e à realização de investimentos de grande porte. Este capital dá vazão a demanda latente por obras de expansão de redes de infraestrutura. Num primeiro momento, o resultado é o surgimento de novos mercados para empresas de construção civil. Entretanto, como se verá adiante, a NRS não se limita somente a financiar obras de engenharia – que por si só já se subdividem em setores diversos –, mas perpassa também o setor financeiro.

Deste modo, a China passa também a conduzir o investimento em capital fixo na Ásia-Pacífico, após identificar certo déficit de investimentos em infraestrutura na região. Isto é feito paralelamente a atuação de diversos outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, que

---

<sup>7</sup> Em se tratando do recebimento de empréstimos do ADB e do WB/IBRD, a primeira e a terceira posição são ocupadas pelos mesmos países em ambos os casos. Em primeiro lugar, Índia, com US\$ 3,5298 Bi (ADB) e US\$ 25,879 Bi (WB/IBRD), e, em terceiro lugar, Indonésia, com US\$ 2,0821 (ADB) e US\$ 20,754 Bi (WB/IBRD). (WB, 2018a).

realizam investimentos similares na região, de forma independente ou mesmo em parceria com o AIIB.

### 3.1.3. Atuação (2016-2019)

**TABELA 12:** Evolução Anual do AIIB (2015-2019)

Ano	Membros (Total)	Membros Regionais	Membros Não-regionais	Membros-clientes	Projetos	Fundo Soberano	Não-soberano <sup>1</sup>
2015	18	12	6	-	-	-	-
2016	50 (+32)	34 (+22)	16 (+10)	7	8	7	1
2017	61 (+11)	40 (+6)	21 (+5)	12 (+3)	23 (+15)	17 (+10)	5 (+4)
2018	69 (+8)	44 (+4)	25 (+4)	13 (+1)	34 (+11)	25 (+8)	9 (+4)
2019	76 (+7)	44 (-)	32 (+7)	18 (+5)	62 (+28)	40 (+15)	22 (+13)

Fonte: AIIB(d); Elaboração Própria.

**Nota 1:** A contagem de projetos que não possuem garantias de fundo soberano é feita somando os projetos declaradamente não financiados por fundo soberano com aqueles onde a presença desta forma de garantia não é mencionada. Sete projetos não possuem expressamente garantia de dívida soberana: Beijing Air Quality Improvement and Coal Replacement Project (China, 2017); AIIB Asia ESG Enhanced Credit Managed Portfolio (Asia, 2018); L&T Green Infrastructure On-Lending Facility (India, 2019); Asia Investment Fund (Plurinacional, 2019); Infrastructure Private Capital Mobilization Platform (Plurinacional, 2019); Asia Climate Bond Portfolio (Plurinacional, 2019); e Tata Cleantech Sustainable Infrastructure On-Lending Facility (India, 2019).

Desde 2016, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura tem atuado no financiamento de novos investimentos em diversos seguimentos econômicos (ver gráfico 15). Totalizando 62 projetos distintos até o final de 2019 (AIIB (d))<sup>8</sup>, o AIIB tem continuamente ampliado o seu número de membros-clientes<sup>9</sup>. Em 2019, do total de 76 países-membros, 20 são membros-clientes do banco. É digno de nota que todos os 20 países clientes do AIIB são membros-clientes, embora estes clientes estejam distribuídos nos continentes asiático, europeu e na África<sup>10</sup>. É também necessário apontar a existência de suas divisões regionais que comportam uma pluralidade de países na alocação de projetos, sendo os mesmos colocados sob as rubricas “Ásia” e “Plurinacional” (*Multy-country*), com respectivamente 4 e 3 projetos cada.

**TABELA 13:** Novos Projetos, Investimentos Totais Estimados; Investimentos Estimados Exclusivos do AIIB (2016-2019)

<sup>8</sup> A coleta de dados foi feita entre os meses de outubro de 2019 e março de 2020. Esta coleta foi possível mediante a disponibilização de diversos documentos relativos aos projetos aprovados pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. Compondo também o objeto desta coleta, dados provenientes de outros BMDs, notadamente o WB, possibilitaram uma compreensão mais aprofundada dos empréstimos transnacionais, dos mecanismos de financiamento e dos impactos socioambientais provocados pelas transformações materiais atreladas à realização dos projetos aprovados.

<sup>9</sup> Nos termos desta pesquisa, membros-clientes são Estados-membros do AIIB, membros-fundadores ou não, membros regionais ou não-regionais, que passaram a receber empréstimos e outras formas de investimento do AIIB.

<sup>10</sup> A partir desta divisão regional, os membros-clientes do AIIB são: Bangladesh, Camboja, Cazaquistão, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Laos, Mianmar, Nepal, Omã, Tadjiquistão, Turquia, Paquistão, Sri Lanka, Uzbequistão (Ásia); Azerbaijão, Geórgia, Rússia (Europa); e Egito (África).

Ano	Novos Projetos	Estimativa de Investimentos totais	Estimativa de Investimentos Exclusivos do AIIB	Investimentos do AIIB sobre os Investimentos Totais (%)
2016	8	12.514,35	1.694	13,54%
2017	15 (+7)	9.014,77	2.578,603	28,60%
2018	11 (-4)	7.667,5	3.253,390	42,43%
2019	28 (+17)	11.748,76	4.994,210	42,51%
<b>Total</b>	62	40.945,38	12.520,203	30,58%
<b>Média</b>	15,5	10.236,345	3.130,051	30,58%

Fonte: AIIB(d); Elaboração Própria.

Até o final de 2019, o preço total dos projetos em que o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura está envolvido é avaliado em US\$ 40,190 Bi. Ao longo dos seus quatro anos de operação, avalia-se que a administração do AIIB tem se comprometido a financiar um total de US\$ 12,520 Bi dos projetos em que atua, constituindo um total de 30,66%<sup>11</sup>.

**TABELA 14:** Comparação entre AIIB, ADB e WB/IBRD

Banco Internacional		AIIB				ADB	WB/IBRD
Data de Estabelecimento		2016				1966	1944
Comparação entre datas		31 de dez. de 2016	31 de dez. de 2017	31 de dez. de 2018	30 de set. de 2019	31 de dez. de 2017	30 de jun. de 2018
Membros	<b>Total</b>	57	84	94	102	67	189
	<b>(Regional, Não-regional, Prospectivo)</b>	34, 16, 7	40, 20, 24	44, 24, 26	32,44, 26	48, 19, 0	-
<b>Classificação do Crédito (S&amp;P)</b>		-	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA
Capital	<b>Autorizado</b>	100	100	100	100	151.512	278
	<b>Subscrito</b>	90.327	95.001	96.340	96.708,4	151.169	274.730
	<b>Pago</b>	18.065	19.000	19.268	19.342,7	7.563	16.456
Ativos	<b>Investimento em Empréstimos</b>	9,6	773,2	1.365,2	1.903,6	101.126	183.588
	<b>Depósitos</b>	2.292,1	5.885,9	8.223,3	12.497,6	N/A	N/A
	<b>Totais</b>	17.795	18.973	19.562,3	22.623,8	182.381	403.056
<b>Despesas Gerais e Adm.</b>		30,7	56,1	84,7	89,1	1.869	2.049
<b>Receita Líquida dos Juros</b>		23,5	124,2	250,8	303,7	597	2.161

Fonte: AIIB (2017; 2018; 2019). ADB (2017); WB/IBRD (2018). Elaboração Própria.

Nota: Números em milhões de dólares

Na Tabela 15, pode-se perceber que há um aumento contínuo da monta de investimentos. É necessário ressaltar que se trata do total estimado de financiamento, o que ocorre através de desembolsos periódicos de recursos do AIIB. Este arranjo é costumeiramente

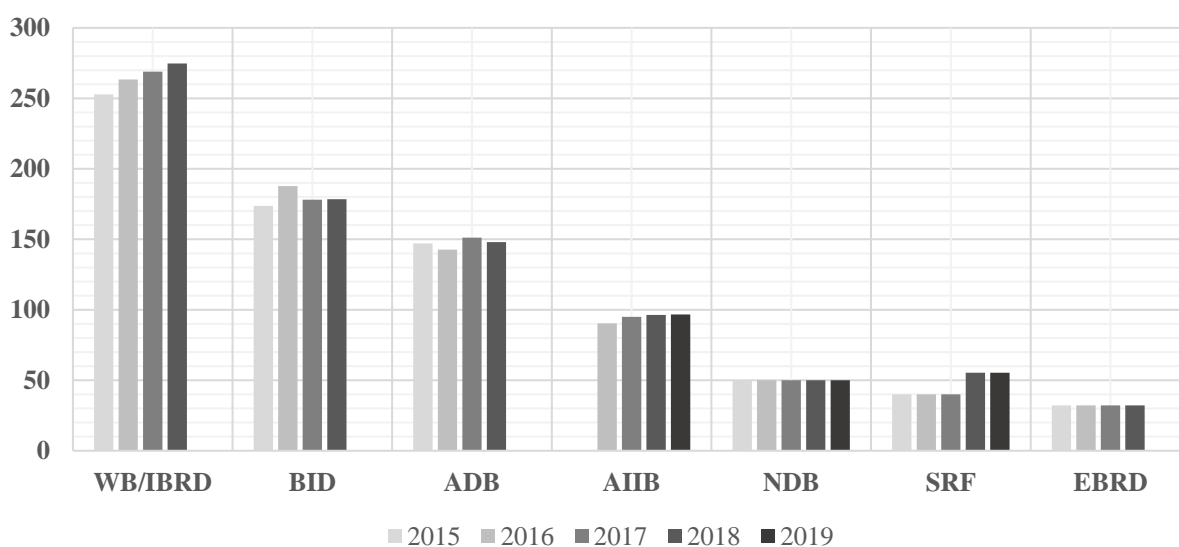
<sup>11</sup> Os valores aqui apresentados como custo total dos investimentos em que o AIIB atua, bem como a soma total dos valores investidos pelo AIIB estão estimados. Isto é feito porquê diversos projetos do AIIB não apresentam todos os dados quanto ao custo total, sobre a parcela investida pelo AIIB ou sobre o capital investido por entidades privadas ou por outros BMDs. Neste sentido, informa-se que o capital investido pelo AIIB nos seguintes projetos não foi revelado pelo Banco: *CITIC Capital Pan Eurasia Fund* (Plurinacional, 2019, setor financeiro); *Tata Cleantech Sustainable Infrastructure On-Lending Facility* (Índia, 2019, setor financeiro). Para os dados apresentados nesta pesquisa, estimou-se que o AIIB comporia a integralidade dos investimentos em ambos os projetos do setor financeiro, de forma semelhante à composição dos investimentos de diversos outros projetos do mesmo setor. Além disso, informa-se que os valores usados para o projeto *Road II Solar PV Feed-in Tariffs Program* (Egito, 2017, setor energético) são os valores apresentados como limite máximo, tanto para o preço total (US\$ 755 Mi.), como para a soma investida pelo AIIB (US\$ 199 Mi). Os valores mínimos informados pelo AIIB são respectivamente US\$ 700 Mi e 181,5 Mi.



composto por outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento atuando em conjunto na composição dos 62 projetos aprovados. Isto indica que estas somas podem passar vários anos sendo desembolsadas para o financiamento dos projetos aprovados.

É também digno de nota que, embora o número de novos projetos sofra retração em 2018 (11) em relação ao ano anterior (15), e mesmo isto refletindo na queda do valor estimado de investimentos totais para o ano de 2018 (US\$ 7.667,5 Mi.), em relação a 2017 (US\$ 9.014,77 Mi.), ainda assim, o valor estimado do que será investido pelo AIIB subiu de US\$ 2.578,603 Mi. em 2017 para US\$ 3.252,390 Mi. em 2018. De fato, em se tratando de estimativas de valor a serem investidas pelo AIIB, mesmo frente a limitações na quantidade de novos projetos aprovados ao longo do período 2016-2019, os avanços podem assinalados pela evolução da parcela percentual de investimentos do AIIB sobre o total de investimentos de projetos aprovados. Este índice evolui continuamente entre 2016 e 2019, subindo de 13,54% em 2016 para 42,51% em 2019, conforme a Tabela 15.

**GRÁFICO 12:** Comparação entre o Capital Subscrito de BMDs (2015-2019)



**Fonte:** WB (2017; 2018a); BID (2016; 2018); ADB (2016; 2018) AIIB (2017; 2018; 2019); NDB (2016; 2018) SRF (2017); EBRD (2016; 2018). Elaboração Própria.

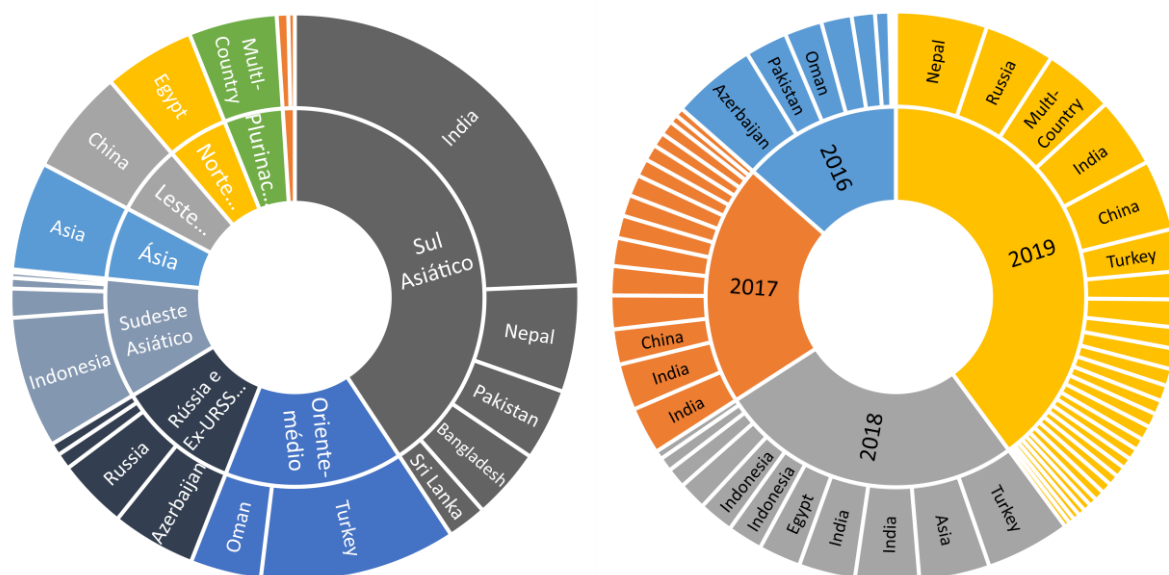
**Nota:** O valor referente ao capital subscrito do AIIB de 2019 é referente a 30 de setembro de 2019. O Relatório Anual do AIIB de 2019, com dados referentes a 30 de dezembro de 2019, não foi publicado até o momento da submissão desta Dissertação para avaliação.

É possível afirmar que há quantidade significativa de novos projetos lançados ano após ano. A evolução é nítida. Se tratado o ano de 2018 como exceção à trajetória ascendente, pode-se perceber que entre 2016 e 2017 o AIIB mais do que dobrou o seu número de projetos aprovados. Dois anos depois, em 2019, este número chega novamente perto de dobrar (em relação a 2017), alcançando 28 novos projetos. Entretanto, é necessário atentar para a proximidade entre a estimativa de investimentos totais de cada ano e a média aritmética do total

de investimentos estimados para o período 2016-2019 (US\$ 10.236,345 Mi.). Com o aumento no número de projetos, mas a quase permanência do valor estimado de investimentos totais ou de investimentos realizados pelo AIIB, pode-se perceber que há uma redução ano após ano no valor dos projetos aprovados pelo AIIB. Isto ocorre ao mesmo tempo em que o AIIB passa a anualmente ampliar o percentual total ocupado pelo seu financiamento em cada projeto (ver gráfico 18).

Geograficamente, após sua abertura para negócios em janeiro de 2016, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura tem expandido suas operações pela região que compreende os continentes asiático e oceânico, além do Egito no norte da África. Como observado no Gráfico 10, após uma série de aportes financeiros, somas significativas passaram a compor o estoque de capital subscrito do banco. Este mesmo aumento de estoque também pôde ser observado em relação ao capital pago do AIIB. Com ambos os estoques alcançando mais de 95% do valor total em dezembro de 2016 (ver Gráfico 13 e tabela 16) (AIIB, 2017), as operações do AIIB puderam seguir a trajetória de expansão esperada para aquele ano, o que reflete na expansão de suas operações em 2018 e 2019 (ver tabela 15 e gráfico 13).

**GRÁFICO 13:** Financiamento do AIIB por país, por Região Geográfica vs. Preço Estimado de Realização dos Projetos com Atuação do AIIB, ano a ano (2016-2019)



**Fonte:** AIIB (d). Elaboração Própria.

A rápida consolidação do AIIB possibilitou que o banco alcançasse já em 2017 a nota máxima em diversas agências de avaliação de crédito (Ver tabela 16). Em 2017, o Banco Asiático de Investimentos alcançou a nota máxima (AAA ou variantes) nas agências Moddy's Investors Service, Fitch Ratings e Standard & Poors (S&P), notas que o banco tem mantido desde então. Isto reflete a confiança alcançada pelo AIIB, que demonstra estabilidade frente à

dinâmica existente de fornecimento e controle do crédito capital-financeiro, sistema bancário e instituições multilaterais de crédito.

Entre 2016 e 2019, os projetos do AIIB tem se concentrado predominantemente no Sul Asiático, que detém 24 projetos aprovados, dos quais 14 concentram-se na Índia, 05 em Bangladesh e 04 no Paquistão. Na sequência, o Sudeste Asiático vem em segundo lugar, com 09 projetos aprovados, dos quais 05 localizam-se na Indonésia. O Sudeste asiático é seguido do Oriente Médio, com 07 projetos, dos quais 05 são na Turquia, e pelo Centro-asiático, com 04 projetos, onde 02 se localizam no Tadjiquistão. A quantidade de projetos aprovados entre 2016 e 2019 não acompanha necessariamente os investimentos do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. O Sul Asiático concentra 40,74% dos investimentos projetados do AIIB até o final de 2019, sendo seguido pelo Oriente Médio, com 15,21%, pela Rússia e Repúblicas do Cáucaso com 10,4% e finalmente pelo Sudeste Asiático, com 10,24%. O resultado é que os projetos até o momento aprovados pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura apresentam uma forte concentração no Sul Asiático, conforme o Gráfico 14.

**TABELA 15:** Proposta de Redefinição de Setores dos Projetos do AIIB:  
Definição Atual e Definição Proposta

<b>Projeto Aprovado (AIIB)</b>	<b>Definição do AIIB</b>	<b>Definição Proposta</b>
AIIB Asia ESG Enhanced Credit Managed Portfolio	Multi-sector	Finance
Asia Climate Bond Portfolio	Finance	Finance
Asia Investment Fund	Finance	Finance
.CITIC Capital Pan Eurasia Fund	Multi-sector	Finance
IFC Emerging Asia Fund	Multi-sector	Finance
India Infrastructure Fund	Multi-sector	Finance
Infrastructure Private Capital Mobilization Platform	Finance	Finance
L&T Green Infrastructure On-Lending Facility	Finance	Finance
National Bank of Egypt On-Lending Facility for Infrastructure	Finance	Finance
National Investment and Infrastructure Fund	Multi-sector	Finance
Regional Infrastructure Development Fund Project	Urban Infrastructure	Finance
SUSI Asia Energy Transition Fund	Energy	Finance
Tata Cleantech Sustainable Infrastructure On-Lending Facility	Finance	Finance
TKYB Renewable Energy and Energy Efficiency On-Lending Facility	Finance	Finance
TSKB Sustainable Energy and Infrastructure On-lending Facility	Finance	Finance

**Fonte:** AIIB (d). Elaboração Própria.

Quando analisados os setores em que os projetos se concentram, a determinação do setor econômico dos projetos do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura feita pelo AIIB é discutível. Ao longo da análise dos dados dos projetos aprovados entre 2016 e 2019, é possível perceber a série de discrepâncias entre os documentos, que, ao denotar e categorizar setores econômicos de projetos aprovados, dão margem a diversas incongruências. Pode-se encontrar projetos com excessiva categorização (chegando a três setores econômicos), incongruências

quanto à escolha de palavras adequadas para descrever um seguimento econômico (*transport e transportation*), ou mesmo a categorização de uma determinada denominação em um seguimento para em projeto semelhante utilizar um setor diverso (*water e rural infrastructure*). A colocação de diversos fundos financeiros, intermediários no financiamento de obras ainda não anunciadas, como sendo pertencentes a setores diversos do financeiro, ou mesmo agrupados sob o signo *multi-sector*. Para que não fique sem registro, indicamos o destaque feito na Tabela 15 referente aos diversos fundos financeiros de investimento criados até o momento pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, além do aporte feito ao *National Bank of Egypt*, e seus respectivos setores.

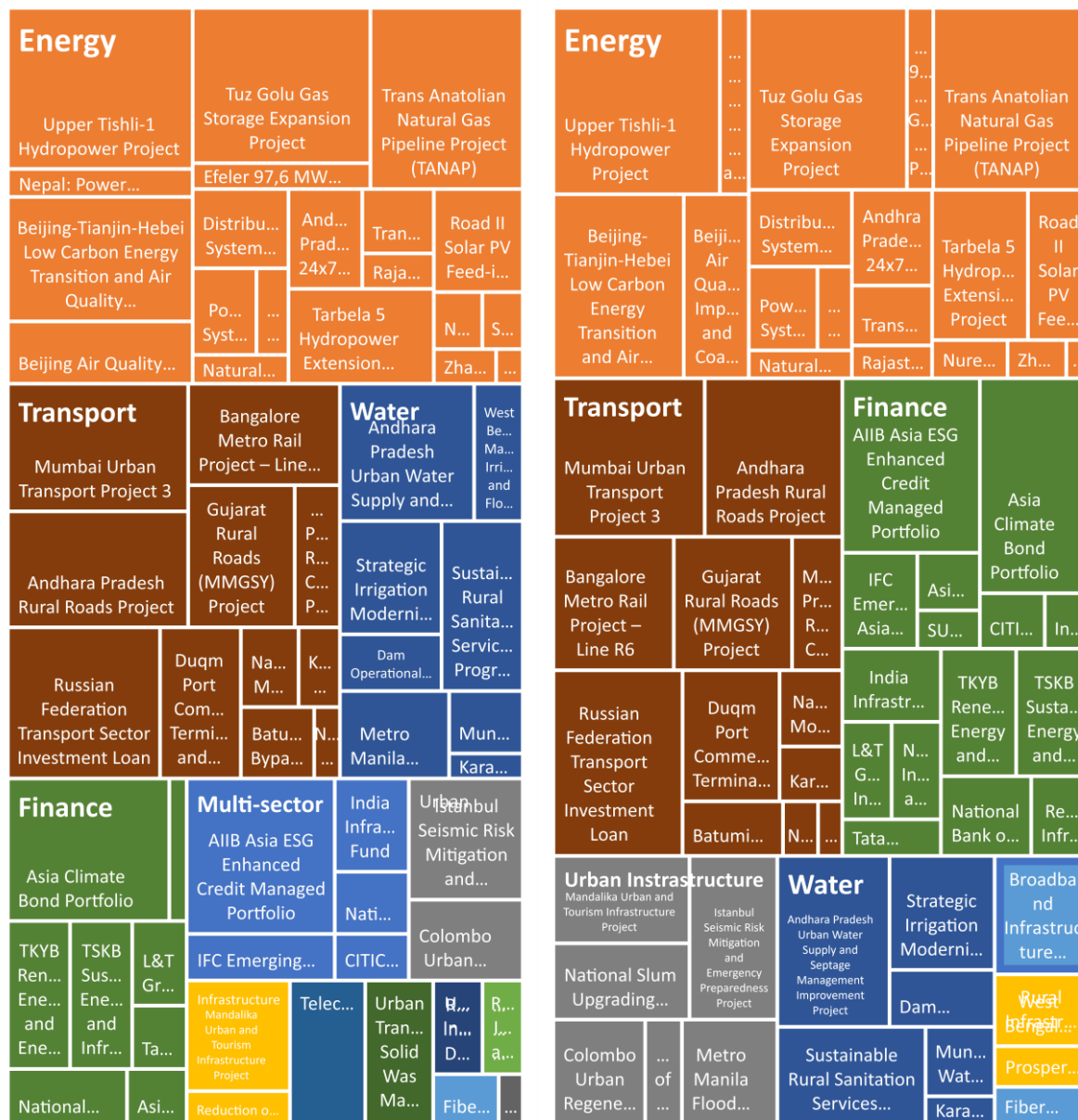
Acaso observadas estas colocações, este texto propõe uma versão alternativa da divisão por setor econômico dos projetos aprovados pelo AIIB, e esta é refletida no Gráfico 14. O setor financeiro torna-se o terceiro mais significativo dentro dos projetos aprovados pelo AIIB. Além disso, é digno de nota que o segundo maior seguimento econômico do AIIB, o financeiro, permanecerá sob administração desvinculada do mesmo, na medida em que são criadas instituições financeiras autônomas fora da hierarquia organizacional do banco. Os sumários executivos apresentados pelo banco também são pouco transparentes para estes projetos. Além das incongruências quanto à definição do setor, não são informados planos mais detalhados de capitalização, com datas de início das atividades ou de encerramento. Por fim, diferenciando-se dos demais projetos aprovados, o AIIB não tem disponibilizado a versão completa de documentos referentes aos projetos do setor financeiro. Não é exagero afirmar que a criação destes 15 fundos financeiros (ver Tabela 17) dificultará análises de investimentos do AIIB entre 2016 e 2019. No limite, só se poderá analisar a estimativa de desembolsos feitos pelo AIIB para estes novos fundos financeiros, e não seu efetivo resultado.

De forma geral, há uma predominância do setor energético na composição geral por setor dos investimentos do AIIB. Tanto nos dados do AIIB como na Definição Alternativa Proposta (DAP), o percentual alcançado para o valor a ser investido pelo AIIB no setor energético chega a 33% (33,58% e 33,18%, respectivamente). Em ambas as métricas, o setor de transportes ocupa a segunda posição, alcançando 22,98% do total de investimentos em obras do AIIB no período assinalado.

As significativas discrepâncias localizam-se entre os setores de Infraestrutura de Rede Hidráulica e no setor Financeiro. Na DAP, o setor financeiro alcança 19,8%, sendo o terceiro setor de maior concentração de investimento em obras do AIIB; na definição do AIIB, ele chega a 10,81%, ficando na quarta posição. Em se tratando de Infraestrutura de Rede Hidráulica, o DAP registra um percentual de 9,7%, colocando este setor em quarto lugar; na separação

setorial elencada pelo AIIB, este percentual alcança 12,52%, constituindo o terceiro maior setor econômico de investimentos do banco.

**GRÁFICO 14:** Divisão por Setor Econômico dos Projetos do AIIB:  
Divisão Oficial (esquerda) vs. Divisão Alternativa Proposta (direita) (2016-2019)



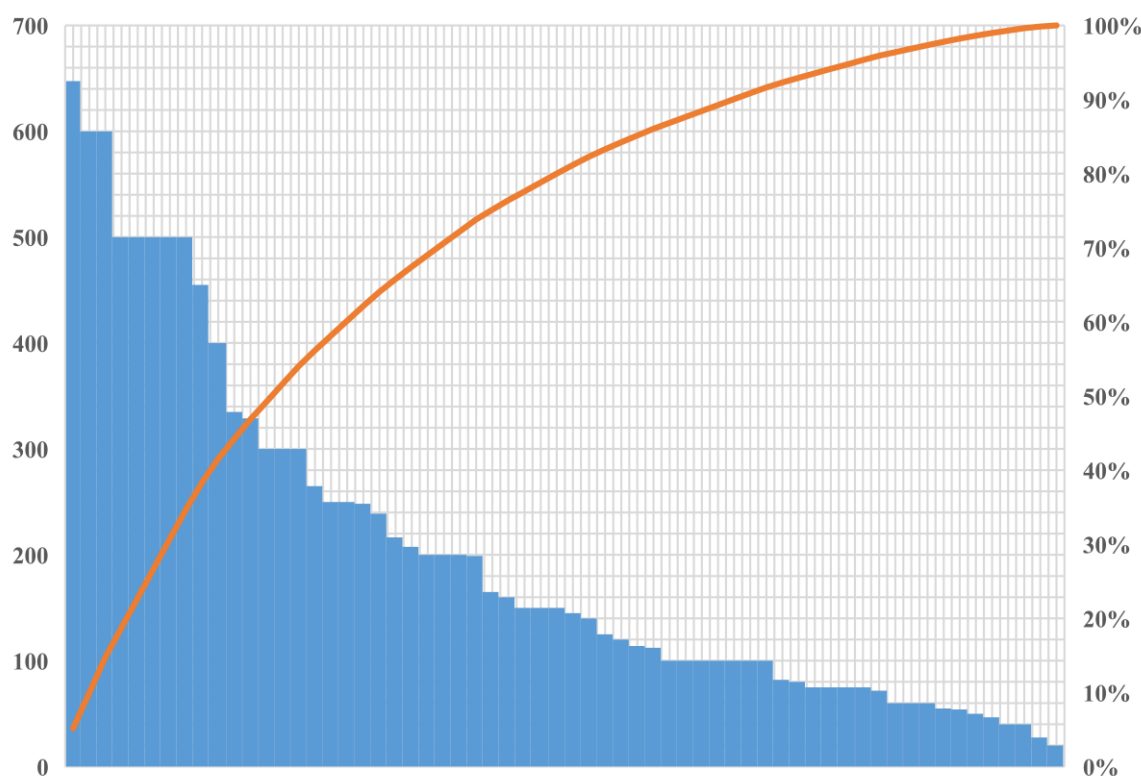
Fonte: AIIB (d). Elaboração Própria.

Em relação a avaliação do risco financeiro com o financiamento dos projetos aprovados pelo AIIB, temos que 23 dos 62 projetos não mencionam seu risco potencial. Destes 23, 12 são projetos que a DAP considera como projetos do setor financeiro. Para os 39 projetos com avaliação de risco definida, apenas dois possuem risco avaliado como baixo. Nas demais situações, pode-se ver que o risco médio e alto é determinado para 18 e 19 projetos, respectivamente.

De modo a garantir os repasses periódicos dos empréstimos feitos aos países, instituições nacionais ou empresas que se associam ao AIIB para a realização dos projetos aprovados, é costumeiramente estabelecida a garantia de dívida soberana nacional. Embora a captura da dívida soberana através de empréstimos de longa duração não seja objeto desta dissertação, é necessário mencionar o corrente debate, permeado de acusações de que a China estaria construindo, através da Rota da Seda, uma sistemática de controle da dívida soberana dos Estados nacionais através da realização de amplas obras de infraestrutura.

De fato, a exigência de garantia de dívida soberana é hodiernamente vinculada a estados nacionais. O fechamento da dívida referente aos projetos do AIIB costumeiramente fecha seis meses após o último desembolso esperado pelo projeto, embora existam casos em que este fechamento ocorre meros três meses. A moda numérica é de 25 dos 62 projetos tendo sua dívida fechada após seis meses do último desembolso. Sublinha-se que em 29 dos casos não há definição de fechamento da dívida dos projetos aprovados.

**GRÁFICO 15:** Diagrama de Pareto – Obras do AIIB por valor estimado vs. Acúmulo Proporcional de Investimentos do AIIB por Projeto Aprovado (2016-2019)



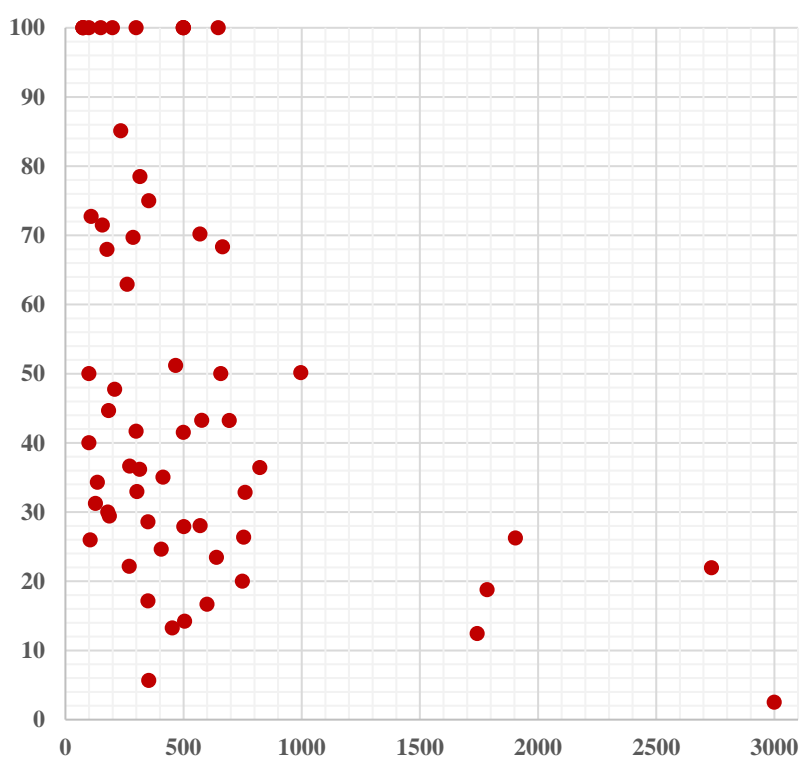
**Fonte:** AIIB (d). Elaboração Própria.

É digno de nota que dos 62 projetos aprovados pelo AIIB entre 2016 e 2019, somente sete não definam garantia de dívida soberana como contrapartida para sua realização. Destes, cinco pertencem ao setor financeiro de acordo com a DAP. Os outros dois são o Efeler 97,6 MW Geothermal Power Plant Expansion Project, localizado na Turquia, e o Beijing Air Quality

Improvement and Coal Replacement Project, localizado na China. Dos demais projetos aprovados pelo AIIB, 40 são salvaguardados por dívida soberana dos Estados-clientes que estão vinculados aos mesmos. Os outros quinze projetos aprovados pelo AIIB não identificam se possuem garantias de dívida soberana ou não.

Uma vez que a garantia de dívida soberana é costumeiramente vinculada a Estados, é compreensível que não se vincule dívida soberana para os 06 novos fundos financeiros criados através da capitalização do AIIB<sup>12</sup>. Seguindo a classificação oficial, além destes seis fundos financeiros, os demais seis projetos aprovados no setor financeiro coincidentemente não possuem nem avaliação de risco nem mencionam dívida soberana ligada a si<sup>13</sup>.

**GRÁFICO 16:** Distribuição do Percentual de Financiamento do AIIB por Projeto Aprovado vs. Preço Total Avaliado do Projeto Aprovado



Fonte: AIIB (d). Elaboração Própria.

O resultado final sobre a atuação do AIIB pode ser aduzido a partir dos Gráficos 15 e 16. No gráfico 15, o Diagrama de Pareto demonstra tanto a monta estimada a ser desembolsada pelo AIIB, como também o percentual acumulado da monta desembolsada em relação ao total

<sup>12</sup> São eles: o Tata Cleantech Sustainable Infrastructure On-Lending Facility; o Asia Climate Bond Portfolio; o Infrastructure Private Capital Mobilization Platform; o Asia Investment Fund; o L&T Green Infrastructure On-Lending Facility e o AIIB Asia ESG Enhanced Credit Managed Portfolio.

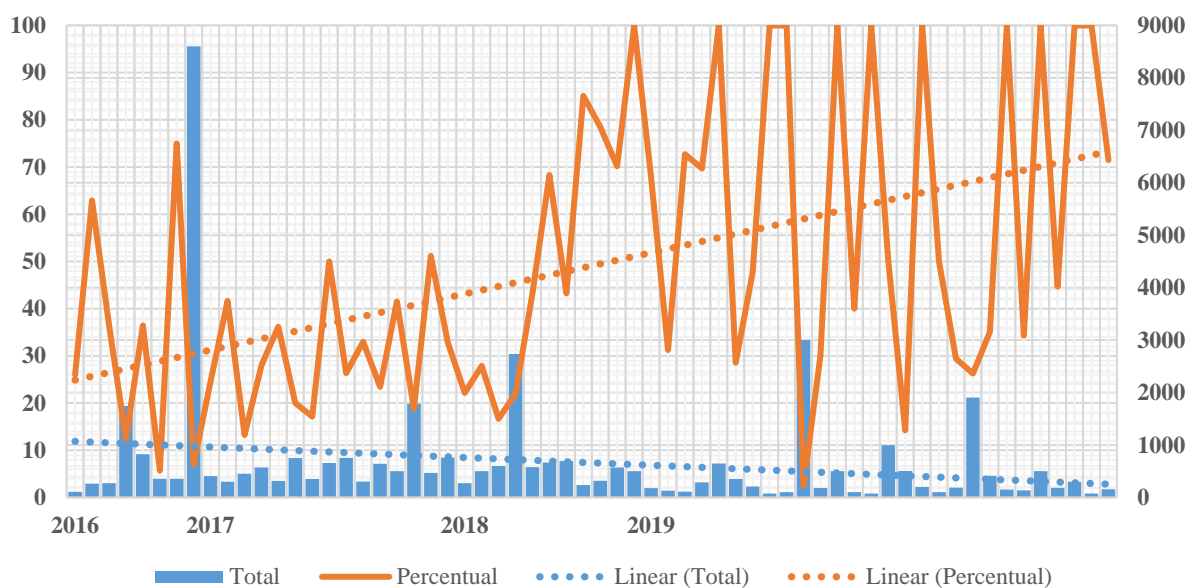
<sup>13</sup> São eles: o CITIC Capital Pan Eurasia Fund; o National Bank of Egypt On-Lending Facility for Infrastructure; o SUSI Asia Energy Transition Fund; o National Investment and Infrastructure Fund; o IFC Emerging Asia Fund; e o India Infrastructure Fund.

geral a ser desembolsado pelo AIIB, US\$ 12.520,203 Mi. Pode-se perceber que rapidamente metade (50%) do valor total desembolsado pelo AIIB entre 2016-2019 é alcançado com apenas 14 projetos<sup>14</sup>.

Pode-se perceber que há uma nítida relação inversamente proporcional entre o valor estimado total dos projetos aprovados e o percentual correspondente do valor a ser desembolsado pelo AIIB. Chama ainda mais atenção o fato de que o comprometimento financeiro do AIIB acima de 50% só tem se apresentado em projetos abaixo de US\$ 2 Bi., e que isto só ocorre em 25 dos projetos.

Através do Gráfico 17, pode-se perceber que a parcela financiada dos projetos aprovados do AIIB concentra-se entre 10 e 50% por projeto, e em projetos de valor total de até pouco mais de US\$ 800 Mi., com 39 dos 62 projetos aprovados do AIIB atendendo estes critérios.

**GRÁFICO 17:** Valor Estimado dos Projetos Aprovados pelo AIIB vs. Percentual de Participação do AIIB no Financiamento de seus Projetos Aprovados, ano a ano (2016-2019)



**Fonte:** AIIB (d). Elaboração Própria.

O Gráfico 18 a variação percentual do financiamento do AIIB em relação ao valor estimado total de cada projeto, entre 2016 e 2019. Pode-se observar que há significativa

<sup>14</sup> São eles: o Istanbul Seismic Risk Mitigation and Emergency Preparedness Project; o Tarbela 5 Hydropower Extension Project; o Broadband Infrastructure Project; o Efeler 97,6 MW Geothermal Power Plant Expansion Project; o TKYB Renewable Energy and Energy Efficiency On-Lending Facility; o Infrastructure Private Capital Mobilization Platform; o National Road 13 Improvement and Maintenance Project; o SUSI Asia Energy Transition Fund; o West Bengal Major Irrigation and Flood Management Project; o Nurek Hydropower Rehabilitation Project, Phase I; o Karachi Bus Rapid Transit Project; o IFC Emerging Asia Fund; o IFC Emerging Asia Fund; o Bangalore Metro Rail Project – Line R6; e o Regional Infrastructure Development Fund Project.



variação entre os projetos aprovados se comparados entre si. Entretanto, analisados em conjunto, pode-se perceber duas tendências em sentidos diferentes. Primeiro, os projetos aprovados pelo AIIB apresentam uma tendência de crescimento do percentual relativo financiado pelo AIIB em relação ao valor correspondente ao projeto aprovado. Ou seja: o AIIB está cada vez mais financiando a integralidade dos seus projetos aprovados. Em segundo lugar, há uma tendência de queda do preço total dos projetos aprovados pelo AIIB. Isto significa que o AIIB tem aprovado projetos menores. Em conjunto, percebe-se que o AIIB está progressivamente financiando em maior grau seus projetos aprovados, mas que estes são projetos em dimensões menores, e esta redução é percebida ano a ano, entre 2016 e 2019.

**TABELA 16:** Participação de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) em Projetos Aprovados do AIIB (2016-2019)

Projetos com BMDs além do AIIB	Projetos	Total (US\$ Mi.)	Relação Proporcional
<b>Total Geral</b>	<b>62</b>	40.945,38	<b>100%</b>
WB/IBRD	13	3.624,103	8,851%
WB/IDA	4	465,7	1,137%
WB/IFC	4	598 + N/A <sup>1</sup>	1,460%*
<b>WB/Total</b>	<b>21</b>	4.687,80 + N/A <sup>1</sup>	<b>11,449%*</b>
ADB*	5	666	1,627%
EBRD	3	575,9	1,260%*
EIB	3	2.639	6,445%
BSTDB	1	20	0,024%
Nordic Development Fund	1	3,5	0,009%
IsDB	1	350	0,885%
EaDB	1	40	0,098%
<b>Projetos financiados por BMDs além do AIIB</b>	<b>33</b>	-	-
<b>Projetos com mais de 1 BMD além do AIIB</b>	<b>6</b>	-	-
Nenhum BMD além do AIIB	29	-	-

**Legenda:** N/A<sup>1</sup>: até o momento, não foi anunciada a quantia a ser desembolsada pelo WB/IFC no *Nepal: Upper Tishli-1 Hydropower Project* **Fonte:** AIIB (d). Elaboração Própria.

A composição total do capital investido nos projetos aprovados pelo AIIB costumeiramente é composta pelos Membros-clientes que sediam os projetos, por BMDs, e por outras instituições financeiras privadas capazes de realizar os aportes significativos necessários à realização dos projetos. É válido mencionar a participação significativa de BMDs, que estão presentes em 34 projetos aprovados pelo AIIB. O mais frequente deles é também o BMD de maior capital subscrito, o Banco Mundial (WB), que é representado por três de suas instituições financeiras de autonomia relativa: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (WB/IBRD), com 7 projetos; a Agência Internacional para o Desenvolvimento (WB/IDA), com 3 projetos; e a Corporação Financeira Internacional (WB/IFC). Além disso, 07 projetos definem o WB diretamente como coparticipante no financiamento dos projetos aprovados. No total, o WB está presente em 19 projetos do AIIB, o que constitui cerca de 30,64% de presença em

projetos, ou, em termos gerais, indica a presença do Banco Mundial em um de cada três projetos do AIIB. Em relação aos desembolsos necessários à realização dos projetos aprovados, temos que o WB apresenta um total de US\$ 4.282,8 Mi entre 2016 e 2019. Em termos comparativos, isto constitui 34,21% do total a ser desembolsado pelo AIIB em seus projetos aprovados no quadriênio 2016-2019. Em relação a monta total estimada de desembolsos para os projetos aprovados neste período, o WB estará responsável por 10,65% da monta total.

Além do Banco Mundial, diversos outros BMDs tem se comprometido a participar ativamente no financiamento dos projetos aprovados pelo AIIB, Como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Europeu para Reconstrução e o Desenvolvimento (EBRD), o Banco Europeu de Investimento (EIB), o Banco do Mar Negro para Comércio e Desenvolvimento (BSTDB), o Fundo Nórdico para o Desenvolvimento (*Nordic Development Fund*), o Banco Islâmico para o Desenvolvimento (IsDB) e o Banco de Desenvolvimento Eurasiático (EaDB). Suas participações financeiras e sua respectiva relação proporcional em relação a monta total a ser investida nos projetos aprovados pelo AIIB entre 2016 e 2019 estão na Tabela 16.

Concluindo, ao se indicar que a participação percentual do AIIB em seus projetos aprovados é de 31,15%, pode-se ver que há uma participação significativa de outros BMDs no financiamento dos projetos do AIIB, que alcança conjuntamente 23,80%. Ao mesmo tempo, nota-se a diversidade de contribuições de BMDs para a composição geral do financiamento do AIIB. Dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento elencados, a China somente é Estado-membro de 02, o ADB e o EBRD. Em linhas gerais, pode-se ver que há certo interesse dos Estados-membros de outros BMDs na participação nos projetos do AIIB.

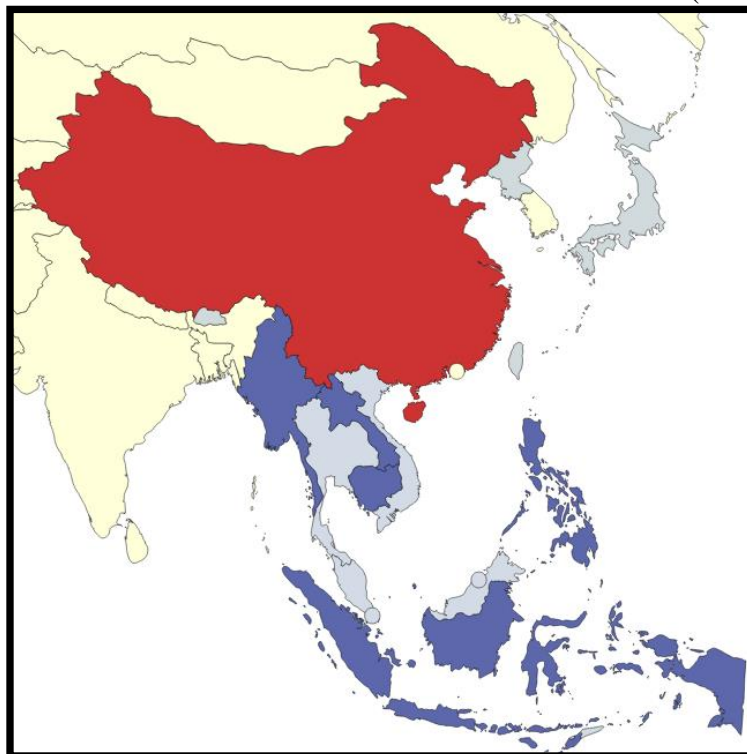
Além disso, em sentido complementar, uma análise mais aproximada da localização dos investimentos de BMDs em projetos do AIIB mostra que a relação entre pertencimento regional – a área de atuação do BMD específico) e participação em projetos aprovados nem sempre constitui uma conclusão intuitiva. A título de exemplo, embora se presencie a participação do ADB em projetos em Bangladesh ou no Paquistão, é notável a sua presença no *Batumi Bypass Road Project*, na Geórgia, orçado em US\$315,2 Mi, dos quais cerca de US\$ 114 Mi (EUR 198,19 Mi) são de responsabilidade do ADB, em complementação aos US\$ 114 Mi a ser desembolsados pelo AIIB. Situação similar se repete com o EIB, que embora subsidie projetos na Turquia, também o faz em ocasião do *Bangalore Metro Rail Project – Line R6*, na Índia, com a vultuosa contribuição de US\$ 583 Mi, que supera os US\$ 335 Mi anunciados pelo AIIB (AIIB (d)).

Para estudos posteriores relativos à Economia Política Internacional crítica, pode-se analisar que a teia de reprodução do capital, amparado por BMDs e de modo a impulsionar a exportação de capital via fornecimento de crédito e criação de oferta ocorre de formas multifacetadas, e, por vezes, contraintuitivas.

### 3.2. O AIIB no Sudeste Asiático: Panorama dos Investimentos, sua Evolução, Parcerias Locais e Internacionais

#### 3.2.1. Panorama.

**FIGURA 17:** China Continental e o Sudeste Asiático (2019)



**Legenda:** Vermelho: China (Continental); Amarelo: Estados-membros do AIIB fora do Sudeste Asiático; Azul: Membros clientes do Sudeste Asiático; Branco: Outros Estados-membros do Sudeste Asiático. Cinza: demais países.

**Fonte:** AIIB (a). Elaboração Própria.

O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura tem atuado no Sudeste Asiático desde os primeiros momentos de seu funcionamento, após sua abertura para negócios, em janeiro de 2016. Onze países compõem a sub-região geográfica do continente asiático compreendida como Sudeste Asiático. São eles: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnam. A região abriga 09 dos 62 projetos aprovados do AIIB, cuja monta total somada chega a US\$ 3.499,83 Mi. Deste valor

estimado, é esperado que US\$ 1.282,49 Mi. seja financiado pelo AIIB, o que constitui um percentual de 29,15%.

A distribuição geográfica de projetos no Sudeste Asiático ocorre de forma a concentrar a maioria dos projetos aprovados na Indonésia, que, juntamente com Bangladesh e Turquia, empatam em quantidade de projetos por país, ao possuírem cinco projetos cada. Se for usado o Geoesquema das Nações Unidas, o Sudeste Asiático detém a segunda posição em quantidade de projetos aprovados pelo AIIB, empatando em nove projetos com o Oeste Asiático (Oriente Médio, somado da Geórgia, Armênia e Azerbaijão), e distanciando-se do Sul Asiático, que detém a primeira posição, com 27 projetos aprovados. A título de comparação, a Índia é o país que abriga mais projetos aprovados pelo AIIB entre 2016 e 2019, totalizando 14 projetos. Sozinho, o país sul-asiático detém mais do que uma vez e meia o número de projetos do sudeste e do oeste asiáticos.

**TABELA 17: AIIB: Projetos Aprovados no Sudeste Asiático (2016-2019)**

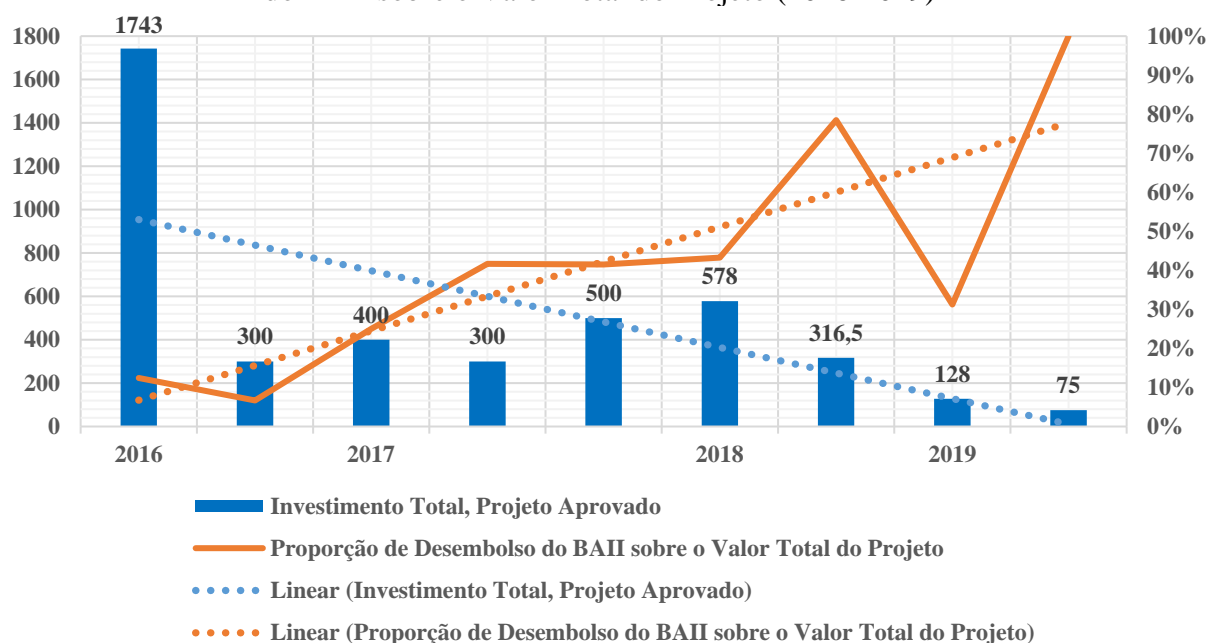
<b>Aprovação Financeira</b>	<b>Projeto Aprovado</b>	<b>Membro-cliente</b>	<b>Co-financiador</b>	<b>Alocação</b>	<b>Avaliação de Risco</b>
24/06/2016	National Slum Upgrading Project	Indonésia	WB/IBRD	AIIB: 216,5 WB/IBRD: 216,5 Mutuário: 1310	N/A
27/09/2016	Myingyan Power Plant Project	Mianmar	WB/IFC ADB	AIIB: 20 WB/IFC: 40* ADB: 152,2*	Alto
22/03/2017	Regional Infrastructure Development Fund Project	Indonésia	WB SSfEA	AIIB: 100 WB/IBRD: 100 SSfEA: 3 Mutuário: 203	Alto
22/03/2017	Dam Operational Improvement and Safety Project Phase II	Indonésia	WB	AIIB: 125 WB/IBRD: 125 Mutuário: 50	Médio
27/09/2017	Metro Manila Flood Management Project	Filipinas	WB	AIIB: 207,60 WB/IBRD: 207,60 Mutuário: 84,79	Alto
24/06/2018	Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project	Indonésia	WB	AIIB: 250 WB/IBRD: 250 Mutuário: 78	Alto
07/12/2018	Mandalika Urban and Tourism Infrastructure Project	Indonésia	–	AIIB: 248,39 Mutuário: 68,11	Médio
04/04/2019	National Road 13 Improvement and Maintenance Project	Laos	WB NDF	AIIB: 40 WB/IDA: 40 Mutuário: 38,5	N/A
07/2019	Fiber Optic Communication Network	Camboja	–	AIIB: 75	Médio

**Fonte:** AIIB (d); \*ADB-MNGPP, 2015, p. 5. Elaboração Própria.

Os projetos aprovados do AIIB no Sudeste Asiático apresentam forte presença de financiamento do Banco Mundial (ver tabela 19). Como se pode ver, em 07 dos 09 projetos aprovados na região possuem financiamento direto do WB ou de instituições afiliadas. É possível identificar a presença do WB/IBRD no *National Slum Upgrading Project* (Indonésia, US\$ 1.743 Mi) e do WB/IFC no *Myingyan Power Plant Project* (Mianmar, US\$ 353,33 Mi.), ambos projetos aprovados em 2019. Quando finalizados, espera-se que o conjunto de diversas instituições do WB desembolsem cerca de US\$ 939,103 Mi nos sete projetos em que participa conjuntamente ao AIIB no Sudeste Asiático. É digno de nota que a participação financeira da Corporação Financeira Internacional (WB/IFC) no *Myingyan Power Plant Project* não está quantificada nos relatórios do AIIB apresentados até o momento (AIIB (d)). A mesma omissão ocorre também acerca da participação do Banco Asiático de Desenvolvimento neste projeto.

Como antecipado acima, além do WB, outros BMDs atuam nos projetos do Sudeste Asiático aprovados pelo AIIB. Além do já mencionado ADB, atua também o Nordic Development Fund. O Nordic Development Fund atua junto ao *National Road 13 Improvement and Maintenance Project*, com a expectativa de desembolso de US\$ 9,5 Mi. do total de US\$ 128 Mi do projeto.

**GRÁFICO 18:** Evolução Anual do Investimento Total por Projeto Aprovado do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura no Sudeste Asiático vs. Percentual Desembolsado do AIIB sobre o Valor Total do Projeto (2016-2019)

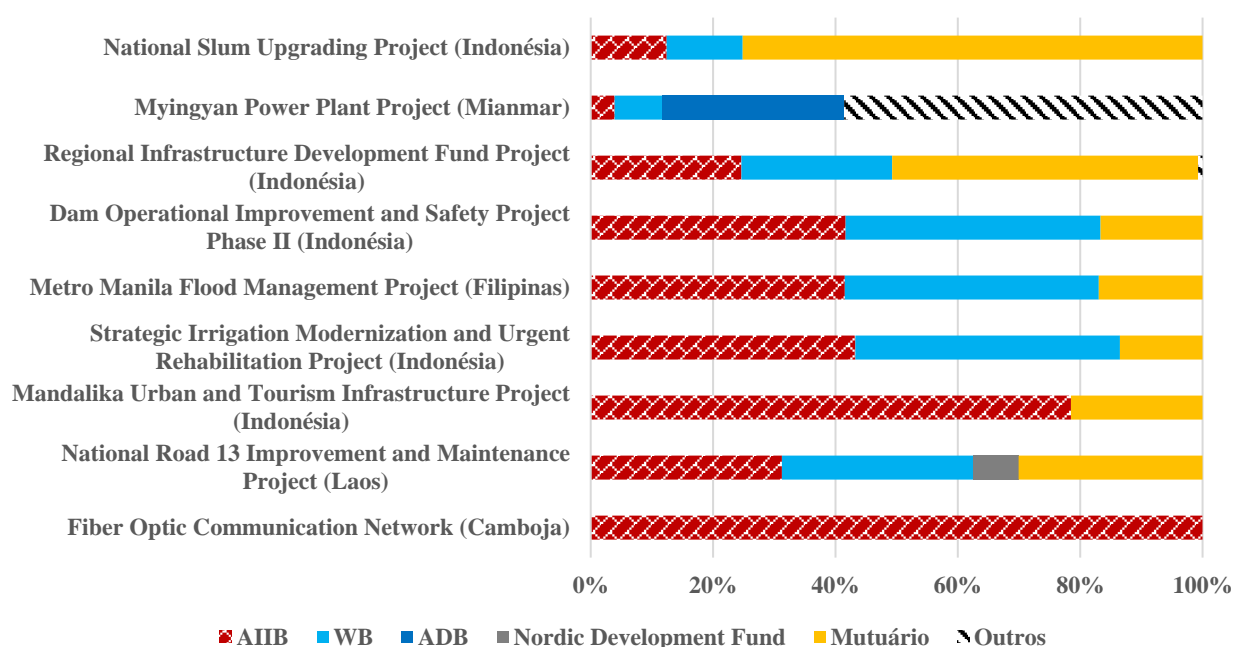


Fonte: AIIB (d). Elaboração Própria.

Por fim, o departamento governamental da Suíça para ajuda externa, o *Swiss State Secretariat for Economic Affairs SSfEA* comprometeu-se com o desembolso de US\$ 3 Mi. para a realização do *Regional Infrastructure Development Fund Project*, orçado em US\$ 406 Mi.

Pode-se perceber que a parcela detida por outras organizações, sejam elas Bancos Multilaterais de Desenvolvimento ou departamentos governamentais especializados em ajuda externa, é pouco significativa para a realização dos projetos aprovados pelo AIIB entre 2016 e 2019 no Sudeste Asiático. Descartados os futuros anúncios de desembolsos em coparticipação feitos pelo WB/IFC ou pelo ADB no *Myingyan Power Plant Project*, não se pode estabelecer conclusões acerca da participação de ambos os BMDs na composição geral deste projeto. No caso do *Nordic Development Fund*, esta participação chega a 7,42% do total do projeto. Já quando analisado o SSfEA, a proporção percentual chega a 0,73% do total estimado do projeto.

**GRÁFICO 19:** Proporção do AIIB e de outros BMDs no Financiamento dos Projetos Aprovados pelo AIIB (2016-2019)



**Fonte:** AIIB (d). Elaboração Própria.

**Nota:** A presença do WB no Gráfico 20 é somente visualizada em seis dos nove projetos aprovados pelo AIIB no Sudeste Asiático entre (2016-2019). Para o leitor atento, fica faltando indicar a atuação do WB em um projeto. Faz-se, portanto, essencial ressaltar que o WB está presente no *Myingyan Power Plant Project* através do WB/IFC. Entretanto, dada a não identificação até o momento da monta a ser financiada pelo WB/IFC, não discriminou sua relação proporcional no Gráfico 19.

O padrão de participação e de investimentos apresentados por estes BMDs distinguem-se de forma significativa do *modus operandi* desenvolvido pelo Banco Mundial nos projetos aprovados do AIIB no Sudeste Asiático. Como abordado no item anterior, o WB tem presença importante nos projetos do AIIB, atuando em 19 dos 62 projetos aprovados. No Sudeste Asiático, a presença do WB chega a 07 dos 09 projetos aprovados, chegando a proporção percentual de 21,34% do total a ser desembolsado, *versus* os 29,15% do AIIB.

Além disso, embora se possa identificar no Sudeste Asiático a tendência de crescimento do proporcional desembolsado pelo AIIB em cada projeto aprovado e a concomitante redução

do preço total estimado por projeto aprovado, dada a continuidade da execução dos projetos do AIIB na região, pode-se antever que o WB permanecerá atuando nos projetos já em execução na região. Entretanto, é digno de nota o movimento de autonomia alcançado pelo AIIB entre 2018 e 2019.

Passa-se agora à análise dos projetos aprovados pelo AIIB no Sudeste Asiático individualmente.

### 3.2.2. Projetos Aprovados no Sudeste Asiático.

#### 3.2.2.1. *Indonésia: National Slum Upgrading Project (2016)*

Em junho de 2016 o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do Indonésia National Slum Upgrading Project (I-NSUP). O projeto aprovado tem custo estimado total de US\$ 1.743 Mi, dos quais o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 216,50 Mi. Em coparticipação, atua no projeto o Banco Mundial através do IBRD<sup>15</sup>, que financiará os adicionais US\$ 216,50 Mi (I-NSUP-PSI, 2019). Isto coloca o I-NSUP como um dos sete projetos em coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático, dos quais seis apresentam equivalência paritária no que diz respeito a monta a ser financiada (ver tabela 17 e gráfico 19).

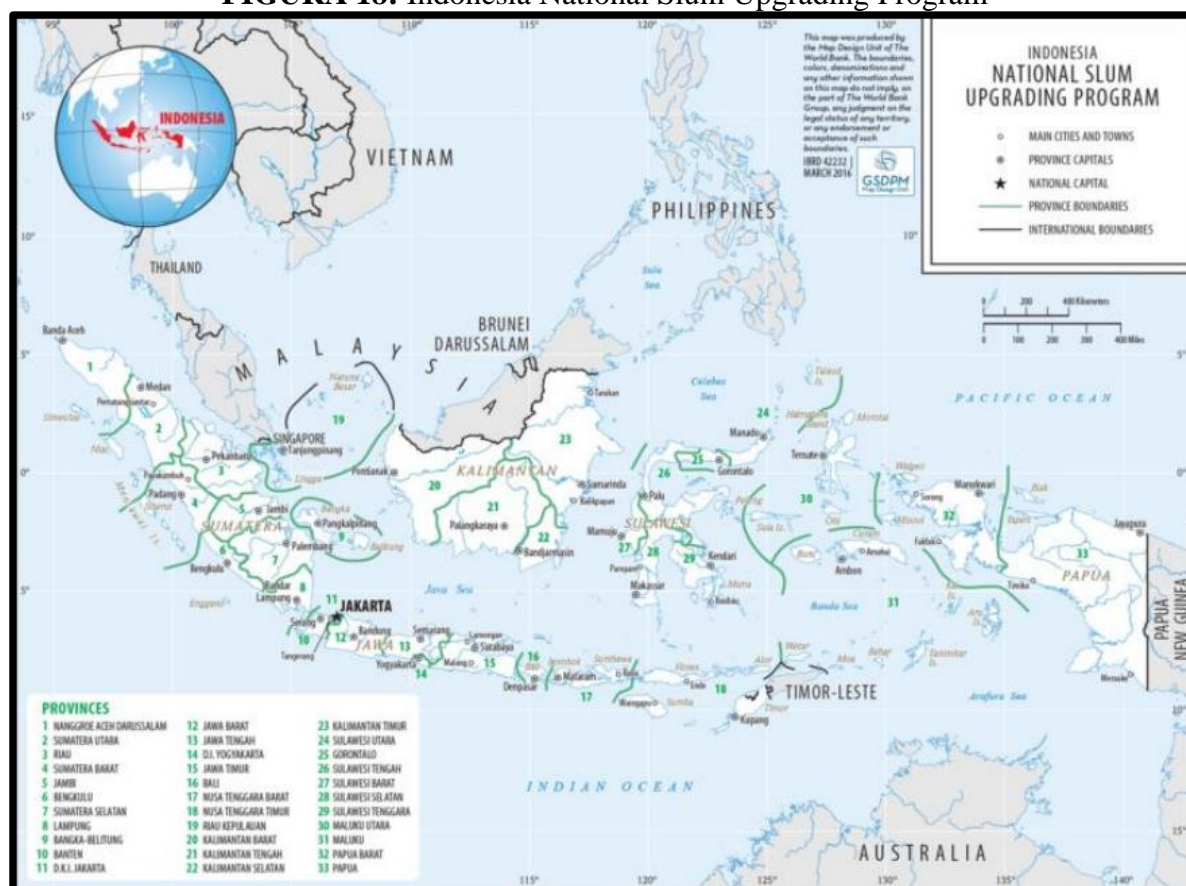
Ainda tratando do financiamento do I-NSUP, os US\$ 1,310 Mi. remanescentes ficarão a cargo da República da Indonésia. Além disso, a Indonésia figura como país mutuário do empréstimo de US\$ 216,50 Mi. feito pelo AIIB, sendo o I-NSUP um dos projetos do AIIB garantidos por dívida soberana. A dívida soberana oriunda do projeto tem maturidade final de 16,5 anos, o que inclui um período de carência de 07 anos, com nível de pagamento de retorno e taxas de juros padrões do AIIB para empréstimos com garantia soberana.

De acordo com o relatório sumário do I-NSUP, o projeto visa melhorar o acesso a infraestrutura urbana e a serviços em favelas selecionadas da Indonésia. O projeto daria apoio ao programa governamental indonésio, que investirá em 154 cidades nas regiões central e leste da Indonésia. Estima-se que o projeto beneficiará até 9,7 milhões de pessoas, melhorando condições de vida relativas a serviços urbanos (I-NSUP-PSI, 2019). Visa-se ainda: o melhoramento de infraestrutura sanitária e de fornecimento de água potável; o acesso a estradas maiores em distâncias maiores que 500 metros; a coleta regular de resíduos sólidos; o melhoramento de drenagem urbana, dentre outros serviços.

---

<sup>15</sup> Esta informação consta no I-NSUP-WB-PID, 2016, p. 8.

**FIGURA 18:** Indonesia National Slum Upgrading Program



Fonte: IBRD-I-NSUP (2016, p. 83)

De acordo com o AIIB,

“O I-NSUP será implementado em cinco anos, entre setembro de 2016 e junho de 2021. O Governo da Indonésia (GoI) designou como agência responsável pela execução do projeto o Ministério de Obras Públicas e Habitação (MOPH). O MOPH será responsável pelo manejo financeiro de todos os contratos ligados ao I-NSUP, bem como gerenciará os empréstimos concedidos à República da Indonésia, além de implementar as garantias sociais e ambientais, de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco Mundial” (I-NSUP-PD, 2016, p. 5-7)<sup>16</sup>.

O relatório indica ainda que o I-NSUP figura como pertencente a Categoria B em relação ao seu impacto social e ambiental. Aponta-se que os riscos do projeto estarão adstritos ao local das obras, podendo ser prontamente combatidos e mitigados. Além disso, o projeto aponta medidas cabíveis correspondentes na Política de Manejo Social e Ambiental (PMSA) preparada para o projeto pelo Banco Mundial. No I-NSUP decidiu-se pela utilização o PMSA preparado pelo WB. Esta utilização é consistente com os *Articles of Agreement* do AIIB, que condizem

<sup>16</sup> Versão original: “The Project will be implemented over five years, from September 2016 to June 2021. The GoI will implement the Project under its national delivery platform, NSUP, and the executing agency will be the Ministry of Public Works and Housing (MPWH). The MPWH will be responsible for the procurement and management of all contracts, financial management of loan proceeds, and implementation of environmental and social safeguards, in accordance with WB policies and guidelines.”



com as provisões designadas pela política social e ambiental do banco (I-NSUP-PD, 2016, p. 8).

De acordo com o I-NSUP-PD (2016, p. 8), os potenciais impactos ambientais e sociais de subprojetos em nível comunitário em favelas serão baixos ou moderados, sendo específicos aos locais das obras, podendo ser gerenciados por seus beneficiários. O melhoramento de infraestrutura primária e secundária e a construção de infraestruturas de conexão com infraestrutura terciária em favelas trará impactos reduzidos ou moderados, e predominantemente de natureza reversível. Por fim, projeta-se que a implementação de infraestrutura terciária de desenvolvimento em comunidades periféricas provocará impactos adversos insignificantes. De forma geral, o I-NSUP-PD (2016, p. 8) considera que o impacto do projeto melhorará as condições sociais e ambientais de populações faveladas e de distritos urbanos.

#### QUADRO 02: Componentes do I-NSUP

<b>Componente 01:</b> desenvolvimento de políticas institucionais (US\$ 7 Mi). Este componente melhorará a capacidade institucional de gerenciamento e coordenação do Governo da Indonésia através da criação de ministérios e agências responsáveis pelo I-NSUP.
<b>Componente 02:</b> planejamento integrado e construção de capacidades para governos locais e comunidades (US\$ 84 Mi.). Este componente dará apoio ao recrutamento e a alocação de experts e facilitadores comunitários, dando suporte à construção de capacidades em governos locais e em comunidades em cidades selecionadas. Também serão desenvolvidos os Planos de Ação de Melhoramento de Favelas (PAMFs) e os Planos de Assentamento de Comunidades (PACs).
<b>Componente 03:</b> infraestrutura urbana e serviços em cidades selecionadas (US\$ 1.578 Mi.). Este componente compreende a implementação de subprojetos de apoio ao melhoramento de infraestruturas existentes, bem como instalações a serem criadas em cidades selecionadas.
<b>Componente 04:</b> apoio para implementação e assistência técnica (US\$ 74 Mi). Este componente compreende a provisão de suporte técnico, bem como de serviços de gerenciamento, o treinamento de pessoal capacitado para o gerenciamento do projeto nos níveis federativos municipais, provinciais e nacional.
<b>Componente 05:</b> contingenciamento para resposta à desastres (US\$ 0 Mi). Este componente visa a preparação e rápida resposta à desastres, emergências e/ou eventos catastróficos. Seu orçamento somente será designado uma vez que algum destes eventos ocorra.

Fonte: I-NSUP-PD (2019, p. 4). Elaboração Própria.

Vale mencionar que o Banco Mundial considera que os riscos políticos e governamentais associados ao I-NSUP são moderados. Isto se deve ao esperado ambiente de estabilidade política na Indonésia para o quadriênio 2017-2020, uma vez que eleições presidenciais e legislativas foram realizadas em 2014. Considera-se haver apoio político substancial ao projeto, que constitui componente-chave para a construção de programas urbanísticos em escala nacional e para o projeto do governo indonésio da erradicação de favelas em 2019 (I-NSUP-PD, 2016, p. 8-9).

O Ministério de Obras Públicas e Habitação (*Ministry of Public Works and Housing*, MOPH) é o órgão governamental responsável pelo planejamento e pela construção do I-NSUP. O MOPH supervisionará a implementação das obras, bem como planeja fazer a monitoração das salvaguardas ambientais e sociais firmadas pelo projeto I-NSUP-PD, 2016, p. 5).

O I-NSUP-PD (2016) indica que o financiamento do projeto I-NSUP é também repartido entre AIIB, WB/IBRD e GoI. Em relação aos componentes do projeto, os desembolsos respectivos serão feitos conforme a Tabela 21.

**TABELA 18:** Custo e Financiador por Componente do I-NSUP

Item	Custo	Financiador			
		GoI	PLGs <sup>1</sup>	WB/IBRD	AIIB
Componente 01: Desenvolvimento Institucional	7	5	0	1	1
Componente 02: Plano de Suporte Integrado e Capacidade de Construção para PLGs <sup>1</sup>	84	6	0	39	39
Componente 03: Infraestrutura Urbana e Suporte a Serviços de Investimento	1.578	610	658	155	155
Componente 04: Implementação de Suporte e Assistência Técnica	74	31	0	21,5	21,5
Componente 05: Contingência para Respostas à Desastres	0	0	0	0	0
Total	128	40	40	9,50	38,50

Fonte: I-NSUP-PD (2016, p. 6). Elaboração Própria.

**Nota 1:** PLGs é abreviação de Provincial and Local Governments, Communities and Others. Conforme: I-NSUP-PD (2016).

De acordo com o I-NSUP-PD (2016), em conformidade às políticas do AIIB e do WB, os processos de licitação do I-NSUP serão conduzidos pelo MOPH indonésio. Entretanto, diversas licitações de serviços de consultoria foram realizadas pelo WB, como se verá à seguir.

**TABELA 19:** I-NSUP: Empresas Vencedoras de Contratações pelo WB/IBRD (2017-2019)

Ano Fiscal	Categoria	Vencedor	Quantia (US\$ Mi)
2018	Serviços de Consultoria	A JOINT VENTURE PT INACON, PT.	3.865.768
2019	Serviços não-consultivos	PT. (PERSERO) SUCOFINDO JOINT	3.380.503
2019	Serviços não-consultivos	PT. (PERSERO) SUCOFINDO JOINT	3.415.773
2019	Serviços não-consultivos	PT. (PERSERO) SUCOFINDO JOINT	3.331.626
2019	Serviços não-consultivos	PT. ROYALINDO EXPODUTA JOINT V	3.606.462
2019	Serviços não-consultivos	PT. SURYA ABADI KONSULTAN	2.849.634
2019	Serviços não-consultivos	PT. SURVEYOR INDONESIA (PERSER)	3.619.034

Fonte: The World Bank (b). Elaboração Própria.

Até 31 de outubro de 2019, o WB/IBRD havia desembolsado US\$ 133,65 Mi. para a realização do projeto, o que compreende 38% do total a ser desembolsado pelo Banco Mundial. O I-NSUP recebeu o código P154782 pelo WB/IBRD. Entre 2017 e 2019, sete processos licitatórios foram conduzidos pelo Bando Mundial referentes ao I-NSUP, em sua maioria referentes a serviços não-consultivos.

A PT *Superintending Company of Indonesia* (PERSERO/SUCOFINDO), SOE do Setor de supervisão e testagem de obras de engenharia da Indonésia. A SUCOFINDO tem sua titularidade repartida entre o Governo da Indonésia (95%) e a holding financeira *Société Générale de Surveillance* (SGS) (5%), empresa de nacionalidade suíça que realiza serviços de testagem e certificação. A SUCOFINDO venceu cinco dos sete serviços ligados ao I-NSUP, cujo valor total é aproximadamente US\$ 17,613 Mi. As demais empresas, INACON,

ROYALINDO e Surya Abadi Konsultan são empresas privadas indonésias de consultoria de dados.

**TABELA 20:** I-NSUP: Desembolsos Esperados e Realizados pelo AIIB (2017-2022)

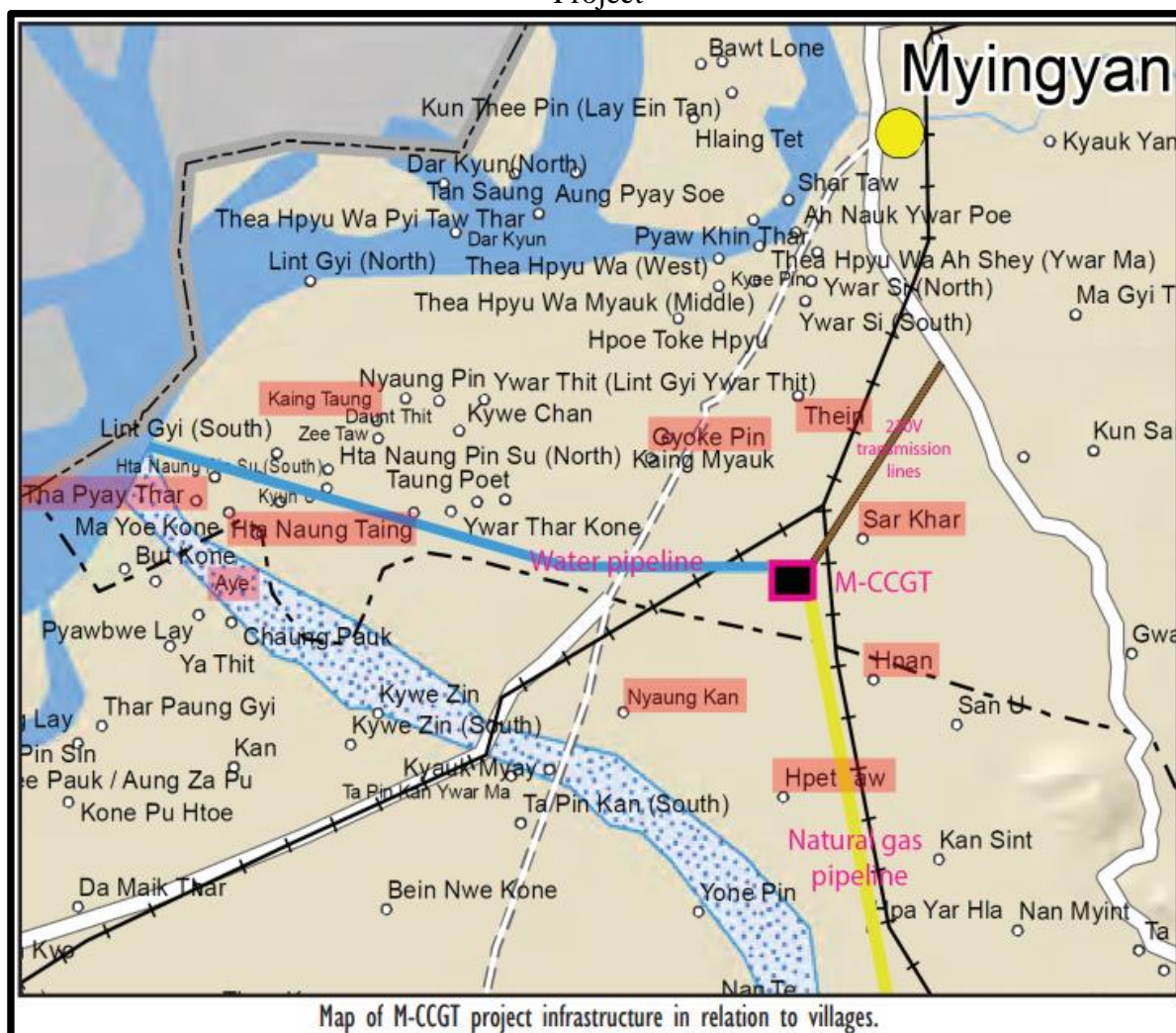
Ano Fiscal	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Anual (Esperado)	15	50	50	50	30	21,50
Cumulativo (Esperado)	15	65	115	165	195	216,5

Fonte: I-NSUP-PD (2016, p. 6). Elaboração Própria.

Por fim, até 20 de julho 2019, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura havia desembolsado US\$ 133,6 Mi. para a realização do projeto, quantia esta que compreende 38,3% do total a ser desembolsado no I-NSUP.

### 3.2.2.2. Mianmar: Myingyan 225 MW Combined Cycle Gas Turbine (CCGT) Power Plant Project (2016)

**FIGURA 19:** Myingyan 225 MW Combined Cycle Gas Turbine (CCGT) Power Plant Project



Fonte: IFI WATCH MYANMAR (p. 5).

Em setembro de 2016 o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do *Mianmar Myingyan 225 MW Combined Cycle Gas Turbine Power Plant Project* (M-CCGT). O projeto aprovado tem custo estimado total de cerca de US\$ 300 Mi (GEARY, 2020). Até o momento, o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 20 Mi. Em coparticipação, atua no projeto o Banco Mundial através do WB/IFC, cujo financiamento adicional foi estimado em US\$ 40 Mi. (M-CCGT-PSI, 2019). Além do WB/IFC, atuará no projeto também o ADB, com financiamento aprovado de US\$ 152,200 Mi. Isto coloca o M-CCGT como um dos sete projetos em coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático (ADB-MNGPP, 2015, p. 5). Entretanto, trata-se de um projeto onde o co-financiamento não é executado de forma paritária entre WB e AIIB, sendo visivelmente condicionado pelo capital investido pelo ADB.

Ainda tratando do financiamento do M-CCGT, o Mianmar figura como mutuário do empréstimo, não sendo possível discernir se o M-CCGT figura como dos projetos do AIIB garantidos por dívida soberana ou não. Entretanto, de acordo com o ADB-MNGPP (2018), figura como mutuário a Sembcorp Myingyan Power Company Limited. A discussão sobre a Sembcorp será retomada adiante.

De acordo com o relatório sumário do M-CCGT, o projeto visa a construção e a operação do investimento tipo *greenfield* que é a usina elétrica 225 MW Combined Cycle Gas Turbine. O M-CCGT será a maior usina a gás do Mianmar, aumentando a capacidade energética instalada do país, que é atualmente 4.700 MW (M-CCGT-PSI, p. 1). O M-CCGT é um produtor energético privado e independente. Como tal, não constitui uma usina de utilidade pública, detendo, entretanto, instalações capazes de produzir energia elétrica e revende-la para usuários (IFC, p. 0-1).

Em última análise, o projeto visa também combater o déficit energético do Mianmar, que passa por severos *blackouts* desde o início da década. Em outubro de 2012, previa-se que a demanda energética de Mianmar iria dobrar até o final da década, indo de 12.459 milhões de kWh para estimados 26,683 milhões de kWh (ERM-MCCGT, 2015, p. 1-2).

### QUADRO 03: Componentes do M-CCGT

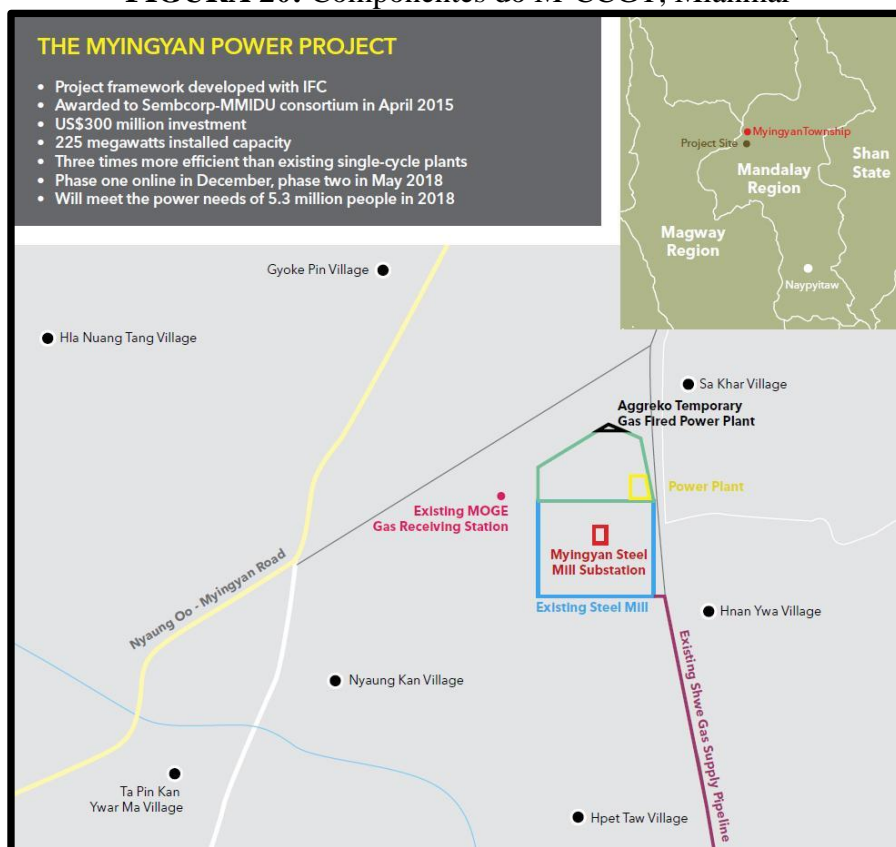
225MW CCGT Power Plant
Gas Supply Pipeline
230 KV Overhead Transmission Line
Water Supply Pipeline, Wastewater Discharge Pipeline and Water Intake Pumping Station

Fonte: ERM-MCCGT (2015, p. 0-1). Elaboração Própria.

O relatório indica que o M-CCGT figura como pertencente a Categoria A em relação ao seu impacto social e ambiental. O M-CCGT-PSI (2019, p. 1-2) indica que o projeto foi feito em acordo com a política social e ambiental do AIIB e do IFC/WB, atendendo aos padrões sociais e ambientais do banco, e atingindo a categoria de risco ambiental A.

O M-CCGT será instalado adjacente a uma siderúrgica nos arredores de Myingyan, numa área de 29,8 acres. Ambos os terrenos são de propriedade do Ministério da Indústria do Mianmar. O impacto ambiental projetado é condizente com o esperado por uma usina elétrica a gás, o que reforçará o impacto ambiental de óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>) na região, que já concentra forte atividade industrial, sobretudo nos meses de inverno de Mianmar. O AIIB afirma que medidas de mitigação deste impacto estão planejadas e que os altos valores de NO<sub>x</sub> serão constantemente medidos e mitigados (ERM-MCCGT, 2015).

**FIGURA 20:** Componentes do M-CCGT, Mianmar



Fonte: IFI WATCH MYANMAR.

Em se tratando do impacto ambiental e social, é esperado que o projeto impacte os ambientes circunvizinhos durante todas as etapas da construção. É esperado que as atividades de construção piorem a qualidade do ar, além de aumentarem a emissão de gases de efeito estufa, piorarem a qualidade da água na região, além de diversos outros impactos destacados pelo ERM-MCCGT.

De acordo com o ADB (2015, p.2), a Sembcorp Utilities Pte. Ltd foi selecionada pelo Ministério da Eletricidade e Energia do Mianmar (MEEP) como produtor energético independente para desenvolver o M-CCGT na cidade de Myingyan, região de Mandalay, no centro do país. O projeto passou por processo licitatório da estatal Myanmar Electric Power Enterprise (MEPE), SOE birmanês que reside administração do MEEP.

O projeto será, entretanto, desenvolvido pelo consórcio formado entre a Sembcorp Utilities Pte. Ltd. (com 80% do capital do consórcio) e a MMID Utilities Pte. Ltd (com 20% do capital do consórcio), dando origem à empresa Sembcorp Myingyan Power Company Ltd.

De acordo com o ERM-MCCGT, a Sembcorp Utilities Pte. Ltd é uma subsidiária da Sembcorp Industries (SCI), que por sua vez é a principal empresa patrocinadora do projeto. A Sembcorp Industries é uma multinacional do setor de construção civil, com presença em vários continentes.

**QUADRO 04: Dados Gerais sobre a Sembcorp (2015)**

<b>Fatos Chave</b>	<b>Descrição</b>
<b>Ano de Incorporação</b>	1998
<b>Listagem</b>	Bolsa de Valores de Singapura (SGX)
<b>Capitalização</b>	US\$ 8 Bi
<b>Acionistas</b>	Temasek Holdings – 49,5% Público – 50,5%
<b>Número de Empregados</b>	Mais de 8 mil
<b>Rotatividade dos Ativos FY 2014</b>	US\$ 10,9 Bi.
<b>Lucro Líquido FY2014</b>	US\$ 801 Mi.
<b>Principais Investimentos</b>	Sembcorp Utilities – 100% Sembcorp Marine – 61% Sembcorp Development – 100%
<b>Presença Global</b>	Singapura, China, Índia, Filipinas, Vietnam, Mianmar, Austrália, Omã, EAU, África do Sul, Noruega, Reino Unido, Brasil, Chile, Panamá e Caribe

**Fonte:** ERM-MCCGT, 2015, p. 1-3.

O nome *Sembcorp* deriva do *rebranding* da Sembawang Corp. Ltd feito recentemente, em meados dos anos 1990. A então Sembawang Corp. Ltd também era multinacional do setor de construção civil. Sua origem está ligada à arrecadação do fundo público de previdência social de Singapura como mecanismo de capitalização de empresas de investimento públicas da cidade-estado asiática, que passaram a gerir o projeto de investimento público a partir de meados dos anos 1960. Estas empresas foram: a Jurong Town Corporation; a Singaporean Government Investment Corporation, a Port Authority, a Temasek Holdings e a Sembawang (KARAGIANNIS, MADJD-SADJADI, 2007). O destaque da Sembawang é que esta controlou a transição do parque industrial militar deixado pelo Reino Unido e nacionalizado por Singapura para o modelo de industrialização focado em bens de capital desenvolvido por Singapura (KARAGIANNIS, MADJD-SADJADI, 2007).

É digno de nota que, na década de 1980, a Port Authority e a Sembawang foram privatizadas. Esta privatização foi, entretanto, condicionada pela aquisição majoritária das ações da Sembawang pela Temasek Holdings (KARAGIANNIS, MADJD-SADJADI, 2007), que figura até hoje como acionista majoritária, detendo 49,5% das ações da Sembcorp (ERM-MCCGT, 2015, p. 1-3). Portanto, embora a data da incorporação da Sembcorp esteja constando como 1998, na prática, trata-se de uma empresa multinacional com décadas de experiência industrial e de construção civil, que segue controlada pela Temasek Holdings, fundo soberano de propriedade pública de Singapura.

A MMID Utilities Pte. Ltd. é uma empresa privada limitada incorporada e sediada em Singapura em junho de 2014, com capital pago de cerca de US\$ 450 mil. A atividade econômica auto-definida da MMID Utilities é o investimento em outras *holdings*, possuindo declarados 3 sócios-proprietários-acionistas (RECORDOWL-MMID). Ao que tudo indica, a notoriedade da MMID foi alcançada através de sua participação junto a Sembcorp Utilities no consórcio para o M-CCGT, no qual, relembra-se, a MMID Utilities obteve 20% do capital da Sembcorp Myingyan Power Company Ltd, empresa produto do consórcio (MYANMAR INSIDER, 2016).

A Sembcorp Industries, empresa-mãe da Sembcorp Utilities, celebrou em Singapura a abertura oficial da Sembcorp Myingyan Power Plant em 16 de março de 2019. A empresa produto do consórcio Sembcorp-MMID agora é orçada em US\$ 310 Mi., e sua inauguração foi bastante celebrada. A cerimônia contiou ainda com a participação do ministro do MOPE, U Win Khaing, e do Ministro Senior para o Comércio, Industria e Educação de Singapura, Chee Hong Tat, além de representantes da Sembcorp Industries e de outros oficiais birmaneses (SEMBCORP, 2019).

### 3.2.2.3. *Indonesia: Regional Infrastructure Development Fund Project (2017)*

Em março de 2017 o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do Indonesia Regional Infrastructure Development Fund Project (I-RIDF). O projeto aprovado tem custo estimado total de US\$ 406 Mi, dos quais o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 100 Mi. Em coparticipação, atua no projeto o Banco Mundial através do IBRD<sup>17</sup>, que financiará os adicionais US\$ 100 Mi (I-RIDF-PSI, 2017). Isto coloca o I-RIDF como um dos sete projetos em coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático, dos quais seis

---

<sup>17</sup> Esta informação consta no I-RIDF-PD, 2017, p. 24.

apresentam equivalência paritária no que diz respeito a monta a ser financiada (ver tabela 17 e gráfico 19).

Ainda tratando do financiamento do I-RIDF, os US\$ 206 Mi. remanescentes são repartidos entre a República da Indonésia (US\$ 203 Mi.) e o *Swiss Secretariat for Economic Affairs* (SSfEA) (US\$ 3 Mi.). É digno de nota que os US\$ 3 Mi. repassados pelo SSfEA serão feitos à título de concessão – não necessitando, portanto, pagamento posterior –, e serão canalizados através do WB (I-RIDF-PSI, 2017, p. 3).

A Indonésia figura como país mutuário do empréstimo de US\$ 100 Mi. concedido pelo AIIB, sendo o I-RIDF um dos projetos do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura garantidos por dívida soberana. A dívida soberana oriunda do projeto tem maturidade final de 10 anos, o que inclui um período de carência de 05 anos, com nível de pagamento de retorno e taxas de juros padrões do AIIB para empréstimos com garantia soberana.

De acordo com o relatório sumário do I-RIDF, o projeto visa aumentar o acesso indonésio de alçada subnacional ao financiamento de infraestrutura. Para tanto, ele cria uma instituição financeira intermediária sustentável, o Regional Infrastructure Development Fund (RIDF).

O I-RIDF-PSI informa que o fundo canalizará recursos do AIIB, do Banco Mundial, do Governo da Indonésia e de entidades governamentais subnacionais, beneficiando principalmente residentes de áreas urbanas que terão agora os fundos necessários a subprojetos de infraestrutura ligados ao RIDF.

#### QUADRO 05: Componentes do I-RIDF

**Componente 01:** suporte de capital para o RIDF (US\$ 400 Mi.). Este componente financiará a operação do RIDF como intermediário financeiro, fornecendo empréstimos a governos subnacionais para projetos de infraestrutura considerados viáveis. Antecipa-se que o foco inicial do RIDF será no nível distrital, antes de alcançar subdivisões administrativas mais complexas, como em projetos provinciais, regionais e inter-regionais.

**Componente 02:** criação da Instalação de Desenvolvimento do Projeto RIDF (IDP-RIDF) (US\$ 6 Mi.). A criação do IDP-RIDF objetiva o estabelecimento de ligações entre o projeto e governos subnacionais, de modo a possibilitar planejamentos e preparações para subprojetos futuros. O IDP-RIDF assegurará que os subprojetos são consistentes com os padrões técnicos, financeiros, econômicos e sociais do I-RIDF.

Fonte: I-RIDF-PD (2017, p. 10). Elaboração Própria.

De acordo com o I-RIDF-PD (2017, p. 4-5), os instrumentos de financiamento disponíveis atualmente na Indonésia são limitados e insuficientes para a natureza a escala requerida para investimentos infraestruturas no nível subnacional do país. Em anos recentes, a Indonésia tem desenvolvido veículos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em obras infraestruturais com viabilidade comercial (como geração, distribuição e transmissão de energia; manutenção de estradas; administração de portos e aeroportos). Entretanto, I-RIDF-



PD considera o mercado para PPPs na Indonésia como focado em projetos de larga-escala, focando no retorno de somas investidas.

Recentemente, a legislação indonésia foi moldada de modo a possibilitar a emissão de títulos por entidades subnacionais como forma de financiar a construção de infraestruturas urbanas. Entretanto, estes títulos permanecem com baixa procura, especialmente em cidades de menor porte. Os entes subnacionais indonésios também possuem pouca capacidade de aumento de arrecadações, uma vez que controlavam somente 11% do total orçamentário anual em 2015. Estes entes recebem a maioria do seu financiamento administrativo através de transferências governamentais delimitadas pelo orçamento federal indonésio. O produto destas restrições implica na limitação dos investimentos em infraestrutura no nível subnacional à serviços básicos (I-RIDF-PD, 2017, p. 4-5).

O vazio do financiamento entre grandes obras promovidas no nível nacional e obras de menor escala postas adiante por entes subnacionais deu margem ao aparecimento de *missing middles* – obras de infraestrutura de média complexidade, que variam entre estruturas de gerenciamento de água e drenagem em zonas urbanas até a construção de prédios para habitação. Estas estruturas costumam ser custosas para administrações locais, paralisando grandes somas do seu já limitado orçamento, além de levarem diversos anos para sua conclusão (I-RIDF-PD, 2017, p. 4-5).

De acordo com o I-RIDF-PD (2017, p. 5), o WB estima que as 30 maiores cidades da Indonésia poderão tomar emprestado até US\$ 3,8 Bilhões através de instituições financeiras internacionais, suprindo a demanda latente por investimentos infraestruturais estratégicos.

O RIDF está subordinado a *Sarana Multi Infrastruktur* (SMI), uma SOE indonésia (*Persero*)<sup>18</sup> ligada ao financiamento de setores básicos de infraestrutura no país. Criada em 2009, a SMI é uma *Persero* de capital integralmente público do Governo da Indonésia, com capital total de RPI 62 Tri.<sup>19</sup>

O primeiro componente do I-RIDF prevê o repasse de US\$ 400 Mi. como capital a ser operado pelo RIDF, que ocupará a posição de intermediário financeiro. O RIDF será responsável pelo fornecimento de crédito diretamente, tornando-se legalmente responsável pelo risco do crédito. Isto significa que o RIDF limitará o crédito a entes subnacionais identificados

---

<sup>18</sup> Na Indonésia, a abreviação correspondente à SOE varia conforme a natureza jurídica legalmente definida da empresa. A abreviação *Persero* corresponde a definição jurídica *Perusahaan Perseroan*, que são empresas públicas de direito privado, ou, em indonésio, *perseroan terbatas* (PT). *Perseros* podem ser empresas públicas de capital misto ou ser de propriedade exclusiva da Indonésia.

<sup>19</sup> De acordo com a conversão oficial de rúpias indonésias para dólar americano internacional, RPI 62 Tri. equivalem a US\$ 3,924 Bi. em 10 de abril de 2020.

como *creditworthy* (“merecedores-de-crédito”), ligados a projetos infraestruturais economicamente viáveis (I-RIDF-PD, 2017, p. 7).

Já o segundo componente do I-RIDF está ligado ao estabelecimento de uma Instalação de Desenvolvimento do Projeto, de modo a concatenar a administração do projeto com as necessidades dos governos subnacionais, possibilitando planejamentos e preparações para subprojetos futuros. O IDP-RIDF assegurará que os subprojetos são consistentes com os padrões técnicos, financeiros, econômicos e sociais do I-RIDF (I-RIDF-PD, 2017, p. 8).

O I-RIDF-PSI (2019, p. 3-4) indica que o financiamento do projeto I-RIDF é também repartido entre AIIB, WB/IBRD, NDF e GoI. Os desembolsos respectivos serão feitos conforme os seguintes componentes.

Até março de 2020, o WB/IBRD havia desembolsado US\$ 33,11 Mi. para a realização do projeto. dos US\$ 100 Mi. comprometidos com o I-RIDF, atingindo uma parcela percentual de 33,01% do total a ser desembolsado. O desembolso mais recente feito pelo AIIB foi realizado em 26 de dezembro de 2019, no valor de US\$ 21,530 Mi (I-RIDF-WB).

**TABELA 21:** Custo e Financiador por Componente do I-RIDF

Item	Custo	Financiador		
		GoI	WB/IBRD	AIIB
Componente 1: Melhoramento da Estrada e Manutenção	400	200	100	100
Componente 2: Assistência Técnica e Supervisão (OPBRC)	6	3	3 <sup>1</sup>	-
Total	406	203	103	100

Fonte: I-RIDF-PD (2017, p. 10). Elaboração Própria.

**Nota 1:** Inclui a concessão do Swiss Secretariat for Economic Affairs (SSfEA) via WB/IBRD.

Até 13 de janeiro de 2020, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura havia desembolsado US\$ 33,01 Mi. dos US\$ 100 Mi. comprometidos com o I-RIDF, atingindo uma parcela percentual de 33,01% do total a ser desembolsado. O desembolso mais recente feito pelo AIIB foi realizado em 26 de dezembro de 2019, no valor de US\$ 21,41 Mi (I-RIDF-SBF, 2020).

Uma vez que o RIDF é parte integrante da *Sarana Multi Infrastruktur*, suas operações são feitas sob sua discricionariedade. O fundo financeiro, já em operações, aloca recursos dentro da estrutura da SMI, tendo aprovado sete projetos para financiamento entre março de 2019 e março de 2020. Eles estão definidos na Tabela 28.

**TABELA 22:** Projetos Aprovados pelo RIDF

Data da Aprovação para Financiamento	Projeto Aprovado	Governo Regional (Mutuário)	Custo Total Estimado (RBI Bi)
20/03/2019	Construction and/or Upgrade of 3 Roads to Support the Tuakona Panamboan Market	Regência de Halmahera Meridional	90

02/04/2019	Construction of the Tuakona Panamboan Market	Regência de Halmahera Meridional	60
02/04/2019	Construction of the Jelojok Market	Regência de Lombok Central	79,959
02/04/2019	Construction of Class B Regional Public Hospital North Suawesi Province	Província de Sulawesi Setentrional	300
02/04/2019	Construction of Class C Special Eye Hospital North Sulawesi Province	Província de Sulawesi Setentrional	100
02/04/2019	Construction of Bauntung Market	Banjarbaru City	104,586
03/03/2020	Construction of Class C Hospital in Tapin Regency	Regência de Tapin	148,66

**Fonte:** SMI-RIDF. Elaboração Própria.

A escolha pelo modelo do lançamento de uma plataforma local de financiamento de projetos impede o rastreamento de sua execução através de dados do AIIB ou do WB. Uma vez que os repasses financeiros passam a ser feitos pela SMI, controladora do RIDF, à esferas administrativas subnacionais indonésias, estes desembolsos não necessariamente serão tornados públicos pelo SMI ou pelas entidades subnacionais em questão, elencadas na Tabela 22. Portanto, não se podem estabelecer quaisquer conclusões ligadas contratações de empresas aos repasses feitos pelo AIIB ou pelo WB. A série de repasses entre entidades financeiras dificulta a futura realização de auditorias relativas às contratações estabelecidas por unidades subnacionais.

#### 3.2.2.4. *Indonesia: Dam Operational Improvement and Safety Project Phase II (2017)*

Em março de 2017 o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do Dam Operational Improvement and Safety Project Phase II (I-DOISP). O projeto aprovado tem custo estimado total de US\$ 300 Mi., dos quais o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 125 Mi, ou 41,7% do projeto. Os US\$ 175 Mi. remanescentes ficarão a cargo do Governo da Indonésia e do Banco Mundial. O WB financiará igualmente US\$ 125 Mi., equivalendo em paridade ao financiamento estabelecido pelo AIIB (I-DOISP-PSI, 2017). Isto coloca o I-DOISP como um dos sete projetos em coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático, dos quais seis apresentam equivalência paritária no que diz respeito a monta a ser financiada entre AIIB e as diversas instituições atreladas ao WB. Os US\$ 50 Mi. restantes ficarão a cargo do Governo da Indonésia (I-DOISP-PSI, 2019, p.1-3).

A Indonésia figura como país mutuário do empréstimo de US\$ 248,39 Mi., sendo o I-DOISP um dos projetos do AIIB garantidos por dívida soberana. A dívida soberana oriunda do projeto tem maturidade final de 15,5 anos, o que inclui um período de carência de 8 anos, com

nível de pagamento de retorno e taxas de juros padrões do AIIB para empréstimos com garantia soberana (I-DOISP-PD, 2019, p. v).

De acordo com o relatório sumário do I-DOISP, o projeto visa aumentar a segurança e a funcionalidade de represas existentes e fortalecer a capacidade de operação e gerenciamento da segurança de represas. Os beneficiários diretos do projeto incluem as populações diretamente dependentes da água de represas selecionadas pelo projeto, além de populações em localidades à jusante das instalações, reduzindo o risco de inundações em ocasião de falhas em represas rio acima (I-DOISP-PSI, 2017, p. 1).

A lógica do AIIB por trás do projeto sustenta que o I-DOISP enquadra-se como criação de desenvolvimento econômico sustentável através do investimento em infraestrutura. Concebe-se que o investimento em infraestrutura hídrica na Indonésia contribui pra o desenvolvimento sustentável do país, além de atender ao objetivo da colaboração com outras instituições de desenvolvimento – neste caso, o WB/IBRD. Anteriormente, o Banco Mundial havia apoiado o Governo da Indonésia (GoI) no melhoramento de represas existentes, entre 1994 e 2003. O I-DOISP dá seguimento à primeira fase da restauração de represas na Indonésia começada com financiamento do Banco Mundial em 2009 (I-DOISP-PD, 2018, p. 6-7).

#### QUADRO 06: Componentes do I-DOISP

<p><b>Componente 01:</b> melhoramentos operacionais em represas e estudos sobre a segurança do trabalho (US\$ 161,96 Mi.). Este componente inclui o financiamento a reabilitação de cerca de 140 grandes represas indonésias, de modo a melhorar a segurança de suas instalações, em acordo com os padrões internacionais estabelecidos.</p>
<p><b>Componente 02:</b> melhoramentos em operações e manutenção e construção de capacidade (US\$ 23,08 Mi.). Este componente prevê o financiamento de elementos operacionais requeridos para garantir a segurança de represas.</p>
<p><b>Componente 03:</b> mitigação de reservas de sedimentação (US\$ 55,07 Mi.) Este componente compreende o apoio à realização de um Programa de Gerenciamento da Sedimentação (PGS). O PGS inclui: estudos relacionados à reservas de sedimentação em represas; medidas correlacionadas - como dragagem, trabalhos de bombeamento e diversão de recursos hídricos e checagem de represas; medidas preventivas – como gerenciamento de bacias hidrográficas em comunidades; programas piloto relacionados a mecanismos de incentivo comunitário.</p>
<p><b>Componente 04:</b> melhoramento institucional da segurança de represas (US\$ 24,82 Mi.) Este componente dará suporte ao desenvolvimento de inovações ligadas à construção de represas e a gestão de recursos hídricos na Indonésia.</p>
<p><b>Componente 05:</b> gestão do projeto (US\$ 35,07 Mi.). Este componente dará apoio continuado à implementação do gerenciamento do projeto em conexão ao Ministério de Obras Públicas e Habitação (MOPH).</p>

**Fonte:** I-DOISP-PD (2018, p. 8-10). Elaboração Própria.

O relatório indica que o I-DOISP figura como pertencente a Categoria B em relação ao seu impacto social e ambiental. I-DOISP-PD (2018, p. 80) indica que o projeto foi feito em acordo com a política social e ambiental do AIIB, atendendo aos padrões sociais e ambientais do banco. Sua categorização como B foi dada mediante a expectativa de impactos positivos ligados ao meio ambiente e a salvaguardas sociais. De forma geral, o I-DOISP-PD (2017, p.

21) indica que a reabilitação de infraestruturas de gestão de águas impacta positivamente as comunidades que dependem destas fontes de água. Ainda de acordo com o projeto, o I-DOISP não necessita de aquisições de terras para a sua conclusão, o que influencia em sua categorização.

**TABELA 23:** Custo e Financiador por Componente do I-DOISP (US\$ Mi.)

Item	Custo	Financiador		
		AIIB	WB/IBRD	GoI
Componente 1: Provisão de Serviços Básicos e Infraestrutura	161,96	67,48	67,48	27
Componente 2: Implementação, Suporte e Construção de Capacidades	23,08	9,62	9,62	3,84
Componente 3: Mitigação de Reservas de Sedimentação	55,07	22,95	22,95	9,17
Componente 4: Melhoramento Institucional da Segurança de Represas	24,82	10,34	10,34	4,14
Componente 5: Gestão do Projeto	35,07	14,61	14,61	5,85
Custo Total	300	125	125	50

Fonte: I-DOISP-PD (2017, p. 31). Elaboração Própria.

O I-DOISP-PSI, 2019 (p. 3-4) indica que o financiamento do projeto I-DOISP é repartido entre AIIB e Governo da Indonésia. Os desembolsos respectivos serão feitos conforme os seguintes componentes.

Os desembolsos do AIIB a e do WB/IBRD estão previstos para ocorrer ao longo de 72 meses, de junho de 2017 até junho de 2023. Até 23 de janeiro de 2020, o Banco Asiático de Investimentos havia desembolsado US\$ 19,88 Mi. para a realização do projeto, cujo total a ser investido é US\$ 125 Mi. (AIIB-SBF-I-DOISP, 2020, p. 1). De acordo com o detalhamento feito pelo Banco Mundial, até 02 de abril de 2020 não é possível encontrar vencedores de licitações feitas pelo WB/IBRD sob o id respectivo do projeto P161514. Também não estão disponíveis os levantamentos referentes aos desembolsos feitos pelo Banco Mundial (I-DOISP-WB).

Uma vez que a Fase 01 do projeto teve início em junho de 2017, é digno de nota a contraposição entre os desembolsos anuais esperados para a realização do Componente 01 (US\$ 67,48 Mi.) e a monta desembolsada no relatório mais recente apresentado pelo AIIB (US\$ 19,88 Mi.), monta esta que não atinge 33% do valor referente ao componente assinalado, e situando-se abaixo de 20% da monta total a ser desembolsada pelo AIIB ao projeto (US\$ 125 Mi.).

### 3.2.2.5. Filipinas: Metro Manila Flood Management Project (2017)

Em 27 setembro de 2017 o Conselho de Diretores do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do Metro Manila Flood Management Project (MMFMP). O projeto aprovado tem custo estimado total de US\$ 500 Mi, dos quais o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 207,60 Mi. Em coparticipação, atua no projeto o Banco Mundial, que financiará os adicionais US\$ 207,60 Mi (MMFMP-PSI, 2017). Isto coloca o MMFMP como um dos sete projetos em coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático, dos quais seis apresentam equivalência paritária no que diz respeito a monta a ser financiada entre AIIB e as diversas instituições atreladas ao WB (ver tabela 17 e gráfico 19).

**FIGURA 21:** Metro Manila Flood Management Project



Fonte: WB/IBRD (2017, p. 100).

Ainda tratando do financiamento do MMFMP, os US\$ 74,79 Mi. remanescentes ficarão a cargo da República das Filipinas, entidade administrativa a qual caberá constituir um Fundo de Contrapartida (*Counterpart Fund*), alimentado pelo Tesouro Nacional das Filipinas. Além disso, as Filipinas figuram como país mutuário do empréstimo de US\$ 207,60 Mi. junto ao

AIIB, sendo o MMFMP um dos projetos do AIIB garantidos por dívida soberana. A dívida soberana oriunda do projeto tem maturidade final de 25 anos, o que inclui um período de carência de 14 anos, com nível de pagamento de retorno e taxas de juros padrões do AIIB para empréstimos com garantia soberana (MMFMP-PSI, 2017).

De acordo com o relatório sumário do MMFMP, o projeto visa melhorar o gerenciamento hídrico relativo às inundações em áreas selecionadas do Metrô de Manila, capital das Filipinas. Para tanto, através do MMFMP, serão construídas duas novas estações de bombeamento, além da renovação das estações de bombeamento existentes. Também será reabilitada a infraestrutura de suporte e melhorado o sistema de drenagem associado. Serão melhorados os sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos circunvizinhos ao sistema de drenagem do MMFMP e das estações de bombeamento selecionadas para o projeto. (MMFMP-PSI, 2017).

#### QUADRO 07: Componentes do MMFMP

<p><b>Componente 01:</b> modernização de áreas de drenagem (US\$ 375,2 Mi.) O MMFMP-PSI estima que 20 novas estações de bombeamento serão construídas, e 36 existentes passarão por processo de modernização.</p>
<p><b>Componente 02:</b> diminuição de resíduos sólidos em vias navegáveis (US\$ 48 Mi.). Atividades sob este componente serão organizadas em divisões espaciais, focando em bairros e em áreas localizadas acima de estações de bombeamento. Este componente será construído tomando como base projetos existentes implementados por LGUs, bairros e domicílios, de modo a melhor responder à gestão de resíduos sólidos urbanos em Manila.</p>
<p><b>Componente 03:</b> habitação compartilhada e reassentamento (US\$ 55,75 Mi.). De acordo com o MMFMP-PSI (2017, p. 10), um pequeno número das novas estações de bombeamento requer o reassentamento de populações para que seja permitida a nova construção. O reassentamento também é necessário para que se estabeleça a medição técnica em pelo menos 16 áreas de drenagem. Estima-se que 2.500 domicílios serão relocados, embora os números finais possam ser alterados conforme a realização do projeto se desenvolva.</p>
<p><b>Componente 04:</b> gerenciamento e coordenação do projeto (US\$ 20 Mi.). Este componente prevê o apoio operativo para o MMFMP através de <i>Project Management Offices</i> (PMOs) em contato com o <i>Department of Public Works and Highways</i> (DPWH) e com o <i>Metro Manila Development Authority</i> (MMDA) para manejar e coordenar suas respectivas atividades. Isto pode incluir: o pagamento de custos operativos adicionais; a provisão de equipamentos e materiais de escritório; o treinamento, o compartilhamento de conhecimento e o estabelecimento de atividades educativas; a assistência técnica em engenharia, no monitoramento e avaliação do projeto, e no design de atividades para implementação do MMFMP; o manejo de acidentes.</p>

Fonte: MMPF-PSI (2017, p. 8-11). Elaboração Própria.

Ainda de acordo com o sumário executivo, as Filipinas são um país altamente exposto a eventos induzidos por mudanças climáticas. Possíveis impactos ao metrô de Manila incluem chuvas de maior intensidade, com cenários prováveis de aumento em até 12% do volume das chuvas até 2050. Além disso, estima-se que os níveis do mar aumentem em 24 cm até 2050, o que pioraria as atuais condições de drenagem urbana de Manila. O MMFMP focará em 56 áreas de drenagem consideradas potencialmente críticas em 11 *Local Government Units* (LGUs), cobrindo um total estimado de 11,100 hectares em área de drenagem, ou

aproximadamente 17% da área total do metrô da capital das Filipinas. A população total das 56 áreas de drenagem é estimada em 3,5 Mi. de pessoas, correspondendo a 760 mil domicílios. Estima-se que os beneficiários diretos do MMFMP sejam 1,7 Mi. pessoas, ou 370 mil domicílios (MMFMP-PSI, 2017, p. 8).

O projeto será composto de quatro componentes, ficando a cargo de diversos órgãos administrativos domésticos das Filipinas.

O relatório sumário do AIIB indica que o MMFMP figura como pertencente a Categoria A em relação ao seu impacto social e ambiental. O MMFMP-PSI (2017, p. 1-2) indica que o projeto foi feito em acordo com a política social e ambiental do AIIB, atendendo aos padrões sociais e ambientais do banco. Para o projeto, o AIIB decidiu utilizar as *Safeguard Policies* do WB, que o colocaram na categoria A. Sua categorização como A foi dada mediante a identificação de riscos sociais e impactos ambientais significativos no MMFMP.

Além destes, o MMFMP-PSI (2017) apresenta impactos trabalhistas, de gênero e relativos a questões climáticas em sua avaliação. Entre os impactos trabalhistas, lista-se a relocação de trabalhadores para a construção do MMFMP, embora o projeto não espere necessitar a utilização de trabalhadores migrantes em habitações construídas nos locais de trabalho. Acerca das dimensões de gênero, o projeto assinala que a população feminina suporta o pior lado do manejo de adversidades, que aqui englobam os impactos da relocação populacional urbana (MMFMP-PD, 2017, p. 20-24).

O impacto relativo às mudanças climáticas está ligado a condição geográfica das Filipinas e de Manila. De acordo com o *United Nations University Institute for Environmental and Human Security*, as Filipinas ocupam a terceira posição no *World Risk Index*, índice que mensura a exposição nacional a diversos perigos relativos a eventos naturais (MMFMP-PD, 2017, p. 4). A capital filipina está constantemente sujeita a chuvas de grandes intensidades, além de sazonalmente ser atingida por ciclones e tufões. O projeto assinala que estes incidentes têm se tornado mais intensos e imprevisíveis nos últimos anos devido às mudanças no clima global. Estes eventos ocasionam constantes alagamentos em Manila. O projeto, portanto, ajudará no controle destes alagamentos, que em última análise afetam tanto a circulação populacional na cidade, como também as populações mais pobres de Manila (MMFMP-PD, 2017, p. 20-24).

O projeto afirma ainda que impactos sociais adversos serão, em sua maior parte, temporários, ocorrendo durante a fase de construção (MMFMP-PD, 2017). De acordo com o MMFMP-PD (2017, p. 52-53), o total de pessoas afetadas é calculado em 3,5 Mi, concentradas numa área de cerca de 12 mil hectares, das quais 50% serão diretamente afetadas pelo MMFMP.



De forma geral, o risco associado ao MMFMP é considerado alto. O Departamento de Obras Públicas e Estradas (*Department of Public Works and Highways – DPWH*) e a Autoridade para o Desenvolvimento do Metro de Manila (MMDA) são os órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento e pela construção do MMFMP. A implementação do LNR13IMP está vinculada a implementação pelo Governo das Filipinas e pelo Banco Mundial do Plano de Ação para Relocação (*Resettlement Action Plan, RAP*).

O MMFMP-PDF (2017) indica que o financiamento do projeto LNR13IMP é também repartido entre AIIB, WB/IDA, NDF e GoL. Os desembolsos respectivos serão feitos conforme os seguintes componentes.

**TABELA 24:** Custo e Financiador por Componente do MMFMP

Item	Custo	Financiador		
		AIIB	WB/IBRD	GoP
<b>Componente 01:</b> modernização de áreas de drenagem	275,20	168,84	168,84	37,52
<b>Componente 02:</b> diminuição de resíduos sólidos em vias navegáveis	48,00	21,60	21,60	4,80
<b>Componente 03:</b> habitação compartilhada e reassentamento	55,75	7,64	7,64	40,47
<b>Componente 04:</b> gerenciamento e coordenação do projeto	20,00	9,00	9,00	2,00
<b>Custo Total Direto do Projeto</b>	498,95	207,08	207,08	84,79
<b>Taxas de Adiantamento</b>	1,05	0,52	0,52	0,00
<b>Total Geral</b>	500	207,60	207,60	84,79

Fonte: MMFMP-PSI (2017, p. 11). Elaboração Própria.

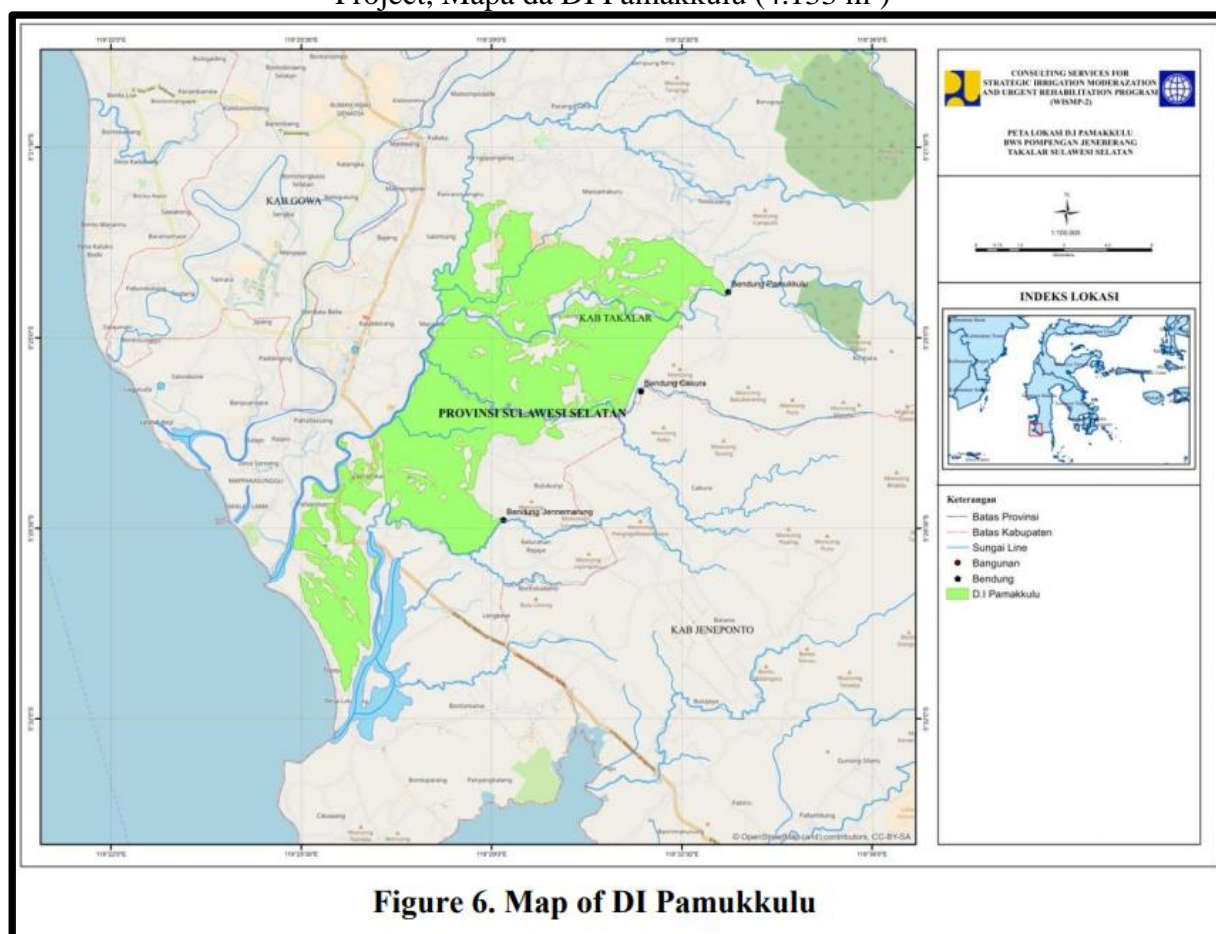
Até dezembro de 2019, o WB/IBRD havia desembolsado US\$ 5,99 Mi. para a realização do projeto. Foram cobrados cerca de US\$ 2,92 Mi. em taxas e juros. Até 11 de março de 2020, o Banco Mundial não apresentava nenhuma empresa como contratada para a realização da obra, cuja conclusão é estimada para 31 de maio de 2024. Esta informação é corroborada pelo *Procurement Contracts Award Summary* do WB, que indica que contratos foram vencidos por que empresas. A Identidade do Projeto definida para o MMFMP é P153814. No PSLO Countries Report – FY08-19, que reúne todos os contratos designados pelo WB entre 2008 e 2019, não apresenta vencedores para o P153814, o que indica que até o momento não há contratações diretas estabelecidas para o MMFMP. (WB, 2020).

Por fim, até julho de 2019, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura realizou desembolsos de US\$ 4,8 Mi. De acordo com o MMFMP-SBF (2019), o desembolso mais recente feito pelo AIIB para o MMFMP foi de US\$ 4,3 Mi., feito em 30 de outubro de 2018. A soma total remanescente a ser desembolsada pelo AIIB é de US\$ 202,8 Mi.

3.2.2.6. *Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project (2018)*

Em junho de 2018 o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project (I-SIMURP). O projeto aprovado tem custo estimado total de US\$ 578 Mi, dos quais o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 250 Mi, ou 43,25% do projeto. Os US\$ 328 Mi. remanescentes ficarão a cargo do Governo da Indonésia e do Banco Mundial. O WB financiará igualmente US\$ 250 Mi., equivalendo em paridade ao financiamento estabelecido pelo AIIB (I-SIMURP-PSI, 2017). Isto coloca o I-SIMURP como um dos sete projetos em coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático, dos quais seis apresentam equivalência paritária no que diz respeito a monta a ser financiada entre AIIB e as diversas instituições atreladas ao WB. Os US\$ 78 Mi. restantes ficarão a cargo do Governo da Indonésia (I-SIMURP-PSI, 2019, p. 3).

**FIGURA 22:** Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project, Mapa da DI Pamakkulu (4.133 m<sup>2</sup>)



**Figure 6. Map of DI Pamukkulu**

Fonte: ESMP/WB-I-SIMURP (2018, p. 11).

A Indonésia figura como país mutuário do empréstimo de US\$ 248,39 Mi., sendo o I-SIMURP um dos projetos do AIIB garantidos por dívida soberana. A dívida soberana oriunda do projeto tem maturidade final de 16 anos, o que inclui um período de carência de 8 anos, com nível de

pagamento de retorno e taxas de juros padrões do AIIB para empréstimos com garantia soberana (I-SIMURP-PD, 2017, p. 9).

De acordo com o relatório sumário do I-SIMURP, o projeto visa melhorar os serviços de irrigação e ampliar a regularidade do fornecimento hídrico de instalações de irrigação nas seis áreas selecionadas. Isto será feito através da reabilitação, revitalização e modernização de recursos e sistemas de irrigação (I-SIMURP-PSI, 2019, p. 3). O projeto se insere nos planos de expansão da irrigação e melhoramento da gestão de recursos hídricos do Ministério de Obras Públicas e Habitação (MOPH) indonésio. O I-SIMURP-PD (2017, p. 5-6) indica ainda que diversas dimensões dos planos do MOPH atingem Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como a erradicação da pobreza e da fome na Indonésia. Para tanto, o MOPH visa melhorar as condições de segurança alimentar e as condições econômicas de fazendeiros através da expansão de diversos projetos de irrigação (I-SIMURP-PD, 2017, p. 5).

O I-SIMURP é dividido em cinco subprojetos e compreendendo 14 projetos nacionais de irrigação, totalizando 204.014 m<sup>2</sup> irrigados. Embora três destes cinco subprojetos localizem-se na Ilha de Java, a ilha mais populosa do arquipélago indonésio, todos eles situam-se em regiões distintas do país, conforme a Tabela 34. Em particular, o subprojeto de Jatiluhur compreende 9 projetos nacionais de irrigação, alcançando uma área irrigada de 183.229 m<sup>2</sup>. (I-SIMURP-PD, 2018, p. 33).

#### QUADRO 08: Componentes do I-SIMURP

<p><b>Componente 01:</b> reabilitação urgente do sistema de irrigação e drenagem (US\$ 225,40 Mi.). Este componente promoverá o fortalecimento institucional e a revitalização de cerca de 100 mil hectares de área irrigada. inclui a construção, reabilitação e a reconstrução de infraestrutura em Mandalika e em comunidades vizinhas.</p>
<p><b>Componente 02:</b> modernização estratégica de sistemas de drenagem e irrigação (US\$ 333,60 Mi.). Este componente atende o objetivo de aumentar o serviço de sistemas de irrigação ótimos através da modernização de infraestruturas existentes através da introdução de tecnologias de alto nível.</p>
<p><b>Componente 03:</b> Gerenciamento do Projeto (US\$ 19 Mi). Este componente irá dar apoio ao gerenciamento geral do projeto, a ser implementado pela Unidade Central de Gerenciamento do Projeto (UCGP), subordinada ao Diretório Geral de Recursos Hídricos (DGRH) do MOPH.</p>

Fonte: I-SIMURP-PD (2018, p. 8-10). Elaboração Própria.

A reabilitação e modernização de atividades no I-SIMURP será feita para permitir um melhoramento nos serviços de irrigação e drenagem, o que permitirá a diversificação produtiva de colheitas na Indonésia. Isto atende as diretivas governamentais focadas em segurança alimentar, particularmente para a autossuficiência da produção de arroz (I-SIMURP, 2018, p. 33).

Localizado em Java Ocidental, o Esquema de Irrigação de Jatiluhur (EIJ) é o maior sistema de irrigação contínuo da indonésia, com uma área total de 240 mil hectares. O EIJ

atravessa a bacia hidrográfica do Rio Citarum. Diversos rios desta bacia hidrográfica foram ligados nos anos 1970 através dos canais Tarum Leste, Norte e Oeste, sendo agora alimentados pela Reserva de Juanda. O sistema supre aproximadamente 40% das necessidades alimentares de arroz para Java Ocidental e 9,4% da demanda nacional. O Canal de Tarum Oeste também funciona como o principal mecanismo de fornecimento de água para a zona doméstica e industrial da zona metropolitana de Jakarta, capital da Indonésia (I-SIMURP-PD, 2018, p. 5).

**TABELA 25: I-SIMURP: Esquemas de Irrigação, Área Total (m<sup>2</sup>)**

Nome do Esquema de Irrigação	Província	Área Total
Kedung Putri	Java Central	4.341
Talang	Java Oriental	8.844
Pamukkulu	Sulawesi Meridional	4.133
Jurang Batu	Nusa Tenggara Oriental	3.467
Jatiluhur	Java Ocidental	183.229

**Fonte:** ESMP/WB-I-SIMURP (2018, p. 6). Elaboração Própria.

O arranjo financeiro criado para a gestão de desembolsos para o I-SIMURP coloca como mutuário do financiamento a República da Indonésia. A partir de diretórios do Ministério de Obras Públicas serão contratadas empresas de engenharia, fornecedores de suprimentos e empresas de consultoria de gestão ligadas ao projeto (I-SIMURP-PD, 2017, p. 12-13).

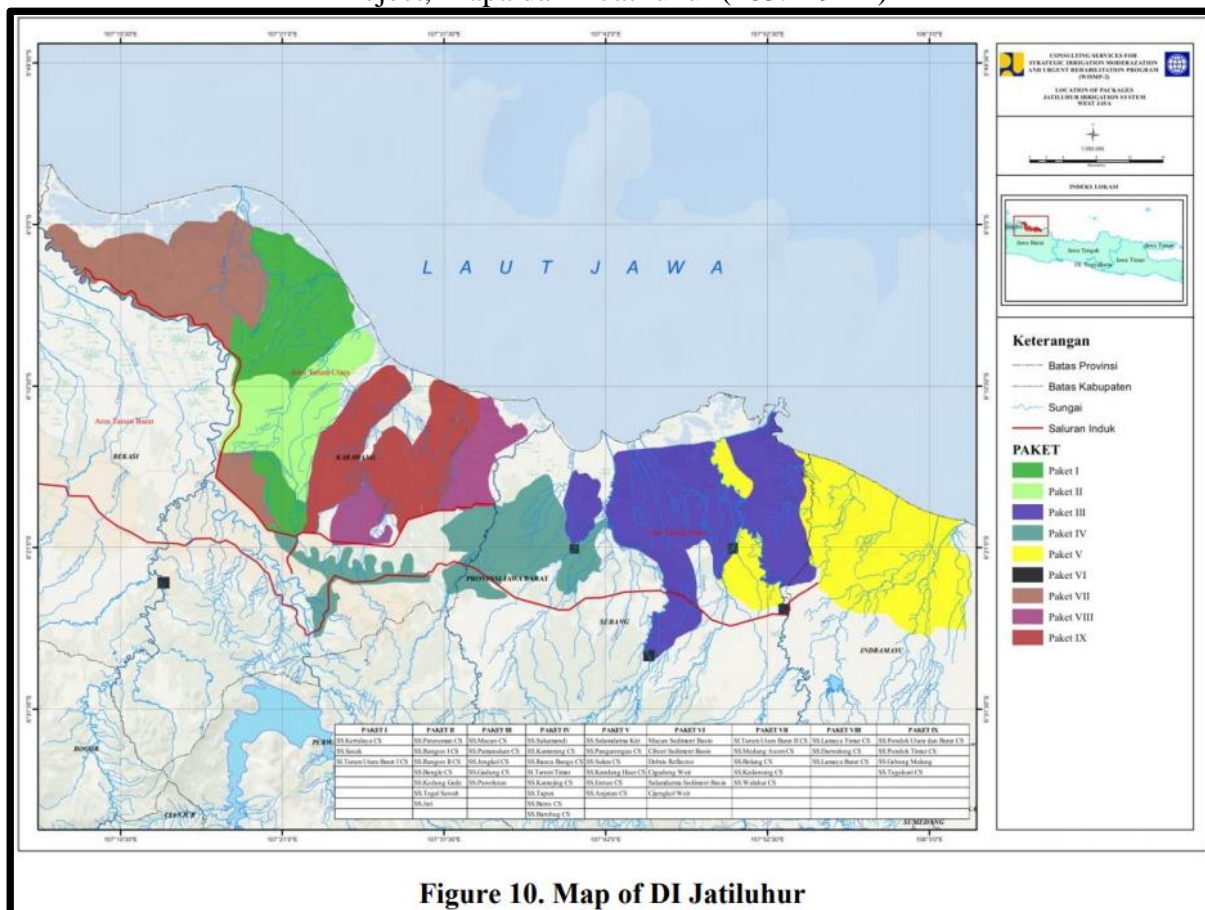
O projeto será composto de três componentes, conforme o Quadro 08. O Componente 01 compreende a reabilitação urgente de sistemas de drenagem e irrigação. Este componente promoverá a revitalização de cerca de 100 mil hectares de área irrigada. O Governo da Indonésia identifica 41 esquemas de irrigação (I-SIMURP-PD, 2018, p. 8).

Através do Componente 02, o I-SIMURP aumentará o serviço de distribuição de água em sistemas de irrigação existentes. Isso será feito através da modernização da infraestrutura instalada de gerenciamento, com a introdução de aparatos de gerenciamento de irrigação modernos. O foco inicial será a área de 240 mil hectares do EIJ, onde os ativos investidos, bem como a responsabilidade por novos investimentos de capital é da BBWS Citarum, uma unidade técnica de implementação subordinada à Diretoria Geral de Recursos Hídricos (DGRH), ligada ao Ministério de Obras Públicas e Habitação da Indonésia. Este componente dará apoio ao serviço de água de cerca de 176 mil hectares de redes primárias, secundárias e terciárias de irrigação no Canal de Tarum Leste (90.230 hectares) e no Canal de Tarum Norte (85,945 hectares) (I-SIMURP-PD, 2018, p. 8).

O Componente 03 do I-SIMURP compreende o provimento de Assistência Técnica visando o aumento da capacidade gerencial da Unidade Central de Gerenciamento do Projeto (UCGP), ligada ao Departamento Geral de Recursos Hídricos e ao Ministério de Obras Públicas

e Habitação. A UCGP desempenhará atividades diversas no manejo do projeto, sendo apoiada por consultoria externa. (I-SIMURP-PSI, 2019, p. 8-9).

**FIGURA 23:** Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project, Mapa da DI Jatiluhur (183.229 m<sup>2</sup>)



**Figure 10. Map of DI Jatiluhur**

Fonte: ESMP/WB-I-SIMURP (2018, p. 15)

O relatório indica que o I-SIMURP figura como pertencente a Categoria B em relação ao seu impacto social e ambiental. I-SIMURP-PD (2018, p. 80) indica que o projeto foi feito em acordo com a política social e ambiental do AIIB, atendendo aos padrões sociais e ambientais do banco. Sua categorização como B foi dada mediante expectativas reduzidas de impactos adversos ligados ao meio ambiente e a salvaguardas sociais.

Entre os fatores de risco elencados pelo I-SIMURP-PD, encontram-se riscos ligados a mudanças financeiras e regulatórias, à implementação do projeto, aos impactos ambientais e sociais do projeto, e à riscos externos ao projeto. Entre os riscos financeiros e regulatórios, destacam-se o risco de baixa lucratividade e de mudanças regulatórias na Indonésia. Entretanto, a Indonésia comprometeu-se a seguir as discricionariedades estabelecidas pelo WB para empréstimos. Foi estabelecido que, dentro da estrutura funcional do Unidade Central de Gerenciamento do Projeto estarão designados setores de avaliação da atuariedade contábil do I-SIMURP (I-SIMURP-PD, 2017, p. 14).

**TABELA 26:** Custo e Financiador por Componente do I-SIMURP

Item	Custo	Financiador		
		AIIB	WB/IBRD	GoI
Componente 1: Provisão de Serviços Básicos e Infraestrutura	225,4	98,6	98,6	28,2
Componente 2: Modernização de Sistemas de Drenagem e Irrigação	333,6	143	143	47,6
Componente 3: Gerenciamento do Projeto	19	8,4	8,4	2,2
Custo Total	578	250	250	78

Fonte: I-SIMURP-PD (2017, p. 9).

O I-SIMURP-PD (2017, p. 15-17) afirma ainda que impactos sociais e ambientais estão de acordo com as Políticas de Salvaguarda Social e Ambiental do WB. Dando maior atenção ao impacto ambiental, o I-SIMURP-PD (2017, p. 15) estabelece que se espera do projeto um impacto ambiental positivo. As razões para isto seriam os melhoramentos a serem feitos no manejo de recursos hídricos nas bacias hidrográficas da região.

O I-SIMURP-PSI, 2019 (p. 3-4) indica que o financiamento do projeto I-SIMURP é repartido entre AIIB, WB/IBRD e o Governo da Indonésia.

Até abril de 2020, os desembolsos feitos pelo WB/IBRD, cujo total a ser investido é US\$ 250 Mi, foram de US\$ 5,989 Mi. Isto foi feito através de um único pagamento, em fevereiro de 2019. Este valor corresponde ao percentual de 2,3% dos desembolsos totais. O total cobrado até o momento pelo WB/IBRD a título de juros, taxas e encargos foi de US\$ 3,05 Mi.

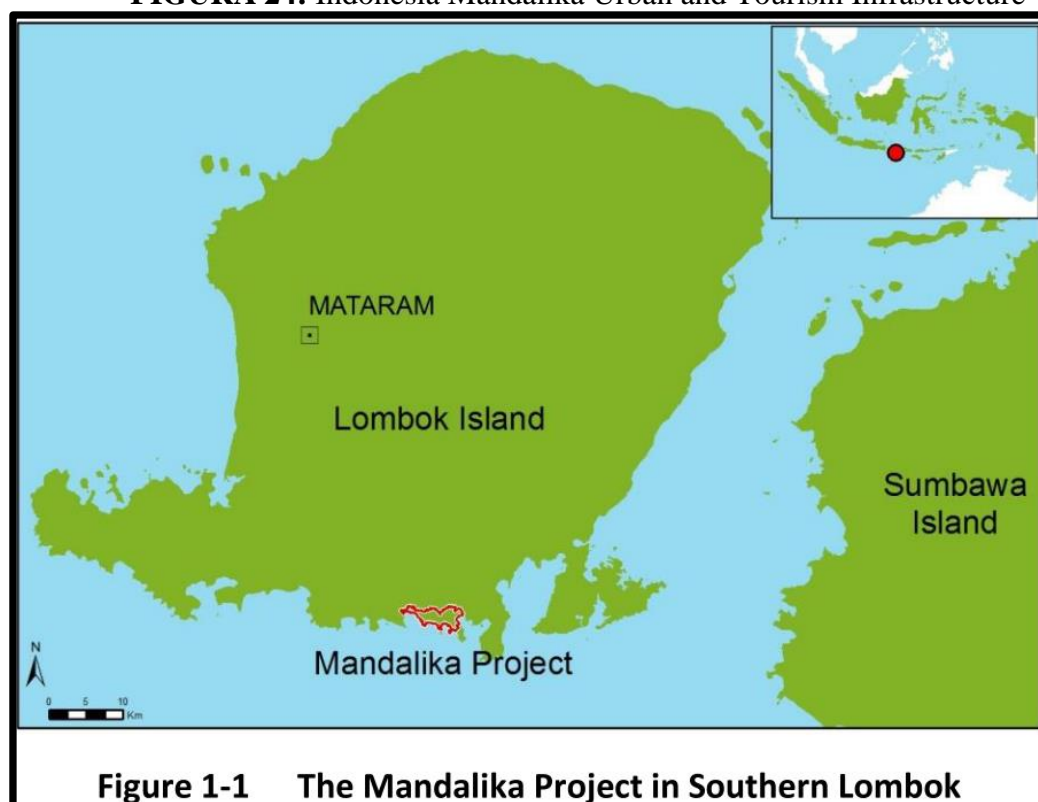
Os desembolsos do AIIB ocorrerão ao longo de 66 meses, de julho de 2018 até dezembro de 2023. Até 22 de outubro de 2019, o Banco Asiático de Investimentos havia desembolsado US\$ 6 Mi. para a realização do projeto, cujo total a ser investido é US\$ 250 Mi, correspondendo ao percentual de 2,4% dos desembolsos totais. Isto foi feito num único desembolso, datado de 19 de fevereiro de 2019 (AIIB-SBF-I-SIMURP, 2019, p. 1).

Uma vez que o projeto teve início em junho de 2018, é digno de nota a reduzida monta desembolsada pelo AIIB e pelo WB/IBRD até o momento, que somadas, totalizam aproximadamente de US\$ 12 Mi.. Entretanto, maiores conclusões sobre o andamento do I-SIMURP só poderão ser estabelecidas quando da publicação de Relatórios de Monitoramento do Projeto ao longo de 2020.

### 3.2.2.7. *Indonesia: Mandalika Urban and Tourism Infrastructure (2018)*

Em dezembro de 2018 o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do Mandalika Urban and Tourism Infrastructure (I-MUTI). O projeto aprovado tem custo estimado total de US\$ 316,50 Mi, dos quais o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 248,39 Mi, ou 78,5% do projeto. Os US\$ 68,1 Mi. remanescentes ficarão a cargo da República da Indonésia (I-MUTI-PD, 2018, p. i). Isto coloca o I-MUTI como um dos dois projetos sem coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático, sendo o outro projeto o Fiber Optic Communication Network.

**FIGURA 24:** Indonesia Mandalika Urban and Tourism Infrastructure



Fonte: ITDC (2018, p. 1-1)

O I-MUTI é o único projeto aprovado pelo AIIB no sudeste asiático a contar com o co-financiamento do governo local (o Governo da Indonésia), sem que isto envolva a participação de outro BMD. Além disso, a Indonésia figura como país mutuário do empréstimo de US\$ 248,39 Mi., sendo o I-MUTI um dos projetos do AIIB garantidos por dívida soberana.

A dívida soberana oriunda do projeto tem maturidade final de 35 anos, o que inclui um período de carência de 10 anos, com nível de pagamento de retorno e taxas de juros padrões do AIIB para empréstimos com garantia soberana (I-MUTI-PD, 2018, p. 17).

De acordo com o relatório sumário do I-MUTI, o projeto visa transformar a região de Mandalika, na Ilha de Lombok, Indonésia, num destino turístico, em acordo com o Plano Mestre de Mandalika (PMMandalika). O desenvolvimento do PMMandalika foi iniciado em 2012, mas passou por significativas mudanças em 2015. O PMMandalika antevê mudanças significativas na visão geral sobre a região, criando um novo *branding* para o litoral sul da ilha de Lombok. Prevê-se a mudança no uso da terra de Mandalika, a relocação de populações indígenas locais, envolvendo a integração com estradas públicas e utilidades urbanas na região, além da construção de novas zonas de moradia, a serem concedidas a construtores licenciados em zonas (I-MUTI-PD, 2018, p. 8).

A lógica do AIIB por trás do projeto sustenta que o I-MUTI enquadra-se como criação de desenvolvimento econômico sustentável através do investimento em infraestrutura. Concebe-se que o Parque turístico de Mandalika irá funcionar como catalizador para o crescimento econômico da região. Além de criar empregos durante a construção do projeto, estudos preliminares indicam que 80% do consumo turístico consegue ser absorvido pela economia indonésia, gerando multiplicadores subsequentes de formas direta e indireta (I-MUTI-PSI, 2018, p. 5).

Além disso, a *rationale* do I-MUTI atende ao objetivo indonésio de desenvolver a região geograficamente periférica da Ilha de Lombok, onde situa-se Mandalika. Lombok é a sexta província com a maior taxa de pobreza das 33 províncias da Indonésia em 2010. Com quase um milhão dos seus 4,5 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza, a ilha apresenta uma taxa de pobreza de 22%, quase o dobro da média nacional da Indonésia (13%) (I-MUTI-PD, 2018, p. 5).

#### QUADRO 09: Componentes do I-MUTI

<b>Componente 01:</b> provisão de serviços básicos de infraestrutura (US\$ 169,30 Mi.). Este componente inclui a construção, reabilitação e a reconstrução de infraestrutura em Mandalika e em comunidades vizinhas.
<b>Componente 02:</b> suporte de implementação (US\$ 15,40 Mi.). Este componente dá apoio ao Corporação de Desenvolvimento Turístico da Indonésia (CDTI) na gestão e monitoramento do I-MUTI durante sua execução.

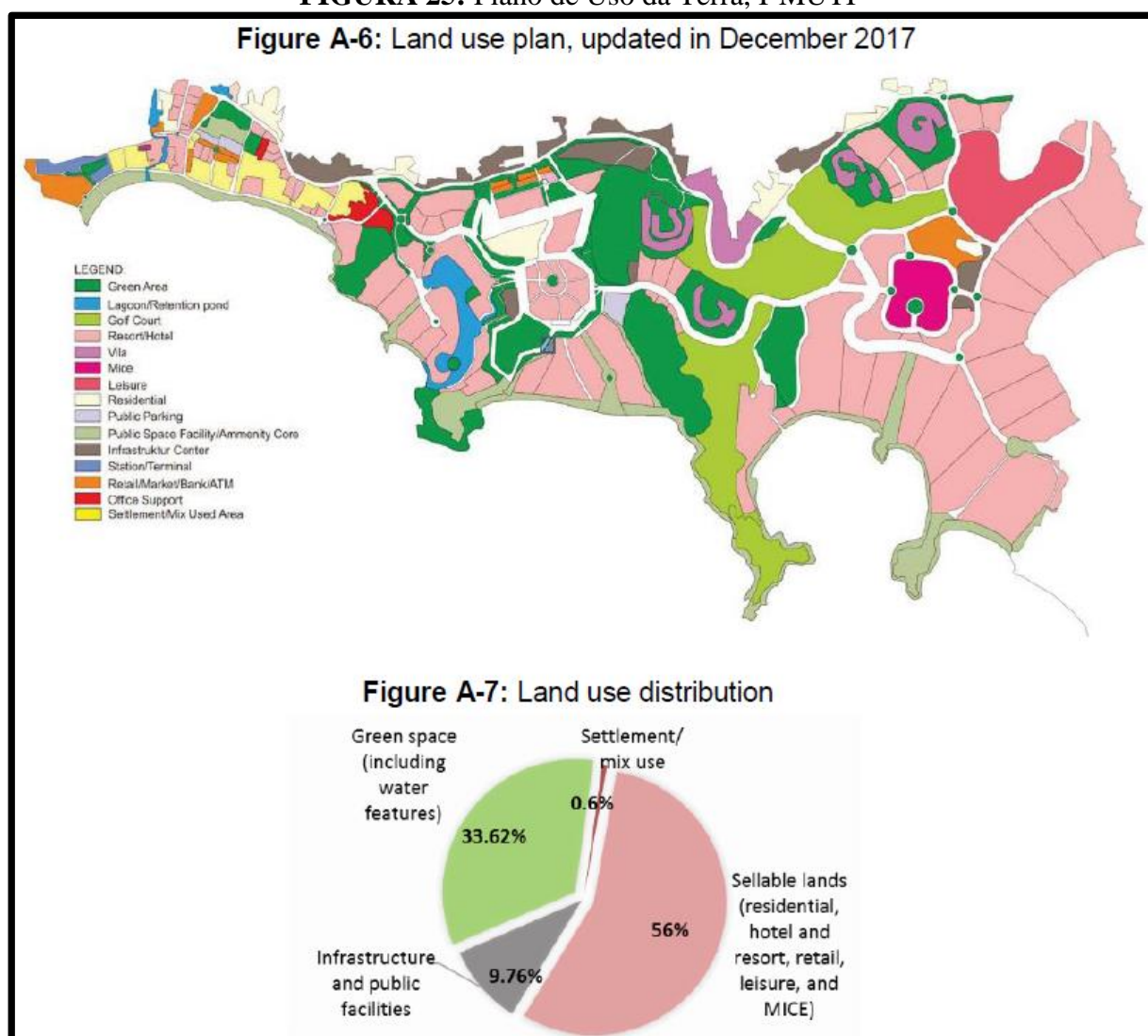
**Fonte:** I-MUTI-PD (2018, p. 9-10). Elaboração Própria.

Por fim, o projeto visa reduzir os impedimentos de infraestrutura para a mobilização de capital privado. Uma vez que Mandalika foi identificado como uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento do setor de turismo na Indonésia, o I-MUTI proporciona a oportunidade de condicionar o desenvolvimento do setor turístico ao sul da Ilha de Lombok através da alocação de investimentos estatais. Ao mesmo tempo, para dar início ao processo de recondicionamento territorial, o I-MUTI-PD (2018, p. 5) argumenta ser necessário desenvolver uma série de aportes



de infraestrutura fundamentais na ilha, abrindo caminho para o investimento privado subsequente. Ainda de acordo com o I-MUTI-PD (2018, p. 6), o investimento privado em Mandalika tem ocorrido, até o momento, de forma desordenada e danosa ao meio ambiente. Calcula-se que com o investimento em “infraestrutura fundacional” o projeto possa subsequentemente proporcionar a mobilização de cerca de US\$ 2,8 Bi de capital privado através das próximas três décadas (I-MUTI-PD, 2018, p. 6).

**FIGURA 25:** Plano de Uso da Terra, I-MUTI



Fonte: I-MUTI-PD (2018, p. 38)

Para a execução do Projeto, o Governo da Indonésia designou Mandalika como um destino de turismo prioritário, estabelecendo o plano base para o desenvolvimento do I-MUTI. Especificamente, a Indonésia: designou Mandalika como uma Zona Econômica Especial (ZEE); renomeou a Corporação de Desenvolvimento Turístico de Bali (CDTB) para Corporação de Desenvolvimento Turístico da Indonésia (CDTI), expandindo suas atribuições para o planejamento e desenvolvimento do I-MUTI; preparou e integrou o Plano Mestre de

Mandalika ao Plano de Impacto Ambiental de Mandalika; adquiriu boa parte da terra necessária ao desenvolvimento do I-MUTI; começou as ações para a construção de estradas e estruturas habitacionais na parte ocidental de Mandalika; planejou investimentos em infraestrutura regional como estradas conectando Mandalika ao recém-expandido Aeroporto Internacional de Lombok (Zainuddin Abdul Madjid International Airport) (I-MUTI-PD, 2018, p. 4).

A CDTI é uma empresa estatal (SOE) de posse integral do Governo da Indonésia. Estabelecida em 1962 como CDTB para gerir o projeto geograficamente focado em Nusa Dua, ilha de Bali, a empresa hoje detém a operação de duas unidades de negócio: Nusa Dua, Bali e Mandalika, Lombok. A CDTI é responsável pelo planejamento e designação do uso da terra para propósitos turísticos em Nusa Dua e em Mandalika, além da designação de contratos referentes ao uso da terra por terceiros interessados, notadamente empresas, hotéis, instalações turísticas e habitações, além de infraestruturas de uso público. A CDTI tem ainda autoridade para realizar empréstimos com instituições financeiras internacionais sob titularidade própria (I-MUTI-PD, 2018, p. 4).

O arranjo financeiro criado para a gestão de desembolsos para o I-MUTI coloca como mutuário do financiamento o CDTI. A partir do CDTI serão contratadas as empresas de engenharia, os fornecedores de suprimentos e as empresas de consultoria de gestão ligadas ao projeto. Estabelecido com garantia soberana, o Governo da Indonésia serve como ente garantidor fiduciário do projeto (I-MUTI-PD, 2018, p. 12-13).

A composição original do projeto o subdivide em dois componentes, conforme a Tabela 36. O Componente 01 compreende a construção de serviços básicos e de infraestrutura, subdividindo-se em um subcomponente designado para a construção da infraestrutura principal de Mandalika. Isto compreende estradas, ruas, modificações na paisagem da região, obras sanitárias, manejo de resíduos sólidos e serviços de drenagem (I-MUTI-PSI, 2019, p. 2).

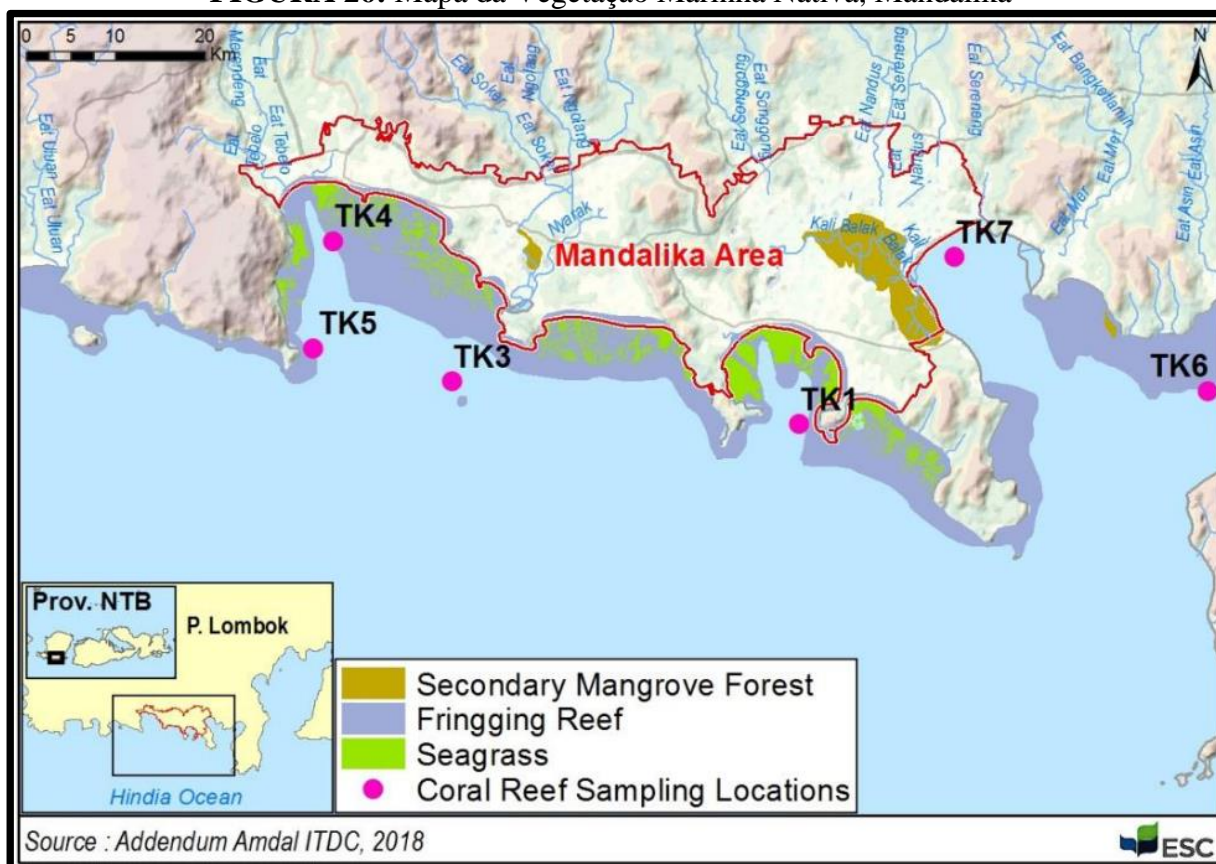
O segundo subcomponente compreende a construção de melhoramentos na infraestrutura existente em comunidades vizinhas a região do I-MUTI. Estes melhoramentos se situarão em vilarejos vizinhos a região de Mandalika, incluindo infraestrutura sanitária, drenagem, transporte e a construção de instalações para redução de risco. Este subcomponente é focado na redução de malefícios provindos do I-MUTI às comunidades vizinhas, mitigando as externalidades ligadas ao aumento de turistas em Mandalika (I-MUTI-PSI, 2019, p. 2).

O Componente 02 do I-MUTI compreende o provimento de Assistência Técnica visando o aumento da capacidade gerencial do CDTI. O CDTI desempenhará atividades diversas no manejo do projeto, variando entre o gerenciamento da construção das instalações

de Mandalika até o treinamento de trabalhadores provenientes de vilarejos vizinhos ao projeto para o trabalho no projeto (I-MUTI-PSI, 2019, p. 2-3).

O relatório indica que o I-MUTI figura como pertencente a Categoria A em relação ao seu impacto social e ambiental. I-MUTI-PD (2018, p. 80) indica que o projeto foi feito em acordo com a política social e ambiental do AIIB, atendendo aos padrões sociais e ambientais do banco. Sua categorização como A foi dada mediante a expectativa de impactos adversos ligados ao meio ambiente e a salvaguardas sociais.

**FIGURA 26:** Mapa da Vegetação Marinha Nativa, Mandalika



Fonte: ESIA-I-MUTI (2018, p. 4-25)

Entre os fatores de risco elencados pelo I-MUTI-PD, encontram-se riscos ligados a mudanças financeiras e regulatórias, à implementação do projeto, aos impactos ambientais e sociais do projeto, e à riscos externos ao projeto. Entre os riscos financeiros e regulatórios, destacam-se o risco de baixa lucratividade e de mudanças regulatórias na Indonésia. Este último ponto restringe-se sobretudo a não designação de Mandalika como uma ZEE e como um dos projetos de atenção especial do governo da Indonésia (I-MUTI-PD, 2018).

Em se tratando do impacto social, é esperado que o projeto enfrente oposição comunitária, uma vez que a construção da rede de hotéis em praias públicas e lugares vizinhos pode tornar a região inacessível ao público. Além disso, empresários locais que não vejam

vantagens na mudança do perfil econômico de Mandalika na direção do setor de turismo podem afetar os ânimos de investidores locais dispostos a colaborar com o projeto. Além disso, a aquisição de terras pode ser uma dificuldade de nível elevado. Embora se argumente que o ITDC já adquiriu 92% dos totais 1.164 hectares necessários à construção, os cerca de 86 hectares remanescentes acabam funcionando como enclaves na região, estando sob disputa judicial ou mesmo não contando com a intenção de venda dos possuidores (I-MUTI-PD, 2018, p. 80-85).

O I-MUTI-PD (2018) afirma ainda que impactos sociais adversos afetará ecossistemas locais e diversas populações residentes em Mandalika. Os elementos de implementação do I-MUTI indicam que, para o estabelecimento da estação de turismo via a construção da ZEE de Mandalika com área total de 1.164 hectares, já foi desapropriado cerca de 92,70% da terra, ficando o percentual remanescente dividido entre terras passíveis de litígio judicial (2,33%) e terras já sob litígio (4,95%) (ESIA-I-MUTI, 2018, p. 8-28).

Parte de Mandalika é atualmente habitada pelo povo indígena Sasak, que reside especificamente em quatro vilarejos da região. De acordo com o Environmental and Social Impact Assessment (ESIA-I-MUTI), uma vez que este grupo étnico atende aos critérios elencados como pertencentes à condição indígena<sup>20</sup>, necessitando elaborações específicas para o processo de relocação. O projeto prevê a relocação, pela Corporação de Desenvolvimento Turístico da Indonésia (CDTI), que controla a ZEE de Mandalika e supervisiona a obra. De acordo com o ESIA-I-MUTI (2018), o CTDI irá providenciar habitações em uma área designada para a relocação populacional que se situe fora de Mandalika, mas guardando proximidade geográfica com o local dos vilarejos originais.

**TABELA 27:** Custo e Financiador por Componente do I-MUTI

Item	Custo		Financiador			
			AIIB		GoI	
Moeda	IDR	US\$	IDR	US\$	IDR	US\$
Componente 1: Provisão de Serviços Básicos e Infraestrutura	2.454,92	169,30	2.454,92	169,30	-	-
Componente 2: Implementação, Suporte e Construção de Capacidades	223,22	15,39	208,72	14,39	14,50	1
Custo com Aquisição de Terras	973,09	67,11	-	-	973,09	67,11
Custo Base	3.651,23	251,81	2.663,64	183,70	987,59	68,11
Custo Total	4.589,26	316,50	3.601,66	248,39	987,59	68,11

Fonte: I-MUTI-PD (2018, p. 51-52).

<sup>20</sup> São eles: a auto-identificação e a identificação por outros como membros de um grupo cultural indígena; o pertencimento coletivo geograficamente distinto de seus habitantes ou a ligação a territórios ancestrais anteriormente povoados; instituições culturais, econômicas sociais e/ou políticas separadas das formas dominantes na sociedade; língua distinta da linguagem oficial nacional ou regional; produção primariamente orientada para a subsistência; vulnerabilidade por serem grupos sociais em desvantagem em relação ao processo de desenvolvimento (WB (2018 (c)), p. 8/56-8/57).

Ainda de acordo com o ESIA-I-MUTI, Mandalika é ocupado predominantemente por cobertura vegetal modificada pelo homem. Ela é composta por campos alagados para plantio e por áreas para aquicultura. O litoral de Mandalika abriga dois habitats importantes: recifes de coral e florestas de algas marinhas.

**TABELA 28:** Estimativa Anual de Desembolsos, I-MUTI (US\$ Mi.) (2019-2024)

Ano Fiscal	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Anual	23,8	55,4	46,6	55,4	62,1	5,1
Cumulativo	23,8	79,2	125,8	181,2	243,3	248,4

Fonte: I-MUTI-PD (2018, p. 51-52).

O I-MUTI-PSI, 2019 (p. 3-4) indica que o financiamento do projeto I-MUTI é repartido entre AIIB e Governo da Indonésia. Os desembolsos respectivos serão feitos conforme os seguintes componentes.

Está previsto que a infraestrutura-chave do desenvolvimento da região de Mandalika será construída em duas fases, sendo subdividida em Fase 01 (2019-2023) e Fase 02 (2024-2026), estando a participação do AIIB focada na Fase 01. A Fase 01 compreende o Componente 01, que estando nele focado o grosso dos investimentos do AIIB no I-MUTI (I-MUTI-PD, 2019).

Os desembolsos do AIIB ao CDTI ocorrerão ao longo de 60 meses, de março de 2019 até março de 2024. Os desembolsos anuais esperados para o empréstimo estão colocados na Tabela 38. Até 04 de julho de 2019, o Banco Asiático de Investimentos havia desembolsado US\$ 0,6 Mi. para a realização do projeto, cujo total a ser investido é US\$ 247,8 Mi. (AIIB-SBF-I-MUTI, 2019, p. 2). É necessário asseverar que o projeto do Componente 01 não comporta desembolsos do Governo da Indonésia, portanto, não são esperados aportes financeiros provenientes do GoI nesta fase do I-MUTI.

A consultoria independente contratada para auxiliar o CTDI no gerenciamento do projeto foi o consórcio JV PT Inacon Luhur Pertiwi – PT Ciriayasa EC – PT Bina Karya. As três empresas têm envergadura significativa no gerenciamento de projetos de infraestrutura, e o custo vencedor negociado foi o de aproximadamente US\$ 6,187 Mi.

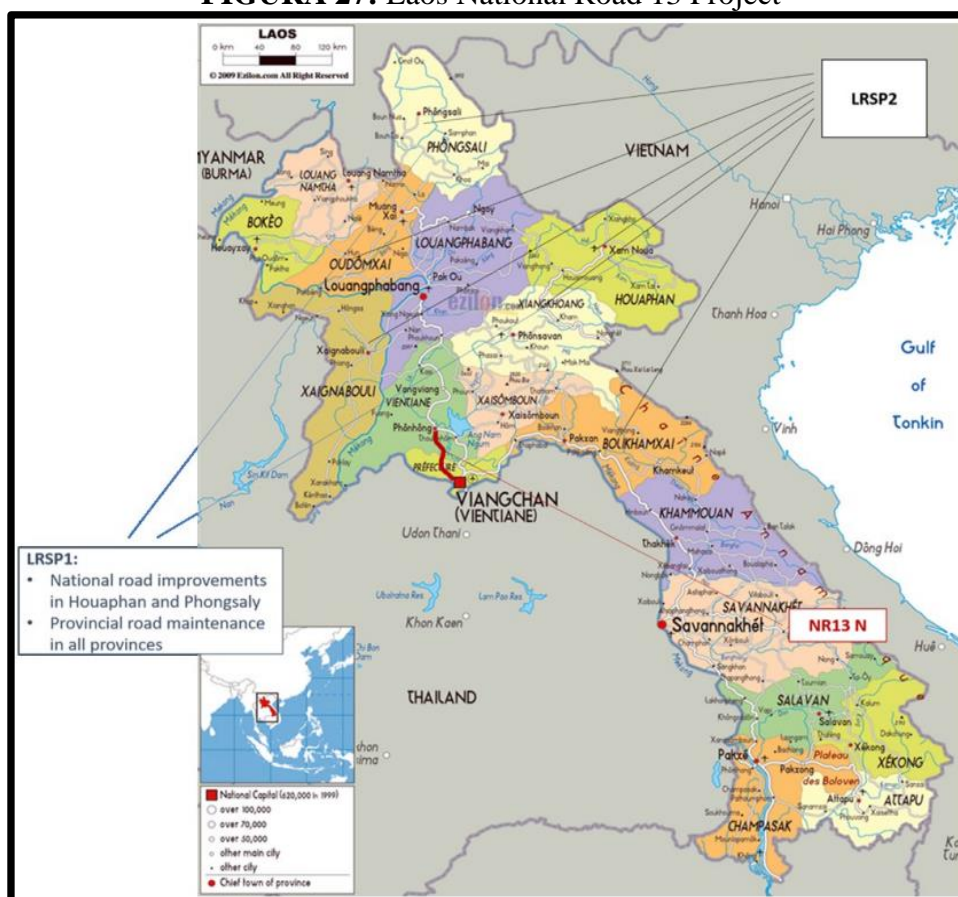
Uma vez que a Fase 01 do projeto teve início em março de 2019, é digno de nota a contraposição entre os desembolsos anuais esperados para aquele ano (US\$ 23,8 Mi.) e a monta desembolsada no relatório mais recente apresentado pelo AIIB (US\$ 0,6 Mi.). Entretanto, maiores conclusões sobre o andamento do I-MUTI só poderão ser estabelecidas quando da publicação de Relatórios de Monitoramento do Projeto ao longo de 2020.

### 3.2.2.8. Laos: National Road 13 Improvement and Maintenance Project (2019)

Em abril de 2019 o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou o financiamento do Laos National Road 13 Improvement and Management Project (LNR13IMP). O projeto aprovado tem custo estimado total de US\$ 128 Mi, dos quais o AIIB comprometeu-se a financiar US\$ 40 Mi. Em coparticipação, atua no projeto o Banco Mundial através do IDA<sup>21</sup>, que financiará os adicionais US\$ 40 Mi (LNR13IMP-PSI, 2019). Isto coloca o LNR13IMP como um dos sete projetos em coparticipação AIIB-WB no Sudeste Asiático, dos quais seis apresentam equivalência paritária no que diz respeito a monta a ser financiada (ver: Tabela 19; Gráfico 20).

Entre os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, o LNR13IMP envolve ainda a participação do Nordic Development Fund, que estabeleceu a quantia de US\$ 9,5 Mi. como sua parcela de contribuição com o projeto (LNR13IMP-PSI, 2019).

**FIGURA 27: Laos National Road 13 Project**

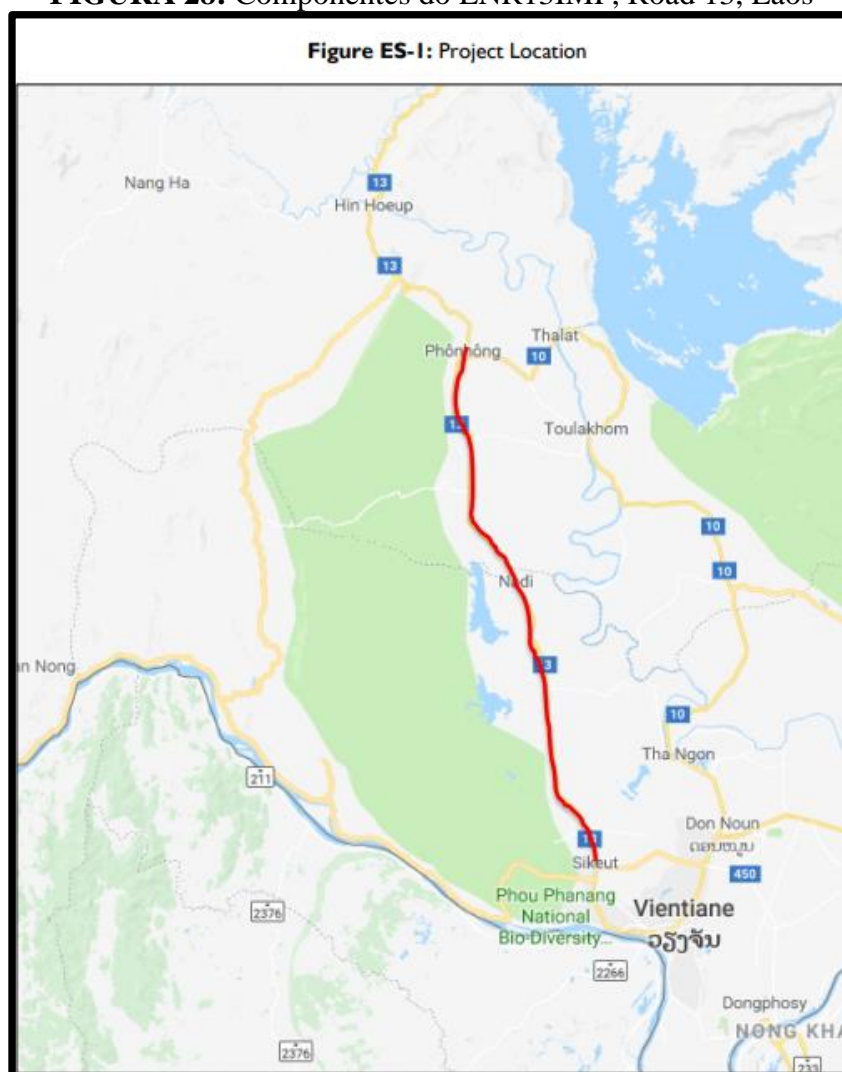


Fonte: Nordic Development Fund (2018, p. vi)

<sup>21</sup> Esta informação consta no LNR13IMP-PSI, 2019, p. 3.

Ainda tratando do financiamento do LNR13IMP, os US\$ 38,5 Mi. remanescentes ficarão a cargo da República Popular Democrática do Laos, entidade administrativa a qual caberá constituir um Fundo de Contrapartida (*Counterpart Fund*), alimentado pelo Tesouro Nacional do Laos. Além disso, o Laos figura como mutuário do empréstimo de US\$ 40 Mi., sendo o LNR13IMP um dos projetos do AIIB garantidos por dívida soberana. A dívida soberana oriunda do projeto tem maturidade final de 35 anos, o que inclui um período de carência de 04 anos, com nível de pagamento de retorno e taxas de juros padrões do AIIB para empréstimos com garantia soberana (AIIB, 2019b).

**FIGURA 28:** Componentes do LNR13IMP, Road 13, Laos



Fonte: ESIA-NR13N (2018, p. 6)

De acordo com o relatório sumário do LNR13IMP, o projeto visa melhorar a conectividade terrestre em setores cruciais da rede de transporte rodoviário do Laos. Para tanto, o projeto ampliará de duas para quatro faixas de estrada o trecho de 19 km próximo à capital do Laos, Vientiane, onde foi identificada a presença de intenso tráfego para a cidade. Além disso,

o LNR13IMP prevê o melhoramento de uma sessão de 39 km de estrada duplicada entre o mercado de Songpeuay e Phonhong, utilizando cimento concretado tipo Portland.

Para sua execução, o projeto utilizará o modelo de contratação “inovador” denominado “Output and Performance based Road Contract” (OPBRC). O projeto será composto de três componentes, conforme Tabela 21.

O relatório indica que o LNR13IMP figura como pertencente a Categoria A em relação ao seu impacto social e ambiental. LNR13IMP-PSI (2019, p. 1-2) indica que o projeto foi feito em acordo com a política social e ambiental do AIIB, atendendo aos padrões sociais e ambientais do banco. Sem maiores detalhes, sua categorização como A foi dada mediante a expectativa de que o melhoramento da resiliência climática na Estrada 13 reduza as emissões de gases de efeito estufa na região.

Ao analisarmos o impacto social, é esperado que o projeto melhore as condições de deslocamento na região, aumentando a segurança rodoviária e reduzindo o tempo de viagem. O projeto afirma ainda que impactos sociais adversos serão, em sua maior parte, temporários, ocorrendo durante a fase de construção (LNR13IMP-PSI, 2019). De acordo com o *Environmental and Social Impact Assessment*, o total de domicílios afetados é calculado em 2.398, sendo o total aproximado de pessoas atingidas 11.536 pessoas. Além disso, calcula-se que os custos com compensação direta relativas às áreas atingidas e com a restauração de renda destas pessoas chega a US\$ 18,557 Mi., ou cerca de LAK 154,150 Bi<sup>22</sup> (WB, 2018c).

É esperado que o projeto resulte na aquisição de 1.5 metros de terra ao lado do atual alinhamento da estrada, em ambos os lados. Isto afetará cerca de 2.400 residências, atingidas pela aquisição do terreno necessário como pela interrupção de atividades comerciais instaladas (LNR13IMP-PSI, 2019).

#### QUADRO 10: Componentes do LNR13IMP

<b>Componente 01:</b> melhoramento, manutenção e operação da estrada (US\$ 120,5 Mi). Este componente financiará a ampliação da estrada, além de trabalhos de manutenção e operação posterior da infraestrutura rodoviária.
<b>Componente 02:</b> assistência técnica e supervisão (US\$ 4,8 Mi.). Este componente dá apoio ao OPBRC na gestão e monitoramento do LNR13IMP durante sua execução. Estão também sob esta rubrica as possibilidades de projetos futuros ligados ao LNR13IMP.
<b>Componente 03:</b> gerenciamento do projeto (US\$ 2,7 Mi.). Este componente está ligado à gestão do LNR13IMP posterior à finalização das obras <sup>23</sup> .

Fonte: LNR13IMP-PSI (2019, p. 1)

<sup>22</sup> LAK representa *Laosian Kip*, moeda da República Popular Democrática do Laos.

<sup>23</sup> Há uma rubrica neste ponto do sumário do projeto em que se menciona que este componente em especial será financiado pelo WB/IDA, embora a agência não esteja diretamente associada ao LNR13IMP (LNR13IMP-PSI, p. 1).



O risco associado com o influxo de trabalhadores durante a realização do projeto é considerado moderado. Isto se deve as expectativas de que a contratação da maioria dos trabalhadores possa ocorrer localmente. O LNR13IMP-PSI (2019, p. 2) afirma que os manuais de operação do LNR13IMP possuem direcionamentos quanto ao influxo de trabalhadores e os potenciais riscos relacionados a exploração sexual, bem como a respeito de violência de gênero.

**TABELA 29:** Distribuição dos Domicílios Afetados pelo LNR13IMP

Distrito	Domicílios Afetados (DA)			Pessoas Afetadas (PA)		
	DA Chefiados por Mulheres	DA Chefiados por Homens	Total (DA)	PA Mulheres	PA Homens	PA Totais
<b>Naxaythong</b>	262	1.175	1.467	3.627	3.473	7.100
<b>Phonhong</b>	176	755	931	2.361	2.075	4.436
<b>Total</b>	468	1.930	2.398	5.988	5.548	11.536

Fonte: LAOS-MPWT (2018, p. 18)

**Nota:** diversos dados sobre composição da população afetada podem ser acessados através da fonte desta tabela.

O Departamento de Estradas, ligado ao Ministério de Obras Públicas e Transportes (DOR-MPWT) é o órgão governamental responsável pelo planejamento e pela construção do LNR13IMP. O arranjo institucional estabelecido para o projeto deu margem a criação da Unidade de Gerenciamento do Projeto (*Project Management Unit*, PMU), que supervisionará a implementação das obras, bem como fará a monitoração das salvaguardas ambientais e sociais firmadas pelo projeto (LAOS-MPWT, 2018, p. 65-68). Diversos órgãos administrativos do Laos estarão subordinados a PMU, desde órgãos especializados no monitoramento da proteção ambiental (em contato com o Ministério do Meio Ambiente do Laos), como também estará disponível o monitoramento independente (LAOS-MPWT, 2018, p. 67-69).

**TABELA 30:** Custo e Financiador por Componente do LNR13IMP

Item	Custo	Financiador			
		AiIB	WB/IDA	NDF	GoL
Componente 1: Melhoramento da Estrada e Manutenção	120,50	39,40	36,60	6	38,50
Componente 2: Assistência Técnica e Supervisão (OPBRC)	4,8	0,60	0,70	3,5	-
Componente 3: Administração do Projeto	2,7	-	2,70	-	-
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>9,50</b>	<b>38,50</b>

Fonte: LNR13IMP-PSI (2019, p. 3-4).

A implementação do LNR13IMP está vinculada a aprovação pelo Governo do Laos e pelo Banco Mundial do Plano de Ação para Relocação (*Resettlement Action Plan*, RAP). Além disso, o LAOS-MPWT (2018, p. 69) deixa claro que as atividades de relocação populacional antecederão necessariamente o início das obras de construção civil. Os dados apresentados pelo LAOS-MPWT (2018, p. 69-70) indicam que até janeiro de 2018, o projeto encontrava-se aprovado pelo WB, mas sem data específica para iniciar sua construção.

O LNR13IMP-PSI (2019, p. 3-4) indica que o financiamento do projeto LNR13IMP é também repartido entre AIIB, WB/IDA, NDF e GoL. Os desembolsos respectivos serão feitos conforme os seguintes componentes.

Até 18 de maio de 2018, o WB/IDA havia desembolsado US\$ 1,44 Mi. para a realização do projeto. Em 22 de janeiro de 2019, o projeto foi declarado como efetivo, iniciando-se sua fase de implementação. De acordo com relatoria do WB, as aquisições de terras estão transcorrendo de forma menos célere do que antecipadas. Entretanto, em se tratando da contratação por via de *Output and performance Based Road Contract* (OPBRC), alega-se estar em estágio avançado, de modo que se esperava ter um vencedor para este contrato em julho de 2019, com as obras civis iniciando em outubro de 2019.

Até 11 de março de 2020, o Banco Mundial não apresentava nenhuma empresa como OPBRC da obra, cuja conclusão é estimada para 31 de maio de 2023. Esta informação é corroborada pelo *Procurement Contracts Award Summary* do WB, que indica que contratos foram vencidos por que empresas. A Identidade do Projeto definida para o LNR13IMP é P163730. No PSLO Countries Report – FY08-19, que reúne todos os contratos designados pelo WB entre 2008 e 2019, não apresenta vencedores para o P163730. Isto quer dizer que não há vencedores para o OPBRC até o momento (WB, 2020).

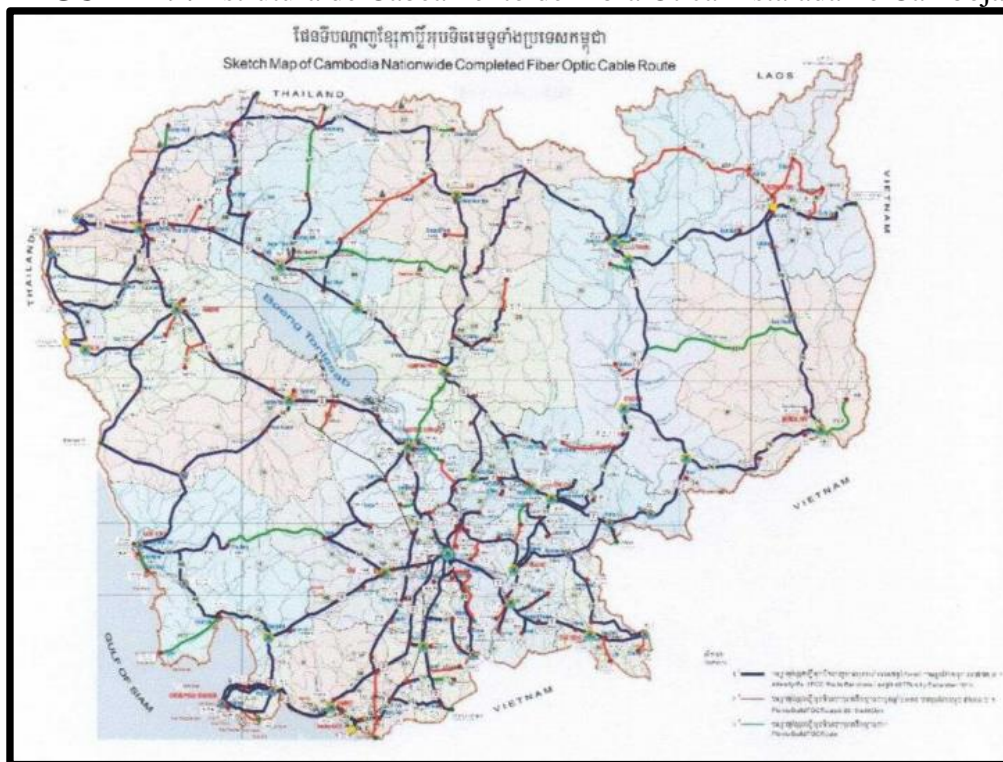
Por fim, até 11 de março de 2020, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura não realizou desembolsos referentes ao LNR13IMP, que totalizarão US\$ 40 Mi.

### 3.2.2.9. *Camboja: Fiber Optic Communication Network (2019)*

O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura aprovou, em julho de 2019, o empréstimo de US\$ 75 Mi. para a Cambodia Fiber Optic Communication Network Co. empresa privada Limitada com sede em Phnom Penh, Camboja. O orçamento total estimado para o a realização do projeto é também de US\$ 75 Mi., sendo um dos únicos dois projetos aprovados pelo AIIB na região sem presença de outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Além disso, o Fiber Optic Communication Network é o único projeto aprovado no Sudeste Asiático financiado exclusivamente pelo AIIB, sem que haja contrapartida de instâncias administrativas cambojanas, o envolvimento de bancos locais ou o patrocínio de empresas interessadas no resultado do projeto (CFOCN-PSI, 2019).

A Cambodia Fiber Optic Communication Network Co., empresa privada Limitada fundada em 2006, é hoje o maior provedor de fibra ótica em todo o território cambojano<sup>24</sup>. Por via deste empréstimo, o AIIB visa “apoiar o crescimento da despesa de capital no Camboja” (CFOCN-PSI, 2019).

**FIGURA 29:** Estrutura de Cabeamento de Fibra Ótica Instalada no Camboja



Fonte: Hyalroute (a)

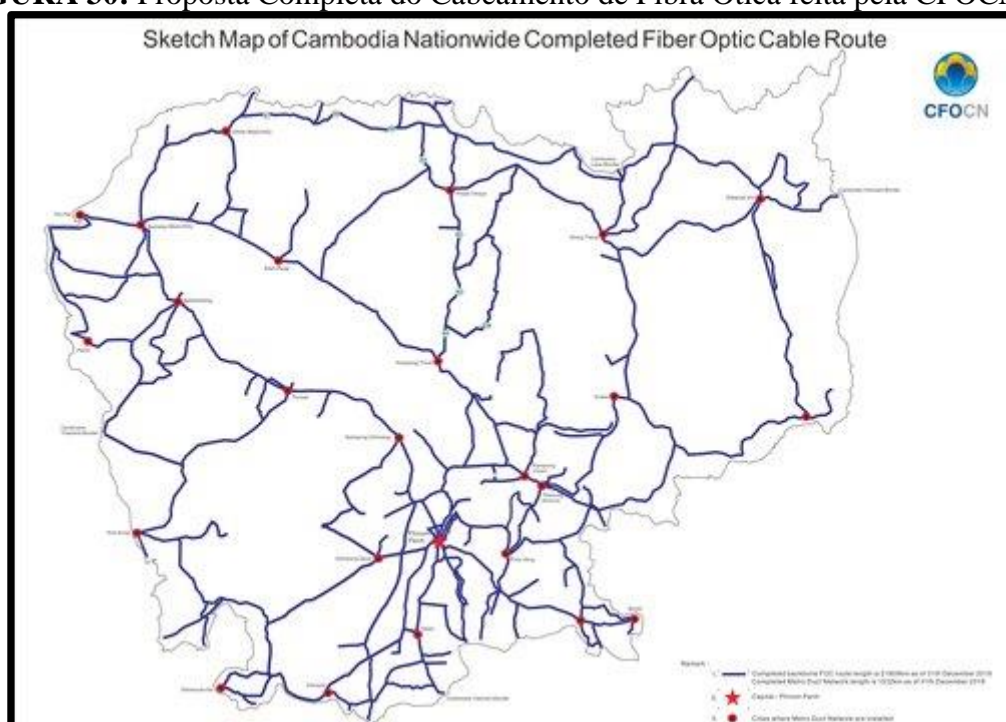
Através do *Cambodia Fiber Optic Communication Network* (CFOCN), serão construídas novas redes de fibra ótica no Camboja, expandindo também o aparato instalado em regiões metropolitanas. O projeto é, portanto, inserido no setor de Infraestrutura Digital, e no subsetor de construção de rede de comunicações de Fibra Ótica no sumário do projeto. Estima-se que aproximadamente 1000 quilômetros adicionais serão instalados em regiões populacionais menos densas, e que outros 1000 quilômetros serão instalados em regiões metropolitanas (CFOCN-PSI, 2019).

O relatório sumário menciona ainda que, de acordo com o *International Telecommunication Union's (ITU) Information and Communication Technology Development (ICT) Index*, o Camboja está na 128ª posição de 176 países avaliados, figurando entre as 10 nações menos desenvolvidas da região Ásia-Pacífico. Dado o crescimento de telefonia móvel e

<sup>24</sup> Interessante notar a expressa coincidência entre o nome do projeto aprovado, em julho de 2019, e o nome da empresa, fundada em 2006. Dada a coincidência entre nomes e abreviações, optou-se por usar somente a sigla CFOCN para abreviar o nome dado ao projeto aprovado pelo AIIB em julho de 2019.

do crescimento de serviços de financiamento móvel via telefones celulares, o país começa a demonstrar requerer uma nova capacidade de banda-larga. O relatório aponta ainda que, embora o Camboja figure entre os países de renda-média-baixa do mundo, a associação entre a renda da população local e a sua necessidade de conectividade não é incomum, e repete-se em outros países do mundo. Ao passo que o país cresce economicamente, tornou-se decisão do governo cambojano transitar da atual infraestrutura de ICT para uma que possa prover novas oportunidades de investimento no país, e que promova o desenvolvimento de longo prazo de que tanto necessita o Camboja (CFOCN-PSI, 2019).

**FIGURA 30:** Proposta Completa do Cabeamento de Fibra Ótica feita pela CFOCN-Ltd



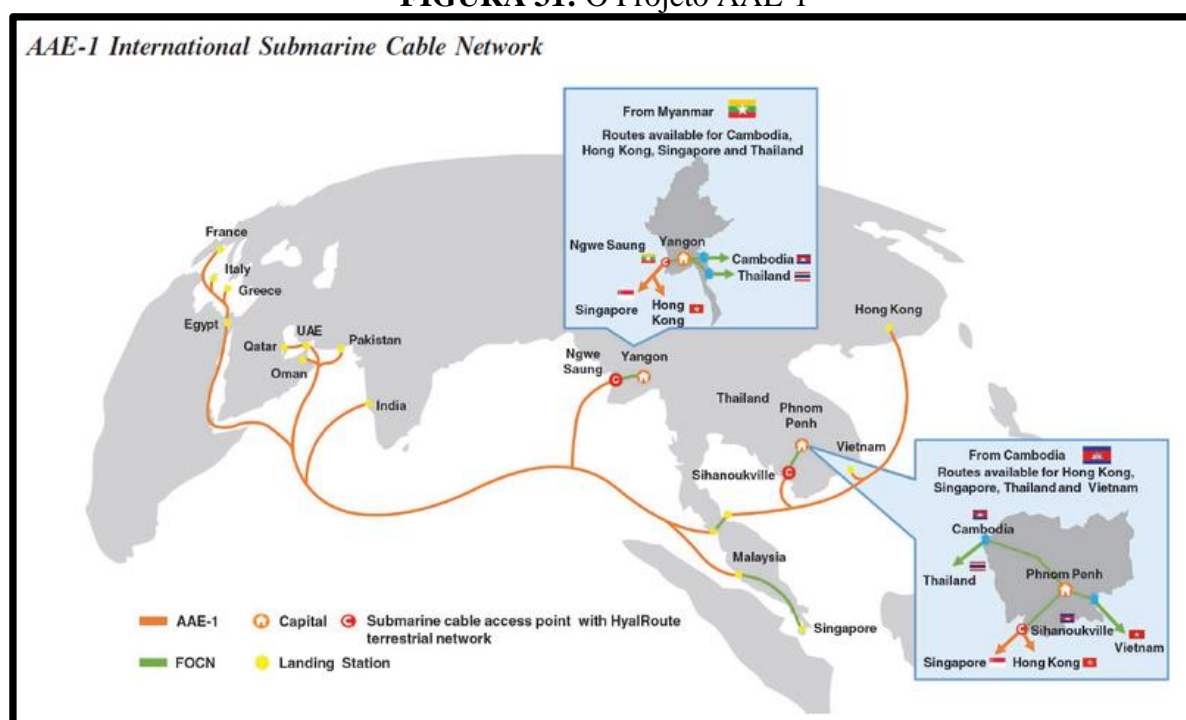
Fonte: Hyalroute (a)

O objetivo direto do projeto tem sido, portanto, apoiar a já mencionada expansão da rede de suporte principal do CFOCN e da expansão da rede de cobertura em metrópoles cambojanas. De acordo com o relatório sumário do CFOCN, o projeto está em linha com o *Cambodian ICT Masterplan 2020*, plano geral para o setor de infraestrutura de ICT que promove o cabeamento de rede de fibra ótica, uma vez que envolve Investimento Externo Direto no setor de telecomunicações (CFOCN-PSI, 2019). Entre os objetivos adicionais do CFOCN, espera-se: o aumento do acesso a serviços de telecomunicação em áreas rurais e urbanas; o incremento da receita tributária governamental; o incentivo à atividade econômica e a oportunidades, geradas direta ou indiretamente, durante as fases de construção da rede de telecomunicações, bem como o surgimento de vagas de emprego relacionadas à sua fase operacional (CFOCN-PSI, 2019).

O relatório indica que o projeto figura como pertencente a Categoria B em relação ao seu impacto social e ambiental. O CFOCN-PSI (2019, p. 3) indica que o projeto foi feito em acordo com a política social e ambiental do AIIB, atendendo aos padrões sociais e ambientais do banco. Sua categorização como B foi dada mediante o limitado escopo do potencial de impacto ambiental ou ao risco de impacto social. O risco de impacto ambiental do CFOCN é conectado à ocupação saudável do espaço cambojano, o que implica em riscos ambientais ligados ao manejo do lixo, além de emissões de gases e da produção de poeira durante a construção (CFOCN-PSI, 2019).

A maior parte do cabeamento de fibra ótica será ligado à infraestrutura pública existente, de modo que a aquisição de terras é a priori descartada sumário executivo. Por fim, embora existam diversos grupos indígenas no Camboja, o relatório sumário aduz que a construção e manutenção do CFOCN não implicaria na remoção, na transformação ou na degradação de terras utilizadas por populações locais (CFOCN-PSI, 2019).

**FIGURA 31: O Projeto AAE-1**



Fonte: Hyalroute (b).

Em se tratando da utilização do financiamento do projeto, é esperado que US\$ 35 Mi. sejam empenhados na construção do CFOCN em 2019, com outros US\$ 35 Mi. sendo desembolsados em 2020. Orça-se que cerca de US\$ 5 Mi. serão adicionalmente gastos com custos extraordinários (CFOCN-PSI, 2019). Nem o relatório sumário nem o relatório extensivo do CFOCN mencionam o empréstimo de US\$ 75 Mi. como sendo garantido por dívida

soberana. Ainda neste sentido, é esperado que o financiamento do projeto se encerre no primeiro semestre de 2020 (CFOCN-PSI, 2019).

Como já mencionado, o CFOCN tem como mutuário do empréstimo de US\$ 75 Mi. a empresa Cambodia Fiber Optic Communication Network Co, Ltd. (CFOCNC-Ltd.), que compartilha com o projeto nome e abreviação. Além disso, o CFOCN tem como entidade garantidora a HyalRoute Communication Group Ltd. (CFOCN-PSI, 2019).

De acordo com a página sede da Cambodia Fiber Optic Communication Network Co, Ltd., a empresa foi incorporada como empresa de responsabilidade limitada no Reino do Camboja em abril de 2006, com domicílio registral no No.199ABC, Mao Tsetoung Blvd, Sangkat Toul Svay Prey, Khan Chamkarmon, Phnom Penh, Cambodia. A companhia é especializada em investimentos, tanto no setor de construção como no arrendamento ou venda de fibra ótica para redes de comunicação, tanto domesticamente no Camboja como no mercado internacional. Além disso, a CFOCNC-Ltd. também é especializada em transmissão de dados e hospedagem de provedores de internet (CFOCNC-Ltd.).

A Cambodia Fiber Optic Communication Network Co, Ltd. é subsidiária da HyalRoute Group (HYAROUTE (a); HIALROUTE (b); XINHUA, 2016), empresa multinacional sediada em Shenzhen, na província chinesa de Guangdong. A HyalRoute declara possuir cabeamento 21.809 km de comprimento, além de uma rede instalada de 1.532 km em redes de dutos de metrô (HYALROUTE (b)). A HyalRoute também possui uma empresa gêmea da CFOCNC-Ltd, a Myanmar National Fiber Optic Network (MFOCNC-Ltd). A rede instalada da MFOCNC-Ltd. conecta o país à Tailândia, à China, à Bangladesh e à Índia. Além disso, a HyalRoute compõe o consórcio internacional<sup>25</sup> que coletivamente detém a propriedade e controla o *Asia-Africa-Europe-1* (AAE-1), o projeto de cabeamento submarino de fibra ótica de estimados 25.000 km que se estende de Hong Kong até a França.

De acordo com a CFOCNC-Ltd.,

“o acionista majoritário da CFOCN (HyalRoute) tem por mais de 20 anos se dedicado ao investimento, a construção e a manutenção de redes de infraestrutura chinesas, e tem se tornado uma potência na China no campo do investimento em comunicações, tanto em construção como em operação. Ele [o acionista] tem investido na construção de redes infraestruturais em mais de 10 províncias como Guangdong, Guangxi, Fujian, Hunan, Hainan, que totalizam mais de 30.000 quilômetros em comprimento. Ele [o acionista] tem feito uma notável contribuição para o desenvolvimento das comunicações chinesas e para a indústria de TV a cabo, como nos projetos representativos abaixo.” (CFOCNC-Ltd.) (Tradução Livre).

---

<sup>25</sup> De acordo com o AAE-1, este consórcio é composto pelas seguintes empresas: China Telecom; Djibouti Telecom; Etisalat; Global Transit; HyalRoute; Metfone; Mobily; Omantel; Ooredoo; Otenglobe; PCCW Global; PTCL; Reliance Jio Infocomm; Retelit; Tele Yemen; Telecom Egypt; TOT; Viettel e VNPT (AAE-1).

Reproduzimos abaixo os projetos que figuram como exemplos representativos da empresa que ocupa a posição de acionista majoritária da Cambodia Fiber Optic Communication Network Co.:

**QUADRO 11: Projetos atribuídos ao Acionista Majoritário da CFOCNC-Ltd (Hyalroute/ITHL)**

Project of Hainan round-island optic fiber network (Main customers: Hainan Unicom, Hainan Mobile, Hainan Netcom, Hainan Railcom and Hainan Broadcast & TV)
Project of FOC backbone network and LAN in Guangdong province (main customers: Unicom and B & T in various cities in the province)(from 1997 until now)
Project of optic fiber network in southeast of Fujian province, and project of Shanxi Taiyuan B & T network
Projects of backbone networks for Yunnan Unicom, Yunnan B & T, Shanxi Jiujiang B & T
FOC backbone route project in Guizhou, and network project for Hunan B & T,
Class A national FOC backbone route from Beijing – Wuhan – Guangdong for former National B & T Bureau and China Unicom
Optic fiber FOC Backbone project from Beijing – Wuhan -- Guangdong (the section in Guangdong province) (1994)
Fiber Optic Backbone project along the coast of Southeast of China (the section from Meizhou – Heyuan – Huizhou in Guangdong province) (1997—1998)
Guangzhou Military Zone Communications Backbone from Zhanjiang – Xuwen – Haikou (1998-1999)

**Fonte:** CFOCNC-Ltd.

De acordo com o relatório *Leveraging Investments in Broadband for National Development – The Case of Cambodia*, produzido pela *UN Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States* (UN-OHRLLS), a Cambodia Fiber Optic Communication Network é garantida por acionistas chineses (o que corrobora o indicado em HyalRoute (a)), e possuía cerca de 7.611 km de fibra ótica instalada em 2016, de total de aproximadamente 25.000 km de todo o Camboja à época. A CFOCNC-Ltd. é a segunda maior empresa de telecomunicações a operar no Camboja, superando a Telecom Cambodia e sendo somente ultrapassada pela Metfone (UM-OHRLLS, p. 13), uma subsidiária da Veitell, multinacional vietnamita do setor de telecomunicações (ESCAP) também parte do AEE-1 (AEE-1).

A presença de capital chinês também é corroborada pelo documento *An In-Depth Study on the Broadband Infrastructure in the ASEAN-9 Region*, da *Economic and Social Commission for Asian and the Pacific* (ESCAP). De acordo com o ESCAP, a CFOCNC-Ltd controla cerca de 150 km da rede metropolitana de fibra ótica de Phnom Penh. Além disso, a CFOCNC-Ltd. seria uma subsidiária da International Telecommunications Holdings Limited (ITHL/國際通信控股有限公司), holding internacional que “parece ser controlado por investidores chineses” (ESCAP, p. 53). A ITHL tem experiência na expansão de rede de fibra ótica no Sudeste Asiático, tendo atuado na expansão da rede de fibra ótica de Mianmar em 2012, quando era

então sediada em Singapura<sup>26</sup>. A ITHL alega ter investido cerca de US\$ 100 Mi. na construção da rede de fibra ótica no Camboja (ESCAP, 2013, p. 52-53). Atualmente, a ITHL tem domicílio registrado nas Ilhas Virgens Britânicas, tendo sido registrada pelo ID F0020275 em 03 de dezembro de 2013, por sua vez domiciliado em Hong Kong (HKSAR)<sup>27</sup>.

Dada a opacidade da composição acionária da ITHL, da HyalRoute e da CFOCNC-Ltd, não se pode estabelecer maiores aproximações entre seus componentes e o capital chinês para além dos dados apresentados anteriormente.

O que se pode depreender dos dados acima elencados é que a CFOCNC-Ltd é subsidiária local da HyalRoute, que por sua vez está associada à ITHL. É também indicado que o conjunto de empresas atua no Sudeste Asiático há certo tempo. Além disso, os dados apontam para a complexidade do arranjo de reprodução do capitalismo no século XXI. Eles rapidamente encontram a estreita interligação entre a internacionalização do capital chinês, unida à dinâmica da financeirização e da etapa de circulação do capital, chegando finalmente ao papel determinante dos paraísos fiscais no processo de acumulação de capital em escala mundial.

Ao mesmo tempo, o papel de Hong Kong e de Shenzhen na internacionalização do capital chinês é explicitado. A jurisdição autônoma chinesa na *Hong Kong Special Administrative Region* (HKSAR) é pedra angular para a conexão entre o mercado doméstico chinês e para a expansão do capital chinês para o resto do globo. Ao mesmo tempo, ao perceber o papel de Shenzhen enquanto sede empresarial da HyalRoute, nota-se a participação de centros financeiros na China continental no processo de internacionalização de seu capital.

Finalmente, encontra-se o capital chinês na constituição do que parece ser uma empresa cambojana, mas que se declara abertamente como atrelado à expansão do próprio capital chinês em projetos de infraestrutura de telecomunicações no território continental da China, mas também com atuação vinculada em outros países do sudeste asiático. Agora, esta empresa será a beneficiária direta do *Camboja: Fiber Optic Communication Network (2019)*.

### **3.3. Considerações sobre a atuação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura e a Internacionalização do Capital Chinês no Sudeste Asiático**

Os nove projetos aqui analisados são bastante diversos entre si. Variaram entre gestão de recursos hídricos à infraestrutura urbana, da fabricação de energia elétrica à construção de instalações de tecnologias de telecomunicações, chegando à criação de fundos financeiros.

---

<sup>26</sup> Informação disponível em: < <https://trpc.biz/eye-on-myanmar/> >. Acesso em 03 de mar. de 2020.

<sup>27</sup> Informação disponível em: < <https://webb-site.com/dbpub/orgdata.asp?p=2173583> >. Acesso em 03 de mar. de 2020.



Apesar de suas discrepâncias quanto ao valor total a ser investido pelo AIIB<sup>28</sup>, pôde-se perceber as seguintes tendências. Primeiro, quanto à efetividade, os projetos podem ser divididos em três subgrupos: os virtualmente paralisados (F-MMFMP; I-SIMURP; I-MUTI; L-NR13IMP); os com financiamento em execução, embora apresentando atrasos em relação às projeções de repasses anunciadas (I-NSUP; I-RIDFP; I-DOISP); e os completamente finalizados (M-CCGT; C-FOCN).

**TABELA 31:** Projetos Aprovados pelo AIIB no Sudeste Asiático, Desembolsos (2016-2019)

Abreviação	Nome do Projeto	Desembolsos	
		US\$ Mi.	%
I-NSUP	Indonesia National Slum Upgrading Project	133,6	38,3%
M-CCGT	Myanmar Myingyan Power Plant Project	40	100%
I-RIDFP	Indonesia Regional Infrastructure Development Fund Project	33,01	33,01%
I-DOISP	Indonesia Dam Operational Improvement and Safety Project Phase II	19,88	20%
P-MMFMP	Philippines Metro Manila Flood Management Project	4,8	2,31%
I-SIMURP	Indonesia Strategic Irrigation Mod. and Urgent Rehabilitation Project	6	2,4%
I-MUTI	Indonesia Mandalika Urban and Tourism Infrastructure Project	0,6	0,24%
L-NR13IMP	Laos National Road 13 Improvement and Maintenance Project	0	0%
C-FOCN	Cambodia Fiber Optic Communication Network	75	100%

**Fonte:** MMFMP-SBF (2019); AIIB-SBF-I-MUTI (2019); AIIB-SBF-I-SIMURP (2019) AIIB-SBF-I-DOISP (2020); AIIB (b); I-NSUP-SBF (2019); I-RIDF-SBF (2020). Elaboração Própria.

De forma geral, pode-se expor que há uma direta relação entre a data inicial de execução dos projetos aprovados e o percentual dos desembolsos já realizados. Repasses financeiros vão sendo progressivamente entregues às instâncias administrativas responsáveis, de modo que, conforme a data de finalização dos projetos vai se aproximando, também o percentual financeiro dos desembolsos acordados vai se aproximando de 100%. Dentre os projetos aprovados do Sudeste Asiático, dois exemplos fogem a esta regra: o Myanmar Myingyan Power Plant Project e o Cambodia Fiber Optic Communication Network. As aproximações conclusivas estabelecidas em relação a ambos os projetos serão pormenorizadas adiante.

Ao analisar-se os sete projetos ainda em execução e da sua relação com a internacionalização do capital chinês, em quase todos os casos não se pôde alcançar conclusões suficientes. De forma geral, são dois os principais motivos para esta conclusão: (1) a opacidade quanto às contratações decorrentes dos repasses financeiros já realizados pelo AIIB; (2) o não início de quaisquer processos de contratação de empresas para a realização dos projetos.

De antemão, tem-se que quatro dos nove projetos possuem financiamento irrisório até o momento, alguns já demonstrando visíveis atrasos nos desembolsos contratualmente firmados. Nos projetos em que os repasses ultrapassam 20%, vários deles ainda não atingiram as montas necessárias para a realização das suas primeiras etapas, de modo que contratações

<sup>28</sup> Variando entre US 75 Mi. no *Cambodia Fiber Optic Communication Network* e US\$ 250 Mi. no *Indonesia Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project*.

não foram noticiadas. De forma geral, os dados quanto às contratações feitas neste segundo grupo estão sob o guarda-chuva regulatório do Banco Mundial, de modo que os processos licitatórios são informados ao WB<sup>29</sup>. O que se pôde depreender é que, das licitações realizadas, todas relacionam-se a contratos de consultoria independente, atendendo os componentes de ordem fiscalizatória dos projetos aprovados.

Os atrasos quanto aos desembolsos esperados tornam-se mais nítidos conforme são comparadas expectativas de desembolso e desembolsos efetivamente realizados. Aqui, chama-se atenção especial para projetos aprovados em 2016 e 2017, como o I-NSUP, o I-RIDFP e o I-DOISP, que, conforme a Tabela 43, não ultrapassaram 40% de financiamento.

Além disso, uma vez que o I-RIDFP visa constituir uma instituição financeira, cujo controle administrativo é relegado à Estatal Indonésia *Sarana Multi Infrastruktur*, para além dos problemas relativos à falta de transparência, causa estranheza que os repasses estejam acontecendo em ritmo lento. Afirma-se isto pelo tipo de projeto da obra e pela ausência de maiores obstáculos para o seu financiamento. Primeiro, o AIIB já dispõe do capital subscrito necessário à série de desembolsos acordados. Em segundo lugar, a série de subprojetos, ligados ao RIDF só poderão ser realizados mediante o repasse inicial de recursos do AIIB. Por último, pode-se elencar como exemplos tanto o M-CCGT como o C-FOCN (datados respectivamente de 2016 e 2019) como exemplos de projetos em que a integralidade dos desembolsos já foi realizada.

Há um visível comportamento *pari passu* nos desembolsos feitos entre o WB e o AIIB, em que os repasses financeiros são feitos em datas próximas e em montas relativamente similares. À exceção do *Indonesia Mandalika Urban and Tourism Infrastructure Project*, que até o momento recebeu somente 0,24% da quantia a ser desembolsada, e do *Myanmar Myingyan Power Plant Project* e do *Cambodia Optic Communication Network* que se encontram concluídos, os seis demais projetos aprovados pelo AIIB do Sudeste Asiático envolvem o financiamento equânime entre WB e AIIB. Uma vez que 21 dos 62 projetos do AIIB encontram-se em alguma instância de co-financiamento entre AIIB e WB, e que sete destes vinte-e-um localizam-se na sub-região analisada, não se pôde concluir ao longo deste texto: (1b) se estas limitações de financiamento são um comportamento amplo do AIIB; (2a) se isto é restrito à sub-região do Sudeste Asiático; (1b) ou, se este proceder para os desembolsos pode ser analisado em todos os projetos do AIIB; (2b) ou se isto restringe-se somente àqueles projetos

---

<sup>29</sup> Sendo dados de acesso público, constando no The World Bank (b).

em que há co-financiamento entre AIIB e WB, (2c) ou ainda se isto restringe-se somente àqueles projetos em que há co-financiamento entre AIIB e WB no Sudeste Asiático.

Dentre os projetos conclusos, tem-se dois exemplos bastante interessantes, que seguem à linha do desenvolvimento teórico estabelecido por esta dissertação. Entrementes, refere-se aqui à ligação entre o financiamento de obras de infraestrutura pelo AIIB como uma forma de criar demanda para o capital chinês. O exemplo mais nítido é certamente o *Cambodia Fiber Optic Communication Network*. Pôde-se expor que o projeto é, na verdade, o repasse financeiro de US\$ 75 Mi. para uma multinacional chinesa atuando no Sudeste Asiático no setor de telecomunicações. Foi demonstrado um amplo arranjo do capital chinês, que envolve a criação de uma empresa em solo cambojano, que disputa o controle do mercado local de fibra ótica com estatais cambojanas privatizadas e com empresas de telecomunicações vietnamitas. A organização intrafirma da empresa Cambodia Fiber Optic Communication Network (CFOCN), que empresta seu nome ao projeto, demonstra que a CFOCN possui uma empresa gêmea no Mianmar, e que ambas pertencem a HyalRoute Group, uma multinacional chinesa do setor de telecomunicações. Foi exposto também o amplo histórico de expansão doméstica, que capacitou a HyalRoute para sua expansão internacional. Por fim, se chegou ao grupo financeiro controlador acionário da HyalRoute, a *holding* International Telecommunications Holdings Limited (ITHL), anteriormente sediada em Hong Kong, e agora com sede nas Ilhas Virgens Britânicas.

A monta necessária ao financiamento do C-FOCN foi repassada integralmente no mesmo ano da aprovação do projeto, de modo que a expansão do cabeamento de fibra ótica somente será atestada posteriormente. O aporte de capital, entretanto, já está feito, e é notável como este exemplo distingue-se daqueles elencados anteriormente. Entretanto, este é o único projeto de financiamento exclusivo do AIIB no Sudeste Asiático. Portanto, não se pode verificar: (1) se o rápido aporte de capital feito pelo AIIB no C-FOCN restringe-se a este projeto; ou, (2) se este é o padrão do AIIB para todos os projetos em que o banco figura como financiador exclusivo.

O outro projeto aprovado já concluído no Sudeste Asiático é o *Myanmar Myingyan 225 MW Combined Cycle Gas Turbine (CCGT) Power Plant Project*. Dentre todos os projetos desta região, o M-CCGT é assumidamente o que menos se obteve dados precisos à partir do AIIB sobre o financiamento do projeto, de modo que quase todas as fontes foram obtidas a partir de BMDs co-financiadores – neste caso, o ADB e o WB/IFC. Ainda que o percentual ocupado pelo financiamento do AIIB tenha sido o de 7,75% do financiamento total do projeto, é digno

de nota não só pluralidade de BMDs que participaram em seu financiamento, como na agilidade com a qual o mesmo foi concluído.

Como analisado, o projeto pertence à Sembcorp Myingyan Power Company Ltd, consórcio formado pela Sembcorp Utilities e pela MMID Utilities. Por sua vez, a Sembcorp Utilities pertence a Sembcorp, multinacional do setor de construção civil industrial, cujo controle acionário é detido pela Temasek Holdings. A Temasek é uma *holding* de propriedade de Singapura, expandida durante os anos 1990 para abarcar o setor industrial estatal estratégico singapuriano em processo de privatização. Encontrou-se, portanto, um arranjo financeiro ligando o capital estatal singapuriano à uma obra financiada por diversas fontes, dentre elas o AIIB. Muito embora não se tenha encontrado a presença de capital nacional chinês nesta obra, chamou atenção a opacidade dos dados informados pelo AIIB, deveras contrastante com os demais projetos aprovados pelo banco. Em linhas gerais, também foram mencionadas as conexões entre a Sembcorp e investimentos escusos feitos pela burguesia singapuriana, os quais deram margem ao *rebranding* ocorrido nos anos 2000, quando a Sembawang trocou seu nome por Sembcorp. Ao final, laços diretos entre o projeto e a burguesia chinesa não puderam ser estabelecidos.

Dado este complexo arranjo de informações, algumas aproximações conclusivas podem ser apreendidas em relação à utilização do AIIB como mecanismo de internacionalização do capital chinês, colocações estas que o unem a versão apresentada no primeiro capítulo acerca do Imperialismo enquanto condição decorrente do espraiamento do Capital Monopolista.

Primeiro, o determinante principal dentre os objetos analisados parece ser a dificuldade em dar seguimento aos investimentos prometidos via projetos aprovados. Afora dois projetos concluídos, dos quais se pôde extrair a maior quantidade de detalhes quanto ao complexo arranjo de transferências de valor que compõe o capital em nossa etapa do desenvolvimento sócio-histórico, a internacionalização do capital chinês não pode ser efetivamente analisada, uma vez que as esperadas contratações ligadas aos projetos não ocorreram até o momento.

Ainda assim, com informações esparsas e com assumidas dificuldades de acesso, foi possível encontrar um vínculo direto em um dos nove projetos analisados. Identifica-se o viés de reprodução do capital chinês tanto no Mianmar como no Camboja, de modo que a interpretação destes casos enquanto parte integrante do processo corrente do surgimento de um Imperialismo conduzido pelo Capital Chinês pode ser visualizado.

É possível que, através de um maior refino posterior do objeto, possa-se encontrar evidências mais contundentes, e que um padrão de funcionamento do AIIB possa ser estabelecido com contornos mais definitivos. A título de exemplo, ao todo, em 19 projetos do

Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, o banco atua de forma exclusiva, sem cofinanciamento por parte de outros BMDs e sem ter governos locais como entidades que compõem o financiamento dos projetos. Além disso, como exposto, o padrão de funcionamento do AIIB tem tendido na direção desta exclusividade, sendo um destes exemplos recentes o caso da Cambodia Fiber Optic Communication Network – filial da HyalRoute, controlada pela ITHL.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos da economia política, a aproximação do objeto de pesquisa necessariamente nos conduz para a realidade de que cada processo individualizado é marcado por suas próprias idiossincrasias. É neste sentido que, ao longo desta dissertação, buscou-se interligar a transformação econômica recente pela qual a China passa à transformação da dinâmica do Imperialismo. Isto necessariamente partiu de uma compreensão de que o Imperialismo é categoria complexa. Como categoria de compreensão da realidade, o Imperialismo é necessariamente passível de transformação constante. Embora tenha-se dado maior enfoque na dinâmica socioeconômica, a categoria metamorfoseia-se na mesma medida em que a realidade material também o faz. Por isso, é necessário colocar que, no primeiro capítulo, buscou-se refletir sobre esta condição ao longo das transformações pelas quais a teoria do Imperialismo passou, desde sua origem até a sua condição atual – sua condição após duas décadas de século XXI.

Separado o Imperialismo de outras formas de dominação e controle de Estados sobre o território, o que nos restou foi descrever a dinâmica desta categoria em seu momento histórico. Este recorte necessariamente nos afastou de discussões sobre formas pré-capitalistas de ocupação do espaço geográfico como formas de dominação capitalistas anteriores ao aparecimento e difusão do capitalismo monopolista. Ou seja: não nos interessamos aqui pela Babilônia ou pela dominação inglesa sobre a Índia no século XVIII, mas sim sobre o processo que se desenvolveu a partir da internacionalização de capital a partir da terça parte final do século XIX até hoje – mais precisamente, até o final de 2019. Delimitar este tempo histórico foi necessário para que se pudesse introduzir o seguinte argumento: que a dinâmica econômica outrora ocorrida internamente em Estados de capitalismo central poderia estar agora sendo desempenhada por um país fora deste grupo, ainda que com características próprias.

No primeiro capítulo se descreveu como o processo que deu margem ao surgimento do Imperialismo é atravessado pela participação de cada Estado que veio a ser parte do capitalismo central. Esta condição necessária – a participação ativa estatal – é o que permite a internacionalização de capitais monopolistas, na tentativa de dar continuidade a suas dinâmicas próprias de acumulação de capital. Como visto, isto se dá através da captura de novos mercados, onde condições de monopólio possam ser asseguradas.

A lógica fundante do processo imperialista reside na continuidade do processo de reprodução do capitalismo em todas as suas etapas: produção, circulação, realização e acumulação. A partir disto, entende-se que é com foco no desempenho do circuito de

valorização do valor que a classe burguesa, controladora de capitais monopolistas, condiciona o Estado nacional para facilitar a internacionalização de capital. Observou-se que, desde Lenin (2011), estes pressupostos implicam na complexidade do Imperialismo. Por exemplo, analisou-se que o Imperialismo não depende necessariamente da dinâmica colonial, do controle territorial direto para realizar-se. Foi analisado inclusive que espaços territoriais podem ser compartilhados em certa medida por países imperialistas.

Aproximando-se do real e reduzindo o grau de abstração, chega-se à dinâmica interestatal capitalista, na qual Estados nacionais disputaram espaços de acumulação para seus respectivos capitais monopolistas nacionais. Esta dinâmica por vezes implicou no conflito bélico entre os principais países capitalistas do globo, e, eventualmente, um deles passou a ocupar a posição central de controle da dinâmica do sistema interestatal capitalista através de expansão econômica particular e do uso do seu aparato bélico para a construção de um sistema de dominação mundial. Fala-se aqui, é claro, dos Estados Unidos da América, construtor das principais estruturas do sistema interestatal como o conhecemos. Por sua vez, o funcionamento destas estruturas de organização do sistema interestatal condicionou a dinâmica do Imperialismo nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, e condiciona até hoje (OSÓRIO, 2018).

Como analisado no primeiro capítulo, a possível organização deste sistema foi originalmente abordada por Kautsky (1970) e Lenin (2011), com consequências diretas para a teoria do Imperialismo. Lenin (2011) assevera que a organização deste mesmo sistema seria necessariamente transitória, fadada ao desmantelamento, e isto partiria de um dos pressupostos do próprio sistema interestatal: a pluralidade de Estados e de burguesias nacionais. A partir destas duas pluralidades, o *status quo* instituído pela potência capitalista vencedora dos conflitos armados de larga escala tenderia a produzir o que entendemos por revisionismo no campo teórico das relações internacionais, na medida em que a competição entre capitais era condição inescapável do capitalismo. A partir disso, observou-se que a predominância dos EUA no centro do capitalismo não negou a competição econômica desempenhada pela Alemanha e pelo Japão nas décadas de 1970 e 1980 século XX, e isto foi acompanhado de respostas diretas dos EUA, notadamente, nos Acordos de Plaza (BRENNER, 2003; HARVEY, 2004).

Ao mesmo tempo, analisou-se que, no transcorrer histórico por que passa o sistema capitalista, sua dinâmica é atravessada por crises constantes, ligadas ao processo produtivo e à dinâmica de acumulação de capital (MARX, 2011; MARX, 2013; HARVEY, 2004). Na dinâmica produtiva, observou-se o deslocamento de diversas etapas do processo produtivo para a periferia do sistema (HARVEY, 2018). Isto permitiu a manutenção, ou mesmo a expansão

das margens de lucro de capitais monopolistas. Esta reestruturação produtiva (ANTUNES, 2009) partiu inicialmente de países centrais, mas eventualmente também foi praticada por capitais monopolistas de países capitalistas semiperiféricos (LUCE, 2011).

A sustentação da produção capitalista passou a ser mantida pela expansão numérica de proletariado na periferia e da ampliação da superexploração do proletariado periférico (HARVEY, 2018). O ciclo da superexploração se completa com a utilização de diversos mecanismos de preservação da renda de populações em países de capitalismo central, como através da manutenção do poder de consumo via valorização monetária (BRENNER, 2003) ou o barateamento constante do custo de produção mercadológico, implicando, no longo prazo, numa redução dos preços finais de diversos produtos.

Na dinâmica financeira, o aparecimento e a ampliação do processo de financeirização do capitalismo facilitou a circulação de capital, ao mesmo tempo em que: (1) ampliou a dominância da maximização do valor controlado por acionistas dentro dos objetivos empresariais; (2) facilitou a desvinculação entre lucros e investimentos empresariais; (3) afetou a dinâmica do crescimento econômico, retirando incentivos ao investimento com retorno de longo prazo, particularmente em pesquisa e desenvolvimento (EPSTEIN, 2005; CHESNAIS, 2005). Por fim, as mudanças na dinâmica produtiva e de acumulação se unem às mudanças ideológicas e político-econômicas: eis o amanhecer do neoliberalismo (HARVEY, 2005).

Tendo em mente estes fatores, é evidente que, na medida em que nos aproximamos do Imperialismo no plano objetivo, seu arranjo torna-se progressivamente mais complexo. É de certo modo irônico que, no momento em que se abria mão do foco na barbárie que é a agressão bélica imperialista protagonizada pelos EUA – mas dificilmente feita somente pelos Estados Unidos – em prol da análise da estrutura socioeconômica complexa que mantém o domínio de seu capital monopolista, os EUA retomam – ou melhor, ampliam – a agressão bélica direta à países da periferia global. Isto foi feito, entretanto, através da barbárie sem tamanho feita aos países do Oriente Médio na década de 2000, e que segue sem encerramento até hoje. Esta longa digressão é necessária tais dimensões, aparentemente paralelas, possam compor uma análise do Imperialismo a partir de suas infundáveis mediações. O produto disto é a apreensão do conteúdo do Imperialismo, o “nome-fantasia” que empregamos há cem anos para a estrutura na qual se dá a gestão do processo de reprodução do capitalismo, onde se atrelam a guerra e a sabotagem econômica, controle indireto nacional e a ingerência doméstica de processos políticos.

Estas considerações, entretanto, dizem respeito ao sistema interestatal capitalista e à dinâmica do modo de produção que lhe é próprio. O argumento desta dissertação diz respeito



ao início da observância do Imperialismo partindo de um Estado que não o praticava anteriormente. Entrementes, fala-se da República Popular da China.

Para que se pudesse compor o cenário geral do Imperialismo, foi necessário analisar a dinâmica de reprodução do capitalismo dentro da China, relacionando as transformações econômicas e sócio-históricas do país à dinâmica do capitalismo mundial, o que foi feito ao longo do segundo capítulo deste texto. Nele, focou-se especificamente na dinâmica de surgimento, acumulação e reprodução do capital chinês, de modo a ligar a necessidade de reprodução capitalista ao aparecimento de um Imperialismo conduzido pelo Estado chinês.

No caso da China, foi analisado que, à exceção de sub-regiões geográficas chinesas de grande concentração comercial e populacional<sup>1</sup>, a China foi introduzida ao modo de produção capitalista ainda durante sua fase concorrencial, em meados do século XIX. Por via da ramificação de políticas neocoloniais de países europeus e dos EUA, o Império Qing foi forçado a se submeter a diversos acordos diplomáticos que instituíam trocas desiguais e a eventual semi-colonização do país (HUNG, 2016). A dinâmica do controle territorial da China vai sendo alterada nas décadas seguintes, quando o país é dividido entre zonas de influência de países europeus e dos EUA, chegando a sofrer colonização direta por parte do Japão. Este longo processo de integração forçada da China ao capitalismo global é alterado pela vitória pelos exércitos nacionalistas e comunistas no front chinês da Segunda Guerra Mundial, e pela vitória das forças militares populares no conflito civil armado que se seguiu.

Após, no tópico 2.2, demonstrou-se como a República Popular da China passou a conduzir o processo de acumulação de capital a partir do Estado. Isto foi feito através de transferências de valor acumulado predominantemente no setor econômico primário, e mantido através de um sistema de preços artificiais, permitindo o repasse de valor necessário ao processo de industrialização do país. Na etapa seguinte, ao longo dos anos 1980 e 1990, a acumulação de capital na China passou a ser influenciada pela entrada de investimentos estrangeiros de várias origens, partindo tanto do capital diaspórico chinês como de países recém industrializados do Leste Asiático ou de países de capitalismo central, como EUA e Japão. O país passa a ser espaço central da reestruturação produtiva global. Como tal, a China começa a acumular somas significativas de dólares importados na forma de investimentos, por sua vez reinvestidos de diversas maneiras; de forma mais chamativa, em títulos da dívida americana.

O produto destes fatores foi o protagonismo, ao longo dos anos 2000m da integração chinesa ao capitalismo global. Este fenômeno apontou para a crescente interdependência entre

---

<sup>1</sup> Aqui faz-se referência ao debate entre Brenner (1977) e Arrighi (2008) sobre o capitalismo na foz do Yangtzé.

as economias chinesa e americana. Neste momento, a China busca nos EUA, assim como em outros países de capitalismo central, mercados consumidores para sua crescente produção industrial. Em retorno, os EUA buscam na China a produção de baixo custo necessária à manutenção do padrão de consumo doméstico de sua população e os capitais necessários à expansão da sua dívida pública, provocada pela ampliação do déficit público americano e pelas guerras no Oriente Médio (HUNG, 2016).

Um dos principais produtos desta fase é a consolidação do processo formativo de um capital doméstico chinês, e com ele, o surgimento de uma classe capitalista chinesa (NOGUEIRA, 2018; NOGUEIRA, QI, 2019). A industrialização experimentada no período maoísta produziu um amplo seguimento industrial sob controle estatal, e que foi parcialmente mantido sob controle público, após um intenso processo de privatizações parciais ou integrais do seu capital, em meio ao processo de reforma e abertura (HUNG, 2016; NOGUEIRA, 2018). Ainda na esteira de repasses de valor acumulado no setor primário da economia, durante os anos 1980 e 1990 ocorreu um processo ativo de consolidação de empresas rurais em TVEs (HUANG, 2008). Embora ainda guardando diversas limitações, o processo de acumulação de capital se fecha com a criação de empresas privadas na China por dois vetores: o primeiro, focado em indústria de bens manufaturados ou na fabricação intermediária de componentes, estruturada ao redor do trabalho intensivo e na superexploração da força de trabalho; o segundo, focado em Joint Ventures firmadas entre estatais descendentes do período maoísta e empresas multinacionais atuando na China (STARRS, 2018). De forma resumida, hoje se interpreta que foi a partir destes diversos vetores que se deu o surgimento de uma classe capitalista na China. Esta burguesia nacional participa do processo de acumulação de capital no país, interage com a burguesia diaspórica chinesa residente em outros países asiáticos, e mantém laços contraditórios com o Partido Comunista da China (NOGUEIRA, 2018).

Após a crise de 2007/2008, o panorama da economia política da China foi alterado. Primeiro, a crise deu margem a redução repentina da demanda por produtos chineses, em reação à perda de poder aquisitivo em países de capitalismo central (HUNG, 2016). Reagindo a isto, pôde-se observar um processo de valorização salarial na China, condizente com uma política de criação de um forte mercado doméstico para a produção nacional, e que eventualmente se converteu num amplo combate à pobreza, que segue até hoje. Em segundo lugar, para combater a súbita desvalorização de ativos, o fechamento de empresas e o aumento massivo do número de desempregados, a China implementa uma série de medidas macroeconômicas domésticas de larga escala, unindo uma intervenção direta no mercado acionário do país à amplas desonerações fiscais e ao lançamento de um pacote de estímulo econômico que envolveu o

estímulo massivo à construção civil (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011). Foi exposto também que, após a crise de 2008, a China passa a tentar assegurar fontes de recursos naturais como forma de controlar cadeias produtivas específicas e como meios de reinvestimento seguro de capital acumulado. Num momento posterior, com a diversificação de setores investidos, este processo passou a tomar a forma de um crescente e amplo incentivo ao Investimento Externo Direto chinês (HUNG, 2016; HUNG, 2018). Esta coletividade de fatores indica que se presenciou a necessidade de reinvestimento de capital acumulado na China. Este capital agora buscava sua valorização tanto no plano doméstico como em investimentos fora do país (HUNG, 2018).

Na sequência, conforme Hung (2018), concluiu-se que uma série de contradições veio a superfície da economia chinesa através das diversas etapas da crise de 2008. Nos anos subsequentes, a manutenção do padrão de crescimento econômico chinês implicava, ao mesmo tempo, na manutenção do patamar de acumulação de capital na China, e na possibilidade de fuga deste capital para valorização em outros espaços. Este mesmo padrão de crescimento não poderia ser mantido sobre as bases anteriores, já que a realização do processo produtivo não poderia se dar nos patamares pré-crise. Concluímos que, para ao mesmo tempo tentar garantir espaços para fixação de capital sobreacumulado e impedir a fuga de capitais – ou seja, para o Estado chinês resolver uma contradição intrínseca ao processo de valorização do valor centrado na China, mas com reflexos pelo globo –, o país passa a dar forma a estruturas que possibilitem a fixação deste capital.

É necessário compreender também que a organização da fixação de capital conta com significativa participação do Estado. Isto significa que este processo não ocorre sem planejamento. É neste sentido que aqui se buscou abordar a Nova Rota da Seda ao longo desta dissertação, isto é, como projeto geopolítico e geoeconômico. Acreditamos que a Nova Rota da Seda, ao promover a construção de uma série de grandes obras de infraestrutura, organiza a dinâmica de exportação de capital.

Entretanto, para analisar o complexo conjunto de arranjos financeiros voltados ao financiamento da Nova Rota da Seda, esta dissertação isolou a atuação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB). A razão deste foco é a costumeira atribuição deste recém-criado Banco Multilateral de Desenvolvimento como peça-chave do financiamento da Nova Rota da Seda.

Ao longo do terceiro capítulo, este texto devotou-se à análise do AIIB ligando-o a Nova Rota da Seda – desde o seu anúncio em 2013. Abordou-se suas origens, seu funcionamento

interno, seus projetos aprovados. Ao final, uma análise mais aprofundada foi feita ao isolar-se os nove projetos aprovados geograficamente localizados no Sudeste Asiático.

Sobre o funcionamento do AIIB, analisou-se que rapidamente foram organizados vários países na condição de membros-fundadores. Este grupo compreende os 57 países que, entre outubro de 2014 e abril de 2015 manifestaram interesse em participar do capital acionário do novo BMD organizado pela China. Foi exposto que, para a China e para outros Estados-chave na criação do AIIB, o controle dominante de países de capitalismo central do financiamento de linhas de crédito transnacionais havia sido objeto de disputa (BUSTILLO, ANDONI, 2018), e que uma revisão foi buscada por diversos países de capitalismo periférico, notadamente membros da semiperiferia global, como os BRICS (GARCIA, BOND, 2018). Foi também analisado que o AIIB conta, no final de 2019, com 76 países-membros, tendo outros 26 países manifestado interesse em integrar-se ao banco, aguardando trâmites legislativos domésticos para concluir seu ingresso. Além disso, foi observado que há uma coincidência significativa entre países membros do AIIB (a) e os países definidos como pertencentes à Nova Rota da Seda pelo MOFCOM (2017).

De passagem, foram indicados os métodos de divisão de votos, o capital subscrito do banco e a estrutura organizacional administrativa do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. Expôs-se que o poder de voto em grande medida corresponde ao capital investido. Entretanto, foi observado também que a dimensão do capital originalmente investido pela China e as limitações impostas durante o sistema de voto garantem matematicamente que quaisquer decisões de caráter significativo do AIIB necessitem de anuência chinesa, e que quaisquer outras decisões, para que sejam aprovadas sem o apoio da China, necessitem compor metade dos votos totais. Portanto, opor a China implica ter de antemão cerca de 1/4 dos votos totais em contraposição, o que certamente não se traduz em tarefa fácil.

Apontou-se que o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura no final de 2019 já dispõe de tamanho significativo em matéria de capital investido, e que, apenas quatro anos após a sua abertura para negócios, ocorrida em janeiro de 2016, o AIIB dispõe de US\$ 19,342 Bi. dos US\$ 20 Bi. definidos como capital pago do banco, chegando também a deter cerca de 97% do capital subscrito. O resultado disto é que o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, embora tenha capital autorizado menor do que seus pares ADB (US\$ 146,965 Bi.), BID (US\$ 170,9 Bi) e IBRD/WB (US\$ 278 Bi), já demonstra deter significativa robustez financeira, necessária a realização de obras da Nova Rota da Seda.

Ao se analisar os projetos aprovados pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, fica patente que existe um progressivo aumento anual do total de financiamento

feito pelo banco. Entretanto, isto não necessariamente correspondeu a um número maior de projetos aprovados ano-a-ano, com o ano de 2018 figurando como período em que o banco financiou menos projetos, mas projetos de maior dimensão. Foi exposto também uma séria discrepância entre a definição econômica setorial dos projetos aprovados. Particularmente, isto foi identificado em projetos financeiros – projetos em que o AIIB aprovou a criação de entidades financeiras fora do controle direto do banco que serviriam de intermediárias para aprovação de subprojetos. Dos 62 projetos aprovados pelo AIIB entre 2016 e 2019, identificou-se um grupo de 15 projetos de natureza financeira, dos quais 7 eram apontados pelo AIIB como pertencentes a outras categorias. O resultado é uma clara discrepância na análise setorial dos investimentos do banco. A realidade inconveniente parece ser que um quarto dos projetos aprovados pelo AIIB cria novas entidades financeiras fora da alçada direta do banco, o que inviabiliza análises posteriores sobre o eventual financiamento de obras sob guarda-chuva de financiamento do banco.

Ainda na análise de projetos do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, observou-se que há uma concentração de financiamento. Cerca de 12 projetos aprovados compõem 50% do total aprovado de financiamento do AIIB entre 2016 e 2019. Se analisada a distribuição percentual do financiamento do AIIB, pode-se analisar a imensa maioria dos projetos do AIIB podem ser enquadrados como atendendo dois critérios: um teto de financiamento (entre 800 milhões e 1 bilhão de dólares) e o financiamento parcial (com o AIIB financiando até 50% do valor total de projetos).

Entretanto, olhados em perspectiva temporal, observa-se que o financiamento do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura foi diminuindo entre 2016 e 2019. Há uma redução da monta total financiada por projeto, enquanto, em sentido contraposto, há um aumento percentual da parcela financiada pelo AIIB. O resultado é que o AIIB está paulatinamente financiando sozinho seus projetos aprovados, mas tratam-se de projetos menores.

Diversos projetos aprovados pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura são financiados conjuntamente à BMDs estabelecidos. Dentre eles, ocupa lugar especial o Banco Mundial, com o qual o AIIB divide o financiamento de 21 projetos, nos quais o AIIB investe cerca de US\$ 4,7 Bi, ou 11,5% do total de financiamento aprovado.

Para uma análise mais aprofundada, esta dissertação selecionou a sub-região geográfica do Sudeste Asiático, na qual localizam-se nove dos projetos aprovados pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. De forma geral, o Sudeste Asiático é a segunda região em número de projetos aprovados dentre as subdivisões geográficas em que o AIIB atua. Entretanto, a região ocupa a quarta posição em termos de financiamento aprovado pelo AIIB.

Um de seus países, a Indonésia, ocupa a terceira posição em número de projetos aprovados. Analisados em conjunto, pode-se observar que tendências de queda identificadas no panorama geral dos projetos aprovados, como a tendência de queda do total financiando anualmente e de aumento do percentual financiado pelo AIIB em cada projeto repetem-se nos projetos do Sudeste Asiático.

Ainda tratando dos projetos aprovados pelo AIIB entre 2016 e 2019, pôde-se expor que há uma dominante coparticipação do Banco Mundial, que atua em sete dos nove projetos aprovados no Sudeste Asiático. Em sua maioria, tratam-se de projetos aprovados para financiamento pelo WB anteriormente à fundação do AIIB, que se inseriu posteriormente no arranjo de cofinanciamento. Entretanto, em todos os casos, os desembolsos devidos pelas instituições ligadas ao WB (IBRD, IDA, IFC) não haviam começado antes da inserção do AIIB na dinâmica de cofinanciamento.

Como ressaltado anteriormente, os nove projetos aqui analisados são bastante diversos entre si. Apesar de suas discrepâncias quanto ao valor total a ser investido pelo AIIB, pôde-se perceber tendências quanto à efetividade, a qual este texto dividiu em três. Percebeu-se também a forte conexão entre o financiamento finalizado e integral feito pelo AIIB e a internacionalização de capitais – notadamente nos projetos no Mianmar (M-CCGT) e no Camboja (C-FOCN). Nos demais casos, onde a participação do WB é observada, a efetivação dos repasses aos respectivos projetos está visivelmente atrasada em alguns anos se comparada às previsões originais. Para estes casos, não se pôde analisar as conexões entre a atuação do AIIB e a internacionalização do Capital Chinês.

Para os dois casos de financiamento concluído, Camboja e Mianmar, consideramos que foi exposto o nexos entre a internacionalização do Capital Chinês, necessário à dinâmica de acumulação e reprodução do capital do país e intimamente conectado ao aparecimento do Imperialismo.

Ao mesmo tempo, também devemos deixar patente que as limitações quanto à proximidade temporal entre investimentos previstos, desembolsos aguardados e a realização desta pesquisa impõe restrições quanto ao caráter explicativo desta pesquisa. Outro ponto a se considerar é que, concluindo esta análise em abril de 2020, não seria razoável aduzir aqui que estes dados poderão certamente ser verificados no futuro próximo. Falamos isso dado o evidente aprofundamento da crise capitalista internacional ocasionada pela pandemia do COVID-19. É possível que diversos dos projetos acima elencados não se realizem nos próximos anos, particularmente àqueles cujos desembolsos não ultrapassaram 5% dos desembolsos totais até abril de 2020.

O percalço da crise capitalista está para impor uma contração econômica talvez inédita, e a destruição de capital provocada pela crise atual poderá afetar fluxos de investimento transnacionais programados para 2020 e para os próximos anos (ROBERTS, 2020). Ao mesmo tempo em que a recuperação econômica pode implicar numa retração sem precedentes de capitais internacionalizados, do multilateralismo e de uma mudança severa na dinâmica produtiva experimentada pós década de 1970, esta mesma dinâmica pode anunciar novas oportunidades para o financiamento de obras de infraestrutura, que estariam ligadas umbilicalmente à reativação econômica pós-crise. Isto tudo para dizer que ao menos dois caminhos distintos são avistados para os próximos anos: em um deles, o AIIB mantém ou mesmo expande sua atuação, influenciando fortemente a recuperação econômica na Ásia-Pacífico, ou mesmo fora da sua área original de atuação; no sentido contrário, a atuação do AIIB pode tornar-se mais cautelosa, na medida em que torna-se mais arriscado o comprometimento com o crédito para países dependentes enquanto desencoraja-se o crédito a países com solvência considerada duvidosa e enquanto o contexto econômico mundial favorece o acúmulo líquido de reservas. Entretanto, o acúmulo de reservas enquanto a instabilidade geral perdurar pode ser mantido em dólar – ao passo que a dispersão de crédito novo pode ser lastreada, ao menos regionalmente, em outra moeda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTIONFOREX.COM. China: Renminbi Internationalization Remains Sluggish. *Action Forex*, 03 de abr. de 2019. Disponível em: < <https://www.actionforex.com/action-insight/china-watch/186742-china-renminbi-internationalization-remains-sluggish/> >. Acesso em 23 de jan. de 2020.

AIYAR, Swaminathan S. Anklesaria. Why US Allies Are Happy to Join China's AIIB. *The Diplomat*, 30 de jun. de 2015. Disponível em: < <https://thediplomat.com/2015/07/why-us-allies-are-happy-to-join-chinas-aiib/> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

AMARAL, María Silvia; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A Superexploração do Trabalho em Economias Periféricas Dependentes, *Revista Katálysis*, v. 12, n. 2, 2009, p. 216-225.

AMIN, Samir. China 2013. *Monthly Review*, v. 64, n. 10, mar. 2013. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013/> >. Acesso em 21 de mar. 2019.

ANDERSON, Perry. *Duas Revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2018, 128p.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. 2. Ed., 10ª reimpr. rev. e ampl., São Paulo: Boitempo, 2009, 287p.

ARAGÃO, Daniel Maurício de; SANTOS, Tiago Matos dos. A Governança Global do Desenvolvimento e a Despolitização do *Land Grabbing*: "There is no Alternative"?, *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 2, 2017, p. 57-73.

ARASE, David. China's Two Silk Roads: Implications for Southeast Asia, *LSEAS Perspective*, v. 2, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo*, 1ª Ed. 1996 (10ª reimpr., 2019), 393p.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, 432p.

ASIA-AFRICA-EUROPE-1(AAE-1). *Homepage*. Disponível em: < <https://www.aaeone.com/aaeportal/#> >. Acesso em 04 de mar. de 2020.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *Asian Development Bank Annual Report 2002*. 2003. Disponível em: < <https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/31329/ar2002.pdf> >. Acesso em 10 de fev. de 2020.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *Proposed Loans and Guarantee Myingyan Natural Gas Power Plant*. 2015. Disponível em: < <https://www.adb.org/projects/48368-001/main> >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *Asian Development Bank 2017 Financial Report*. ADB, 2017, 241p. Disponível em: < <https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/411996/adb-financial-report-2017.pdf> >. Acesso em 28 de fev. de 2020.



ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *ADB 2016 Annual Report*. 2016. Disponível em: < <https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/414776/adb-annual-report-2016.pdf> >. Acesso em 18 de fev. de 2020.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). *ADB Annual Report, 2018*. 19 de abr. de 2019. Disponível em: < <https://www.adb.org/documents/adb-annual-report-2018> >. Acesso em 18 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB) (a). *Members and Prospective Members of the Bank*. Disponível em: < <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html> >. Acesso em 19 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB) (b). *AIIB Governance Board of Directors*. Disponível em: < <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/board-directors/board-members/index.html> >. Acesso em 18 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB) (c) *AIIB Open for Business. Jin Liqun Elected as first President*. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/news-events/news/2016/20160116\\_002.html](https://www.aiib.org/en/news-events/news/2016/20160116_002.html) >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB) (d). *Asian Infrastructure Investment Bank Articles of Agreement* Disponível em: < <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/articles-of-agreement/index.html> >. Acesso em 25 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB) (e). *Who We Are*. Disponível em: < <https://www.aiib.org/en/about-aiib/index.html> >. Acesso em 18 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. SBF Projection Implementation Monitoring Report (AIIB-SBF-I-MUTI). Indonesia: Mandalika Urban and Tourism Infrastructure Project. 04 de jul. de 2019. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/\\_download/2018/indonesia\\_mandalika-urban-tourism-infrastructure.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/_download/2018/indonesia_mandalika-urban-tourism-infrastructure.pdf) >. Acesso em 31 de mar. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. SBF Projection Implementation Monitoring Report (AIIB-SBF-I-DOISP). Indonesia: Dam Operational Improvement and Safety Project II. 23 de jan. de 2020. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/details/2017/approved/\\_download/Indonesia/Indonesia\\_Dam-Operational-Improvement-and-Safety-Project-II.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/details/2017/approved/_download/Indonesia/Indonesia_Dam-Operational-Improvement-and-Safety-Project-II.pdf) >. Acesso em 02 de abr. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. SBF Projection Implementation Monitoring Report (AIIB-SBF-I-SIMURP). Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project. 22 de out. de 2019. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/details/2018/approved/\\_download/Indonesia/Indonesia\\_Strategic-Irrigation-Modernization-and-Urgent-Rehabilitation-Project.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/details/2018/approved/_download/Indonesia/Indonesia_Strategic-Irrigation-Modernization-and-Urgent-Rehabilitation-Project.pdf) >. Acesso em 11 de abr. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB). *Condensed Financial Statements (Unaudited) for the Nine Months Ended Dec. 31, 2017*. AIIB, 2017, 48p. Disponível em: < <https://www.aiib.org/en/about-aiib/financial-statements/.content/index/pdf/Q3-Financial-Statements.pdf> >. Acesso em 28 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB). *Condensed Financial Statements (Unaudited) for the Nine Months Ended Dec. 31, 2018*. AIIB, 2018, 50p. Disponível em: < <https://www.aiib.org/en/about-aiib/financial-statements/.content/index/pdf/Q3-Financial-Statements.pdf> >. Acesso em 28 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB) (a). *Condensed Financial Statements (Unaudited) for the Nine Months Ended Sep. 30, 2019*. AIIB, 2019, 49p. Disponível em: < <https://www.aiib.org/en/about-aiib/financial-statements/.content/index/pdf/Q3-Financial-Statements.pdf> >. Acesso em 28 de fev. de 2020.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK (AIIB) (b). *SBF Projection Implementation Monitoring Report. Lao People's Democratic Republic: National Road 13 Improvement and Maintenance Project*. 25 de out. de 2019. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/\\_download/2019/Lao-PDR\\_National-Road-13-Improvement-and-Maintenance-Project.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/_download/2019/Lao-PDR_National-Road-13-Improvement-and-Maintenance-Project.pdf) >. Acesso em 11 de mar. de 2020.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Debating Empire*. New Left Review Debates. London: Verso, 2003, 172p.

BAMBIRRA, Vânia. *O Capitalismo Dependente Latino Americano*. Florianópolis: Insular, 2014, 224p.

BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARAN, Paul. A. SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, 384p.

BARBOZA, David. China Unveils 586 billion Stimulus Plan. *The New York Times*, 10 de nov. de 2008. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2008/11/10/world/asia/10iht-10china.17673270.html> >. Acesso em 01 de fev. de 2020.

BLANCHETTE, Jude. *China's New Red Guards: The Return of Radicalism and the Rebirth of Mao Zedong*. New York: Oxford University Press, 2019.

BRAMALL, Chris. Chinese Land Reform in the Long Run; Perspective in the Wider Asian Context, *Journal of Agrarian Change*, v. 5, n. 1-2, 2004, p. 107-141.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Prefácio. In: ANDERSON, Perry. *Duas Revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2018, 125p.

BLOOMBERG. China May Have \$5.8 Trillion Hidden Debt, S&P Says. Bloomberg, 16 de out. de 2018. Disponível em: < <https://www.bloomberg.com/news/videos/2018-10-17/china-may-have-5-8-trillion-hidden-debt-s-p-says-video> >. Acesso em 22 de jan. de 2020.

BOND, Patrick. GARCIA, Anna. Introduction. In: BOND, Patrick. GARCIA, Anna. *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. London: Pluto Press, 2015, p. 1-14.

BOND, Patrick. Sub-imperialism as Lubricant of Neoliberalism: South African ‘deputy sheriff’ duty within the BRICS, *Third World Quarterly*, v. 34, n. 2, 2013, p. 251 - 270.

BOND, Patrick. Towards a Broader Theory of Imperialism, *ROAPE*, 18 de abr. 2018. Disponível em: < <http://roape.net/2018/04/18/towards-a-broader-theory-of-imperialism/> >. Acesso em 05 de ago. 2019.

BOTTOMORE, Tom. Introduction to the Translation (of Finance Capital). In: HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital: a Study of the Latest Phase of Capitalist Development*. London: Routledge, 1981, p. 1-17.

BRAUDEL, Ferdinand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BRENNER, Robert. The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism, *New Left Review*, n. 104, 1977, p. 25-92.

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, 414p.

BREWER, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism, A Critical Survey*. New York: Routledge, 1990, 300p.

BUKHÁRIN, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 2.ed, 1986.

BUSTILLO, Ricardo. ANDONI, Maiza. China, the EU and Multilateralism: the Asian Infrastructure Investment Bank. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 1, 2018, p. 1-19.

CALLAHAN, William A. *China Dreams: 20 Visions of the Future*. Oxford, New York, Oxford University Press, 2013, 212p.

CALLAHAN, William A. China’s “Asia Dream”: The Belt and Road Initiative and the New Regional Order, *Asian Journal of Comparative Politics*, v. 1, n. 3, 2016, p. 226 - 243.

CALLINICOS, Alex. Imperialism and Global Political Economy, *International Socialism*, v. 108, n. 2, 2005. Disponível em: < <http://isj.org.uk/imperialism-and-global-political-economy/> >. Acesso em 22 de jul. 2019.

CAMBODIA: FIBER OPTIC COMMUNICATION NETWORK. Project Summary Information (CFOCN-PSI). *AIIB*, 12 de jul. de 2019, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2019/\\_download/cambodia/cambodia-July-12-2019.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2019/_download/cambodia/cambodia-July-12-2019.pdf) >. Acesso em 03 de mar. de 2020.

CAMBODIA FIBER OPTIC COMMUNICATION NETWORK CO. LTD. (CFOCNC-Ltd.) Cambodia Fiber Optic Communication Network Co., Ltd. Profile. Disponível em: < <https://dgpages.com/listings/khmer66103-cambodia-fiber-optic-communication-network-co-ltd> >. Acesso em 03 de mar. de 2020.

CAMPOS, Fábio Antônio; SABADINI, Maurício de Souza. Hilferding e o Nexo Imperialista entre Capital Financeiro e Exportação de Capital. Texto para Discussão 243, IE Unicamp, agosto de 2014.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 1998

CEIC. China Household Debt: % of GDP. *CEIC*. Disponível em: < <https://www.ceicdata.com/en/indicator/china/household-debt--of-nominal-gdp> >. Acesso em 22 de jan. de 2020.

CHAGAS, Eduardo F. O Método Dialético de Marx: Investigação e Exposição Crítica do Objeto. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 38, n. 120, 2011, p. 55 - 70.

CHEN Jihong. FEI, Yijie; LEE, Tae-Woo; TAO Xuezhong. Overseas Port Investment Policy for China's Central and Local Governments in the Belt and Road Initiative, *Journal of Contemporary China*, v; 28, n. 116, 2019, p. 196-215.

CHENG Enfu. DING Xiaoqin. A Theory of China's Miracle, 2017. Publicado em: 01 de jan. 2017. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2017/01/01/a-theory-of-chinas-miracle/> >. Acesso em 19 de ago. 2019.

CHENG Enfu. XIN, Xiangyang. Fundamental Elements of the China Model, *International Critical Thought*, n. 1, v.1, 2011, p. 2 - 10.

CHENG, Sam-Kee. Primitive Socialist Accumulation in China: An Alternative View on the Anomalies of Chinese "Capitalism". *Review of Radical Political Economics*, 2020. DOI: 10.1177/0486613419888298

CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos. In: \_\_\_\_\_. *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005, cap. 1, p. 35-67.

CHINA. *Constitution of the Communist Party of China*. 16<sup>th</sup> National Congress of the Communist Party of China. 2002. Disponível em: < <http://www.china.org.cn/english/features/45461.htm> >. Acesso em 03 de mai. De 2020.

CHUNG, Chien-Peng; VOON, Thomas J. China's Maritime Silk Road Initiative, *Asian Survey*, Berkeley, v. 57, n.3, p. 416 - 449, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 286p.

COUTINHO, Maurício C. Do Capital Financeiro de Hilferding. *Revista da Sociedade Brasileira Economia Política*, n. 35, 2013, p. 5-26.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory, *Millennium, Journal of International Studies*, v. 10, n. 1, 1981, p. 126 - 155.

DENG Xiaoping. Opening Speech at the Twelfth National Congress of the Communist Party of China. 01 de set. de 1982. *People's Daily*. Disponível em: < <http://en.people.cn/dengxp/vol3/text/c1010.html> >. Acesso em 30 de jan. de 2020.

DEVELOPMENT FINANCE CORPORATION, U.S. INTERNATIONAL (DFC). U.S. International Development Finance Corporation Begins Operations, *DFC*, 02 de jan. de 2020, Disponível em: < <https://www.dfc.gov/media/press-releases/us-international-development-finance-corporation-begins-operations> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

DIGITAL COMMONWEALTH. Commercial Map of China: showing treaty ports, ports of foreign control, railway,s teleraphs, waterways, etc, 1899. Disponível em: < <https://www.digitalcommonwealth.org/search/commonwealth:9s161b95m> >. Acesso em 18 de dez. de 2019.

DING Xiaoqin. The Socialist Market Economy: China and the World, *Science & Society*, v. 73, n. 2, China: Socialism, Capitalism, Market: Why Not?, 2009, p. 235-241.

DIRLIK, Arif. Criticla Reflections on “Chinese Capitalism” as Paaradigm. *Identities*, v. 3, n. 3, 1997, p. 303-330.

DUMÉNIL, Gerard, LÉVY, Dominique. *The Crisis of Neoliberalism*. Massachusetts: Harvard University Press, 2011, 391p.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). Exploring new forms of cooperation between China and Latin America and the Caribbean. *Second Ministerial Meeting of the Forum of China and the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC)*. Recuperado de [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43214/1/S1701249\\_en.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43214/1/S1701249_en.pdf).

ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIAN AND THE PACIFIC (USCAP). United Nations. *An In-Depth Study of Broadband Infrastructure in the ASEAN Region*, Ago, 2013. Disponível em: < [https://www.unescap.org/sites/default/files/Broadband%20Infrastructure%20in%20the%20ASEAN%20Region\\_0.pdf](https://www.unescap.org/sites/default/files/Broadband%20Infrastructure%20in%20the%20ASEAN%20Region_0.pdf) >. Acesos em 04 de mar. de 2020.

EICHENGREEN, Barry. KAWAI, Masahiro. Issues for Renminbi Internationalization: An Overview. *Asian Development Bank Institute (ADBI)*, n. 454, 2014, 20p.

EMBASSY OF SWITZERLAND IN THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (EMBASSY OF SWITZERLAND). *China 2017 Final Economic Report*. Beijing, dez. 2017. Disponível em: < <http://cn.swisscham.org/sites/default/files/Economic%20Report%202017%20Swiss%20Embassy.pdf> >. Acesso em 02 jul. 2018.

ENVIRONMENTAL & SOCIAL IMPACT ASSESSMENT (ESIA) FOR NATIONAL ROAD 13 NORTH (NR13 NORTH) IMPROVEMENT AND MAINTENANCE. Executive Summary. Lao People's Democratic Republic, 2018, 78p. Disponível em: < <https://www.mpwt.gov.la/attachments/article/1640/Executive%20summary%20ESIA%20on%20Rd%2013%20North.pdf> >. Acesso em 11 de mar. de 2020.

EPSTEIN, G. *Financialization and the World Economy*. Edgar Elgar: Northampton, 2005.

EUROPEAN BANK OF RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (EBRD). *Financial Report 2016*. *EBRD*, 2016, 92p. Disponível em: < <https://www.ebrd.com/news/publications/annual-report/annual-report-2016.html> >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

EUROPEAN BANK OF RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (EBRD). *2018 Financial Report*. *EBRD*, 2018, 92p. Disponível em: < <https://www.ebrd.com/documents/comms-and-bis/financial-report-2018.pdf> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

EUROPEAN UNION CHAMBER OF COMMERCE IN CHINA (EUROPEAN CHAMBER). *Overcapacity in China*. Roland Berger, 2016. Disponível em: < <http://www.europeanchamber.com.cn/en/publications-overcapacity-in-china> > Acesso em: 01 de ago. 2018.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China: A New Story*. Cambridge, Harvard University Press, 2006, 560p.

FELDMAN, Benjamin. FOSTER, John Bellamy. Baran and Sweezy's Monopoly Capital, Then and Now, An Interview with John Bellamy Foster. *Monthly Review*, 01 de nov. 2015, disponível em: < <https://monthlyreview.org/2015/11/01/baran-and-sweezys-monopoly-capital-then-and-now/> >. Acesso em: 05 de fev. 2019.

FERDINAND, P. Westward Ho – the China Dream and 'One Belt, One Road': Chinese foreign policy under Xi Jinping, *International Affairs*, n. 92, v. 4, 2016, 941-957.

FERNANDES, Marcelo Pereira. WEGNER, Rubia Cristina. Expansão da China e Imperialismo – Uma Breve Elucidação, *Oikos*, v. 17, n.3, 2018, p. 31 - 41.

FOLLY, Martin H. *The Palgrave Concise Historical Atlas of the Second World War*. London: Palgrave Macmillan, 2004, 131p.

FRANK, Andre Gunder. *Dependent Accumulation and Underdevelopment*. London: The Macmillan Press LTD, 1978, 226p.

FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry K. *The World System: Five Hundre years of Five Thousand?* London: Routledge, 1993, 179p.

FONTES, Virgínia. David Harvey: Dispossession or Expropriation? Does capital have an “Outside”? *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 3, 2017, p. 2199 – 2211.

FONTES, Virgínia. O Imperialismo: de Lenin aos Dias Atuais. *Outubro*, n. 17, v. 1, 2008. p. 70 – 107.

FOSTER, John Bellamy. O Redescobrimento do Imperialismo. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). *A Teoria Marxista Hoje*. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2006, p. 431-448.

FOSTER, John Bellamy. MCCHESENEY, Robert W. The Global Stagnation and China, v. 63, n. 9, 2012. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2012/02/01/the-global-stagnation-and-china/> >. Acesso em 22 de fev. 2018.

FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert. W., JONNA, R. Jamil. The Internationalization of Monopoly Capital. *Monthly Review*. 01 de jun. 2011. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2011/06/01/the-internationalization-of-monopoly-capital/> >. Acesso em 06 de nov. 2019.

FOSTER, John Bellamy. What is Monopoly Capital? *Monthly Review*, 01 de jan. 2018. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2018/01/01/what-is-monopoly-capital/> >. Acesso em 07 de fev. 2019.

FUKUYAMA, Francis. *Identity, The Demand for Dignity and the Politics of Resentment*. New York: Farrar Straus and Giroux, 2018.

GARCIA, Ana (Saggiaro); BOND, Patrick. Amplifying the Contradictions, The Centrifugal BRICS. In: PANITCH, ALBO, Greg. *Socialist Register 2019: A World Turned Upside Down?* London: Merlin Press, 2018.

GARCIA, Ana Saggiaro. Nonwestern Semiperiphery and Its Paradoxes: Reflections for Struggles in the 21<sup>st</sup> Century, *Journal of World Systems Research*, v. 23, n. 2, 2017, p. 499-505.

GARROD, J. Z. Imperialism or Global Capitalism? Some reflections from Canada, *Studies in Political Economy*, v. 99, n. 3, 2019.

GEARY, Kate. In the Dark: Secrecy and the Myingyan Public Private Partnership Gas Power Plant in Myanmar. *Recourse and NGO Forum on ADB*, 2020, 16p. Disponível em: < <https://eurodad.org/files/pdf/5e67b9f206c15.pdf> >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, 492p.

GOWAN, Peter. A Radical Realist, *New Left Review*, n. 41, 2006, p. 127 - 137.

GRAMM, P. TAYLOR, J. The Hidden Costs of Monetary Easing, *Wall Street Journal*, 12 de set. de 2012.

GUIMARÃES, João Victor. A Nova Rota da Seda: Implicações Geopolíticas e Mudanças no Padrão de Acumulação Chinês. *4º Seminário de Relações Internacionais, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)*, 2018.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2. Ed., 2007, 308p.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HART-LANDSBERG, Martin. BURKETT, Paul. *China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle*, New York: Monthly Review Press, 2005.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003, 253p.

HARVEY, David. The 'New' Imperialism: Accumulation by Dispossession, *Socialist Register*, v. 40, 2004, p. 63 - 87.

HARVEY, David. Neoliberalism 'with Chinese Characteristics'. In: \_\_\_\_\_. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. In What Ways is 'The New Imperialism' Really New? *Historical Materialism*, n. 15, 2007, p. 57-70.

HARVEY, David. *Seventeen Contradictions and the End of Imperialism*. New York: Oxford, 2014, 354p.

HARVEY, David. *Marx, Capital and the Madness of Economic Reason*. London: Profile Books, 2017.

HARVEY, David. Realities on the Ground: David Harvey replies to John Smith. *ROAPE*, 02 de mai. 2018. Disponível em: < <http://roape.net/2018/02/05/realities-ground-david-harvey-replies-john-smith/> >. Acesso em 05 de ago. 2019.

HASEGAWA, Masonari. The Geography and Geopolitics of the Renminbi: a Regional Key Currency in Asia. *International Affairs*, n. 94, v. 3, 2018, 535-552.

HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital: a Study of the Latest Phase of Capitalist Development*. London: Routledge, 1981, 466p.



HOBBSAWM, Eric J. *Age of Empire 1875-1914*. London: Weidenfeld & Nicolson Books, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: A Study*. New York: Cosimo, 2005, 386p.

HONG, Shen. China's Plan for Local Debt Amounts to a Bailout. *The Wall Street Journal*, 23 de jun. de 2015. Disponível em: < <https://www.wsj.com/articles/chinas-plan-for-local-debt-amounts-to-a-bailout-1434998702> >. Acesso em: < 22 de jan. de 2020.

HOSTON, Germaine A. *Marxism and the Crisis of Development in Prewar Japan*. Princeton: Princeton University Press, 1986, 401p.

HOWARD, M. C.; KING, J. E. The Economic Contributions of Paul Sweezy, *Review of Political Economy*, v. 16, n. 4, p. 411- 456, out. 2004.

HUANG, Yasheng. *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, 348p.

HUANG, Zheping. Your guide to understanding OBOR, China's new Silk Road Plan. Disponível em: < <https://qz.com/983460/obor-an-extremely-simple-guide-to-understanding-chinas-one-belt-one-road-forum-for-its-new-silk-road/> >. Acesso em 21 oct. 2017.

HUNG, Ho-fung. Rise of China and the Global Overaccumulation Crisis, *Review of International Political Economy*, v. 15, n. 2, 2008, p. 149-179.

HUNG, Ho-fung. America's Head Servant? The PRC'S Dilemma in the Global Crisis, *New Left Review*, v. 60, 2009, p. 5-25.

HUNG, Ho-fung. Cold War and China in the (Un)making of the Global Dollar Standard, *The United States in Decline, Political Power and Social Theory*, v. 26, 2014, p. 53-80.

HUNG, Ho-fung. *The China Boom: why China will not Rule the World*. New York, Columbia University Press, 2016, 232p.

HUNG, Ho-fung. Hegemonic Crisis, Comparative World-Systems, and the Future of Pax Americana, *Journal of World-Systems Research*, v. 23, n. 2, 2017, p. 637-648.

HUNG, Ho-fung. A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, 2018a, p. 1-26.

HUNG, Ho-fung. The Tapestry of Chinese Capital in the Global South, *Palgrave Communications*, v. 4, n. 65, 2018b, 6p. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41599-018-0123-7>.

HUNG, Ho-fung; SELDEN, Mark. China's Postsocialist Transformation and Global Resurgence: Political Economy and Geopolitics. In: FÜRST, Juliane; PONS, Silvio; SELDEN, Mark, *The Cambridge History of Communism, Volume III – Endgames? Late Communism in Global Perspective 1968 to the Present*. London: Cambridge University Press, 2017, p. 502-528.

HYALROUTE (a). Cambodia. Hyalroute. Disponível: < <http://www.hyalroute.com/cambodia/> >. Acesso em 04 de mar. de 2020.

HYALROUTE (b). About Us. Hyalroute. Disponível: < <http://www.hyalroute.com/our-network/> >. Acesso em 04 de mar. de 2020.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IFI WATCH MYANMAR. Community-level Assessment of the Myingyan Natural Gas Power Plant Project. *IFI WATCH MYANGMAR*. Disponível em: < [https://www.ifivatchmyanmar.org/http-www-ifivatchmyanmar-org-wp-content-uploads-2018-12-m\\_ccgt-eng-full-pdf-pdf/](https://www.ifivatchmyanmar.org/http-www-ifivatchmyanmar-org-wp-content-uploads-2018-12-m_ccgt-eng-full-pdf-pdf/) >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

IMMERWAHR, Daniel. *How to Hide an Empire: a History of the Greater United States*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2019.

INDONESIA DAM OPERATIONAL IMPROVEMENT AND SAFETY PROJECT PHASE II. World Bank. Disponível em: < <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P161514> >. Acesso em 02 de abr. de 2020.

INDONESIA DAM OPERATIONAL IMPROVEMENT AND SAFETY PROJECT PHASE II. Project Summary Information (I-DOISP-PSI). AIIB, 22 de mar. de 2019, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/\\_download/indonesia/summary/indonesia-dam-operation-summary.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/_download/indonesia/summary/indonesia-dam-operation-summary.pdf) >. Acesso em 02 de abr. de 2020.

INDONESIA DAM OPERATIONAL IMPROVEMENT AND SAFETY PROJECT PHASE II. Project Summary Information (I-DOISP-PD). AIIB, 28 de fev. de 2017, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/\\_download/indonesia/document/indonesia-dam-operation-document.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/_download/indonesia/document/indonesia-dam-operation-document.pdf) >. Acesso em 02 de abr. de 2020.

INDONESIA: MANDALIKA URBAN AND TOURISM INFRASTRUCTURE PROJECT. Project Summary Information (I-MUTI-PSI). AIIB, 19 de mar. de 2019, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/\\_download/indonesia-mandalika/mandalika-urban-tourism-infrastructure.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/_download/indonesia-mandalika/mandalika-urban-tourism-infrastructure.pdf) >. Acesso em 31 de mar. de 2020.

INDONESIA: MANDALIKA URBAN AND TOURISM INFRASTRUCTURE PROJECT. Project Document (I-MUTI-PD). AIIB, 07 de dez. de 2018, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/\\_download/indonesia-mandalika/mandalika-project.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/_download/indonesia-mandalika/mandalika-project.pdf) >. Acesso em 31 de mar. de 2020.

INDONESIA NATIONAL SLUM UPGRADING PROJECT - PROJECT INFORMATION DOCUMENT (I-NSUP-WB-PID). Project Information Document (PID) Appraisal Stage. WB, 2016, Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/en/755311468261274690/pdf/PID-Appraisal-Print-P154782-06-06-2016-1465189135070.pdf> >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

INDONESIA: NATIONAL SLUM UPGRADING PROJECT. Project Summary Information (I-NSUP-PSI). AIIB, 21 de abr. de 2016, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2016/\\_download/indonesia/summary/approved\\_project\\_summary\\_national\\_slum\\_upgrading.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2016/_download/indonesia/summary/approved_project_summary_national_slum_upgrading.pdf) >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

INDONESIA: NATIONAL SLUM UPGRADING PROJECT. Project Document (I-NSUP-PD). AIIB, 09 de jun. de 2016, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2016/\\_download/indonesia/document/approved\\_project\\_document\\_national\\_slum\\_upgrading.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2016/_download/indonesia/document/approved_project_document_national_slum_upgrading.pdf) >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

INDONESIA: NATIONAL SLUM UPGRADING PROJECT. SBF Project Implementation Monitoring Report. (I-NSUP-SBF). AIIB, 04 de jul. de 2019. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/\\_download/2018/indonesia\\_mandalika-urban-tourism-infrastructure.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/_download/2018/indonesia_mandalika-urban-tourism-infrastructure.pdf) >. Acesso em 01 de abr. de 2020.

INDONESIA: REGIONAL INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT FUND. Project Summary Information (I-RIDF-PSI). AIIB, 22 de mar. de 2017, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/\\_download/indonesia/summary/project-summary\\_information\\_regional\\_infrastructure\\_development\\_fund.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/_download/indonesia/summary/project-summary_information_regional_infrastructure_development_fund.pdf) >. Acesso em 10 de abr. de 2020.

INDONESIA: REGIONAL INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT FUND. Project Summary Information (I-RIDF-PD). AIIB, 27 de mar. de 2017, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/\\_download/indonesia/document/project-document\\_Indonesia\\_Regional\\_Infrastructure\\_Development\\_Fund.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/_download/indonesia/document/project-document_Indonesia_Regional_Infrastructure_Development_Fund.pdf) >. Acesso em 10 de abr. de 2020.

INDONESIA: REGIONAL INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT FUND. Project Implementation Monitoring Report (I-RIDF-SBF). AIIB, 13 de jan. de 2020. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/details/2017/approved/\\_download/Indonesia/Indonesia\\_Regional-Infrastructure-Development-Fund.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/details/2017/approved/_download/Indonesia/Indonesia_Regional-Infrastructure-Development-Fund.pdf) >. Acesso em 10 de abr. de 2020.

INDONESIA: STRATEGIC IRRIGATION MODERNIZATION AND URGENT REHABILITATION PROJECT. Project Summary Information (I-SIMURP-PSI). AIIB, 22 de mar. de 2019, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/\\_download/indonesia/summary/project-summary-information.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/_download/indonesia/summary/project-summary-information.pdf) >. Acesso em 02 de abr. de 2020.

INDONESIA: STRATEGIC IRRIGATION MODERNIZATION AND URGENT REHABILITATION PROJECT. Project Document (I-SIMURP-PD). AIIB, 24 de jun. de 2017, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/\\_download/indonesia/](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/_download/indonesia/)

document/SIMURP-Board-PD5Jun18-002.pdf >. Acesso em 02 de abr. de 2020.

INDONESIA: STRATEGIC IRRIGATION MODERNIZATION AND URGENT REHABILITATION PROJECT. Environmental and Social Management Plan (ESMP/WB-I-SIMURP).

INDONESIA TOURISM DEVELOPMENT CORPORATION (ITDC). Indigenous Peoples Development Plan (IPDP) of the Mandalika Urban and Tourism Infrastructure Project. 2018. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/\\_download/indonesia-mandalika/Indigenous-Peoples-Development-Plan.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/_download/indonesia-mandalika/Indigenous-Peoples-Development-Plan.pdf) >. Acesso em 27 de mar. de 2020.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IDB). Annual Report – The Year in Review. IDB, 2016), 34p. Disponível em: < <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Inter-American-Development-Bank-Annual-Report-2016-The-Year-in-Review.pdf> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IDB). Annual Report – The Year in Review. IDB, 2018, 38p. Disponível em: < <https://publications.iadb.org/en/inter-american-development-bank-annual-report-2018-year-review> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (IBRD-INSUP). Project Appraisal Document on a Proposed Loan in the Amount of US\$ 216,5 Mi. to the Republic of Indonesia for a National Slum Upgrading Project. WB, 9 de jun. de 2016. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/pt/226091468417040569/pdf/PAD1477-PAD-P154782-OUO-9-R2016-0115-1-Box396265B.pdf> >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (WB/IBRD). Project Appraisal Document on a Proposed Loan in the Amount of US\$ 207,60 Million to the Republic of the Philippines for a Metro Manila Flood Management Project. The World Bank, 01 de set. de 2017. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/en/192891506823261036/pdf/PHILIPPINES-PAD-09082017.pdf> >. Acesso em 16 de mar. de 2020.

JABBOUR, Elias; DE PAULA; Luiz Fernando. A China e a “Socialização do Investimento”: Uma Abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*, v.22, n.1, 2018, p. 1-23.

JUWAI. What China’s Eased Capital Controls mean for Chinese Buyers. *Juwai*, 11 de out. De 2017, Disponível em: < <https://list.juwai.com/pt/news/2017/10/china-eased-capital-controls-chinese-buyers> >. Acesso em 23 de jan. de 2020.

KANG, Liu. Is There an Alternative to (Capitalist) Globalization? The Debate about Modernity in China. In: JAMESON, Frederic; MASAO, Miyoshi, *The Cultures of Globalization*. Durham: Duke University Press 1998, p 164-188.

KANG, Myung-koo. The Confidence Trap: Japan's Past Bubble and China's Recent Bubble. *New Political Economy*, v. 23, n. 1, 2018.

KATZ, Claudio. Capitalism Mutations in Emerging, Intermediate and Peripheral Neoliberalism. In: BOND, Patrick; GARCIA, Ana. *BRICS: An Anti-Capitalist Critique*. London: Pluto Press, 2015 p. 70-93.

KAUTSKY, Karl. Ultra-imperialism. *New Left Review*, n. 59, 1970, p. 41 - 46. Disponível em: <[http://www.platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/kautskykarl\\_ultraimperialism1914\\_NLR05804.pdf](http://www.platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/kautskykarl_ultraimperialism1914_NLR05804.pdf)>

KIHARA, Leika. Japan's Ruling Party Heavyweight Signals readiness to join AIIB: Nikkei. *Reuters*, 15 de mai. de 2017. Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-china-silkroad-japan/japans-ruling-party-heavyweight-signals-readiness-to-join-aiib-nikkei-idUSKCN18B2S9> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

KNIGHT, Nick. On Contradiction and On New Democracy: Constrasting Perspectives on Causation and Social Change in the thought of Mao Zedong. *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, n. 22, v. 2, 1990, p. 18-34.

KONG Xiangzhi; HE Anhua. "Xin Zhongguo chengli liushi nianlian nongmin dui gujia jianshede gongxian fenxi" (Analysis of peasants' contribution to national development in the first sixty years of new China), *Jiaoxue yu yanjiu*, v. 9, 2009, p. 5-13. In: HUNG, Ho-fung. *The China Boom: why China will not Rule the World*. New York, Columbia University Press, 2016, 232p.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*, 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 250p.

LAOS: NATIONAL ROAD 13 IMPROVEMENT AND MAINTENANCE PROJECT. Project Summary Information (LNR13IMP-PSI). *AIIB*, 04 de abr. de 2019, Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2019/\\_download/lao/Lao-National-Road-NR.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2019/_download/lao/Lao-National-Road-NR.pdf) >. Acesso em 03 de mar. de 2020.

LAOS PEOPLE'S DEMOCRATIC REPUBLIC (LAOS-MPWT). National Road 13 North (NR13N) Improvement and Maintenance. Ministry of Public Works and Transport, Department of Roads. 2018, 80p. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/en/249361515587199487/pdf/SFG3923-REVISED-RP-P163730-PUBLIC-Disclosed-2-7-2018.pdf> >. Acesso em 11 de mar. de 2020.

LARDY, Nicholas R. *Economic Growth and Distribution in China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LAU, W. K. The 15th Congress of the Chinese Communist Party: Milestone in China's Privatization. *Capital & Class*, v. 23, n. 2, 1999, p. 51-87.

LEITE, Alexandre César Cunha. O Projeto de Desenvolvimento Econômico Chinês – 1978 – 2008: a Singularidade de seus Fatores Políticos e Econômicos. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 219p.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. A Industrialização de Áreas Agrícolas na China: uma Consequência do Recente Desenvolvimento Chinês, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 36, 2013, p. 91-116.

LENIN, Vladimir Ilyich. *The Socialist Revolution and the Right of Nations to Self-Determination*. 1916. Disponível em: < <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/jan/x01.htm> >. Acesso em 18 de dez. de 2019.

LENIN, Vladimir Ilyich. *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: Navegando, 2011, 271p.

LI Peilin. China Class Structure: Clanges, Problems, and Policy Suggestions – A Study of Class Development since 1978, *International Critical Thought*, v. 8, n. 4, 2018, p. 574-595.

LI, Selena. China to Scrap Foreign Ownership Caps for Fund Companies from April. *Financial Times*, 12 de out. de 2019. Disponível em: < <https://www.ft.com/content/90aeb087-0a9e-45a2-a29e-729871c4e3b2> >. Acesso em 04 de mai. de 2020.

LIN. Kean Fan. Socialism with Chinese Characteristics: Uneven Development, Variegated Neoliberalization and the Dialectical Differentiation of State Spatiality, *Progress in Human Geography*, v. 38, n. 2, 2014, p. 221-247.

LO Dic. Making Sense of China's Economic Transformation, *Review of Radical Political Economics*, v. 43, n. 1, 2010, p. 33-55.

LO Dic. *Alternatives to Neoliberal Globalization: Studies in the Political Economy of Institutions and Late Development*. London: Palgrave Macmillan, 2012, 208p.

LO, Dic. China Confronts the Great Recession, 'Rebalancing' Neoliberalism, or Else? In: ARESTIS, Philip; SAWYER, Malcolm (Eds). *Emerging Economies During and After the Great Recession*, London: Palgrave Macmillan, 2016a, 318p.

LO Dic. Development or Under-developing? Implications of China's "Going out" for Late Development, *SOAS Department of Economics Working Papers Series*, n. 198, 2016b, 31p.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de Hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004, 208p.

LOSURDO, Domenico. Has China Turned Capitalist? Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism, *International Critical Thought*, v. 7, n. 1, 2017, p. 15-31.

LÖWY, Michel. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, *Outubro*, n. 73, 1998, p. 73 - 80.

LU, Tong. Recent Development of State-Owned Enterprises Reform in China. In: 3º Seminário Pesquisar a China Contemporânea, Campinas, 2019.

LUCE, Mathias Siebel. A Economia Política do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. New York: Routledge. 2003.

MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Paris: OECD Development Centre, 2. Ed, 2007, 195p.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila Magalhães. The Globaliser Dragon: how is China Changing Economic Globalisation? *Third World Quarterly*, v. 39, n. 9, 2018, p. 1727 - 1749.

MAGDOFF, Harry; SWEEZY, Paul M. *O Fim da Prosperidade: a Economia Americana da Década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978, 152p.

MAITO, Esteban Ezequiel. The Historical Transience of Capital: The Downward Trend in the Rate of Profit since XIX Century, *MPRA*, Paper No. 55894. Disponível em: < <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/55894/> >. Acesso em 01 de fev. de 2020.

MAJEROWICZ [Gouveia], Esther. The Globalization of China's Industrial Reserve Army: Its Formation and Impacts on Wages in Advanced Countries. 2016. (Doutorado em Economia Política Internacional) Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 388p.

MAJEROWICZ, Esther; MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Chinese Industrial Policy in the Geopolitics of the Information Age: The Case of Semiconductors. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, 2018, p. 1-28.

MAO Zedong. *The Chinese Revolution and the Chinese Communist Party*. 1939. Disponível em: < [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2\\_23.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_23.htm) >. Acesso em 18 de dez. de 2019.

MAO Zedong. *On New Democracy*. 1940. Disponível em: < [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2\\_26.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_26.htm) >. Acesso em 24 de jan. de 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, 2017, p. 325-356.

MARINI, Ruy. Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações Clássicas do Imperialismo. *Instituto de Economia da Unicamp*, nº216, fev. de 2013, 44p.

MARTINEZ-ROBLES, David. Constructing Sovereignty in Nineteenth-Century China: the Negotiation of Reciprocity in the Sino-Spanish Treaty of 1864, *The International History Review*, v. 38, n. 4, 2016, p. 719-740.

MARTINS, Carlos Eduardo. Prólogo. In: Santos, Theotonio dos. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011b, p. 9-36.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital. Livro I*. São Paulo, Boitempo, 2011, 894p.

MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política. O Processo Global de Produção Capitalista. Livro III*. São Paulo, Boitempo, 2017, 984p.

MEDEIROS, Carlos Aguiar; SERRANO, Franklin. Padrões Monetários Internacionais e Desenvolvimento. In: FIORI, José Luís. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Editora Vozes, Petrópolis, 1999, p. 119-154.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição*; 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O Conceito de Dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2013, 176p.

MINISTRY OF COMMERCE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (MOFCOM). *2013 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Disponível em: < <http://fec.mofcom.gov.cn/article/tjsj/tjgb/201511/20151101190468.shtml> > Acesso em 15 mai. 2018.

MINISTRY OF COMMERCE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (MOFCOM). *2014 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Disponível em: < <http://fec.mofcom.gov.cn/article/tjsj/tjgb/201512/20151201223579.shtml> > Acesso em 15 mai. 2018.

MINISTRY OF COMMERCE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (MOFCOM). *2015 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Disponível em: < <http://fec.mofcom.gov.cn/article/tjsj/tjgb/201609/20160901399223.shtml> > Acesso em 15 mai. 2018.

MINISTRY OF COMMERCE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (MOFCOM). *2016 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Disponível em: < <http://fec.mofcom.gov.cn/article/tjsj/tjgb/201709/20170902653690.shtml> > Acesso em 15 mai. 2018.



MINISTRY OF COMMERCE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (MOFCOM). *2017 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Disponível em: < <http://en.fdi.gov.cn/uploadfile/2019/0429/20190429033845174.pdf> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

MYA: MYINGYAN NATURAL GAS POWER PROJECT (ADB-MNGPP). Stakeholder Engagement Plan. ADB, ago. 2018. Disponível em: < <https://www.adb.org/sites/default/files/project-documents/48368/48368-001-dpta-en.pdf> >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

MYANMAR INSIDER. Department of Electric Power Signs Agreement with Singapore-Myanmar Consortium. Myanmar Insider, 06 de jan. de 2016. Disponível em: < <https://www.myanmarinsider.com/department-of-electric-power-signs-agreement-with-singapore-myanmar-consortium/> >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

MYINGYAN 225 MW COMBINED CYCLE GAS TURBINE (CCGT) POWER PLANT PROJECT, MYANMAR. Project Summary Information (M-CCGT-PSI). AIIB. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2016/\\_download/myingyan/approved\\_project\\_summary\\_myingyan\\_gas\\_turbine.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2016/_download/myingyan/approved_project_summary_myingyan_gas_turbine.pdf) >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth* Cambridge: The MIT Press, 2007, 528p.

NAUGHTON, Barry. Is China Socialist? *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 1, 2017, p. 3-24.

NELSON, Rebecca M. Multilateral Development Banks; U.S. Contributions FY2000-FY2015. *Congressional Research Service*, 26 de jan. de 2015. Disponível em: < [https://www.everycrsreport.com/files/20150126\\_RS20792\\_e4048c38618aa3907eb5c9a5f19982c0d9755b34.pdf](https://www.everycrsreport.com/files/20150126_RS20792_e4048c38618aa3907eb5c9a5f19982c0d9755b34.pdf) >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996, 164p.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). *Towards a Greener Tomorrow, Annual Report, 2016*. Disponível em: < <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/10/NDB-ANNUAL-REPORT-2016.pdf> >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). *Annual Report 2018, Investing for Impact*. Disponível em: < [https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2019/11/NDB\\_ARA18.pdf](https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2019/11/NDB_ARA18.pdf) >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Capital em uma China com Classes, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, 2018, p. 1-22.

NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do Maoísmo para o Desenvolvimento da China, *Revista Carta Internacional*, v. 14, n. 2, 2019a, p. 27-51.

NOGUEIRA, Isabela; QI, Hao. The State and Domestic Capitalists in China's Economic Transition: from Great Compromise to Strained Alliance, *Critical Asian Studies*, v. 51, n. 4, 2019b, p. 558-578.

NORDIC DEVELOPMENT FUND. *National Road 13 North – Lao PDR [NDF C110]*. NDF, 03 de set. de 2018. Disponível em: < <https://www.ndf.fi/project/national-road-13-north-lao-pdr-ndf-c110> >. Acesso em 04 de mar. de 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Crise Asiática e a China. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 1999, p. 1-18.

OLIVER, Christian. POOLER, Michael. EU states call for action against China steel dumping. *Financial Times*. 09 nov. 2015. Disponível em: < <https://www.ft.com/content/37f15a42-872b-11e5-90de-f44762bf9896> >. Acesso em 01 ago. 2018.

OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Ideias e Letras, 2018, 288p.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Capitalismo global e o Império Norte-americano. In: PANITCH, Leo e LEYS, Colin (Eds.). *O Novo Desafio Imperial*, Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 11-53.

PANITCH, Leo. GINDIN, Sam. *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. New York: Verso, 2012.

PANITCH, Leo. GINDIN, Sam. The Integration of China into Global Capitalism. *International Critical Thought*, v. 3, n. 2, 2013, p. 146-158.

PANTSOV, Alexander V. *Mao: the Real Story*. New York: Simon & Schuster, 2012, 716p.

PAUTASSO, Diego. A Nova Rota da Seda e seus Desafios Secundários: os Estados Unidos e a Contenção do eixo Sino-Russo, *Estudos Internacionais*, v. 7, n. 2, 2019, p. 85-100.

PARENTI, Michael. *To Kill a Nation: The Attack on Yugoslavia*. New York: Verso, 2000, 246p.

PATNAIK, Prabhat. Whatever has Happened to Imperialism? *Social Scientist*, v. 18, n. 6/7, 1990, p. 73-36.

PEREIRA, Leandro Ramos. *A Construção Lógica e as Manifestações Históricas do Capital Financeiro de Hilferding*. NIEP MARX, 2013.

PEREIRA, Leandro Ramos. *Supremacia Norte-Americana e a Gênese da Ordem Global: Crítica ao Mito dos “Anos Dourados” à Luz dos Imperativos Imperialistas Estadunidenses*, 2018. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 427p.

PEREIRA, Vinícius Vieira. As Primeiras Preocupações com a Periferia do Sistema Capitalista nas Teses do Imperialismo de Kautsky e Bukharin, *Nova Economia*, v. 27, n. 2, 2017, p. 51 - 83.

PERLEZ, Jane. U.S. Opposing China’s Answer to World Bank. *The New York Times*, 9 de out. De 2014. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2014/10/10/world/asia/chinas-plan-for-regional-development-bank-runs-into-us-opposition.html> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

PETERSEN, Karen Helveg. World Money: From the Eurodollar to the Sinodollar. In: ZAREMBKA, Paul (Ed.) *The National Question and the Question of Crisis*, Research in Political Economy, v. 26, London: Emerald Group Publishing Limited, 2010, p. 173-209. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/235323403\\_World\\_money\\_From\\_the\\_Eurodollar\\_to\\_the\\_Sinodollar](https://www.researchgate.net/publication/235323403_World_money_From_the_Eurodollar_to_the_Sinodollar) >. Acesso em 22 de jan. de 2019.

PETTIS, Michael. China’s Economy can only Grow with More State Control not Less. *Financial Times*, 26 de abr. de 2020. Disponível em: < <https://www.ft.com/content/907740a4-854c-11ea-b6e9-a94cfd1d9bf> >. Acesso em 04 de mai. de 2020.

PHILIPINES: METRO MANILA FLOOD MANAGEMENT PROJECT. Project Summary Information (MMFMP-PSI). *AIIB*. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/\\_download/Philippines/summary/metro-manila-flood-management-project.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/_download/Philippines/summary/metro-manila-flood-management-project.pdf) >. Acesso em 16 de mar. de 2020.

PHILIPINES: METRO MANILA FLOOD MANAGEMENT PROJECT. Project Document of the Asian Infrastructure Investment Bank (MMFMP-PD). *AIIB*, 27 de set. de 2017. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/\\_download/Philippines/summary/MetroManilaFloodProject-PDBoard.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/_download/Philippines/summary/MetroManilaFloodProject-PDBoard.pdf) >. Acesso em 16 de mar. de 2020.

PHILIPINES: METRO MANILA FLOOD MANAGEMENT PROJECT. SBF Project Implementation Monitoring Report (MMFMP-SBF) *AIIB*, 08 de jul. de 2019. Disponível em: < [https://www.aiib.org/en/projects/approved/\\_download/2017/philippines\\_MMFMP.pdf](https://www.aiib.org/en/projects/approved/_download/2017/philippines_MMFMP.pdf) >. Acesso em 16 de mar. de 2020.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POMAR, Walter. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PROPOSED LOANS AND GUARANTEE MYINGYAN NATURAL GAS POWER PROJECT (MYANMAR) (ADB-MNGPP). Report and Recommendation of the President to the Board of Directors. *ADB*, November, 2015. Disponível em: <

<https://www.adb.org/sites/default/files/project-document/176699/48368-001-rrp.pdf> >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

REN Hao, LI Zhongjin, FRIEDMAN, Eli. *China on Strike*. Chicago: Haymarket Books, 2016.

REUTERS (a). IMF Says Dollar Over-Valued, Chinese Yuan in Line With Fundamentals. *The New York Times*. 24 jul. 2018. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/reuters/2018/07/24/business/24reuters-imf-currencies.html> >. Acesso em 04 de ago. 2018.

REUTERS (a). China's debt tops 300% of GDP, now 15% of global total: IFF. Reuters, 18 de jul. de 2019, Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-china-economy-debt/chinas-debt-tops-300-of-gdp-now-15-of-global-total-iif-idUSKCN1UD0KD> >. Acesso em 22 de jul. de 2020.

REUTERS (b). China to Scrap Foreign Ownership Limits in Finance firms between Jan and April. *Reuters*, 11 de out. de 2019. Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/china-finance-opening/china-to-scrap-foreign-ownership-limits-in-finance-firms-between-jan-and-april-idUSB9N26W02W> >. Acesso em 23 de jan. de 2020.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A Expansão Chinesa Recente e as Novas Determinações do Imperialismo no Século XXI, *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 1, 2017, p. 121 - 140.

RIBEIRO, Valéria Lopes. Chinese Expansion in Africa in the Twenty-First Century: Characteristics and Impacts. In: MOYO et Al. (Eds.), *Reclaiming Africa: Advances in African Economic, Social and Political Development*. Singapore: Springer, 2019, p. 33 - 49.

RILEY, Charles. YAN, Sophia. China's Stock Market Crash... in 2 minutes. CNN Business, 27 de ago. de 2015. Disponível em: <https://money.cnn.com/2015/07/09/investing/china-crash-in-two-minutes/> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

ROBERTS, Michael. China workshop: challenging the misconceptions, *Michael Roberts Blog*, 07 de jun. 2018. Disponível em: < <https://thenextrecession.wordpress.com/2018/06/07/china-workshop-challenging-the-misconceptions/> >. Acesso em 25 de jun 2019.

ROBERTS, Michael. The Scarring. *Michael Roberts Blog*, 02 de mai. de 2020. Disponível em: < <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/05/02/the-scarring/> >. Acesso em 04 de mai. de 2020.

ROBINSON, William I. "Debate on the New Global Capitalism: Transnational Capitalist Class, Transnational State Apparatuses, and Global Crisis." *International Critical Thought*, v.7, n. 2 2017, p. 171–189.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011, 156p.

SANTOS, Theotonio dos. The Structure of Dependence, *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, 1970, p. 231 - 236.

SARANA MULTI INFRASTRUKTUR. RIDF Projects (SMI-RIDF). SMI. Disponível em: < <https://ptsmi.co.id/regional-infrastructure-development-fund-ridf/ridf-projects/> > Acesso em 10 de abr. de 2020.

SCOTELARO, Marina; RAMOS, Leonardo; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Acumulação por Despossessão, Novo Imperialismo e Neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o Internacional, *Crítica Marxista*, n. 46, 2018, p. 163-171.

SILK ROAD FUND. Silk Road Fund Received Additional 100 Billion RMB. *Silk Road Fund*, 16 de mai. de 2017. Disponível em: < <http://www.silkroadfund.com.cn/enweb/23809/23812/35056/index.html> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

SEMBCORP. Sembcorp Celebrates the Official Opening of its Sembcorp Myingyan Power Plant in Myanmar. Sembcorp, 16 de mar. de 2019. Disponível em: < <https://www.sembcorp.com/en/media/media-releases/energy/2019/march/sembcorp-celebrates-the-official-opening-of-its-sembcorp-myingyan-power-plant-in-myanmar/> >. Acesso em 17 de mar. de 2020.

SERRANO, Franklin. A Teoria do Valor de Marx: Excedente ou “Transfiguração Crítica?”. *Excedente*, 2014. 25p. Disponível em: < <https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/download-5.pdf> >. Acesso em 31 de out. de 2020.

SHAMBAUGH, David. Assessing the US “Pivot to Asia”, *Strategic Studies Quarterly*, v. 7, n. 2, 2013, p. 10-19. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/pdf/26270763.pdf?refreqid=excelsior%3Aaea7c1af2baf570f59a0ed8ce7f7cc17> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

SMITH, John. David Harvey Denies Imperialism. *Review of African Political Economy (ROAPE)*, 01 de out. 2018, Disponível em: < <http://roape.net/2018/01/10/david-harvey-denies-imperialism/> >. Acesso em 23 de jul. 2019.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York, Monthly Review Press, 2016, 382p.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade; LEITE, Alexandre César Cunha. O Dinamismo das Aquisições Transnacionais de Terra: Aproximando o Fenômeno das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional, *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 2, 2017, p. 13-33.

SPELLMANN, Samuel. Imperialismo, Estado e Relações Internacionais. *Direito e Praxis*, v. 11, n. 3, 2020, p. 2130-2139. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/50293

SPELLMANN, Samuel. LEITE, Alexandre César Cunha (a). A Redução do Investimento Chinês na Nova Rota da Seda: Entre a Contenção de Gastos e a Preparação para uma Crise Financeira Internacional. *Desafios*, v. 32, n. 1, 2020, 32p. Disponível em: < <https://revistas.uosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/7705> >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

SPELLMANN, Samuel. LEITE, Alexandre César Cunha (b). Is There a Chinese Finance-Capital?, *Boletim do Tempo Presente*, v. 8, n. 4, 2019, 27p. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/12516> >. Acesso em 13 de abr. de 2020.

STARRS, Sean Kenji. Can China unmake the American Making of Global Capitalism? In: PANITCH, Leo. ALBO, Greg. *Socialist Register 2019*. New York: Monthly Review Press, 2018.

STARRS, Sean Kenji. U.S. Economic Engagement in Asia. In: HAN, T. H. *Handbook on the United States in Asia*. Cheltenham: Edward Elgar, 2018, p. 114-139.

SUMMERS, Tim. Rocking the Boat? China's "Belt and Road" and Global Order. In: EHTESHAMI, Anoushiravan; HORESH, Niv. *China's Presence in the Middle East*. Abingdon, Routledge, 2018, p. 24-37.

SWANSON, Anna. Trump's Trade War With China Is Officially Underway, *The New York Times*, 05 jul. 2018. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2018/07/05/business/china-us-trade-war-trump-tariffs.html> >. Acesso em 01 ago. 2018.

SWEEZY, Paul M. Monopoly Capitalism. In: EARWELL, J. et al. (eds.) *Marxian Economics*, London: Palgrave Macmillan, 1990, p. 297 - 303.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Princípios de Economia Política Marxista*, Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 413p.

TONET, Ivo. *Método Científico: Uma Abordagem Ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013, 136p.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). The World's Top 100 Non-financial MNES, ranked by Foreign Assets, 2008. Disponível em: < [http://www.unctad.org/sections/dite\\_dir/docs/wir2009top100\\_en.pdf](http://www.unctad.org/sections/dite_dir/docs/wir2009top100_en.pdf) >. Acesso em 06 de nov. de 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). The World's Top 100 Non-financial MNES, ranked by Foreign Assets, 2013. Disponível em: < [https://unctad.org/Sections/dite\\_dir/docs/WIR2014/WIR14\\_tab28.xls](https://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2014/WIR14_tab28.xls) >. Acesso em 06 de nov. de 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). The World's Top 100 Non-financial MNES, ranked by Foreign Assets, 2015 Disponível em: < [https://unctad.org/Sections/dite\\_dir/docs/WIR2016/WIR16\\_tab24.xlsx](https://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2016/WIR16_tab24.xlsx) >. Acesso em 06 de nov. de 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). The World's Top 100 Non-financial MNES, ranked by Foreign Assets, 2017 Disponível em: <

[http://unctad.org/Sections/dite\\_dir/docs/WIR2018/WIR18\\_tab19.xlsx](http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2018/WIR18_tab19.xlsx) >. Acesso em 06 de nov. de 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). The World's Top 100 Non-financial MNEs, ranked by Foreign Assets, 2018. Disponível em: < [http://unctad.org/Sections/dite\\_dir/docs/WIR2018/WIR18\\_tab19.xlsx](http://unctad.org/Sections/dite_dir/docs/WIR2018/WIR18_tab19.xlsx) >. Acesso em 06 de nov. de 2019.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH REPRESENTATIVE FOR THE LEAST DEVELOPED COUNTRIES, LANDLOCKED DEVELOPING COUNTRIES AND SMALL ISLAND DEVELOPING STATES (UN-OHRLLS). Leveraging Investments in Broadband for National Development, The Case of Cambodia. *UN-OHRLLS*. Disponível em: < <http://unohrlls.org/custom-content/uploads/2019/02/Cambodia-Broadband-Case-Study-UNOHRLLS-2018.pdf> >. Acesso em 04 de mar. de 2020.

VADELL, Javier; SECCHES, Daniela; BURGER, Mariana. De la Globalización a la Interconectividad: Reconfiguración Espacial em la Iniciativa Belt & Road e Implicaciones para el Sur Global, *Revista Transporte y Territorio*, v. 21, 2019, p. 44-68.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World Economy*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1979, 305p.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

WIHTOL, Robert. Whither Multilateral Development Finance? *ADB Institute*. 2014. Disponível em: < <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156346/adbi-wp491.pdf> >. Acesso em 13 de mar. de 2020.

WILDAU, Gabriel. China Banks Fortify Balance Sheets Against Loan Risks, *Financial Times*, 15 ago. 2014. Disponível em: < <https://www.ft.com/content/4a0847e2-244c-11e4-ae78-00144feabdc0> >. Acesso em 27 jul. 2018.

WISE, Carol. CHING, Victória Chonn. Conceptualizing China-Latin America Relations in the Twenty-first Century: the Boom, the Bust, and the Aftermath, *The Pacific Review*, v. 31, n. 5, 2018, p. 553 - 572.

WOLF, Christina. CHENG, Sam-Kee. Chinese FDI in Angola and Ethiopia: between flying geese and resource colonialism? Working Paper, London: School of Oriental and African Studies, 41p. Disponível em: < <https://www.soas.ac.uk/idcea/publications/working-papers/file139040.pdf> >. Acesso em 17 de nov. de 2020.

WORLD BANK, THE (WB) (a). World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty. *World Bank*, 2000, 356p. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/pt/230351468332946759/World-development-report-2000-2001-attacking-poverty> >. Acesso em 01 de fev. 2020.

WORLD BANK, THE (WB) (b). *World Development Indicators: Distribution of Income or Consumption*. Disponível em: < <http://wdi.worldbank.org/table/1.3> >. Acesso em 01 de fev. de 2020.

WORLD BANK, THE (WB) (c). *Voting Powers*. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/en/about/leadership/votingpowers> >. Acesso em 18 de fev. de 2020.

WORLD BANK, THE. *The World Bank Annual Report, 2002, Volume 2 – Financial Statements and Appendixes*. The International Bank for Reconstruction and Development, 2002. Disponível em: < [http://siteresources.worldbank.org/INTBELARUS/Resources/328178-1118308098981/1244859-1118672431402/ar\\_2002\\_v2\\_eng.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTBELARUS/Resources/328178-1118308098981/1244859-1118672431402/ar_2002_v2_eng.pdf) >. Acesso em 19 de fev. de 2020.

WORLD BANK, THE. *Management's Discussion & Analysis and Financial Statements (Fiscal Year 2017), June 30, 2017*. WB, 2017, 239p. Disponível em: < <http://pubdocs.worldbank.org/en/476501524663465554/IBRD-Jun-17.pdf> >. Acesso em 28 de fev. de 2020.

WORLD BANK, THE. *Indonesia: Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project (I-RIDF-WB)*. WB. Disponível em: < <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P157585> >. Acesso em 10 de abr. de 2020.

WORLD BANK, THE (a). *International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) and The International Development Association (IDA) – Management's Discussion & Analysis and Financial Statements (Fiscal 2018), June 30, 2018*. WB/IBRD, 2018, 102p. Disponível em: < <http://pubdocs.worldbank.org/en/474791538065340369/211296v2.pdf> >. Acesso em 28 de fev. de 2020.

WORLD BANK, THE (b). *Procurement Contracts Award Summary*. 16 de jan. de 2020. Disponível em: < <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/brief/summary-and-detailed-borrower-procurement-reports> >. Acesso em: 11 de mar. de 2020.

WORLD BANK, THE (c). *Lao People's Democratic Republic - National Road 13 North Improvement and Maintenance Project: environmental assessment: Environmental and social impact assessment*. WB, 01 de out. de 2018. Disponível em: < <http://documents.worldbank.org/curated/en/483541515587636124/Environmental-and-social-impact-assessment> >. Acesso em 04 de mar. de 2020.

WORLD BANK DATA (a). *Gross Fixed Capital Formation (% of GDP) – China, United States, Japan, Korea Rep., Germany*. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.FTOT.ZS?locations=CN-US-JP-KR-DE> >. Acesso em 29 de jan. de 2020.

WORLD BANK DATA (b). *Gross Fixed Capital Formation (% of GDP) – China*. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.FTOT.ZS?locations=CN> >. Acesso em 29 de jan. de 2020.



WORLD BANK DATA (c). Households and NPISHs final consumption expenditure (% of GDP) – China. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.PRVT.ZS?locations=CN> >. Acesso em 29 de jan. de 2020.

WORLD BANK DATA (d). GDP (current US\$) – China, World. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN-1W> >. Acesso em 01 de fev. de 2020.

WORLD BANK DATA (e). GDP Growth (annual %) – China, World. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN-1W> >. Acesso em 01 de fev. de 2020.

WORLD BANK DATA (f). Foreign Direct Investment, net Inflows (BoP, current US\$) – China, United States. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?locations=CN-US> >. Acesso em 01 de fev. de 2020.

WORLD BANK DATA (g). Foreign Direct Investment, Net Outflows (BoP, current US\$) – China, United States. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/BM.KLT.DINV.CD.WD?locations=CN-US> >. Acesso em 01 de fev. de 2020.

WORLD BANK DATA (h). Population, total – China. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=CN> >. Acesso em 03 de mai. de 2020.

WORLD BANK DATA (i). Labor Force, total – China. Disponível em; < <https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.IN?locations=CN> >. Acesso em 03 de mai. de 2020.

WORLD BANK DATA (j) Exports of Goods and Services (% of GDP) – China. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?locations=CN> >. Acesso em 04 de mai. de 2020.

WORLD BANK, THE. Regional Infrastructure Development Fund (I-RIDF-WB). WB. Disponível em: < <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P154947?lang=en> >. Acesso em 10 de abr. de 2020.

XI Jinping. *Speech by President Xi Jinping to Indonesian Parliament*. Jakarta, Indonésia. 02 de out. de 2013. *ASEAN-China Centre*. Disponível em: < [http://www.asean-china-center.org/english/2013-10/03/c\\_133062675.htm](http://www.asean-china-center.org/english/2013-10/03/c_133062675.htm) >. Acesso em 03 de mai. de 2020.

XINHUA. Cambodia Grants Rights to Chinese Firm to Build Submarine Cables, Landing Station. *Xinhua*, 02 de mar. de 2016. Disponível em: < [http://www.china.org.cn/world/Off\\_the\\_Wire/2016-03/02/content\\_37919535.htm](http://www.china.org.cn/world/Off_the_Wire/2016-03/02/content_37919535.htm) >. Acesso em 04 de mar. de 2020.

YAO, Kevin. GLENN, Elias. China's Xi Renews Vow to Open Economy, cut tariffs as U.S. trade row Deepens. *Reuters*, 9 abr. 2018. Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-usa-trade-china/chinas-xi-renews-vow-to-open-economy-cut-tariffs-as-u-s-trade-row-deepens-idUSKBN1HH084> >. Acesso em 03 de ago. 2018.

YU Yongding. How Far Can Renminbi Internationalization Go? *Asian Development Bank Institute (ADB)*, n. 461, 2014, 26p.

YU Hong. Motivation behind China's One Belt, One Road Initiatives and Establishment of the Asian Infrastructure Investment Bank, *Journal of Contemporary China*, v. 26, n. 105, 2017, p. 353-368.

ZHANG, Zoey Ye. China's SOE Reforms: What the Latest Round of Reforms Mean for the Market. *China Briefing*, 29 de mai. de 2019. Disponível em: < <https://www.china-briefing.com/news/chinas-soe-reform-process/> >. Acesso em 23 de jan. de 2020.